

*Aprovado por unanimidade com 32 votos*  
**ATA 3/2017** *Sendo 21 PSD, 7 PS, 3 CDU, 1 COS*

--- Ao décimo oitavo dia do mês de maio do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na primeira sessão extraordinária do ano de dois mil e dezassete, no Edifício Municipal de Serviços (Loja do Cidadão), sito na Av.<sup>a</sup> 25 de Abril, em Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: **1)** Declaração de nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão e resgate da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra e pagamento da indemnização e compensação devidas. Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra; **2)** Contratação de empréstimo tendo em vista o pagamento de indemnização e compensação devidas à concessionária pelo resgate da concessão e declaração de nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão. -----

--- Quando eram vinte e uma horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. Referiu que todas as Assembleias são relevantes, mas esta, naturalmente pelos pontos em discussão, assume uma relevância adicional, comprovada com a elevada participação do público. -----

--- Passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Senhor Américo José de Oliveira Peralta, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Américo José de Oliveira Peralta; Ana Bela Castanheiro Pinto Costa; Ana Teresa Antunes Ivo da Silva; Andreia Filipa Lourenço Duarte Amaral (Presidente da Freguesia da Carvoeira); António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra); António Pedro Mansura Serápio Maneira de Oliveira; Artur Marques de Almeida Claudino em substituição de Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol; Baltasar Rolo Luís em substituição de José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro (Presidente da União das Freguesias da Malveira e São Miguel de Alcainça); Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro; Carlos Jorge dos Reis Esteves; Carlos Manuel Antunes Póvoa (Presidente da Freguesia da Encarnação); Cecília Maria Miranda Duarte (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro); David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira; João Henrique Mendes Mesquita, em substituição de Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galvão; Joaquim Filipe Abreu dos Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); Jorge Manuel Louro dos Santos Duarte (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros); Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); José António de Oliveira Costa (Presidente da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); José António Petulante Parente (Segundo Secretário); José Eduardo Libânio da Silva; José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); José Manuel Antunes Graça; José Manuel Portela Tomás; José Martinez da Silva; Júlio Manuel Lopes; Leila Isabel Inácio Alexandre; Maria Beatriz Severino Gonçalves; Maria de Fátima Severino Gonçalves em substituição de Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira); Maria da Graça Novais de Figueiredo; Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill; Pedro Miguel Fernandes Tomás e, por último Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues. -----

--- Verificou-se a ausência de Pedro Alexandre Mota da Silva Ramos, em substituição de Aníbal Rolim Ferra, cuja falta a mesa deliberou justificar. -----

--- Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, e os Senhores Vereadores Renato Alves dos Santos, em substituição de Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. -----

--- Verificou-se a ausência do Vereador António José Carvalho Freitas, em substituição de Eduardo Manuel Silva Santos Baptista. -----

--- **PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":** -----

--- Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra, José Alves Bizarro Duarte, deu início ao período da "ordem do dia", propondo que a discussão dos dois pontos seja feita em conjunto, com as votações em separado. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém se opunha. Não havendo oposição ao proposto, introduziu os **pontos um e dois**, em conformidade com os documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Hélder António Guerra de Sousa Silva. -----

--- **1) DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E RESGATE DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA E PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS. CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA** (anexo I). -----

--- **2) CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO TENDO EM VISTA O PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS À CONCESSIONÁRIA PELO RESGATE DA CONCESSÃO E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO** (anexo II). -----

--- **PRESENÇA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- Nesta altura, entrou na sala, onde decorria a sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Jorge Manuel Louro dos Santos Duarte, Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros. -----

--- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Sousa Silva, partilhou da afirmação proferida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal a propósito da importância dos pontos em discussão e aprovação nesta sessão, na prossecução do superior interesse público. Seguidamente, fez uma apresentação em *powerpoint*, em anexo, que sumariza as propostas do Executivo Municipal (anexo III). Finalizando, agradeceu a presença do público nesta histórica sessão, na qual, mais uma vez, o Município de Mafra evidenciou o seu pioneirismo. -

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a extensa e detalhada apresentação, a qual permitiu evidenciar, no seu entender, o superior interesse público das propostas. -----

--- **INTERVENÇÕES:** -----

--- Tomando a palavra, a Senhora Dona Maria Graça Novais de Figueiredo, em nome dos eleitos da CDU, apresentou **uma proposta de admissão à mesa**, nos termos do documento apresentado, relativamente à Ordem de Trabalhos **para que a votação fosse feita em dois pontos: 1 - Remunicipalização pela criação dos Serviços Municipais de Água e Saneamento de Mafra; 2 - Aprovação de como reverter o serviço de água e saneamento**, que se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo IV). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou que as decisões que estão em questão nesta sessão estão encadeadas: não existirão Serviços Municipais de Água e Saneamento, se não for paga a compensação devida à concessionária. Não obstante, colocou à aprovação da Assembleia a admissão da proposta da CDU. -----

--- Usou da palavra o Senhor Pedro Miguel Fernandes Tomás, dando nota que, sendo esta uma sessão extraordinária, não podem ser introduzidas alterações à ordem de trabalhos. Mais referiu que a proposta apresentada pela CDU faz lembrar o *sketch* dos anos 80 da *"Maria patroa, Maria empregada e com o vestido preto nunca me comprometo"*, ou seja, a CDU quer votar a "parte boa" da municipalização dos serviços, mas não quer a "parte má", que implica pagamento. Acrescentou que, pela primeira vez em Portugal, se assistirá à reversão de um contrato de concessão, decisão esta que certamente fará eco nacional. Salientou que defender o serviço público de água é um dos principais fundamentos das políticas progressistas, socialistas-democratas e socialistas, que neste momento vão surgindo. Lembrou a votação

registada, a este propósito, no órgão executivo, sendo que, na sua opinião, a abstenção da CDU ficará para a história. Aditou que, neste processo de resgate da concessão, também há uma *troika*, constituída pelo Executivo Municipal, pela Assembleia Municipal e pelos munícipes do Concelho de Mafra, sendo que, no seu entendimento, é necessário manter unida esta *troika* para o combate difícil que terão pela frente: há que salvaguardar postos de trabalho, reduzir tarifas, garantir a qualidade do serviço e, acima de tudo, servir bem os munícipes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, apesar de declarar que a mesa não tem dúvidas de que a proposta da CDU não é consequente, colocou-a à votação. ---

--- Neste momento, tomou a palavra o Senhor José Manuel Antunes Graça para declarar que o PS não concordava que esta proposta fosse submetida à votação, por se tratar de uma sessão extraordinária em que não podem existir alterações à ordem de trabalhos. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sustentou que não se tratava de uma alteração à ordem do dia, mas sim que o que a CDU estava a propor era uma questão processual de desagregação da votação, no que concerne ao ponto agendado. Não obstante, acrescentou que a Assembleia Municipal é soberana.-----

--- O Senhor José Manuel Antunes Graça solicitou a interrupção dos trabalhos para que os líderes dos grupos municipais pudessem analisar esta proposta, já que considera que a sua admissão não tem enquadramento regimental ou legal. -----

--- **AUSÊNCIA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- Nesta altura, ausentou-se da sala onde decorria a sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Pedro Miguel Fernandes Tomás. -----

--- Retomada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a informação que a mesa tem, com base na apreciação dos serviços jurídicos e seguindo o procedimento adotado em reunião da Câmara, é que a proposta deverá ser submetida à apreciação. -----

--- Assim, **passou-se à votação da proposta apresentada pela CDU de desagregação dos pontos.** -----

--- A proposta foi rejeitada, com trinta e três votos contra (23 PPD/PSD; 8 PS; 1 CDS/PP; 1 de José Portela) e três votos a favor da CDU. -----

--- **PRESENÇA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- Entrou na sala onde decorria a sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Pedro Miguel Fernandes Tomás. -----

--- Interveio, de seguida, o Senhor José Manuel Antunes Graça, registando que é sempre um prazer ver esta casa mãe do Poder Local com tanto público. Sustentou que é um dia simbólico para os autarcas que foram eleitos em 2013 e que, seja qual for o resultado, este será sempre histórico. Aditou que o Partido Socialista, já em sessões anteriores, fez a defesa do bem público, precioso e escasso que é a água, sendo que, em 2015, evocou uma mensagem que, enquanto Vice-Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, Hélder Sousa Silva entregou ao Senhor Presidente da República, Dr. Cavaco Silva, a qual dizia "*perante a importância da água, não deve ser explorado o seu valor financeiro num contexto de apropriação por privados*", missiva esta que havia merecido a aprovação do Partido Socialista. Nesta conformidade, passou a ler, em nome da Bancada do Partido Socialista, a Declaração Política sobre os pontos um e dois da Ordem de Trabalhos desta sessão, nos termos do documento apresentado, o qual faz parte integrante da presente ata e que junto se anexa (anexo V). -----

--- No uso da palavra, a Senhora Dona Ana Bela Castanheiro Pinto Costa, pelo Grupo Municipal do CDS/PP, apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento apresentado, o qual faz parte integrante da presente ata e que junto se anexa (anexo VI). -----

--- Seguidamente, interveio o Senhor José Martinez da Silva, em nome da CDU, relativamente ao ponto um da Ordem do Dia, passando a ler o conteúdo do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo VII). -----

--- Tomando a palavra, o Senhor Domingos Joaquim Filipe dos Santos, em nome do

Grupo Municipal do PPD/PSD, apresentou, nos termos do documento apresentado, uma declaração de voto para os pontos um e dois da Ordem do Dia, que junto se anexa fazendo parte integrante da presente ata, passando a ler o seu conteúdo (anexo VIII). -----

--- O Senhor Pedro Miguel Fernandes Tomás interveio, referindo que, de facto, não compreende a posição da CDU. Relembrou que o Concelho vizinho de Loures tem a segunda água mais cara do distrito de Lisboa e o mais curioso é que, apesar de tantos problemas ideológicos com o PSD, a maioria da CDU naquele Concelho é sustentada pelo acordo com o PSD. Por isso, estranhou que acusem o PS de estar próximo ou colado ao PSD, quando isso só acontece quando se coloca o bem comum acima de interesses políticos momentâneos. Na sua opinião, o discurso da CDU "cheira" a autárquicas, assumindo um posicionamento de se colocar de fora da solução para ser o grande partido da oposição. No entanto, na sua opinião, quem está do contra nem sempre tem razão. Por isso, o PS respeita os votos daqueles que o colocaram com três Vereadores na Câmara e vota do lado da razão; já a CDU olha para trás, enquanto que a matriz do PS é olhar para a frente. Por último, declarou que o PS vota favoravelmente estes dois pontos. -----

--- A Senhora Dona Leila Isabel Inácio Alexandre tomou a palavra, declarando que não era para intervir. No entanto, estando-se a falar de um bem essencial como a água, que deveria estar sob gestão municipal, disse espantar-se com as reticências da CDU, a qual, além disso, ao invés de criticar o poder, fala contra o PS. Relembrou a CDU que obviamente que o PS gostaria que a Câmara tivesse um Presidente socialista, mas este é do PSD; todavia, para o PS, estar na oposição não é votar contra tudo o que é proposto, antes significa, dependendo das causas, assumir votar ou não no mesmo sentido. Continuando, referiu que o PS sempre falou por si próprio e que dispensa que a CDU fale em seu nome. Considerou que, para a CDU, a oposição se faz a todo o custo, já que, aquando da concessão, votaram contra e agora, quando se propõe o inverso, irão abster-se. Finalizando, disse que, pelo bem de todos e com muito orgulho, o PS votará a favor. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, na sua opinião, terá ficado claro o isolamento da CDU, que pretende excluir-se deste processo. -----

--- A Senhora Dona Ana Bela Castanheiro Pinto Costa, no uso da palavra, declarou que a sua intervenção se destinava a lembrar a CDU: quando diz que o CDS vota sempre do lado do PSD, isso não aconteceu; quando diz que o CDS está a ser maltratado pelo PSD e que mesmo assim o acompanha, deveria era de se preocupar com a forma como a CDU está a ser tratada. -----

--- Interveio, o Senhor José Martinez da Silva referindo que, em primeiro lugar, não se revê no rótulo que Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu à CDU. Disse que as reticências da CDU são de há 23 anos, porque votou contra a concessão; quanto à remunicipalização da água, essas reticências são zero. Acrescentou que a única garantia que os munícipes de Mafra têm, de que algum dia o serviço de águas e saneamento seja da Autarquia, será com a CDU e esta é a única garantia absoluta. Na sua opinião, as propostas agora submetidas à aprovação não são uma garantia, porque basta que *Be Water* prescinda do pedido de reequilíbrio para que Câmara abandone os seus argumentos. Concluindo, disse que a CDU não branqueia os malefícios de um contrato que é mau e não é mau apenas hoje ou em 2015. -----

--- Seguidamente, interveio o Senhor Eduardo Libânio da Silva, fazendo referência que foram acusados enquanto CDU, incluindo o Partido Ecologista os Verdes, de serem contra a reversão da água. Disse que basta analisar qual foi o único partido em Portugal que fez uma campanha a favor da reversão da água em todos os Concelhos do país, que foi o Partido Ecologista os Verdes. No que diz respeito ao Concelho de Mafra, disse que é a favor da reversão, mas não é a favor de pagar milhões por um erro que a CDU não cometeu. Concluindo, afirmou que, na sua opinião, a concessão não foi um erro, mas um crime, pois se trata de um bem comum. -----

--- O Senhor José Manuel Antunes Graça tomou a palavra apenas para retificar a última intervenção, dizendo que não foi o PEV que esteve sempre contra, porque

ainda não existia. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, face ao leque de intervenções produzidas, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que não iria comentar posições partidárias, uma vez que esta proposta é muito importante para todos os mafrenses. Mais declarou que todos têm de se congratular por terem sido eleitos e ter tido a oportunidade de fazer história com esta decisão. Seguidamente, citou uma frase que leu recentemente: *"A água pela sua própria natureza não pode ser tratada como uma mera mercadoria, entre outras, e o seu uso deverá ser racional e solidário. A sua distribuição se enumera tradicionalmente entre as responsabilidades dos órgãos públicos, porque a água sempre foi considerada como um bem público, característica que deve ser mantida, caso a gestão venha a ser confiada ao sector privado. O direito à água, como todos os direitos do Homem, se baseia na dignidade humana e não em considerações do tipo meramente quantitativo que considerem a água, tão somente, como um bem económico. Sem água, a vida é ameaçada. Portanto, o direito à água é um direito universal e inalienável."* Acrescentou que não regateará esforços para que a água regresse à gestão do Município de Mafra e, terminando, agradeceu o contributo prestado pelos trabalhadores municipais e pelos consultores ao longo deste exigente processo. ----

--- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se à votação do ponto um da ordem de trabalhos. -----

--- **1) DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E RESGATE DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA E PAGAMENTO DA INDEMINIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS. CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA.** -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor (23 PPD/PSD; 9 PS; 1 CDS/PP e 1 voto de José Portela) e três abstenções da CDU, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 162.º com a alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º todos do CPA, pelos fundamentos de facto e de direito que constam do parecer intitulado "DA (IN)VALIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA", das propostas subscritas pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente presentes em reunião de Câmara realizadas em 9 de dezembro de 2016 e 11 de maio de 2017, e das informações interno 2016/17391 e 2017/6892, declarar a nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra. -----

--- Mais deliberou, nos termos da mesma proposta, o acionamento do resgate por se encontrarem observados os requisitos previstos na cláusula 2.8 do contrato de concessão validamente celebrado, dado que o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos, se se operar o resgate da concessão, e já decorreu um quinto do prazo da concessão. -----

--- Deliberou, ainda, sob proposta da Câmara Municipal, sem prejuízo do valor definitivo que vier a ser apurado após a quantificação dos valores contabilísticos em falta e da data concreta da produção de efeitos das decisões a tomar, e pelos fundamentos de facto e de direito que constam da documentação anexa, pagar uma indemnização pela declaração de nulidade que atinge o valor de € 9.224.384,00 (nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil e trezentos e oitenta e quatro euros) e uma compensação pelo resgate da concessão no valor de € 7.116.224,00 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), totalizando, o valor da

indeminização e compensação em € 16.340.608,00 (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil e seiscentos e oito euros), sob a condição de serem visados previamente pelo Tribunal de Contas os contratos de financiamento cuja aprovação se propõe. -----

--- Deliberou, ainda, nos termos do disposto nos Decretos-Lei n.ºs 194/2009, de 20 de agosto, 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, adotar o modelo de gestão direta dos serviços de águas e saneamento, através da subsequente criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra. -----

--- A Senhora Dona Ana Bela Castanheiro Pinto Costa, em nome do Grupo Municipal do CDS/PP apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento apresentado e já identificado como anexo V. O Senhor Domingos dos Santos, em nome do Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento apresentado e já identificado como anexo VI. -----

--- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se à votação do ponto dois da ordem de trabalhos. -----

--- **2) CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO TENDO EM VISTA O PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS À CONCESSIONÁRIA PELO RESGATE DA CONCESSÃO E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO.** -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor (23 PPD/PSD; 9 PS; 1 CDS/PP e 1 voto de José Portela) e três abstenções da CDU, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar as propostas de contração de empréstimos ao Banco Português de Investimento, S.A. para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à Concessionária da Reversão da Concessão, no montante de € 15.000.000,00 (quinze milhões de euros), bem como ao Banco Santander Totta, S.A. para o financiamento dos custos do resgate da Concessão, no montante de € 7.116.224,00 (sete milhões cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), dado terem sido as instituições de crédito que apresentaram as propostas economicamente mais vantajosas. -----

--- Mais deliberou, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e face ao princípio da boa gestão financeira que a decisão de resgate da concessão do serviço de água e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão se traduz, autorizar a realização da despesa de investimento superior a 10% da despesa de investimento prevista no orçamento de exercício. -----

--- Deliberou, ainda, nos termos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, autorizar a assunção de compromissos plurianuais resultante da decisão de resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão. -----

--- Por fim deliberou, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a 3.ª revisão aos Documentos Previsionais – 5.ª Modificação Orçamental, modificando o orçamento da receita em inscrições e reforços e diminuições e anulações no valor de € 5,00, o orçamento da despesa em inscrições e reforços e diminuições e anulações no valor de € 150.605,00, o Plano Plurianual de Investimentos, inscrições e reforços e diminuições e anulações no valor de € 15,00 e o Plano de Atividades Municipais inscrições e reforços no valor de € 150.590,00. -----

--- A Senhora Dona Ana Bela Costa, em nome do Grupo Municipal do CDS/PP apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento apresentado e já identificado como anexo V. O Senhor Domingos dos Santos, em nome do Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento apresentado e já identificado como anexo VI. -----

--- **APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do número quatro do artigo quarenta e três do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, assinadas pelo Presidente e Secretários, a qual foi aceite e deliberada por unanimidade, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

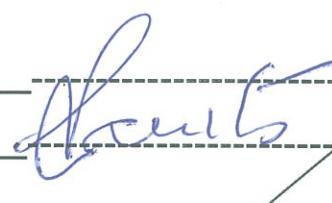
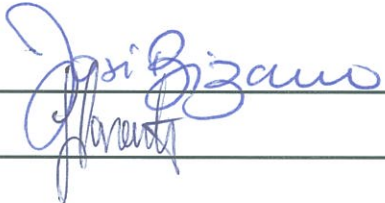
--- **PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO":** -----

--- Terminada a discussão da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de intervenção do público**, não se tendo verificado a presença de nenhum munícipe para intervir. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando passavam trinta minutos das vinte e três horas do dia dezoito de maio de dois mil e dezassete, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José António Petulante Parente, Segundo Secretário da Mesa, e pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

-----  
-----







## MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

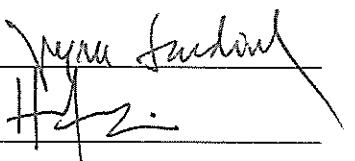
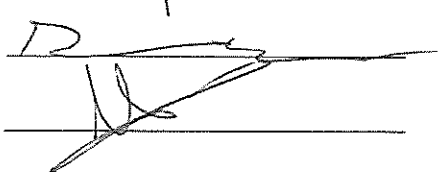
REUNIÃO DE 2017/05/11

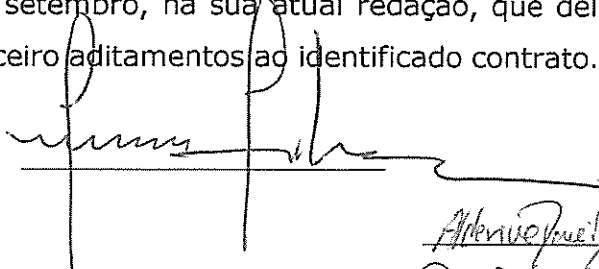
**ASSUNTO:** Declaração de nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão e resgate da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra e pagamento da indemnização e compensação devidas. Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra. -----

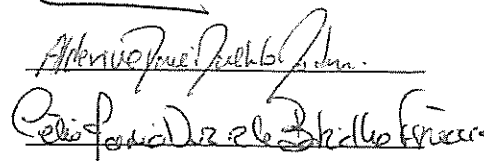
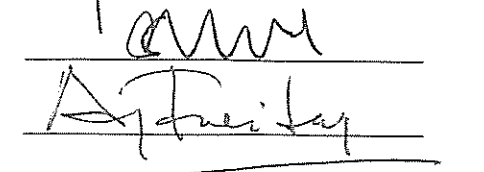
**INFORMAÇÕES/PARECERES:** Presente Proposta subscrita pelo Exmo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, datada de 8 de maio de 2017, devidamente instruída com a Informação Interno/2017/6892, elaborada na mesma data, no Departamento de Administração Geral e Finanças, acompanhada dos documentos que nela são referidos.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, de acordo com o previsto no artigo 121.º do CPA e depois de ouvida a Concessionária e a Entidade Reguladora, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 162.º do CPA com a alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º do CPA, pelas razões de facto e de direito que constam do parecer intitulado "DA (IN)VALIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA", e por considerar, pelos motivos que constam da Informação Interno 2017/6892 e da proposta subscrita pelo Exmo Sr Vice-Presidente datada de 8 de maio, que as razões aduzidas pela concessionária nas audiências prévias exercidas não merecem acolhimento, propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que delibere declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao identificado contrato. -----

ASSINATURAS:





## MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

pa

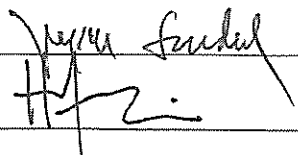
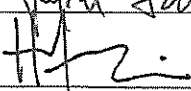
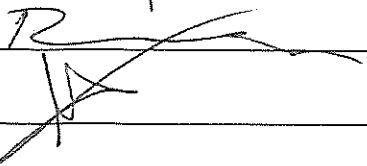
### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

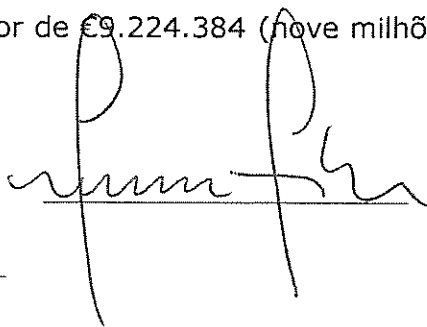
REUNIÃO DE 2017/05/11

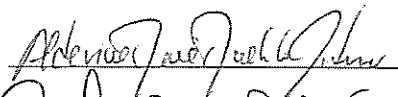
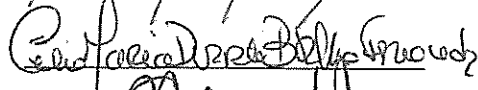
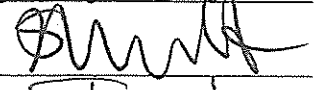
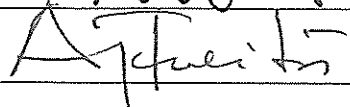
**ASSUNTO:** Declaração de nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão e resgate da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra e pagamento da indemnização e compensação devidas. Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra. -----

**DELIBERAÇÃO (CONTINUAÇÃO):** Deliberou, ainda, propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelas razões de facto e de direito que constam das Informações Interno 2016/17391, 2017/3203 e 2017/6892, das propostas subscritas pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente presentes nas reuniões deste órgão realizadas em 9 de dezembro de 2016, 3 de março e hoje, do documento intitulado "Avaliação Económica e Financeira do Novo Sistema de Exploração de AA e AR" e toda a documentação presente nas reuniões referidas, o acionamento do resgate por se encontrarem observados os requisitos previstos na cláusula 2.8 do contrato de concessão validamente celebrado, dado que o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos, se se operar o resgate do contrato de concessão, e já decorreu um quinto do prazo da concessão. --  
--- Mais deliberou, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propor à Assembleia Municipal que delibere, sem prejuízo do valor definitivo que vier a ser apurado após a quantificação dos valores contabilísticos em falta e da data concreta da produção de efeitos das decisões a tomar, e pelos fundamentos de facto e de direito que constam da documentação referida, pagar uma indemnização pela declaração de nulidade que atinge o valor de €9.224.384 (nove milhões, duzentos e vinte e quatro

ASSINATURAS:





## MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

*Pu*

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

REUNIÃO DE 2017/05/11

**ASSUNTO:** Declaração de nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão e resgate da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra e pagamento da indemnização e compensação devidas. Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra. -----

**DELIBERAÇÃO (CONTINUAÇÃO):** mil e trezentos e oitenta e quatro euros) e uma compensação pelo resgate da concessão no valor de €7.116.224 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), totalizando, o valor da indemnização e compensação €16.340.608 (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil e seiscentos e oito euros). -----

--- Por fim, deliberou, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propor à Assembleia que, nos termos do disposto nos Decretos-Lei n.ºs 194/2009, de 20 de agosto, 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibere adotar o modelo de gestão direta dos serviços de águas e saneamento, através da subsequente criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.-

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade / Maioria.-----

**Votos a favor:** *dos Vereadores do PP/PSD, do PS e do Sr. Presidente -*

**Votos contra:** -----

**Abstenções:** *do Vereador da CDU*

**Declarações de voto:** *dos Vereadores da CDU, do PS (Vereador Sérgio Santos) e do Sr. Presidente. -*

ASSINATURAS:

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### DESPACHO:

Remeta-se a presente proposta à reunião de Câmara.

Presidente da Câmara

(Hélder Sousa Silva)

8/05/17.

### PROPOSTA

Tendo presente a Informação Interno 2017/6892, subscrita pela Exma Sra Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças e considerando que:

- Na sequência da notificação que lhe foi dirigida em 03/03/2017, sobre a intenção do Município de declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão e de a resgatar bem como de pagar a indemnização e compensação devidas por tais atos, e depois de ter formulado dois pedidos, um em 09/03/2017, de prorrogação de prazo da audiência prévia e de acesso ao processo e outro, em 15/03/2017, de cópias de documentos do processo e de acesso aos arquivos municipais para consulta "... de todos os documentos anteriores aos constantes no processo, desde o seu início (despacho a dar início ao procedimento tendente à verificação da alegada invalidade e ao resgate, informações internas correspondentes e pedidos de consulta à Sérvulo e à PWC), os quais foram objeto de despachos proferidos pelo Exmo Senhor Presidente datados, respetivamente, de 10/03/2017 e 16/03/2017, vem a concessionária, através de mandatário constituído para o efeito, em síntese, alegar o seguinte:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

I – Como questão prévia, entende a concessionária, repetindo os argumentos que usou nos dois pedidos acima referidos, e que foram alvo das decisões também referidas, que a audiência prévia de que foi alvo é inválida (i) dado que o prazo concedido para o efeito, por ser apenas o mínimo legal, é manifestamente exíguo para uma pronúncia devidamente fundamentada, devendo considerar-se desproporcional à tarefa exigida, (ii) da consulta do processo concluiu que os diversos documentos dele constantes não foram notificados ou dados a conhecer à concessionária e outros havia, cuja referência ali é feita, que não se encontravam juntos ao mesmo, estando inacessíveis, e que (iii) porque o primeiro documento existente no processo data de 05/12/2016, o mesmo se encontra manifestamente incompleto “... *por necessariamente ter tido que ter início em momento muito anterior no tempo, com o despacho que terá dado início ao procedimento de verificação da alegada invalidade e ao resgate*”.

Prossegue a concessionária aludindo ao pedido que formulou em 15/03/2017, de envio de documentos constantes ou referidos no processo bem como de documentos não constantes do mesmo “... *mas sem os quais não é possível a compreensão dos documentos notificados*”, bem como o acesso “... *à integralidade do processo ..., incluindo a todos os documentos anteriores aos constantes no processo ...*”, extraíndo das suas afirmações que “*Fica, assim, por demais evidente que, diferentemente do entendimento da CMM, não foram facultados à Be water todos os elementos necessários para conhecer a integralidade dos aspetos relevantes da decisão, como exigido nos termos do n.º 2 do artigo 122.º do CPA*”.

Continua, salientado que o envio dos documentos solicitados pela concessionária significa o reconhecimento por parte do Município da falta de documentos invocada, o que, diga-se desde já, não se concede, dado que a concessionária pediu cópia dos documentos que especificou e foram esses que foram enviados assim como a alegada incompletude do processo é reconhecida na medida em que o Município sustenta que o fundamento que presidiu à análise aprofundada de toda a concessão, pelas fortes implicações que teria na tarifa a aplicar, foi o pedido de reequilíbrio económico-financeiro formulado, o qual, por datar de 2015 ou inícios de 2016, obrigaria a que o processo consultado tivesse também o seu início nessa data.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Persiste, insistindo que a notificação feita "... *não pode ser considerada legal...*", por incorrer na preterição de duas formalidades essenciais, quais sejam a não junção de todos os elementos relevantes e a não indicação das horas e local para consulta do processo, o que necessariamente afetará a validade da decisão final.

Quanto à intenção do Município (II) declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão, insurge-se a concessionária quanto (i) ao momento temporal em que a concedente "... *despertou para uma eventual nulidade...*", não crendo que o pedido de reequilíbrio económico financeiro tivesse tido a virtualidade de instalar as dúvidas quanto à perfeição dos aditamentos celebrados, entendendo que (ii) o segundo aditamento teve como objetivo reintroduzir entre as obrigações da concessionária a gestão do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, cujos efeitos contratuais haviam sido suspensos na sequência da celebração do primeiro aditamento ao contrato, prevendo, apenas adicionalmente, e exclusivamente para assegurar esse objetivo principal, outras obrigações necessárias a garanti-lo, como seja a realização de investimentos em infra-estruturas no sistema de recolha de efluentes do Município, não consubstanciando, o aditamento celebrado, uma alteração substancial ao contrato, estribando-se em jurisprudência e doutrina para sustentar a sua tese. Entende, por conseguinte, que as alterações introduzidas pela clausula 7.<sup>a</sup> do segundo aditamento ao contrato de concessão não configuram uma situação de desrespeito pelo objeto do contrato, nem pelos princípios da concorrência, proteção do mercado e de terceiros, discordando também da nulidade consequente do terceiro aditamento.

Acrescenta que (iii) pelo decurso do tempo, a existir vício de nulidade este já estaria sanado, nos termos do estabelecido nos termos das disposições conjugadas dos artigos 283.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) com o artigo 101.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), e que (iv) não se entende, atento o princípio do aproveitamento dos atos e da vontade das partes, como a eventual invalidade da clausula 7.<sup>a</sup> do segundo aditamento pode transmitir-se a todo o aditamento e ao terceiro, a (v) declarar-se a nulidade nos moldes propostos, o princípio da boa fé ficará gravemente colocado em causa, atento o decurso do prazo entretanto decorrido (oito anos) como representa um abuso de direito na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

modalidade de *venire contra factum proprium*, tal como referido pela ERSAR no seu parecer.

Todas estas razões (II) levam à não aceitação da declaração de nulidade proposta e consequentemente, à rejeição dos cálculos apresentados pelo Município.

Quanto (III) à intenção de acionar o resgate da concessão, a concessionária reconhece o direito legal e contratual do Município de fazê-lo, pondo contudo em causa as razões de interesse público invocadas, considerando que está por demonstrar que a indemnização devida é inferior aos cash flow gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão, apontando alguns erros ao estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) apresentado, designadamente quanto à receita, custos operacionais, investimento, financiamento e custos associados.

Por fim, e quanto ao valor da compensação devida pelo resgate (IV), entende a concessionária que a mesma fica muito abaixo do valor que entende ter direito, pugnando que, por não reconhecer a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos, a mesma deve contemplar não só o serviço de captação, tratamento e distribuição de água como também o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, estimando o valor do resgate "*na ordem dos €50.000.000*".

Para que a concessionária não se sentisse inibida ou fragilizada no exercício do seu direito, nem para que se focasse numa (não) questão menor de forma, desprezando as verdadeiras e substanciais razões que subjazem à decisão proferida, e ainda que não se tenha reconhecido os vícios apontados, em homenagem aos princípios da boa fé, da colaboração com os particulares e da participação, previstos nos artigos 10.º, 11.º e 12.º do Código de Procedimento Administrativo, por despacho datado de 24 de março, o qual foi objeto de ratificação em reunião de câmara realizada em 31 do mesmo mês, foi concedido um prazo adicional de 10 dias úteis para a concessionária se pronunciar sobre o projeto de decisão que já lhe havia sido notificado, tendo adicionalmente a concessionária sido informada que o processo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

estaria disponível para consulta na Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos dos Paços do Concelho, todos os dias úteis, entre as 9 horas e as 17 horas.

Assim, e após ter consultado, mais uma vez, o processo, bem como outros processos correlacionados (tais como o processo de pedido de reequilíbrio económico financeiro e os processos de contratação de prestação de serviços, que, de alguma forma, analisaram a concessão) e de ter pedido cópias de alguns dos documentos ali existentes, vem a concessionária, em 7 de abril, a coberto do prazo adicional de audiência prévia concedido através do despacho acima referido, alegar, em síntese, o seguinte:

I – Que as razões alegadas quanto à invalidade da notificação para audiência prévia e respetiva repercussão sobre a validade da decisão final, pese embora o prazo adicional fixado, subsistem, devendo considerar-se integralmente reproduzidas;

II – Sobre a proposta da Câmara, de intenção de acionar o resgate e intenção de declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão bem como o montante das indemnização e compensação devidas por tais atos, vem a concessionária remeter, na íntegra, para tudo o que referiu na sua pronúncia, apresentada em 17/03/2017, reafirmando o total desacordo em relação a ambas as intenções por entender que não se verificam os pressupostos invocados, bem como rejeita os valores propostos.

III – Acrescenta, sem prejuízo da remissão para tudo o que foi já exposto, e tendo em conta a *"... documentação entretanto disponibilizada pela CMM – seja os documentos remetidos em 16/03/2017 (véspera do prazo inicialmente concedido para pronúncia em sede de Audiência Prévia), seja a nova documentação disponibilizada à concessionária para consulta em 31/03/2017..."*, que se irá pronunciar sobre *"... esses novos elementos..."*, fazendo-o da seguinte forma:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **A – QUANTO À NULIDADE:**

- i) Após consulta ao processo de reposição do equilíbrio económico financeiro da concessão, e invocando a informação remetida para a Câmara em 30/05/2015 da autoria do Dr. Tiago de Sousa d'Alte, com o assunto "*Contrato de Concessão Be Water – Pedido de Reposição de Equilíbrio*", o "... tema da eventual nulidade do aditamento ao contrato de concessão de 2009..." é referido pela primeira vez, sendo que o é em moldes diferentes do teor da proposta sob análise e do parecer emitido pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernández Sánchez, designadamente referindo tão só a nulidade do aditamento celebrado em 2009 (não se pronunciando sobre a nulidade de 2012), bem como refere que não existe uma automática comunicação da invalidade do ato procedimental ao ato consequente tal como resulta do n.º 1 do artigo 283.º do CCP;
- ii) A Informação datada de 13/01/2009 da Técnica Superior Jurista sobre o parecer do IRAR, relativa à proposta de celebração do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão, sustenta que não existem objeções legais à assinatura do aditamento em questão, tendo sido esse o sentido dos despachos exarados sobre a referida informação, bem como a posição manifestada no ofício dirigido pelo Vice-presidente da Câmara ao IRAR em que é referido que foram ponderados os comentários da Entidade Reguladora, entendendo-se que o aditamento não estaria a violar nem o objeto do contrato de concessão nem a lei da contratação pública;

### **B- QUANTO AO RESGATE DA CONCESSÃO:**

- i) Refere ainda que após análise detalhada do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF), na sua versão revista após parecer da ERSAR, os pressupostos em que o mesmo assenta quanto às (a) receitas, (b) custos operacionais, (c) investimento e por fim, o (d) aspeto geral, não estarão corretos.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Sintetizada que está a posição da concessionária, manifestada nos dois períodos de audiência prévia concedidos, cumpre agora analisar.

Relativamente ao alegado em I (Questão Prévia – Invalidade da Audiência Prévia), sempre se dirá, (i) quanto ao prazo concedido para o efeito, que a concessionária, por ser apenas o mínimo legal, considera ser manifestamente exíguo para uma pronúncia devidamente fundamentada, devendo considerar-se desproporcional à tarefa exigida, tal como resulta do despacho do Exmo. Senhor Presidente, datado de 10/03/2017, que foi dado cumprimento ao determinado no artigo 122.º do CPA no que diz respeito à fixação do prazo, não existindo uma obrigação de fixar um prazo mais dilatado do que os 10 dias.

Mais, na verdade, a concessionária não foi “apanhada de surpresa” no dia 3 de março, com a notificação que lhe foi dirigida, da intenção do Município em declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos bem como de acionar o resgate e de pagar uma indemnização e compensação por tais atos.

A concessionária tem perfeito conhecimento dessa intenção através da Entidade Reguladora, no âmbito do pedido de parecer que lhe foi formulado, e que conduziu ao envio de toda a documentação que havia sido remetida para a aludida entidade pelo menos desde o dia 25 de janeiro.

Mais, em 12/01/2017, e na sequência do ofício da ERSAR dirigido ao Município a dar nota de que ela própria, enquanto entidade reguladora, iria solicitar à concessionária que se pronunciasse sobre a intenção do Município, foi enviado, através do ofício saída 2017/656, o parecer subscrito pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Pedro Fernández Sánchez que analisa a (in)validade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão da exploração e gestão do sistema municipal de água e saneamento do concelho de Mafra e que contem os fundamentos de facto e de direito da decisão proferida quanto à intenção de declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos.

Tal como resulta do processo instrutor, a concessionária, através de ofício datado de 08/02/2017, pronunciou-se, perante a ERSAR, sobre a intenção do Município de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos bem como de acionar o resgate e de pagar uma indemnização e compensação por tais atos.

Não quer com isto significar-se, e prevenindo já leituras díspares por parte da concessionária, que, por tais circunstâncias, estivesse o Município dispensado de proceder à audiência prévia ou, de alguma forma, legitimado a aligeirá-la, o que, de todo, não aconteceu.

Pese embora a concessionária se tenha pronunciado perante a entidade reguladora, a demanda desta e na presença da documentação que foi enviada pela concedente, foi realizada, no seio do procedimento desencadeado de intenção de declaração da nulidade dos segundo e terceiro aditamentos bem como de acionamento do resgate pagamento de uma indemnização e compensação por tais atos, como tinha de ser, a audiência prévia da concessionária.

Com isto quer apenas evidenciar-se que a alegação da concessionária quanto à exiguidade do prazo (10 dias) para o exercício, devidamente fundamentado, de audiência prévia, devendo considerar-se desproporcional à tarefa exigida, não merece acolhimento na realidade dos factos dado que a concessionária já estava na posse de todos os factos relevantes para o seu exercício pelo menos a partir do dia 25 de janeiro, data em que a ERSAR disponibilizou toda a documentação enviada pelo Município.

Quanto à alegação de que (I, (ii)) da consulta do processo se concluiu que os diversos documentos dele constantes não foram notificados ou dados a conhecer à concessionária e outros havia, cuja referência ali é feita, que não se encontravam juntos ao mesmo, estando inacessíveis, há a referir que tal questão foi já dilucidada através do despacho do Exmo Senhor Presidente datado de 16/03/2017, e contrariamente ao que é referido, os mesmos constam do CD existente no processo que foi consultado, sendo que é a própria concessionária que, no seu requerimento datado de 15 de março, afirma a existência de um CD, presumindo que o mesmo contem os documentos referidos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Quanto à conclusão, formulada pela concessionária, de que o envio dos documentos solicitados significa o reconhecimento por parte do Município da falta de documentos invocada, há a referir que não se entende como é que o deferimento de um pedido de formulação de cópias de documentos pode significar a assunção de que os mesmos não existem.

Na verdade, eles existem e estavam no processo tanto mais que foram solicitados pela concessionária e fornecidos.

Por último, no que diz respeito à Questão Prévia (I) vem a concessionária alegar que, porque o primeiro documento existente no processo data de 05/12/2016, o mesmo se encontra manifestamente incompleto *"... por necessariamente ter tido que ter início em momento muito anterior no tempo, com o despacho que terá dado início ao procedimento de verificação da alegada invalidade e ao resgate"*.

Ora, como refere a concessionária, do processo devem constar todos os «elementos relevantes». Com efeito, o direito de audiência prévia implica que ao destinatário da decisão seja dado a conhecer (1) a decisão e (2) a integralidade das razões, de facto e de direito, que a fundamentam, de forma a que ele possa compreender de forma cabal o *iter* cognoscitivo do decisor. Por isso, os elementos relevantes são os elementos de direito e de facto que conduzem à decisão e que a explicam.

Mas os factos relevantes não são, contudo, aqueles que a concessionária imagina que lhe interessam, ou que imagine lhe possam interessar, ou que de algum modo lhe suscitam curiosidade, obrigando ao ente público a fazer uma espécie de arqueologia procedimental.

Refira-se que o atual procedimento surge no contexto da execução continuada do contrato de concessão, a qual tem produzido um acervo considerável de informação. Como é por demais evidente, não existe um procedimento que tenha sido



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

formalmente iniciado com um ato de “desencadear a hipotética nulidade e o eventual resgate”, que, depois de cumpridas todas as etapas, teria desembocado no projeto de decisão comunicado à concessionária – como candidamente sugere a concessionária.

A verdade é aquela que se refere no projeto de decisão: ao longo do acompanhamento da execução contratual, e depois de formulado, pela concessionária, o pedido de reequilíbrio Económico-financeiro da concessão, os titulares dos órgãos camarários aperceberam-se de eventuais problemas de legalidade e execução contratual, razão pela qual solicitaram a sua análise externamente. É esse *iter* e esses estudos que constam do processo, pela simples razão de que foi assim que ele decorreu.

Note-se também que «todos os factos» é diferente de dizer todas as «razões de facto». E são estas últimas que a concessionária tem o direito de saber – e que sem dúvida lhe foram integralmente facultadas.

Com efeito, e para concluir a análise deste ponto, há a referir que o Município nunca reconheceu, nem reconhece, tal como consta dos despachos proferidos pelo Exmo. Senhor Presidente datados de 10, 16 e 24 de março, para cujos fundamentos de facto e de direito se remete, a que acrescem as razões já referidas supra, os vícios apontados, tendo sempre facultado, como lhe compete, a consulta dos processos requeridos pela concessionária.

Não obstante, foi concedido um prazo adicional para pronúncia, foi disponibilizada a consulta de outros processos especificados e requeridos pela concessionária, designadamente o processo de pedido de reequilíbrio económico financeiro e os processos de contratação de prestação de serviços relacionados, mas ainda assim a concessionária alega que não foi cumprido o direito de audiência prévia, não se conseguindo vislumbrar que mais formalidades é que a concessionária desejaria ver observadas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

No que diz respeito a II (declaração de nulidade), quanto (i) ao momento temporal em que a concedente "... *despertou para uma eventual nulidade*", (iii) pelo decurso do tempo, a existir vício de nulidade este já estaria sanado, nos termos do estabelecido nos termos das disposições conjugadas dos artigos 283.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) com o artigo 101.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) e (v) a declarar-se a nulidade nos moldes propostos, o princípio da boa fé ficará gravemente colocado em causa, atento o decurso do prazo entretanto decorrido (oito anos) como representa um abuso de direito na modalidade de venire contra factum proprium, alegações estas que irão, por economia de análise e similitude de contraditório, ser dirimidas em conjunto, sempre se dirá, aliás, tal como consta da proposta submetida a audiência prévia, que inexistente, ressalvando melhor entendimento, qualquer fundamento válido para exprimir reservas quanto à declaração de nulidade com base numa suposta salvaguarda dos efeitos produzidos pelo decurso do prazo ou pela violação do princípio da boa-fé.

Quanto ao decurso do prazo, importa recordar que a nulidade opera *ipso jure*. Pela sua natureza, a nulidade não é afetada pelo decurso no tempo – de resto, é essa uma das suas principais distinções relativamente à anulabilidade. A declaração pelo Município da nulidade dos aditamentos não é constitutiva de uma nova realidade jurídica, nem sequer modificativa de um negócio jurídico existente. É apenas uma constatação da existência do desvalor, que nos termos do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo determina a não produção de quaisquer efeitos jurídicos. Por isso é que ela é invocável em todo tempo e por qualquer interessado – no limite, qualquer munícipe pode fazê-lo de sua iniciativa, neste momento (cfr. artigo 286.º do Código Civil).

É claro que a declaração de nulidade não pode realizar-se sem ter presente a tutela de interesses jurídicos excessivamente afetados. Por esse motivo a lei permite



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

hoje expressamente uma declaração de nulidade *ex tunc*, mas que surge, apenas e tão-só, como válvula de escape contra a ofensa intolerável que uma remoção radical dos efeitos fácticos que o negócio nulo produziu no ordenamento poderia implicar em posições já consolidadas pelo decurso do tempo (cfr. artigo 162.º, n. 3, do Código do Procedimento Administrativo).

Contudo esse escape não significa transformar o regime da nulidade numa invalidade atípica ou numa anulabilidade: se um ato ou contrato revela uma insusceptibilidade genérica de produção de efeitos jurídicos, as mitigações impostas pelo decurso do tempo não transformam a natureza do ato ou contrato nulo e não lhe devolvem uma produtividade de que ele já carecia na sua génese.

O que esse estado permite (ou até obriga) é a eliminar essas ofensas intoleráveis que possam ser sentidas pela concessionária – e é precisamente isso que o Município se propõe fazer, rejeitando-se em absoluto que a decisão do Município de declarar a nulidade é violadora do princípio da boa-fé.

Seria completamente ofensivo ao ordenamento jurídico convalidar um negócio jurídico nulo com uma suposta defesa da boa fé contratual. Seria suposto um município executar financeiramente um contrato nulo? Será o decurso do prazo uma confirmação de irregularidades passadas, sendo essas irregularidades tão graves ao ponto de o ordenamento jurídico lhes cominar a nulidade? Estará um órgão inibido de (re)apreciar a validade de atos praticados no passado? No fundo, estará um órgão administrativo impedido de corrigir sua atuação quando ela tenha manifestamente violado a lei? É evidente que não.

A declaração de nulidade é a estritamente necessária para reparar a desconformidade detetada, nem mais nem menos. Ela é a exata medida, moderada e racional, do cumprimento do poder-dever do Município perante o vício do aditamento.

Sublinha-se que o Município não se pretende furtar à responsabilidade indemnizatória que resulta da verificação da nulidade adotada. Verifica-se, simplesmente, que essa responsabilização só pode colocar o património da concessionária na situação em que se encontraria se esta não tivesse celebrado



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

um negócio jurídico inválido, ressarcindo os prejuízos, de acordo com a lei. Mas não se encontra fundamento, em contraste, para se entender que ao Município é subtraída a faculdade declarar a sua nulidade, fazendo equivaler um negócio nulo e genericamente improdutivo a um negócio plenamente válido e eficaz.

Enfatiza-se que a nulidade invocada não é um problema exclusivamente assacável ao Município, como se a questão que está na sua génese fosse um facto totalmente alheio à concessionária e do seu inteiro desconhecimento. O que está em causa é um aditamento celebrado com a concessionária em 2009, e cujas negociações entre as partes começaram, obviamente, mais cedo, tendo sido até a concessionária que, tal como consta de ofício entrado nos serviços em 28 de julho de 2008 (entrada 20984), propôs, na íntegra, as condições que o aludido aditamento deveria consagrar.

Quer isto significar que, no que especificamente concerne à posição da Concessionária, a mesma foi a autora do aditamento ao contrato formulando validamente a sua vontade, pese embora as causas de invalidade do negócio jurídico celebrado serem minimamente detetáveis à luz dos parâmetros de Direito Português e Europeu.

Já quanto à alegação II ii) de que o segundo aditamento não configura uma alteração substancial ao contrato, mas, tão só uma reintegração na concessão da exploração do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que já estava inicialmente previsto, inexistindo, por conseguinte, uma situação de desrespeito pelo objeto do contrato e pelos princípios da concorrência, proteção do mercado e de terceiros, não deixa de ser curioso constatar que a jurisprudência em que a concessionária assenta a sua posição é exatamente a mesma que é invocada pelo Município, designadamente no parecer jurídico em que assentou a sua posição, subscrito pelos Professores Sérvulo Correia e Pedro Fernández Sánchez.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Adianta-se, desde já, e tal como resultou fundadamente da posição que foi assumida pelo Município, e que se estribou, repete-se, no parecer acima referido, que o segundo aditamento não se limitou, tal como quer fazer crer a concessionária, a reintegrar na concessão a exploração do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que já estava inicialmente previsto (o que não redundaria em qualquer vício), mas aditou, de forma inovatória, a obrigação de investimento, por parte da concessionária, no aludido sistema.

Ora, esta circunstância conduz a que a alteração realizada esbarre com pelos menos dois dos critérios cujo cumprimento deveria ter sido assegurado à luz da jurisprudência europeia, bastando apenas que ocorresse um para que a modificação operada pelo segundo aditamento não fosse válida.

Na verdade, a alteração promovida *"alarga o contrato, numa medida importante, a serviços inicialmente não previstos"*, sendo que o limite quantitativo admitido para a "adição" de serviços inicialmente não previstos tem por referência uma percentagem do preço contratual, sendo esta em tudo semelhante às regras sobre a adjudicação de trabalhos a mais ou de serviços a mais, cifrando-se em 50% do preço inicial.

Ora, o aditamento de prestações construtivas avaliadas em €13.600.000 (treze milhões e seiscentos mil euros) resultantes do segundo aditamento a um contrato cujo valor atribuído à concessão inicial é de €12 500 000 (doze milhões e quinhentos mil euros), correspondente à renda devida pela concessionária, por si só, redundando no incumprimento do critério quantitativo acima referido, sendo o valor dos investimentos resultantes do segundo aditamento superior ao valor global que as partes atribuíram inicialmente à concessão, ainda que os dois referidos montantes não possam ser equiparados de forma simplista, tal como explicitado no parecer que se vem a acompanhar e que serviu de fundamento às decisões tomadas.

Por terem sido ultrapassados os limites aplicáveis ao valor e à dimensão das prestações objeto da modificação contratual, os quais foram previstos como válvula



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

de escape para, dentro de uma medida razoável, evitarem a renovação do procedimento concorrencial, deixa de ser possível invocar alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou uma nova ponderação das circunstâncias existentes por razões de interesse público, que habilitem as partes a modificar o contrato existente, sem submeter tal modificação, de novo, as regras concorrenciais.

O problema não reside, como resulta manifesto no parecer que se vem a acompanhar e cujos fundamentos de facto e de direito fazem parte integrante das decisões tomadas, na utilização da figura da modificação do contrato, a qual está, legalmente, expressamente consagrada, mas sim na circunstância de ter sido atribuído à concessionária a prerrogativa de realização de novas obras que, como se disse acima, no plano quantitativo, ultrapassam o valor atribuído pelas partes à concessão e que, no plano qualitativo, constituem prestações que não encontram qualquer precedente no clausulado do contrato original.

Escalpelizada que está a primeira circunstância que conduz a que a alteração realizada esbarre com os critérios cujo cumprimento deveria ter sido assegurado à luz da jurisprudência europeia, há agora que referir a segunda circunstância que conduz a tal conclusão.

Tal como referido nos Acórdãos Presstext ou Wall AG, também citados na pronúncia da concessionária, a alteração de um contrato público vigente pode ser considerada substancial quando introduz condições que, se tivessem figurado no procedimento de adjudicação inicial, teriam permitido admitir proponentes diferentes dos inicialmente admitidos ou teriam permitido aceitar uma proposta diferente da inicialmente aceite.

Ora, as novas prestações construtivas, pela natureza qualitativamente diferente em face de todas as prestações inicialmente previstas no Caderno de Encargos e pela própria dimensão quantitativa que assumiram no contexto global da concessão, seriam suscetíveis de permitir aos concorrentes do concurso de 1994 configurar



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

uma distinta estratégia (remuneratória de execução das prestações) de elaboração da sua proposta que viabilizaria uma diferente pontuação e ordenação à luz do critério de adjudicação. Não era possível imaginar, em 2009, quem teria sido o adjudicatário em 1994 se o mercado tivesse sido informado que o contrato a celebrar incluiria relevantíssimas prestações de construção e ampliação de infraestruturas, e não apenas a exploração e gestão das infraestruturas já existentes.

Uma tal reconfiguração do objeto da concessão, se tivesse figurado no procedimento inicial, *i) teria alargado o universo possível de concorrentes* – poderia suscitar o interesse de novos operadores económicos que só não compareceram no procedimento porque não acharam suficientemente atrativas as prestações enumeradas no Caderno de Encargos – ou *ii) teria alterado a decisão de adjudicação* – porque, modificando o próprio objeto contratual, também poderia alterar a pontuação conferida a cada proposta em razão das condições contratuais apresentadas por cada concorrente.

São estas as razões de facto e de direito que presidiram às decisões tomadas pela Câmara Municipal e que conduzem, ao contrário do pretendido pela concessionária, à conclusão de que o aditamento celebrado consubstancia uma alteração substancial ao contrato, configurando uma situação de desrespeito pelo objeto do contrato e pelos princípios da concorrência, proteção do mercado e de terceiros.

Há que analisar agora, no que diz respeito à nulidade, a posição da concessionária quando alega II) (iv) que não se entende, atento o princípio do aproveitamento dos atos e da vontade das partes, como a eventual invalidade da cláusula 7.<sup>a</sup> do segundo aditamento pode transmitir-se a todo o aditamento e ao terceiro aditamento.

Mais uma vez, fazendo apelo aos fundamentos de facto e de direito que constam das decisões tomadas e que se estribam no parecer a que se tem vindo a fazer referência, remete-se a este propósito, para o que ali consta, designadamente nos pontos 48 e seguintes, onde é afirmado que a celebração do segundo aditamento



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

não consistiu tão só na inversão do primeiro aditamento "... retratando-se da opção de amputar o Sistema de Efluentes do domínio da Concessão, e, só então, tivesse aproveitado instrumentalmente essa inversão para requerer à Concessionária a realização de novos investimentos.

Muito pelo contrário, como resulta até textualmente do texto preambular do Segundo Aditamento, o Município considerou fundamental o "desígnio" de elevar o nível de serviço até um patamar de 85%, e, à luz do esforço financeiro exigido para a realização dos investimentos necessários a tal desígnio, surgiu como solução adequada a restauração, na esfera jurídica da Concessionária, das responsabilidades no setor dos efluentes que inicialmente já lhe estavam atribuídas. Só por isso é que as demais prestações acordadas no Segundo Aditamento foram nele incluídas; só em razão da necessidade de encontrar um investidor é que o saneamento regressou à Concessão.

Sem esses investimentos, não haveria justificação para a opção da inversão do Primeiro Aditamento; e toda a equação económico-financeira inerente à reposição do equilíbrio contratual – incluindo a mencionada prorrogação do prazo da Concessão, bem como o nível remuneratório então acordado – só podia fazer sentido à luz dos investimentos exigidos à Concessionária e, em consequência, à luz da nova dimensão que a Concessão ganharia quando as infraestruturas estivessem construídas ou ampliadas.

Por conseguinte, embora o vício de nulidade do Segundo Aditamento encontrasse o seu fundamento básico bem localizado na respetiva Clausula 7.ª, não se vê como compartimentar o seu clausulado de modo a preservar uma parte das novas obrigações contratuais aprovadas em 2009. Nenhuma dessas obrigações poderia ser entendida à parte dessa cláusula 7.ª; nenhuma delas faria sentido sem se pressupor a conclusão dos investimentos construtivos que definiram o verdadeiro alcance do Sistema de Efluentes que ficaria (re)integrado na Concessão desde 2009.

Nem se imagina, à luz do critério presente no artigo 292.º do Código Civil, que as partes quisessem concluir um tal aditamento sem a parte viciada: os elementos interpretativos disponíveis no acervo documental que rodeou o acordo de 2009 não contem qualquer indicação de que as Partes ponderassem a hipótese de reintegrar o Sistema de Efluentes no objeto da concessão sem a concretização dos investimentos transferidos para a Concessionária.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

*Por isso, não sendo demonstrável a suscetibilidade de cisão das cláusulas incluídas no Segundo Aditamento e de redução da respetiva nulidade a apenas uma parte delas, a verificação da nulidade da sua Clausula 7.<sup>a</sup> parece **contaminar a globalidade deste título contratual.***

*Em consequência, a **própria (re)integração do Sistema de Efluentes no objeto da Concessão é abrangida pela nulidade**, tendo em conta o vício do negócio jurídico que a titula."*

No que diz respeito ao terceiro aditamento, remete-se, também, para o que consta no parecer anexo às decisões tomadas, transcrevendo-se, o seguinte:

- "A simples formulação deste contexto do acordo de 2012 torna patente a *ligação umbilical* entre os dois últimos Aditamentos ao Contrato de Concessão. Se um novo título jurídico foi concluído em 2012, tal deveu-se à necessidade de reformulação do calendário de execução das prestações definidas na Cláusula 7.<sup>a</sup> do Segundo Aditamento – a mesma onde se localizou o principal fundamento da nulidade do acordo de 2009. Se as Partes, em violação dos limites à modificação de contratos públicos, não tivessem integrado no Contrato de Concessão novas obrigações construtivas que dele se encontravam inicialmente ausentes, tão-pouco poderiam logicamente, em 2012, reformular essas mesmas obrigações *ilicitamente contratualizadas*. Como é óbvio, nenhuma recalendarização de investimentos poderia ser acordada se as Partes não tivessem primeiro contratualizado a própria realização desses investimentos e os tivessem integrado no clausulado contratual.

Numa palavra, a remoção do Segundo Aditamento do ordenamento jurídico implicaria, necessariamente, o desaparecimento reflexo do Terceiro Aditamento.

Assim, sendo verificada a nulidade do Segundo Aditamento, com os fundamentos acima expostos, tal implica a nulidade consequente do Terceiro Aditamento."

No que diz respeito aos argumentos aditados pela concessionária, quanto à propugnada nulidade, após novo prazo de concessão de audiência prévia, de que i) após consulta ao processo de reposição do equilíbrio económico financeiro da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

concessão, e invocando a informação remetida para a Câmara em 30/05/2015 da autoria do Dr. Tiago de Sousa d'Alte, com o assunto "*Contrato de Concessão Be Water – Pedido de Reposição de Equilíbrio*", o "... tema da eventual nulidade do aditamento ao contrato de concessão de 2009..." é referido pela primeira vez, sendo que o é em moldes diferentes do teor da proposta sob análise e do parecer emitido pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernández Sánchez, designadamente referindo tão só a nulidade do aditamento celebrado em 2009 (não se pronunciando sobre a nulidade de 2012), bem como refere que não existe uma automática comunicação da invalidade do ato procedimental ao ato consequente tal como resulta do n.º 1 do artigo 283.º do CCP, ii) a Informação datada de 13/01/2009 da Técnica Superior Jurista sobre o parecer do IRAR, relativa à proposta de celebração do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão, sustenta que não existem objeções legais à assinatura do aditamento em questão, tendo sido esse o sentido dos despachos exarados sobre a referida informação, bem como a posição manifestada no ofício dirigido pelo Vice-presidente da Câmara ao IRAR em que é referido que foram ponderados os comentários da Entidade Reguladora, entendendo-se que o aditamento não estaria a violar nem o objeto do contrato de concessão nem a lei da contratação pública, dir-se-á o seguinte:

- As referidas informações, sublinha-se, não constituíram fundamento do projeto de decisão de declaração de nulidade, nem enformaram o sentido da mesma.

Os fundamentos da declaração de nulidade são unicamente os indicados de forma bem explícita no projeto de decisão, e que incorporam *in totum* a argumentação aduzida pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernandez Sanchez. Encontra-se assim a fundamentação de direito estritamente circunscrita a esse parecer. A existência no processo destas ou quaisquer outras informações que possam não ser inteiramente concordantes é, por isso, uma falsa questão, na medida em que a decisão é exclusivamente referencial para o parecer referido.

Em todo o caso e para que não germinem quaisquer equívocos, aproveita-se para esclarecer que não existe qualquer contradição entre a informação de 30.05.2015 do Dr. Tiago Souza d'Alte e o parecer subsequente dos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernandez Sanchez.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Como até a concessionária reconhece, mediante essa informação de Maio de 2015 o Dr. Tiago Souza d'Alte apenas informou o executivo municipal para a questão da invalidade do contrato de concessão, mais precisamente do seu Aditamento de 2009, suscitando a nulidade do mesmo. Mas fê-lo num contexto especial. É bom recordar que o Dr. Tiago Souza d'Alte não fora contratado para avaliar a validade do contrato de concessão, mas sim para assessorar a Câmara no processo de reequilíbrio económico-financeiro iniciado pela concessionária. Sucede porém que em resultado do seu labor jurídico nesse processo, tornou-se para si evidente a existência de dúvidas sobre a validade do instrumento contratual que estava a ser executado. E entendeu naturalmente ser seu dever reportá-lo ao executivo. Fê-lo mediante uma análise meramente perfunctória da questão, porque evidentemente essa matéria recaía fora do âmbito do seu contrato de assessoria.

Mas a questão revestia-se de evidente gravidade para o executivo municipal; e por isso mesmo nunca se dispensaria a sua análise em detalhe. Foi precisamente isso que o executivo providenciou, solicitando o subsequente parecer ao Professor Doutor Sérvulo Correia.

Resta dizer que o parecer do Professor Doutor Sérvulo Correia confirmou o juízo inicial do Dr. Tiago Souza d'Alte acerca da nulidade do Aditamento de 2009.

Relativamente (III) à intenção de acionar o resgate da concessão, e pese embora a concessionária reconheça o direito legal e contratual do Município de fazê-lo, há que responder às alegações formuladas que põem em causa as razões de interesse público invocadas, considerando que está por demonstrar que a indemnização devida pelo acionamento do resgate é inferior aos cash flow gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão, bem como responder aos alegados erros apontados ao Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) apresentado, designadamente quanto à receita, custos operacionais, investimento, financiamento e custos associados e aspeto geral.

Por fim, e quanto ao valor da compensação devida pelo resgate (IV), entende a concessionária que a mesma fica muito abaixo do valor que entende ter direito,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

pugnando que, por não reconhecer a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos, a mesma deve contemplar não só o serviço de captação, tratamento e distribuição de água como também o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, estimando o valor do resgate *"na ordem dos €50.000.000"*.

Quanto a este particular sempre se dirá, mais uma vez, e tal como resulta exaustivamente do que vem a ser explanado não só neste documento mas em todos os que suportaram as decisões tomadas, que o Município está plenamente convencido que o segundo e terceiro aditamentos celebrados estão feridos de nulidade pelo que a concessionária terá direito à compensação prevista em termos contratuais pelo acionamento do resgate da concessão da exploração e gestão do sistema municipal de água bem como à indemnização pela declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos celebrados que inquinam o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

Ora, porque a afirmação de que está por demonstrar que a indemnização devida pelo acionamento do resgate e de declaração de nulidade é inferior aos cash flow gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão, há que começar por, mais uma vez, quantificar o montante a que ascende tal compensação e indemnização, tarefa que a concessionária se furtou de realizar, "atirando para cima da mesa" o número redondo de cerca de €50 000 000, sem que tenha demonstrado de que forma é que chegou a esse valor.

Tal como resulta da decisão tomada em reunião de câmara realizada no passado dia 3 de março, entende o Município, pelos fundamentos aí expressos e para os quais se remete na íntegra e que, recorde-se, espelha também a posição da ERSAR no que diz respeito ao valor a apurar, que o montante (aproximado) devido à concessionária pelo resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos é de **€16.340.608**, tal como visível no quadro infra.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Compensações a pagar à Concessionária, com Nulidade do 2º e 3º Aditamento

(em €)	Valores	Observações
Compensação por Reequilíbrio Financeiro	786 357	
Desvios de Caudal de Água	786 357	Até Dez.2014, a preços de 2014
Compensação por Resgate	6 329 867	
Estimado pela ERSAR	6 010 121	Até Dez.2016, a preços de 2016 (parte dos valores estimados pela CMM/PWC)
Ativos Fixos Tangíveis	319 746	Valores em Dez.2015
Compensação por Declaração de Nulidade do 2º e 3º Aditamento	9 224 384	
Estimado pela ERSAR	13 120 486	até Dez.2014/Dez.2015, a preços de 2016
Estimativa Fluxo Caixa em 2015 e 2016 líquido de imposto sobre rendimentos	-3 896 102	Estimado pela CMM
Total de Compensações a Pagar à Concessionária	16 340 608	

Mais, naquela oportunidade e pelas razões ali expressas foi quantificado o valor devido pelo resgate total da concessão (águas e saneamento), e aderindo, mais uma vez, ao apuramento feito pela ERSAR considera-se que nesta hipótese, a qual, mais uma vez se diz, se admite só por mera hipótese de raciocínio, o valor atingirá cerca de €22 Milhões.

Quantificada que está, com evidência dos critérios em que tal quantificação assentou, o valor devido pela compensação e indemnização à concessionária, não se vislumbrando outros que possam vir a ser apresentados de forma a que o montante devido venha a atingir os reclamados €50 000 000, há agora, mais uma vez, que demonstrar que os cash flows gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão são superiores ao montante acima referido, quer este seja de €16.340.608, quer seja de €22.734.017.

Esta demonstração assenta, desta feita, no documento intitulado "Avaliação Económica, técnica e financeira do novo modelo de exploração dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais de Mafra. Notas complementares ao modelo" e que responde, na íntegra, aos alegados erros apontados, pela concessionária, ao Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) anteriormente apresentado, designadamente quanto à receita, custos operacionais, investimento, financiamento e custos associados e aspeto geral.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Nesta oportunidade e tendo presente o referido pela Entidade Reguladora "... *será de prosseguir a via do resgate caso a indemnização por ele devida seja inferior aos cash flows esperados até final do período de concessão...*", dúvidas não restam, tal como tem sido sempre defendido, que tal condição se encontra observada, encontrando-se, conseqüentemente, observado o requisito do interesse público para resgatar a concessão.

Como se encontra demonstrado no estudo referido, o cash-flow libertado (EBITDA), no cenário mais exigente (redução de 5% do valor das tarifas e cerca de €8 Milhões de investimento adicional em águas residuais, perfazendo um total de investimento em águas residuais de €9.700.000, em comparação com €1.920.000 previstos pela concessionária) ascende a **€36 Milhões**, excedendo em cerca de **€20 Milhões** o valor estimado para pagamento da compensação e indemnização devidas pelo resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos.

Aqui chegados e tão só por mero dever de patrocínio, sempre se dirá que, ainda que a posição defendida pelo Município, de declaração da nulidade dos segundo e terceiro aditamentos não venha a merecer sustentação, o que, só por mera hipótese de raciocínio, se enuncia, ainda assim, o pressuposto do superior interesse público no resgate da concessão, desta feita da água e saneamento, se encontra observado dado que a indemnização a pagar à concessionária, pelo resgate total da concessão, e aderindo, mais uma vez, ao apuramento feito pela ERSAR (aproximadamente €22 Milhões), é inferior aos cash flows esperados da exploração dos sistemas pelo Município, em cerca de €14 Milhões de Euros, sublinha-se, com redução da tarifa em 5%, em relação ao valor que está a ser cobrado atualmente e com um aumento de investimento de €8.000.000 em águas residuais, em relação ao previsto pela concessionária.

De notar que o estudo anexo que contem os resultados de exploração acima referidos dá resposta à crítica apresentada pela concessionária nas audiências prévias que exerceu, no que diz respeito a I), Receita, II) Custos Operacionais,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

III) Investimento, IV) Financiamento e Custos Associados, na medida em que I (i) o mesmo apresenta mais do que uma linha de receitas, decompondo a receita em componente fixa e componente variável, (ii) contempla as perdas de imparidade de dívidas de clientes (ver pag. 22 do documento referido), II) (i) o valor que o Município recebia da renda da concessão (cerca de 1 milhão por ano) era utilizado também para investimento na rede de água, sendo agora que o cash flow gerado permitirá um índice de investimento muito superior ao que estava previsto pela concessionária, III) i) o investimento respeitante ao pagamento à concessionária (cerca de 16,3 milhões de euros) está perfeitamente sustentado, não tendo a mesma gizado sequer qualquer quantificação que lhe permita chegar aos reclamados €50 000 000, ii) os investimentos propugnados pelo Município encontram-se perfeitamente detalhados no estudo anexo (cfr. Pags. 42 a 43), IV) i) pese embora o prazo de reembolso do financiamento ir para além do prazo da concessão, o que é facto é que os cash flows gerados no período até ao final da concessão são suficientes para pagar os valores devidos pela compensação e indemnização e suportar investimentos, repete-se, muito superiores ao que a concessionária faria, ii) o Município tem capacidade de endividamento para suportar os financiamentos que irão ser pedidos, conforme quadro anexo, iii) num cenário de aumento da EURIBOR e uma vez que o estudo económico financeiro assentou em preços constantes, há a referir que as condições de mercado e da tarifa, terão de acomodar as alterações de circunstância.

Debeladas que estão as críticas apresentadas aos pressupostos económico financeiros e de tudo o que precede, quer se resgate a concessão do sistema de águas e se declare a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ou se resgate a concessão no seu todo, pagando, obviamente, as compensações e indemnizações devidas, demonstrado está que **o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos se os sistemas forem explorados pelo Município, dado que, em ambos os casos, o montante a pagar é inferior aos cash flows esperados até final do período de concessão.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Aqui chegados e tendo presente o parecer anexo sobre o assunto "Serviços municipalizados. Gestão direta dos serviços de abastecimento de água e saneamento", para cujos fundamentos de facto e de direito se remete na íntegra, e uma vez que a criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento só ocorrerá depois de decorrido o prazo do acionamento do resgate, julgo, ressaltando melhor entendimento, que estão reunidos os pressupostos para, depois de ouvida a concessionária e ponderados os argumentos por esta trazidos, a Câmara Municipal delibere:

- I) propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a declaração, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 162.º do CPA com a alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º do CPA, pelas razões de facto e de direito que constam do parecer intitulado "DA (IN)VALIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA", a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao identificado contrato;
- II) Propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o acionamento do resgate por se encontrarem observados os requisitos previstos na cláusula 2.8 do contrato de concessão validamente celebrado, dado que o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos, se se operar o resgate do contrato de concessão, e já decorreu um quinto do prazo da concessão;
- III) Propor à Assembleia Municipal que delibere, sem prejuízo do valor definitivo que vier a ser apurado após a quantificação dos valores contabilísticos em falta e da data concreta da produção de efeitos das decisões a tomar, pagar uma indemnização pela declaração de nulidade



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

que atinge o valor de **€9.224.384** (nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil e trezentos e oitenta e quatro euros) e uma compensação pelo resgate da concessão no valor de **€7.116.224** (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), totalizando, o valor da indemnização e compensação **€16.340.608** (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil e seiscentos e oito euros);

- IV) Propor à Assembleia que, nos termos do disposto nos Decretos Lei 194/2009, de 20 de agosto, 305/2009, de 23 de outubro e Lei 50/2012, de 31 de agosto, delibere adotar o modelo de gestão direta dos serviços de águas e saneamento, através da subsequente criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.

08/05/2017

O Vice-presidente,

(Joaquim Sardinha)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

### INFORMAÇÃO Interno/2017/6892

**ASSUNTO:** EXERCÍCIO DO DIREITO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA BE WATER SA QUANTO À INTENÇÃO DO MUNICÍPIO DE DECLARAR A NULIDADE DOS SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E DE RESGATAR A CONCESSÃO, PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS  
CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

Na sequência da notificação que lhe foi dirigida em 03/03/2017, sobre a intenção do Município de declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão e de a resgatar bem como de pagar a indemnização e compensação devidas por tais atos, e depois de ter formulado dois pedidos, um em 09/03/2017, de prorrogação de prazo da audiência prévia e de acesso ao processo e outro, em 15/03/2017, de cópias de documentos do processo e de acesso aos arquivos municipais para consulta "... de todos os documentos anteriores aos constantes no processo, desde o seu início (despacho a dar início ao procedimento tendente à verificação da alegada invalidade e ao resgate, informações internas correspondentes e pedidos de consulta à Sérvulo e à PWC), os quais foram objeto de despachos proferidos pelo Exmo Senhor Presidente datados, respetivamente, de 10/03/2017 e 16/03/2017, vem a concessionária, através de mandatário constituído para o efeito, em síntese, alegar o seguinte:

I – Como questão prévia, entende a concessionária, repetindo os argumentos que usou nos dois pedidos acima referidos, e que foram alvo das decisões também referidas, que a audiência prévia de que foi alvo é inválida (i) dado que o prazo concedido para o efeito, por ser apenas o mínimo legal, é manifestamente exíguo para uma pronúncia devidamente fundamentada, devendo considerar-se desproporcional à tarefa exigida, (ii) da consulta do processo concluiu que os diversos documentos dele constantes não foram notificados ou dados a conhecer à concessionária e outros havia, cuja referência ali é feita, que não se encontravam aos ao mesmo, estando inacessíveis, e que (iii) porque o primeiro documento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Administração Geral e Finanças

existente no processo data de 05/12/2016, o mesmo se encontra manifestamente incompleto "... *por necessariamente ter tido que ter início em momento muito anterior no tempo, com o despacho que terá dado início ao procedimento de verificação da alegada invalidade e ao resgate*".

Prossegue a concessionária aludindo ao pedido que formulou em 15/03/2017, de envio de documentos constantes ou referidos no processo bem como de documentos não constantes do mesmo "... *mas sem os quais não é possível a compreensão dos documentos notificados*", bem como o acesso "... *à integralidade do processo ..., incluindo a todos os documentos anteriores aos constantes no processo ...*", extraíndo das suas afirmações que "*Fica, assim, por demais evidente que, diferentemente do entendimento da CMM, não foram facultados à Be water todos os elementos necessários para conhecer a integralidade dos aspetos relevantes da decisão, como exigido nos termos do n.º 2 do artigo 122.º do CPA*".

Continua, salientado que o envio dos documentos solicitados pela concessionária significa o reconhecimento por parte do Município da falta de documentos invocada, o que, diga-se desde já, não se concede, dado que a concessionária pediu cópia dos documentos que especificou e foram esses que foram enviados assim como a alegada incompletude do processo é reconhecida na medida em que o Município sustenta que o fundamento que presidiu à análise aprofundada de toda a concessão, pelas fortes implicações que teria na tarifa a aplicar, foi o pedido de reequilíbrio económico-financeiro formulado, o qual, por datar de 2015 ou inícios de 2016, obrigaria a que o processo consultado tivesse também o seu início nessa data.

Persiste, insistindo que a notificação feita "... *não pode ser considerada legal...*", por incorrer na preterição de duas formalidades essenciais, quais sejam a não junção de todos os elementos relevantes e a não indicação das horas e local para consulta do processo, o que necessariamente afetará a validade da decisão final.

Quanto à intenção do Município (II) declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão, insurge-se a concessionária quanto (i) ao momento temporal em que a concedente "... *despertou para uma eventual nulidade ...*", não crendo que o pedido de reequilíbrio económico financeiro tivesse tido a



24

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

virtualidade de instalar as dúvidas quanto à perfeição dos aditamentos celebrados, entendendo que (ii) o segundo aditamento teve como objetivo reintroduzir entre as obrigações da concessionária a gestão do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, cujos efeitos contratuais haviam sido suspensos na sequência da celebração do primeiro aditamento ao contrato, prevendo, apenas adicionalmente, e exclusivamente para assegurar esse objetivo principal, outras obrigações necessárias a garanti-lo, como seja a realização de investimentos em infra-estruturas no sistema de recolha de efluentes do Município, não consubstanciando, o aditamento celebrado, uma alteração substancial ao contrato, estribando-se em jurisprudência e doutrina para sustentar a sua tese. Entende, por conseguinte, que as alterações introduzidas pela clausula 7.<sup>a</sup> do segundo aditamento ao contrato de concessão não configuram uma situação de desrespeito pelo objeto do contrato, nem pelos princípios da concorrência, proteção do mercado e de terceiros, discordando também da nulidade consequente do terceiro aditamento.

Acrescenta que (iii) pelo decurso do tempo, a existir vício de nulidade este já estaria sanado, nos termos do estabelecido nos termos das disposições conjugadas dos artigos 283.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) com o artigo 101.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), e que (iv) não se entende, atento o princípio do aproveitamento dos atos e da vontade das partes, como a eventual invalidade da clausula 7.<sup>a</sup> do segundo aditamento pode transmitir-se a todo o aditamento e ao terceiro, a (v) declarar-se a nulidade nos moldes propostos, o princípio da boa fé ficará gravemente colocado em causa, atento o decurso do prazo entretanto decorrido (oito anos) como representa um abuso de direito na modalidade de *venire contra factum proprium*, tal como referido pela ERSAR no seu parecer.

Todas estas razões (II) levam à não aceitação da declaração de nulidade proposta e consequentemente, à rejeição dos cálculos apresentados pelo Município.

Quanto (III) à intenção de acionar o resgate da concessão, a concessionária reconhece o direito legal e contratual do Município de fazê-lo, pondo contudo em



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

causa as razões de interesse público invocadas, considerando que está por demonstrar que a indemnização devida é inferior aos cash flow gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão, apontando alguns erros ao estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) apresentado, designadamente quanto à receita, custos operacionais, investimento, financiamento e custos associados.

Por fim, e quanto ao valor da compensação devida pelo resgate (IV), entende a concessionária que a mesma fica muito abaixo do valor que entende ter direito, pugnando que, por não reconhecer a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos, a mesma deve contemplar não só o serviço de captação, tratamento e distribuição de água como também o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, estimando o valor do resgate *"na ordem dos €50.000.000"*.

Para que a concessionária não se sentisse inibida ou fragilizada no exercício do seu direito, nem para que se focasse numa (não) questão menor de forma, desprezando as verdadeiras e substanciais razões que subjazem à decisão proferida, e ainda que não se tenha reconhecido os vícios apontados, em homenagem aos princípios da boa fé, da colaboração com os particulares e da participação, previstos nos artigos 10.º, 11.º e 12.º do Código de Procedimento Administrativo, por despacho datado de 24 de março, o qual foi objeto de ratificação em reunião de câmara realizada em 31 do mesmo mês, foi concedido um prazo adicional de 10 dias úteis para a concessionária se pronunciar sobre o projeto de decisão que já lhe havia sido notificado, tendo adicionalmente a concessionária sido informada que o processo estaria disponível para consulta na Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos dos Paços do Concelho, todos os dias úteis, entre as 9 horas e as 17 horas.

Assim, e após ter consultado, mais uma vez, o processo, bem como outros processos correlacionados (tais como o processo de pedido de reequilíbrio económico financeiro e os processos de contratação de prestação de serviços, que, de alguma forma, analisaram a concessão) e de ter pedido cópias de alguns dos



PM

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

documentos ali existentes, vem a concessionária, em 7 de abril, a coberto do prazo adicional de audiência prévia concedido através do despacho acima referido, alegar, em síntese, o seguinte:

I – Que as razões alegadas quanto à invalidade da notificação para audiência prévia e respetiva repercussão sobre a validade da decisão final, pese embora o prazo adicional fixado, subsistem, devendo considerar-se integralmente reproduzidas;

II – Sobre a proposta da Câmara, de intenção de acionar o resgate e intenção de declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão bem como o montante das indemnização e compensação devidas por tais atos, vem a concessionária remeter, na íntegra, para tudo o que referiu na sua pronúncia, apresentada em 17/03/2017, reafirmando o total desacordo em relação a ambas as intenções por entender que não se verificam os pressupostos invocados, bem como rejeita os valores propostos.

III – Acrescenta, sem prejuízo da remissão para tudo o que foi já exposto, e tendo em conta a *"... documentação entretanto disponibilizada pela CMM – seja os documentos remetidos em 16/03/2017 (véspera do prazo inicialmente concedido para pronúncia em sede de Audiência Prévia), seja a nova documentação disponibilizada à concessionária para consulta em 31/03/2017..."*, que se irá pronunciar sobre *"... esses novos elementos..."*, fazendo-o da seguinte forma:

**A – QUANTO À NULIDADE:**

- i) Após consulta ao processo de reposição do equilíbrio económico financeiro da concessão, e invocando a informação remetida para a Câmara em 30/05/2015 da autoria do Dr. Tiago de Sousa d'Alte, com o assunto *"Contrato de Concessão Be Water – Pedido de Reposição de Equilíbrio"*, o *"... tema da eventual nulidade do aditamento ao contrato de concessão de 2009..."* é referido pela primeira vez, sendo que o é em moldes diferentes do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

teor da proposta sob análise e do parecer emitido pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernández Sánchez, designadamente referindo tão só a nulidade do aditamento celebrado em 2009 (não se pronunciando sobre a nulidade de 2012), bem como refere que não existe uma automática comunicação da invalidade do ato procedimental ao ato consequente tal como resulta do n.º 1 do artigo 283.º do CCP;

- ii) A Informação datada de 13/01/2009 da Técnica Superior Jurista sobre o parecer do IRAR, relativa à proposta de celebração do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão, sustenta que não existem objeções legais à assinatura do aditamento em questão, tendo sido esse o sentido dos despachos exarados sobre a referida informação, bem como a posição manifestada no ofício dirigido pelo Vice-presidente da Câmara ao IRAR em que é referido que foram ponderados os comentários da Entidade Reguladora, entendendo-se que o aditamento não estaria a violar nem o objeto do contrato de concessão nem a lei da contratação pública;

#### **B- QUANTO AO RESGATE DA CONCESSÃO:**

- i) Refere ainda que após análise detalhada do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF), na sua versão revista após parecer da ERSAR, os pressupostos em que o mesmo assenta quanto às (a) receitas, (b) custos operacionais, (c) investimento e por fim, o (d) aspeto geral, não estarão corretos.

Sintetizada que está a posição da concessionária, manifestada nos dois períodos de audiência prévia concedidos, cumpre agora analisar.

Relativamente ao alegado em I (Questão Prévia – Invalidade da Audiência Prévia), sempre se dirá, (i) quanto ao prazo concedido para o efeito, que a concessionária, por ser apenas o mínimo legal, considera ser manifestamente exíguo para uma



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

pronúncia devidamente fundamentada, devendo considerar-se desproporcional à tarefa exigida, tal como resulta do despacho do Exmo. Senhor Presidente, datado de 10/03/2017, que foi dado cumprimento ao determinado no artigo 122.º do CPA no que diz respeito à fixação do prazo, não existindo uma obrigação de fixar um prazo mais dilatado do que os 10 dias.

Mais, na verdade, a concessionária não foi "apanhada de surpresa" no dia 3 de março, com a notificação que lhe foi dirigida, da intenção do Município em declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos bem como de acionar o resgate e de pagar uma indemnização e compensação por tais atos.

A concessionária tem perfeito conhecimento dessa intenção através da Entidade Reguladora, no âmbito do pedido de parecer que lhe foi formulado, e que conduziu ao envio de toda a documentação que havia sido remetida para a aludida entidade pelo menos desde o dia 25 de janeiro.

Mais, em 12/01/2017, e na sequência do ofício da ERSAR dirigido ao Município a dar nota de que ela própria, enquanto entidade reguladora, iria solicitar à concessionária que se pronunciasse sobre a intenção do Município, foi enviado, através do ofício saída 2017/656, o parecer subscrito pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Pedro Fernández Sánchez que analisa a (in)validade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão da exploração e gestão do sistema municipal de água e saneamento do concelho de Mafra e que contem os fundamentos de facto e de direito da decisão proferida quanto à intenção de declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos.

Tal como resulta do processo instrutor, a concessionária, através de ofício datado de 08/02/2017, pronunciou-se, perante a ERSAR, sobre a intenção do Município de declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos bem como de acionar o resgate e de pagar uma indemnização e compensação por tais atos.

Não quer com isto significar-se, e prevenindo já leituras díspares por parte da concessionária, que, por tais circunstâncias, estivesse o Município dispensado de



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

proceder à audiência prévia ou, de alguma forma, legitimado a aligeirá-la, o que, de todo, não aconteceu.

Pese embora a concessionária se tenha pronunciado perante a entidade reguladora, a demanda desta e na presença da documentação que foi enviada pela concedente, foi realizada, no seio do procedimento desencadeado de intenção de declaração da nulidade dos segundo e terceiro aditamentos bem como de acionamento do resgate pagamento de uma indemnização e compensação por tais atos, como tinha de ser, a audiência prévia da concessionária.

Com isto quer apenas evidenciar-se que a alegação da concessionária quanto à exiguidade do prazo (10 dias) para o exercício, devidamente fundamentado, de audiência prévia, devendo considerar-se desproporcional à tarefa exigida, não merece acolhimento na realidade dos factos dado que a concessionária já estava na posse de todos os factos relevantes para o seu exercício pelo menos a partir do dia 25 de janeiro, data em que a ERSAR disponibilizou toda a documentação enviada pelo Município.

Quanto à alegação de que (I, (ii)) da consulta do processo se concluiu que os diversos documentos dele constantes não foram notificados ou dados a conhecer à concessionária e outros havia, cuja referência ali é feita, que não se encontravam juntos ao mesmo, estando inacessíveis, há a referir que tal questão foi já dilucidada através do despacho do Exmo Senhor Presidente datado de 16/03/2017, e contrariamente ao que é referido, os mesmos constam do CD existente no processo que foi consultado, sendo que é a própria concessionária que, no seu requerimento datado de 15 de março, afirma a existência de um CD, presumindo que o mesmo contem os documentos referidos.

Quanto à conclusão, formulada pela concessionária, de que o envio dos documentos solicitados significa o reconhecimento por parte do Município da falta de documentos invocada, há a referir que não se entende como é que o deferimento de um pedido



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

de formulação de cópias de documentos pode significar a assunção de que os mesmos não existem.

Na verdade, eles existem e estavam no processo tanto mais que foram solicitados pela concessionária e fornecidos.

Por último, no que diz respeito à Questão Prévia (I) vem a concessionária alegar que, porque o primeiro documento existente no processo data de 05/12/2016, o mesmo se encontra manifestamente incompleto *"... por necessariamente ter tido que ter início em momento muito anterior no tempo, com o despacho que terá dado início ao procedimento de verificação da alegada invalidade e ao resgate"*.

Ora, como refere a concessionária, do processo devem constar todos os «elementos relevantes». Com efeito, o direito de audiência prévia implica que ao destinatário da decisão seja dado a conhecer (1) a decisão e (2) a integralidade das razões, de facto e de direito, que a fundamentam, de forma a que ele possa compreender de forma cabal o *iter* cognoscitivo do decisor. Por isso, os elementos relevantes são os elementos de direito e de facto que conduzem à decisão e que a explicam.

Mas os factos relevantes não são, contudo, aqueles que a concessionária imagina que lhe interessam, ou que imagine lhe possam interessar, ou que de algum modo lhe suscitam curiosidade, obrigando ao ente público a fazer uma espécie de arqueologia procedimental.

Refira-se que o atual procedimento surge no contexto da execução continuada do contrato de concessão, a qual tem produzido um acervo considerável de informação. Como é por demais evidente, não existe um procedimento que tenha sido formalmente iniciado com um ato de "desencadear a hipotética nulidade e o eventual resgate", que, depois de cumpridas todas as etapas, teria desembocado



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

no projeto de decisão comunicado à concessionária – como candidamente sugere a concessionária.

A verdade é aquela que se refere no projeto de decisão: ao longo do acompanhamento da execução contratual, e depois de formulado, pela concessionária, o pedido de reequilíbrio Económico-financeiro da concessão, os titulares dos órgãos camarários aperceberam-se de eventuais problemas de legalidade e execução contratual, razão pela qual solicitaram a sua análise externamente. É esse *iter* e esses estudos que constam do processo, pela simples razão de que foi assim que ele decorreu.

Note-se também que «todos os factos» é diferente de dizer todas as «razões de facto». E são estas últimas que a concessionária tem o direito de saber – e que sem dúvida lhe foram integralmente facultadas.

Com efeito, e para concluir a análise deste ponto, há a referir que o Município nunca reconheceu, nem reconhece, tal como consta dos despachos proferidos pelo Exmo. Senhor Presidente datados de 10, 16 e 24 de março, para cujos fundamentos de facto e de direito se remete, a que acrescem as razões já referidas supra, os vícios apontados, tendo sempre facultado, como lhe compete, a consulta dos processos requeridos pela concessionária.

Não obstante, foi concedido um prazo adicional para pronúncia, foi disponibilizada a consulta de outros processos especificados e requeridos pela concessionária, designadamente o processo de pedido de reequilíbrio económico financeiro e os processos de contratação de prestação de serviços relacionados, mas ainda assim a concessionária alega que não foi cumprido o direito de audiência prévia, não se conseguindo vislumbrar que mais formalidades é que a concessionária desejaria ver observadas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Administração Geral e Finanças

No que diz respeito a II (declaração de nulidade), quanto (i) ao momento temporal em que a concedente "... *despertou para uma eventual nulidade*", (iii) pelo decurso do tempo, a existir vício de nulidade este já estaria sanado, nos termos do estabelecido nos termos das disposições conjugadas dos artigos 283.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) com o artigo 101.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) e (v) a declarar-se a nulidade nos moldes propostos, o princípio da boa fé ficará gravemente colocado em causa, atento o decurso do prazo entretanto decorrido (oito anos) como representa um abuso de direito na modalidade de venire contra factum proprium, alegações estas que irão, por economia de análise e similitude de contraditório, ser dirimidas em conjunto, sempre se dirá, aliás, tal como consta da proposta submetida a audiência prévia, que inexistente, ressalvando melhor entendimento, qualquer fundamento válido para exprimir reservas quanto à declaração de nulidade com base numa suposta salvaguarda dos efeitos produzidos pelo decurso do prazo ou pela violação do princípio da boa-fé.

Quanto ao decurso do prazo, importa recordar que a nulidade opera *ipso jure*. Pela sua natureza, a nulidade não é afetada pelo decurso no tempo – de resto, é essa uma das suas principais distinções relativamente à anulabilidade. A declaração pelo Município da nulidade dos aditamentos não é constitutiva de uma nova realidade jurídica, nem sequer modificativa de um negócio jurídico existente. É apenas uma constatação da existência do desvalor, que nos termos do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo determina a não produção de quaisquer efeitos jurídicos. Por isso é que ela é invocável em todo tempo e por qualquer interessado – no limite, qualquer munícipe pode fazê-lo de sua iniciativa, neste momento (cfr. artigo 286.º do Código Civil).

É claro que a declaração de nulidade não pode realizar-se sem ter presente a tutela de interesses jurídicos excessivamente afetados. Por esse motivo a lei permite hoje expressamente uma declaração de nulidade *ex tunc*, mas que surge, apenas



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

e tão-só, como válvula de escape contra a ofensa intolerável que uma remoção radical dos efeitos fácticos que o negócio nulo produziu no ordenamento poderia implicar em posições já consolidadas pelo decurso do tempo (cfr. artigo 162.º, n. 3, do Código do Procedimento Administrativo).

Contudo esse escape não significa transformar o regime da nulidade numa invalidade atípica ou numa anulabilidade: se um ato ou contrato revela uma insusceptibilidade genérica de produção de efeitos jurídicos, as mitigações impostas pelo decurso do tempo não transformam a natureza do ato ou contrato nulo e não lhe devolvem uma produtividade de que ele já carecia na sua génese.

O que esse estado permite (ou até obriga) é a eliminar essas ofensas intoleráveis que possam ser sentidas pela concessionária – e é precisamente isso que o Município se propõe fazer, rejeitando-se em absoluto que a decisão do Município de declarar a nulidade é violadora do princípio da boa-fé.

Seria completamente ofensivo ao ordenamento jurídico convalidar um negócio jurídico nulo com uma suposta defesa da boa fé contratual. Seria suposto um município executar financeiramente um contrato nulo? Será o decurso do prazo uma confirmação de irregularidades passadas, sendo essas irregularidades tão graves ao ponto de o ordenamento jurídico lhes cominar a nulidade? Estará um órgão inibido de (re)apreciar a validade de atos praticados no passado? No fundo, estará um órgão administrativo impedido de corrigir sua atuação quando ela tenha manifestamente violado a lei? É evidente que não.

A declaração de nulidade é a estritamente necessária para reparar a desconformidade detetada, nem mais nem menos. Ela é a exata medida, moderada e racional, do cumprimento do poder-dever do Município perante o vício do aditamento.

Sublinha-se que o Município não se pretende furtar à responsabilidade indemnizatória que resulta da verificação da nulidade adotada. Verifica-se, simplesmente, que essa responsabilização só pode colocar o património da concessionária na situação em que se encontraria se esta não tivesse celebrado um negócio jurídico inválido, ressarcindo os prejuízos, de acordo com a lei. Mas



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

não se encontra fundamento, em contraste, para se entender que ao Município é subtraída a faculdade declarar a sua nulidade, fazendo equivaler um negócio nulo e genericamente improdutivo a um negócio plenamente válido e eficaz.

Enfatiza-se que a nulidade invocada não é um problema exclusivamente assacável ao Município, como se a questão que está na sua génese fosse um facto totalmente alheio à concessionária e do seu inteiro desconhecimento. O que está em causa é um aditamento celebrado com a concessionária em 2009, e cujas negociações entre as partes começaram, obviamente, mais cedo, tendo sido até a concessionária que, tal como consta de ofício entrado nos serviços em 28 de julho de 2008 (entrada 20984), propôs, na íntegra, as condições que o aludido aditamento deveria consagrar (Cfr. doc. 1)

Quer isto significar que, no que especificamente concerne à posição da Concessionária, a mesma foi a autora do aditamento ao contrato formulando validamente a sua vontade, pese embora as causas de invalidade do negócio jurídico celebrado serem minimamente detetáveis à luz dos parâmetros de Direito Português e Europeu.

Já quanto à alegação II ii) de que o segundo aditamento não configura uma alteração substancial ao contrato, mas, tão só uma reintegração na concessão da exploração do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que já estava inicialmente previsto, inexistindo, por conseguinte, uma situação de desrespeito pelo objeto do contrato e pelos princípios da concorrência, proteção do mercado e de terceiros, não deixa de ser curioso constatar que a jurisprudência em que a concessionária assenta a sua posição é exatamente a mesma que é invocada pelo Município, designadamente no parecer jurídico em que assentou a sua posição, subscrito pelos Professores Sérvulo Correia e Pedro Fernández Sánchez.

Adianta-se, desde já, e tal como resultou fundadamente da posição que foi assumida pelo Município, e que se estribou, repete-se, no parecer acima referido,



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

que o segundo aditamento não se limitou, tal como quer fazer crer a concessionária, a reintegrar na concessão a exploração do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que já estava inicialmente previsto (o que não redundaria em qualquer vício), mas aditou, de forma inovatória, a obrigação de investimento, por parte da concessionária, no aludido sistema.

Ora, esta circunstância conduz a que a alteração realizada esbarre com pelos menos dois dos critérios cujo cumprimento deveria ter sido assegurado à luz da jurisprudência europeia, bastando apenas que ocorresse um para que a modificação operada pelo segundo aditamento não fosse válida.

Na verdade, a alteração promovida *"alarga o contrato, numa medida importante, a serviços inicialmente não previstos"*, sendo que o limite quantitativo admitido para a "adição" de serviços inicialmente não previstos tem por referência uma percentagem do preço contratual, sendo esta em tudo semelhante às regras sobre a adjudicação de trabalhos a mais ou de serviços a mais, cifrando-se em 50% do preço inicial.

Ora, o aditamento de prestações construtivas avaliadas em €13.600.000 (treze milhões e seiscentos mil euros) resultantes do segundo aditamento a um contrato cujo valor atribuído à concessão inicial é de €12 500 000 (doze milhões e quinhentos mil euros), correspondente à renda devida pela concessionária, por si só, redundando no incumprimento do critério quantitativo acima referido, sendo o valor dos investimentos resultantes do segundo aditamento superior ao valor global que as partes atribuíram inicialmente à concessão, ainda que os dois referidos montantes não possam ser equiparados de forma simplista, tal como explicitado no parecer que se vem a acompanhar e que serviu de fundamento às decisões tomadas.

Por terem sido ultrapassados os limites aplicáveis ao valor e à dimensão das prestações objeto da modificação contratual, os quais foram previstos como válvula de escape para, dentro de uma medida razoável, evitarem a renovação do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

procedimento concorrencial, deixa de ser possível invocar alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou uma nova ponderação das circunstâncias existentes por razões de interesse público, que habilitem as partes a modificar o contrato existente, sem submeter tal modificação, de novo, as regras concorrenciais.

O problema não reside, como resulta manifesto no parecer que se vem a acompanhar e cujos fundamentos de facto e de direito fazem parte integrante das decisões tomadas, na utilização da figura da modificação do contrato, a qual está, legalmente, expressamente consagrada, mas sim na circunstância de ter sido atribuído à concessionária a prerrogativa de realização de novas obras que, como se disse acima, no plano quantitativo, ultrapassam o valor atribuído pelas partes à concessão e que, no plano qualitativo, constituem prestações que não encontram qualquer precedente no clausulado do contrato original.

Escalpelizada que está a primeira circunstância que conduz a que a alteração realizada esbarre com os critérios cujo cumprimento deveria ter sido assegurado à luz da jurisprudência europeia, há agora que referir a segunda circunstância que conduz a tal conclusão.

Tal como referido nos Acórdãos Presstext ou Wall AG, também citados na pronúncia da concessionária, a alteração de um contrato público vigente pode ser considerada substancial quando introduz condições que, se tivessem figurado no procedimento de adjudicação inicial, teriam permitido admitir proponentes diferentes dos inicialmente admitidos ou teriam permitido aceitar uma proposta diferente da inicialmente aceite.

Ora, as novas prestações construtivas, pela natureza qualitativamente diferente em face de todas as prestações inicialmente previstas no Caderno de Encargos e pela própria dimensão quantitativa que assumiram no contexto global da concessão, seriam suscetíveis de permitir aos concorrentes do concurso de 1994 configurar



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

uma distinta estratégia (remuneratória de execução das prestações) de elaboração da sua proposta que viabilizaria uma diferente pontuação e ordenação à luz do critério de adjudicação. Não era possível imaginar, em 2009, quem teria sido o adjudicatário em 1994 se o mercado tivesse sido informado que o contrato a celebrar incluiria relevantíssimas prestações de construção e ampliação de infraestruturas, e não apenas a exploração e gestão das infraestruturas já existentes.

Uma tal reconfiguração do objeto da concessão, se tivesse figurado no procedimento inicial, *i) teria alargado o universo possível de concorrentes* – poderia suscitar o interesse de novos operadores económicos que só não compareceram no procedimento porque não acharam suficientemente atrativas as prestações enumeradas no Caderno de Encargos – ou *ii) teria alterado a decisão de adjudicação* – porque, modificando o próprio objeto contratual, também poderia alterar a pontuação conferida a cada proposta em razão das condições contratuais apresentadas por cada concorrente.

São estas as razões de facto e de direito que presidiram às decisões tomadas pela Câmara Municipal e que conduzem, ao contrário do pretendido pela concessionária, à conclusão de que o aditamento celebrado consubstancia uma alteração substancial ao contrato, configurando uma situação de desrespeito pelo objeto do contrato e pelos princípios da concorrência, proteção do mercado e de terceiros.

Há que analisar agora, no que diz respeito à nulidade, a posição da concessionária quando alega II) (iv) que não se entende, atento o princípio do aproveitamento dos atos e da vontade das partes, como a eventual invalidade da cláusula 7.<sup>a</sup> do segundo aditamento pode transmitir-se a todo o aditamento e ao terceiro aditamento.

Mais uma vez, fazendo apelo aos fundamentos de facto e de direito que constam das decisões tomadas e que se estribam no parecer a que se tem vindo a fazer referência, remete-se a este propósito, para o que ali consta, designadamente nos



2.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

pontos 48 e seguintes, onde é afirmado que a celebração do segundo aditamento não consistiu tão só na inversão do primeiro aditamento "... retratando-se da opção de amputar o Sistema de Efluentes do domínio da Concessão, e, só então, tivesse aproveitado instrumentalmente essa inversão para requerer à Concessionária a realização de novos investimentos.

Muito pelo contrário, como resulta até textualmente do texto preambular do Segundo Aditamento, o Município considerou fundamental o "desígnio" de elevar o nível de serviço até um patamar de 85%, e, à luz do esforço financeiro exigido para a realização dos investimentos necessários a tal desígnio, surgiu como solução adequada a restauração, na esfera jurídica da Concessionária, das responsabilidades no setor dos efluentes que inicialmente já lhe estavam atribuídas. Só por isso é que as demais prestações acordadas no Segundo Aditamento foram nele incluídas; só em razão da necessidade de encontrar um investidor é que o saneamento regressou à Concessão.

Sem esses investimentos, não haveria justificação para a opção da inversão do Primeiro Aditamento; e toda a equação económico-financeira inerente à reposição do equilíbrio contratual – incluindo a mencionada prorrogação do prazo da Concessão, bem como o nível remuneratório então acordado – só podia fazer sentido à luz dos investimentos exigidos à Concessionária e, em consequência, à luz da nova dimensão que a Concessão ganharia quando as infraestruturas estivessem construídas ou ampliadas.

Por conseguinte, embora o vício de nulidade do Segundo Aditamento encontrasse o seu fundamento básico bem localizado na respetiva Clausula 7.ª, não se vê como compartimentar o seu clausulado de modo a preservar uma parte das novas obrigações contratuais aprovadas em 2009. Nenhuma dessas obrigações poderia ser entendida à parte dessa cláusula 7.ª; nenhuma delas faria sentido sem se pressupor a conclusão dos investimentos construtivos que definiram o verdadeiro alcance do Sistema de Efluentes que ficaria (re)integrado na Concessão desde 2009.

Nem se imagina, à luz do critério presente no artigo 292.º do Código Civil, que as partes quisessem concluir um tal aditamento sem a parte viciada: os elementos interpretativos disponíveis no acervo documental que rodeou o acordo de 2009 não contem qualquer indicação de que as Partes ponderassem a hipótese de reintegrar



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

*o Sistema de Efluentes no objeto da concessão sem a concretização dos investimentos transferidos para a Concessionária.*

*Por isso, não sendo demonstrável a suscetibilidade de cisão das cláusulas incluídas no Segundo Aditamento e de redução da respetiva nulidade a apenas uma parte delas, a verificação da nulidade da sua Clausula 7.<sup>a</sup> parece **contaminar a globalidade deste título contratual.***

*Em consequência, a **própria (re)integração do Sistema de Efluentes no objeto da Concessão é abrangida pela nulidade**, tendo em conta o vício do negócio jurídico que a titula."*

No que diz respeito ao terceiro aditamento, remete-se, também, para o que consta no parecer anexo às decisões tomadas, transcrevendo-se, o seguinte:

*- "A simples formulação deste contexto do acordo de 2012 torna patente a **ligação umbilical** entre os dois últimos Aditamentos ao Contrato de Concessão. Se um novo título jurídico foi concluído em 2012, tal deveu-se à necessidade de reformulação do calendário de execução das prestações definidas na Cláusula 7.<sup>a</sup> do Segundo Aditamento – a mesma onde se localizou o principal fundamento da nulidade do acordo de 2009. Se as Partes, em violação dos limites à modificação de contratos públicos, não tivessem integrado no Contrato de Concessão novas obrigações construtivas que dele se encontravam inicialmente ausentes, tão-pouco poderiam logicamente, em 2012, reformular essas mesmas obrigações **ilicitamente contratualizadas**. Como é óbvio, nenhuma recalendarização de investimentos poderia ser acordada se as Partes não tivessem primeiro contratualizado a própria realização desses investimentos e os tivessem integrado no clausulado contratual.*

*Numa palavra, a remoção do Segundo Aditamento do ordenamento jurídico implicaria, necessariamente, o desaparecimento reflexo do Terceiro Aditamento.*

*Assim, sendo verificada a nulidade do Segundo Aditamento, com os fundamentos acima expostos, tal implica a nulidade consequente do Terceiro Aditamento."*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Administração Geral e Finanças

No que diz respeito aos argumentos aditados pela concessionária, quanto à propugnada nulidade, após novo prazo de concessão de audiência prévia, de que i) após consulta ao processo de reposição do equilíbrio económico financeiro da concessão, e invocando a informação remetida para a Câmara em 30/05/2015 da autoria do Dr. Tiago de Sousa d'Alte, com o assunto "*Contrato de Concessão Be Water – Pedido de Reposição de Equilíbrio*", o "... tema da eventual nulidade do aditamento ao contrato de concessão de 2009..." é referido pela primeira vez, sendo que o é em moldes diferentes do teor da proposta sob análise e do parecer emitido pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernández Sánchez, designadamente referindo tão só a nulidade do aditamento celebrado em 2009 (não se pronunciando sobre a nulidade de 2012), bem como refere que não existe uma automática comunicação da invalidade do ato procedimental ao ato consequente tal como resulta do n.º 1 do artigo 283.º do CCP, ii) a Informação datada de 13/01/2009 da Técnica Superior Jurista sobre o parecer do IRAR, relativa à proposta de celebração do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão, sustenta que não existem objeções legais à assinatura do aditamento em questão, tendo sido esse o sentido dos despachos exarados sobre a referida informação, bem como a posição manifestada no ofício dirigido pelo Vice-presidente da Câmara ao IRAR em que é referido que foram ponderados os comentários da Entidade Reguladora, entendendo-se que o aditamento não estaria a violar nem o objeto do contrato de concessão nem a lei da contratação pública, dir-se-á o seguinte:

- As referidas informações, sublinha-se, não constituíram fundamento do projeto de decisão de declaração de nulidade, nem enformaram o sentido da mesma.

Os fundamentos da declaração de nulidade são unicamente os indicados de forma bem explícita no projeto de decisão, e que incorporam *in totum* a argumentação aduzida pelos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernandez Sanchez. Encontra-se assim a fundamentação de direito estritamente circunscrita a esse parecer. A existência no processo destas ou quaisquer outras informações que possam não ser inteiramente concordantes é, por isso, uma falsa questão, na medida em que a decisão é exclusivamente referencial para o parecer referido.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

Em todo o caso e para que não germinem quaisquer equívocos, aproveita-se para esclarecer que não existe qualquer contradição entre a informação de 30.05.2015 do Dr. Tiago Souza d'Alte e o parecer subsequente dos Professores Doutores Sérvulo Correia e Fernandez Sanchez.

Como até a concessionária reconhece, mediante essa informação de Maio de 2015 o Dr. Tiago Souza d'Alte apenas informou o executivo municipal para a questão da invalidade do contrato de concessão, mais precisamente do seu Aditamento de 2009, suscitando a nulidade do mesmo. Mas fê-lo num contexto especial. É bom recordar que o Dr. Tiago Souza d'Alte não fora contratado para avaliar a validade do contrato de concessão, mas sim para assessorar a Câmara no processo de reequilíbrio económico-financeiro iniciado pela concessionária. Sucede porém que em resultado do seu labor jurídico nesse processo, tornou-se para si evidente a existência de dúvidas sobre a validade do instrumento contratual que estava a ser executado. E entendeu naturalmente ser seu dever reportá-lo ao executivo. Fê-lo mediante uma análise meramente perfunctória da questão, porque evidentemente essa matéria recaía fora do âmbito do seu contrato de assessoria.

Mas a questão revestia-se de evidente gravidade para o executivo municipal; e por isso mesmo nunca se dispensaria a sua análise em detalhe. Foi precisamente isso que o executivo providenciou, solicitando o subsequente parecer ao Professor Doutor Sérvulo Correia.

Resta dizer que o parecer do Professor Doutor Sérvulo Correia confirmou o juízo inicial do Dr. Tiago Souza d'Alte acerca da nulidade do Aditamento de 2009.

Relativamente (III) à intenção de acionar o resgate da concessão, e pese embora a concessionária reconheça o direito legal e contratual do Município de fazê-lo, há que responder às alegações formuladas que põem em causa as razões de interesse público invocadas, considerando que está por demonstrar que a indemnização devida pelo acionamento do resgate é inferior aos cash flow gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão, bem como responder aos alegados erros apontados ao Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) apresentado, designadamente



*Reu*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

quanto à receita, custos operacionais, investimento, financiamento e custos associados e aspeto geral.

Por fim, e quanto ao valor da compensação devida pelo resgate (IV), entende a concessionária que a mesma fica muito abaixo do valor que entende ter direito, pugnando que, por não reconhecer a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos, a mesma deve contemplar não só o serviço de captação, tratamento e distribuição de água como também o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, estimando o valor do resgate *"na ordem dos €50.000.000"*.

Quanto a este particular sempre se dirá, mais uma vez, e tal como resulta exaustivamente do que vem a ser explanado não só neste documento mas em todos os que suportaram as decisões tomadas, que o Município está plenamente convencido que o segundo e terceiro aditamentos celebrados estão feridos de nulidade pelo que a concessionária terá direito à compensação prevista em termos contratuais pelo acionamento do resgate da concessão da exploração e gestão do sistema municipal de água bem como à indemnização pela declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos celebrados que inquinam o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

Ora, porque a afirmação de que está por demonstrar que a indemnização devida pelo acionamento do resgate e de declaração de nulidade é inferior aos cash flow gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão, há que começar por, mais uma vez, quantificar o montante a que ascende tal compensação e indemnização, tarefa que a concessionária se furtou de realizar, "atirando para cima da mesa" o número redondo de cerca de €50 000 000, sem que tenha demonstrado de que forma é que chegou a esse valor.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

Tal como resulta da decisão tomada em reunião de câmara realizada no passado dia 3 de março, entende o Município, pelos fundamentos aí expressos e para os quais se remete na íntegra e que, recorde-se, espelha também a posição da ERSAR no que diz respeito ao valor a apurar, que o montante (aproximado) devido à concessionária pelo resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos é de **€16.340.608**, tal como visível no quadro infra.

Compensações a pagar à Concessionária, com Nulidade do 2º e 3º Aditamento

<i>(em €)</i>	Valores	Observações
Compensação por Reequilíbrio Financeiro	786 357	
<i>Desvios de Caudal de Água</i>	786 357	<i>Até Dez.2014, a preços de 2014</i>
Compensação por Resgate	6 329 867	
<i>Estimado pela ERSAR</i>	5 010 121	<i>Até Dez.2016, a preços de 2016 (parte dos valores estimados pela CMM/PWC)</i>
<i>Ativos Fixos Tangíveis</i>	319 746	<i>Valores em Dez.2015</i>
Compensação por Declaração de Nulidade do 2º e 3º Aditamento	9 224 384	
<i>Estimado pela ERSAR</i>	13 120 486	<i>até Dez.2014/Dez.2015, a preços de 2016</i>
<i>Estimativa Fluxo Caixa em 2015 e 2016 líquido de imposto sobre rendimentos</i>	-3 896 102	<i>Estimado pela CMM</i>
<b>Total de Compensações a Pagar à Concessionária</b>	<b>16 340 608</b>	

Mais, naquela oportunidade e pelas razões ali expressas foi quantificado o valor devido pelo resgate total da concessão (águas e saneamento), e aderindo, mais uma vez, ao apuramento feito pela ERSAR considera-se que nesta hipótese, a qual, mais uma vez se diz, se admite só por mera hipótese de raciocínio, o valor atingirá cerca de €22 Milhões.

Quantificada que está, com evidência dos critérios em que tal quantificação assentou, o valor devido pela compensação e indemnização à concessionária, não se vislumbrando outros que possam vir a ser apresentados de forma a que o montante devido venha a atingir os reclamados €50 000 000, há agora, mais uma vez, que demonstrar que os cash flows gerados pela exploração, pelo Município, dos sistemas de água e águas residuais até ao final do período da concessão são superiores ao montante acima referido, quer este seja de **€16.340.608**, quer seja de **€22 .734.017**.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

Esta demonstração assenta, desta feita, no documento intitulado "*Avaliação Económica, técnica e financeira do novo modelo de exploração dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais de Mafra. Notas complementares ao modelo*" e que responde, na íntegra, aos alegados erros apontados, pela concessionária, ao Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) anteriormente apresentado, designadamente quanto à receita, custos operacionais, investimento, financiamento e custos associados e aspeto geral (Cfr. Doc. 2).

Nesta oportunidade e tendo presente o referido pela Entidade Reguladora "... *será de prosseguir a via do resgate caso a indemnização por ele devida seja inferior aos cash flows esperados até final do período de concessão...*", dúvidas não restam, tal como tem sido sempre defendido, que tal condição se encontra observada, encontrando-se, consequentemente, observado o requisito do interesse público para resgatar a concessão.

Como se encontra demonstrado no estudo referido, o cash-flow libertado (EBITDA), no cenário mais exigente (redução de 5% do valor das tarifas e cerca de €8 Milhões de investimento adicional em águas residuais, perfazendo um total de investimento em águas residuais de €9.700.000, em comparação com €1.920.000 previstos pela concessionária) ascende a **€36 Milhões**, excedendo em cerca de **€20 Milhões** o valor estimado para pagamento da compensação e indemnização devidas pelo resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos.

Aqui chegados e tão só por mero dever de patrocínio, sempre se dirá que, ainda que a posição defendida pelo Município, de declaração da nulidade dos segundo e terceiro aditamentos não venha a merecer sustentação, o que, só por mera hipótese de raciocínio, se enuncia, ainda assim, o pressuposto do superior interesse público no resgate da concessão, desta feita da água e saneamento, se encontra observado dado que a indemnização a pagar à concessionária, pelo



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

resgate total da concessão, e aderindo, mais uma vez, ao apuramento feito pela ERSAR (aproximadamente €22 Milhões), é inferior aos cash flows esperados da exploração dos sistemas pelo Município, em cerca de €14 Milhões de Euros, sublinha-se, com redução da tarifa em 5%, em relação ao valor que está a ser cobrado atualmente e com um aumento de investimento de €8.000.000 em águas residuais, em relação ao previsto pela concessionária.

De notar que o estudo anexo que contem os resultados de exploração acima referidos dá resposta à crítica apresentada pela concessionária nas audiências prévias que exerceu, no que diz respeito a I), Receita, II) Custos Operacionais, III) Investimento, IV) Financiamento e Custos Associados, na medida em que I (i) o mesmo apresenta mais do que uma linha de receitas, decompondo a receita em componente fixa e componente variável, (ii) contempla as perdas de imparidade de dívidas de clientes (ver pag. 22 do documento referido), II) (i) o valor que o Município recebia da renda da concessão (cerca de 1 milhão por ano) era utilizado também para investimento na rede de água, sendo agora que o cash flow gerado permitirá um índice de investimento muito superior ao que estava previsto pela concessionária, III) i) o investimento respeitante ao pagamento à concessionária (cerca de 16,3 milhões de euros) está perfeitamente sustentado, não tendo a mesma gizado sequer qualquer quantificação que lhe permita chegar aos reclamados €50 000 000, ii) os investimentos propugnados pelo Município encontram-se perfeitamente detalhados no estudo anexo (cfr. Pags. 42 a 43), IV) i) pese embora o prazo de reembolso do financiamento ir para além do prazo da concessão, o que é facto é que os cash flows gerados no período até ao final da concessão são suficientes para pagar os valores devidos pela compensação e indemnização e suportar investimentos, repete-se, muito superiores ao que a concessionária faria, ii) o Município tem capacidade de endividamento para suportar os financiamentos que irão ser pedidos, conforme quadro anexo (cfr. Doc. 3), iii) num cenário de aumento da EURIBOR e uma vez que o estudo económico financeiro assentou em preços constantes, há a referir que as condições de mercado e da tarifa, terão de acomodar as alterações de circunstância.



pu.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

Debeladas que estão as críticas apresentadas aos pressupostos económico financeiros e de tudo o que precede, quer se resgate a concessão do sistema de águas e se declare a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ou se resgate a concessão no seu todo, pagando, obviamente, as compensações e indemnizações devidas, demonstrado está que **o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos** se os sistemas forem explorados pelo Município, **dado que, em ambos os casos, o montante a pagar é inferior aos cash flows esperados até final do período de concessão.**

Aqui chegados e tendo presente o parecer anexo sobre o assunto "Serviços municipalizados. Gestão direta dos serviços de abastecimento de água e saneamento" (cfr. Doc. 4), para cujos fundamentos de facto e de direito se remete na íntegra, e uma vez que a criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento só ocorrerá depois de decorrido o prazo do acionamento do resgate, julgo, ressaltando melhor entendimento, que estão reunidos os pressupostos para, depois de ouvida a concessionária e ponderados os argumentos por esta trazidos, que seja formulada proposta à Câmara Municipal para que este órgão delibere:

- I) Propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a declaração, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 162.º do CPA com a alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º do CPA, pelas razões de facto e de direito que constam do parecer intitulado "DA (IN)VALIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA", a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao identificado contrato;
- II) Propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**

sua atual redação, o acionamento do resgate por se encontrarem observados os requisitos previstos na cláusula 2.8 do contrato de concessão validamente celebrado, dado que o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos, se se operar o resgate do contrato de concessão, e já decorreu um quinto do prazo da concessão;

- III) Propor à Assembleia Municipal que delibere, sem prejuízo do valor definitivo que vier a ser apurado após a quantificação dos valores contabilísticos em falta e da data concreta da produção de efeitos das decisões a tomar, pagar uma indemnização pela declaração de nulidade que atinge o valor de **€9.224.384** (nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil e trezentos e oitenta e quatro euros) e uma compensação pelo resgate da concessão no valor de **€7.116.224** (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), totalizando, o valor da indemnização e compensação **€16.340.608** (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil e seiscentos e oito euros);
- IV) Propor à Assembleia que, nos termos do disposto nos Decretos Lei 194/2009, de 20 de agosto, 305/2009, de 23 de outubro e Lei 50/2012, de 31 de agosto, delibere adotar o modelo de gestão direta dos serviços de águas e saneamento, através da subsequente criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.

08/05/2017

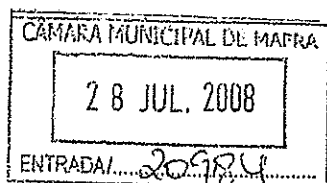
A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Doc. 1



Águas de Mafra



EXMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
MAFRA  
PRAÇA DO MUNICÍPIO

2644-001 MAFRA

*As peças desenhadas  
foram entregues ao  
Sr. Director do JCM.  
29.07.2008*

N/Ref.: 2008/1597

Data: 22/07/2008

**Assunto: Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Mafra**

DIRECTORA DO DEPARTAMENTO  
DE PLANEAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA  
Ana Isabel Martins

Exmo. Senhor,

Na qualidade de concessionária no Contrato de Concessão em epígrafe (Contrato) e na sequência das reuniões havidas, vimos pela presente formalizar a nossa disponibilidade para, no âmbito daquele contrato e do artº 3º do seu Aditamento, datado de 23.12.2005, reassumirmos a gestão e exploração do sistema de drenagem de águas residuais e de assumirmos a vossa posição contratual no "Contrato de Recolha de Efluentes entre o Município de Mafra e a SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A." (Contrato de Recolha).

Como é do vosso conhecimento, com a adesão por parte desse Município ao Sistema de Saneamento do Tejo e Trancão, foi acordado entre as partes considerar, temporariamente, não aplicáveis à relação contratual estabelecida, as disposições do Contrato, que dizem respeito à exploração do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes, isto enquanto o sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Município de Mafra fosse assegurado directamente pelo Município, ou por sociedade por ele participada.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado e a SIMTEJO e com o Contrato de Recolha, a SIMTEJO obrigou-se, pelo prazo de 30 anos, a recolher todos os efluentes provenientes do sistema próprio de recolha do Município (sistema em baixa), com excepção dos casos específicos de

*Recebi copia  
de Decisão  
0570 F/05*

*Recebi  
29/07/2008  
[Assinatura]  
(Anexada)*

Página 1 de 5

Compagnie Générale des Eaux (Portugal), S.A.  
Av. Eng. Duarte Pacheco, 19 - 7º - Dº - 1070-100 Lisboa  
Capital Social: € 11.987.000  
N.º P.C.: PT 502 646 802  
C.R.C. Lisboa nº 1140  
tel.: +351 213 615 225 - fax: +351 213 615 222  
e-mail: veolia.agua@veoliaagua.com.pt

Coordenadas para contacto:

Av. 1º de Maio, 1  
2644-013 Mafra  
tel.: +351 261 816 650 - fax: +351 261 816 659  
e-mail: aguas.mafra@rechaagua.com.pt



Águas de Mafra

efluentes industriais, que pela sua especial natureza ponham em causa o sistema da SIMTEJO, para proceder, depois, ao respectivo tratamento e rejeição (sistema em alta).

O Município de Mafra, por sua vez, obrigou-se a não desenvolver durante a vigência do Contrato, sistemas alternativos de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e a criar as condições para garantir a conclusão do seu sistema municipal de recolha de efluentes.

Isto quer dizer que nada obsta a que seja reintegrada na concessão a recolha, em baixa, de efluentes do Município de Mafra, ou seja, a que a nossa Sociedade reassuma a exploração e gestão do actual sistema municipal de recolha. Aliás, essa possibilidade resulta, ainda que indirectamente, do nº 10 da cláusula 3ª do Contrato de Recolha. Releva-se ainda que a SIMTEJO não pode opor-se àquela transmissão, nos termos do nº 1 da cláusula 37ª do contrato de concessão que celebrou com o Estado.

Assim, sem prejuízo das negociações que terão inevitavelmente lugar, para se encontrar um acordo final com vista à passagem da exploração e gestão do sistema de drenagem de saneamento desse Município para a nossa Sociedade e da cessão da vossa posição contratual no Contrato de Recolha, para as quais manifestamos, desde já, a nossa disponibilidade, submetemos à Vossa apreciação a nossa Proposta Técnica e Económica (em anexo) e as condições em que tal deverá acontecer:

- a) assinatura de um novo Aditamento ao Contrato, nos termos do qual se reporiem em vigor todas as disposições contratuais do Contrato aplicáveis ao saneamento em baixa e que não fossem contrárias ao acordado no novo Aditamento, por o Município de Mafra deixar de assegurar, a partir daquela data, a gestão e exploração daquele sistema;
- b) assinatura, na mesma data e em consequência do referido novo Aditamento, de um contrato de cessão de posição contratual entre o Município de Mafra e a nossa Sociedade, nos termos do qual assumiríamos a posição contratual desse Município no Contrato de Recolha<sup>1</sup>;
- c) prever-se no novo Aditamento que:

---

<sup>1</sup> Neste contrato de cessão de posição contratual deverá ficar claro que se trata apenas de recolha de efluentes e não do seu controlo e tratamento, que cabe exclusivamente à entidade que tem o tratamento, ou seja à SIMTEJO.

*A*

- a responsabilidade pela gestão e exploração do sistema municipal de recolha de efluentes, que inclui a construção, extensão, reparação, renovação e manutenção da rede de saneamento em baixa, é exclusiva da Concessionária;
- os investimentos na ampliação da infra-estrutura de saneamento acompanharão e serão função dos investimentos nas soluções individuais de tratamento e dos investimentos da SIMTEJO, de modo a que esteja sempre assegurada a ligação do sistema municipal de recolha de efluentes aos colectores em alta;
- nos termos da cláusula 2.5 do Contrato, estão englobados no âmbito da recolha de efluentes, em baixa, para além dos expressamente previstos no Contrato os serviços de apreciação de processos particulares, elaboração de orçamentos para novos ramais, fiscalização e ensaios das redes de loteamento, vistorias e ensaios das redes internas dos sistemas prediais, execução de ramais, ligação à rede de saneamento e esvaziamento de fossas;
- pelos serviços referidos na alínea antecedente a concessionária poderá cobrar aos utilizadores as tarifas constantes no Anexo I -1 da Proposta Económica, que serão actualizados anualmente de acordo com a fórmula de revisão definida no Anexo I – 2 da Proposta Económica;
- deverá existir uma tarifa de saneamento com duas componentes, uma fixa, denominada tarifa de disponibilidade, que se destinará a cobrir os custos de conservação, manutenção, reparação e ampliação das infra-estruturas que integram o sistema municipal de recolha de efluentes, calculada em função do tipo de utilizador (doméstico e não doméstico) e outra denominada tarifa variável, calculada em função da água consumida e dos referidos tipos de utilizador;
- todas as referências e remissões feitas no contrato de concessão quer ao tarifário de saneamento quer à fórmula de revisão do tarifário de saneamento devem considerar-se feitas para o Anexo I da Proposta Económica deste Aditamento;
- o tarifário pode ser alterado se houver um desvio superior a 15% para mais ou para menos do volume de consumos previstos ou valores de referência que serviram de base à proposta agora apresentada pela Concessionária;
- a elaboração pela Concessionária de um regulamento do sistema municipal de recolha de efluentes, para aprovação pelo Município de Mafra, onde designadamente se preverá a facturação mensal dos serviços;
- os funcionários do Município de Mafra actualmente afectos ao serviço de exploração e gestão do sistema municipal de recolha de efluentes serão integrados na Concessionária de acordo com a cláusula 7 do Contrato;
- o seguro de responsabilidade civil previsto na cláusula 13ª do Aditamento de 2005, passará também a cobrir o sistema municipal de recolha de efluentes;

A

- a Concessionária pagará uma retribuição de 8.000.000€ (oito milhões de Euros), correspondente à utilização, durante o tempo de vigência do contrato, das infraestruturas de recolha de águas residuais colocadas agora à disposição da Concessionária e calculada com base no valor do imobilizado existente. Não será devido pela concessionária qualquer valor adicional de retribuição referente a novas infraestruturas. O pagamento do montante referido será efectuado em duas prestações de 4.000.000€ (quatro milhões de Euros) cada, a primeira a realizar aquando da assinatura do contrato e a segunda no mês de Julho de 2009;
- a Concessionária realizará no período de vigência do contrato investimentos no valor de 13.600.000€ (treze milhões e seiscentos mil Euros) a preços constantes de 2008. Deste montante, a Concessionária realizará, nos primeiros quatro anos de contrato, investimentos em novas infraestruturas no valor de 9.340.000€. Com a realização destes investimentos, prevê-se alcançar no final de 2012 uma taxa de cobertura do sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho de Mafra de aproximadamente 85%;
- o previsto no Novo Aditamento prevalecerá sobre o regulado no Aditamento de 2005 ou no Contrato e em tudo quanto nele não estiver previsto aplicar-se-á às relações entre as partes o clausulado naqueles documentos.

Deverá, em nosso entender, aproveitar-se, também, este novo Aditamento para actualizar algumas das cláusulas do Contrato e do seu Aditamento de 2005, no que toca à parte da concessão que tem a ver com a exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, nomeadamente:

- harmonizar a nomenclatura da tarifa água, que passaria a ter duas componentes, como a tarifa de saneamento. Aquela decompor-se-ia também numa tarifa de disponibilidade e numa tarifa variável, em que a primeira se destinará a cobrir os custos de conservação, manutenção, reparação e ampliação das infra-estruturas que integram o sistema municipal de captação, tratamento e distribuição de água e será calculada com base no débito de água necessário para satisfazer as necessidades de abastecimento do cliente, e a segunda destinar-se-á a cobrir todos os outros custos da exploração do sistema, calculada em função da água consumida e do tipo de cliente (doméstico, comercial e industrial, instituições sem fins lucrativos, Estado e outras pessoas de direito público, Câmara Municipal de Mafra e Juntas de Freguesia) (Cláusula 15 do Contrato);
- revogação da cláusula 3.3 do Contrato (contadores), face ao previsto no artº 8º da Lei nº 23/96, de 26 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº12/2008, de 20 de Fevereiro;



Mais se informa que os principais pressupostos que serviram de base à elaboração da proposta económica apresentada em anexo foram:

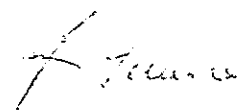
- A aplicação, por parte da SIMTEJO, dos valores mínimos constantes no contrato entre a SIMTEJO e a Câmara Municipal de Mafra;
- À semelhança do que acontece actualmente, 100% dos clientes de água pagarão o serviço de saneamento de acordo com o tarifário constante no Anexo I da Proposta Económica, ficando da responsabilidade da Concessionária o encargo com o esvaziamento de fossas, 2 vezes por ano, a cada cliente morador em arruamento sem rede pública de saneamento;
- O prolongamento do contrato de concessão existente por mais 5 anos, terminando no último dia do mês de Fevereiro de 2025.

As tarifas médias propostas são de 0,94 €/m<sup>3</sup> para 2008 e 2009, de 0,96 €/m<sup>3</sup> para 2010, de 0,98 €/m<sup>3</sup> para 2011 e de 0,99 €/m<sup>3</sup> para 2012 e anos seguintes. A evolução tarifária destina-se a acompanhar a execução do Plano de Investimentos na construção de novas infraestruturas, visando dotar o concelho de uma taxa de cobertura em saneamento de aproximadamente 85%. O tarifário base de prestação de serviços é o apresentado no Anexo I-1 da Proposta Económica.

A revisão do tarifário será feita anualmente, conforme o estabelecido no aditamento de 2005, e de acordo com as fórmulas de revisão de preços apresentadas no Anexo I-2 da Proposta Económica agora apresentada.

Ficando à disposição de V.Exas para prestarmos quaisquer esclarecimentos que julguem necessários ou convenientes, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Com os nossos melhores cumprimentos.

  
Eng.º Fernando Ferreira  
(Administrador)

# **Câmara Municipal de Mafra**

Avaliação económica, técnica e financeira do novo modelo  
de exploração dos serviços de abastecimento de água e  
saneamento de águas residuais de Mafra

Notas complementares ao modelo

8 de maio de 2017

## ÍNDICE

Considerações Preliminares .....	5
Trabalhos preparatórios .....	6
Metodologia de Trabalho .....	7
Análise de dados Históricos.....	15
Utilizadores .....	15
Volumes.....	18
Vendas e Serviços Prestados .....	20
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.....	20
Fornecimentos e Serviços Externos.....	20
Gastos com o Pessoal .....	21
Perdas por Imparidade.....	21
Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos.....	21
Estado e Outros Entes Públicos.....	22
Ativos.....	22
IFRIC 12.....	23
Pressupostos .....	24
Pressupostos do Modelo.....	24
Pressupostos Operacionais .....	24
Pressupostos Económicos .....	25
Projeções de Preços e Atividade .....	27
Tarifário .....	27

Projeção das principais variáveis da operação.....	27
Taxa de crescimento da atividade.....	27
Compra de Água.....	28
Projeções Financeiras.....	29
Vendas.....	29
Receitas Tarifa Variável .....	29
Receitas Tarifa Fixa.....	30
Receitas Outras Atividades.....	30
Compras de Água .....	31
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.....	31
Custo de Água Vendida .....	31
Hipoclorito.....	31
Materiais de Armazém .....	31
Consumíveis de Laboratório.....	32
Fornecimentos e Serviços externos.....	32
Subcontratos .....	32
Serviços Especializados .....	33
Materiais .....	34
Energia e Flúidos .....	35
Deslocações, Estadas e Transportes.....	35
Serviços Diversos.....	35
Gastos com o Pessoal .....	36

Remunerações do Pessoal.....	36
Encargos sobre Remunerações .....	36
Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças profissionais .....	37
Gastos Ação Social.....	37
Outros Gastos com o Pessoal .....	37
Imparidades.....	38
Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos .....	38
Impostos.....	38
Dívidas Incobráveis.....	39
Perdas em Inventários.....	39
Outros.....	39
Outras Contas a Pagar e Estado e Outros Entes Públicos.....	39
Estado e Outros Entes Públicos .....	39
Análise de Investimento .....	41
Bens Reversíveis .....	41
Ativos iniciais (estrutura).....	41
Investimento contratualizado com a concessionária .....	42
Novo Investimento .....	42
Investimento de Substituição.....	43
Financiamento.....	44
Demonstrações Financeiras .....	45

## Considerações Preliminares

O presente documento apresenta de uma forma sintética algumas notas explicativas da avaliação económica, técnica e financeira do novo modelo de exploração dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais de Mafra, que visam apoiar a análise do modelo apresentado em Excel.

O estudo tem como objetivo avaliar a viabilidade (de um ponto de vista económico e financeiro) e apresentar o plano de investimento, as demonstrações financeiras e a trajetória tarifária associada de uma nova entidade municipal (SMAS). Nomeadamente, esta entidade a constituir irá prestar os serviços de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes no município de Mafra. Para efeitos do estudo, assume-se que essa entidade inicia a operação a 1 de janeiro de 2018, em ambas as atividades (AA e DTAR), apesar das condicionantes jurídicas puderem vir a determinar datas diferentes que, contudo, não influenciam de forma significativa os resultados da análise realizada.

Na realização deste estudo foram considerados pressupostos relativos às estratégias de investimento e pressupostos operacionais, por exemplo, relativos aos tarifários. Neste caso particular, a CMM pretende aplicar uma redução do tarifário em 2018, de cinco por cento face ao valor atual em todas as taxas unitárias aplicadas.

A informação foi, no essencial, fornecida pela Câmara Municipal de Mafra, designadamente a de natureza estratégica sobre investimentos e condições de operações futuras, sendo igualmente obtida em documentos de gestão, de exploração e de informação contabilística, incluindo mapas de demonstração financeira, da atual concessionária Be Water S.A.

O período de análise do estudo decorre de 2012 a 2032, de acordo com o período temporal exigido pela Entidade Reguladora para EWEF, e de acordo com o período amortização da dívida a contrair, incluindo cinco anos de informação histórica e 16 anos de projeções. No último ano de projeção (2032) assumiu-se a manutenção dos valores reais do último ano, o que implica a invariabilidade das operações, bem como se determinou um valor do investimento é igual às amortizações estabilizando-se, assim, o crescimento.

## Trabalhos preparatórios

Como trabalho prévio ao desenvolvimento das projeções realizaram-se diversas diligências no sentido de se avaliar a consistência e coerência dos diversos elementos históricos enviados. De forma a garantir esta consistência e coerência, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

- 1) Análise dos balancetes da empresa Be Water, de 2012 a 2016, confirmando-se que as demonstrações financeiras estão conformes aos balancetes, garantindo-se a necessária coerência e consistência destes elementos e, conseqüentemente, a segurança para se desenvolverem as projeções através da utilização das contas e subcontas dos balancetes analíticos.
- 2) Análise dos elementos enviados que incluem, entre outros, relatórios de exploração, mapas da operação, relatórios de revisão de contas, detalhes de contas e subcontas, tarifários, comunicações diversas, etc., com o objetivo de conhecer as condições do negócio, da exploração e da empresa.
- 3) Quando considerado necessário, avaliação da consistência dos elementos disponíveis com informação obtida junto da entidade reguladora (ERSAR).

Esta fase envolveu um elevado esforço de aquisição e validação de informação, tendo sido benéfica a intervenção da CMM (concedente) junto da concessionária Be Water S.A. para colmatar lacunas de informação identificadas. Por razões que se compreendem, a informação foi sendo obtida de forma progressiva o que dificultou a sua análise integrada.

## Metodologia de Trabalho

A fase de análise da informação histórica e de desenvolvimento das projeções, que se seguiu imediatamente aos trabalhos preliminares, permitiu o desenvolvimento da versão preliminar da análise económico-financeira. O desenvolvimento do estudo compreendeu as seguintes tarefas fundamentais:

### 1. Tarefa 1 - Análise de dados históricos

Nesta tarefa destacam-se os seguintes aspetos:

- a. Análise crítica dos balancetes, com particular atenção nas contas mais relevantes para o estudo, nomeadamente, as contas 24, 43, 44, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 71, 72, e 78.
- b. Ajustamentos às contas, uniformizando a contabilização de algumas subcontas que foram, ao longo do tempo, sofrendo alterações de contabilização. Estes ajustamentos, sempre que efetuados e relevantes para a análise, encontram-se descritos nas tabelas auxiliares.
- c. Compilação dos principais dados da operação, com referência aos dados históricos da atividade, dividindo-se estes dados por Abastecimento de Água, Saneamento, Outras Atividades e Compras. Dentro destas grandes divisões registaram-se, por exemplo, o número de utilizadores, o volume de água faturado por escalão, o número de contadores, os volumes adquiridos totais e por origem. Os dados colocados a azul na folha de cálculo constituem-se como “inputs” do modelo.
- d. Análise dos dados da operação, calculando-se as suas taxas de crescimento históricas de forma a se perceber a tendência de evolução das variáveis referidas.
- e. Análise dos ativos (conta 43 3 44), de forma a estimar as necessidades iniciais de investimento, bem como o valor dos ativos reversíveis a incorporar no balanço inicial.

## 2. Tarefa 2 - Preços e nível de atividade

Nesta tarefa destacam-se os seguintes aspetos:

- a. Todos os mapas foram construídos a preços constantes de 2017 (momento de realização do estudo), pelo que não foi considerado o efeito da inflação nas projeções apresentadas. Não existindo informação que permita diferenciar de forma significativa o efeito inflacionista nas diversas rubricas das demonstrações financeiras, considerou-se que a apresentação da análise a preços constantes seria mais adequada.
- b. A trajetória tarifária entre 2018 e 2031 foi assumida como um pressuposto decorrente da orientação estratégica definida pela CMM, que pretende aplicar a partir de 2018 tarifas estáveis em termos reais e que correspondam a uma redução de 5% em relação aos valores aplicados em 2017, de modo a que os utilizadores dos serviços no concelho beneficiem do novo modelo de exploração.
- c. Com base nos dados históricos desenvolveram-se as projeções para as atividades de AA e DTAR do número de utilizadores, contadores e volumes faturados por tipo de utilizador e escalão de consumo, quando aplicável. Nas projeções realizadas assumiram-se os seguintes pressupostos:
  - i. Variação anual de -0,10% do consumo médio por utilizador doméstico ( $m^3$ ) - diminuição de  $1,27 m^3$  entre os anos 2017 a 2031
  - ii. Manutenção da taxa de crescimento igual a metade da taxa média de crescimento histórica para os utilizadores domésticos (0,78%). Para os restantes utilizadores (utilizadores não domésticos) foi mantida a taxa de crescimento de 0%.
  - iii. Manutenção da taxa de crescimento igual à taxa de crescimento entre 2016 e 2017 para o volume de água faturada para os utilizadores domésticos (0,68%). Para os restantes utilizadores foi mantida a taxa de crescimento de 0%. De referir que se aplica uma exceção aos utilizadores “Concelhos limítrofes”, onde o volume de água faturada cresce 15% no

ano de 2017, decorrente do início do abastecimento de uma freguesia pertencente a um concelho vizinho e nos restantes anos mantém-se a taxa de crescimento de 0%.

- d. Também se projetaram os volumes de água bruta adquiridos tendo por base as projeções do volume de água faturado e da projeção da taxa de perdas. Em linha com os investimentos planeados, a taxa de perdas regista um decréscimo até 2027, ano em que estabiliza em 15,30%. Os preços de compra de água utilizados foram as tarifas aprovadas em Diário da República (Decreto-Lei n.º 94/2015 de 29 de maio) para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo e EPAL.
- e. Assumiu-se que as compras de água, por ano, seriam distribuídas da seguinte forma: um volume de 1.500.000 m<sup>3</sup> adquirido às Águas de Lisboa e Vale do Tejo e o remanescente à EPAL, de acordo com a indicação fornecida pela CMM durante a reunião de 24 de abril de 2017.
- f. Os custos históricos do tratamento das águas residuais estão contabilizados na conta Fornecimentos e Serviços Externos, subconta Serviços Especializados.

### 3. Tarefa 3 - Projeções Financeiras

Nesta tarefa destacam-se os seguintes aspetos:

- a. Com base na análise dos dados históricos, tarifários e números da operação projetados, desenvolveram-se projeções para as seguintes contas: Vendas e Prestação de serviços, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas, Outros Rendimentos e Ganhos e Outras Contas a Pagar.
  - i. **Vendas e Prestação de Serviços:** O cálculo desta componente resulta de uma operação de multiplicação simples do tarifário com os utilizadores, volumes e contadores projetados. O cálculo das receitas futuras provenientes de Outras Atividades (para além do Abastecimento de Água e Saneamento) resulta da média dos últimos 3 anos;

- ii. **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:** O cálculo da parcela “Custo dos volumes de água adquiridos como CMVMC” teve por base a decomposição dos valores históricos da conta, resultando da multiplicação do preço de aquisição pelo volume faturado. O cálculo dos custos com o hipoclorito, os materiais de armazém e os consumíveis de laboratório, foram determinados pelo custo reportado de 2016, crescendo à taxa de crescimento dos volumes faturados;
- iii. **Fornecimentos e Serviços Externos:** Para o cálculo desta conta, eliminou-se, primeiro, os valores no âmbito da IFRIC 12<sup>1</sup>, os quais deixam de ser contabilizados por término do contrato de concessão. De seguida, decompôs-se a conta nas seguintes subcontas: Subcontratos, Serviços Especializados; Materiais; Energia e Flúidos, Deslocações, Estadas e Transportes e Serviços Diversos. Para o cálculo das referidas subcontas, com exceção dos Subcontratos, Serviços Especializados e Energia e Flúidos, todas as contas se mantêm estáveis a preços constantes, assumindo que a atividade se mantém relativamente constante ao longo do período de análise ou variando de acordo com taxas específicas relacionadas com a atividade relevante. Assim, a projeção resulta do valor do último ano disponível. O cálculo da subconta “Subcontratos”, resulta da média dos últimos 5 anos, atualizado pelo crescimento do número de utilizadores. A subconta “Serviços Especializados” inclui um grupo muito heterogéneo de custos, desde trabalhadores independentes até aos custos com a contratação de serviços de saneamento, incluindo muitos outros cujas evoluções deveriam apresentar taxas diferenciadas. Com efeito, estes diferentes tipos de custos poderiam ter sido autonomizados,

---

<sup>1</sup> A IFRIC 12 caracteriza os concessionários como “prestadores de serviços”, que devem reconhecer o rédito associado aos serviços prestados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade números 11 (IAS 11) e 18 (IAS 18). Por conseguinte, os concessionários reconhecem o rédito e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade No 11, isto é, de acordo com o método da percentagem de acabamento do contrato, sendo valorizado com referência ao justo valor dos montantes a receber.

W.

crescendo a taxas diferenciadas e relacionadas com a evolução da operação, a evolução real dos salários, etc. Contudo, por falta de dados históricos detalhados, o cálculo das projeções para esta subconta, resulta do último valor disponível (2016) atualizado à taxa de crescimento global. Esta simplificação implica uma variação nula das atividades, que é consistente com os dados que resultam do modelo, não se perdendo significativamente em rigor técnico. Foram introduzidos os custos referentes à Conservação e Reparação das Captações da Fonte da Telha, à manutenção dos equipamentos necessários para o desenvolvimento do Plano de Segurança da Água assim como as referentes aos equipamentos de Análises Laboratoriais que decorrem da igualmente da implementação do Plano de Segurança da Água (os valores destas componentes correspondem a metade dos valores de referência).

- iv. **Gastos com o Pessoal:** O cálculo da subconta “Remunerações do Pessoal” resulta da atualização do último valor disponível à taxa de crescimento real dos salários. Assumiu-se, como pressuposto, que esta taxa é de 0,5% todos os anos. Este pressuposto deverá ser revisto tendo em consideração a política salarial e de progressão de carreiras que a gestão pretenda definir. Os “Encargos com as Remunerações” resultam da aplicação da Taxa Social Única sobre a massa salarial (a parte do pessoal aplica-se a taxa correspondente à Caixa Geral de Aposentações, mas não foi obtida informação rigorosa sobre o tipo de contratos que se aplicará ao diverso pessoal). O resultado obtido é consistente com os valores históricos, onde se verifica uma convergência do rácio (Encargos com as Remunerações/Remunerações do Pessoal), para o valor da TSU. Para a subconta “Seguros de Acidentes Pessoais” foi assumido que a sua taxa de crescimento seria igual à taxa de crescimento das remunerações. O cálculo da subconta “Gastos com Ação Social” está dividido em duas componentes, sendo que para a primeira, ADSE, foi aplicada a taxa de crescimento das remunerações do pessoal (a iniciar-se, apenas, em 2019) ao valor do ano antecedente. A segunda componente, “Outros Abonos”

resulta da aplicação da taxa de crescimento histórica (dos últimos 5 anos) ao valor registado no ano antecedente. O cálculo da subconta “Outros Gastos com o Pessoal” resulta do valor antecedente, evidenciando que, estas despesas, não estão relacionados nem com a atividade nem com alterações estruturais da empresa. Adicionaram-se os gastos referentes às remunerações do pessoal dedicados à implementação, operacionalização e gestão ao Plano de Segurança da Água (os valores desta componente correspondem a metade dos valores de referência).

v. **Outros Gastos e Perdas / Outros Rendimentos e Ganhos:** Na Conta 6811 do SNC - Impostos Diretos devem ser registados os gastos com impostos que visam a tributação do rendimento, do património ou dos capitais do contribuinte tais como o IMI ou o IRS. Através de uma análise aos valores históricos assumimos que o valor reportado corresponde ao IMI, pelo que foi mantido ao longo do período de projeção. Na Conta 6812 do SNC - Impostos Indiretos devem ser registados os gastos com impostos que visam a tributação do consumo tais como o IVA, o imposto de selo, impostos especiais sobre o consumo ou os impostos que incidem sobre os transportes, nos casos em que estes valores não sejam dedutíveis. Considerou-se que a melhor estimativa anual seria igualar os Impostos Indiretos ao IVA não dedutível que, por sua vez, foi contabilizado como um custo operacional. As Dívidas Incobráveis e as Perdas em Inventários foram projetadas com recurso a média dos últimos cinco anos, com crescimentos iguais à taxa de crescimento da atividade projetada.

vi. **Outras Contas a Pagar (Conta de Balanço):** Dentro desta conta são registadas as retenções de impostos sobre o rendimento. O cálculo da subconta “IR – Trabalho Dependente” e “Contribuições para a Segurança Social” resulta do seu último valor histórico atualizado pela taxa de crescimento das remunerações, assumindo a manutenção da estrutura de pessoal. Os “Rendimentos Prediais”, pela sua natureza foram mantidos constantes.

#### **4. Tarefa 4 – Introdução e reajuste dos Ativos e do Investimento**

Nesta tarefa destacam-se os seguintes aspetos:

- a. Cálculo do investimento inicial, a partir dos ativos próprios da Be Water, assumindo que a Be Water regista o abate de todos os ativos não utilizados. Para o efeito, foi utilizado o valor contabilístico dos ativos, nomeadamente ferramentas, instrumentos e equipamentos de laboratório (assumindo que os preços de aquisição mantêm o mesmo valor), bem como estimativas para outros bens, como mesas, estantes, computadores e secretárias. Os valores introduzidos como “input” no modelo podem ser revistos como estimativas mais próximas dos seus valores de mercado, com recurso a orçamentos de fornecedores qualificados, se for considerado desejável.
- b. O cálculo do investimento de substituição dos ativos referidos na alínea a) considerou o abate dos bens no fim de vida útil e consequente aquisição dos mesmos ativos. Com esta metodologia, as amortizações do exercício são constantes ao longo do período de análise.
- c. O cálculo dos bens (ativos) reversíveis resultam da análise da conta 44, à data de 31 de dezembro de 2015. Com a informação detalhada da conta 44 procedeu-se à estimação das amortizações de 2016 e 2017 e, por esta via, obteve-se o montante referente à quantia escriturada destes bens à data de 31 de dezembro de 2017. Este valor foi incluído no ativo tangível da nova empresa.

O cálculo do investimento em expansão e substituição dos ativos resultou do plano de investimento de renovação e de expansão entregue pela CMM. Adicionou-se, igualmente, os montantes de investimentos contratualizados com a Be Water S.A que se consideraram complementares dos fornecidos pela CMM.

#### **5. Tarefa 5 – Introdução e reajuste dos Ativos e do Investimento**

Nesta tarefa destacam-se os seguintes aspetos:

- a. Com base nas fichas técnicas das propostas comerciais, apresentadas pelo Banco Santander e pelo Banco BPI, construiu-se o mapa de amortização da dívida

obtendo-se, igualmente, os juros a pagar. Os valores nominais dos juros a pagar foram descontados pela taxa de inflação.

- b. Assumiu-se que as taxas de juro foram apresentadas em termos efetivos.

## **6. Tarefa 6 – Construção das Demonstrações Financeiras Previsionais**

Nesta tarefa destacam-se os seguintes aspetos:

- a. Com base nas projeções obtidas para cada uma das principais contas construíram-se os seguintes mapas financeiros: Demonstração de Resultados, Balanço e Mapa de Fluxos de Caixa.
- b. Os resultados do Mapa de Fluxos de Caixa servem como “input” na conta Caixa e Depósitos à Ordem do Balanço, de forma a relacionar os três mapas e balancear o modelo.
- c. Assumiu-se, para a construção do Balanço, os seguintes indicadores, tendo por base os valores históricos (com exceção dos fornecedores de imobilizado onde se utilizou um prazo médio de pagamento de mercado para este tipo de fornecedores):
  - i. Prazo médio de existências      16 dias
  - ii. Prazo médio de recebimento      28 dias
  - iii. Prazo médio de pagamento      30 dias
  - iv. Prazo médio de pagamento (Forn. Imob.) 90 dias
- d. No mapa de fluxos de caixa incluiu-se o valor contabilístico dos bens reversíveis no Fluxo de Caixa gerado pelas atividades de investimento.
- e. O total do mapa de fluxos de caixa demonstra que a atividade permite gerar excedentes significativos de liquidez, cumprindo com as respetivas obrigações de pagamento, libertando, no período em análise, cerca de 37 Milhões de euros (ou 44 Milhões de euros, considerando o desconto do valor dos bens reversíveis que foi introduzido).

## Análise de dados Históricos

### Utilizadores

Com base na informação de exploração foram construídas séries longas com os principais dados operacionais, com o objetivo de conhecer o comportamento histórico das principais variáveis. Em particular:

- Abastecimento de água
  - Número de utilizadores – Série Longa: entre 2005 e 2016
  - Número de utilizadores (t.c.): entre 2006 e 2016
  - Volume de água faturado ( $m^3$ ): entre 2005 e 2016
  - Volume de água faturado (t.c.): entre 2006 e 2016
  - Volume de água faturado ( $m^3$ ) – por escalão: entre 2012 e 2016
  - Número de Contadores (unidades)
- Saneamento
  - Número de Utilizadores (unidades): entre 2012 e 2016
  - Volume faturado ( $m^3$ ): entre 2012 e 2016
- Compras de Água
  - Volumes adquiridos ( $m^3$ ): entre 2005 e 2016
  - Volumes por origem ( $m^3$ ): entre 2005 e 2015
  - Volumes por origem (%): entre 2005 e 2015

O número de utilizadores é uma variável crítica no modelo, já que determina, diretamente, o valor das vendas e das prestações de serviços. Como tal, houve uma preocupação particular na mensuração destes valores, partindo-se dos elementos constantes nos anexos VII, VIII e XIX, constantes da resposta da concessionária datada de 31 de março de 2017. De igual forma, verificando-se a coerência destes valores com os valores disponibilizados pela Câmara Municipal de Mafra (ficheiro Excel “Utilizadores\_Volumes\_2005\_2015”), construiu-se uma série longa, de 2005 a 2015.

As taxas de crescimento foram calculadas através da diferença entre o valor do ano correspondente e o valor do ano anterior, dividindo-se, posteriormente, pelo valor do ano anterior. As médias históricas foram calculadas de forma composta, representando a média geométrica das taxas de crescimento anuais, de acordo com a seguinte fórmula:  

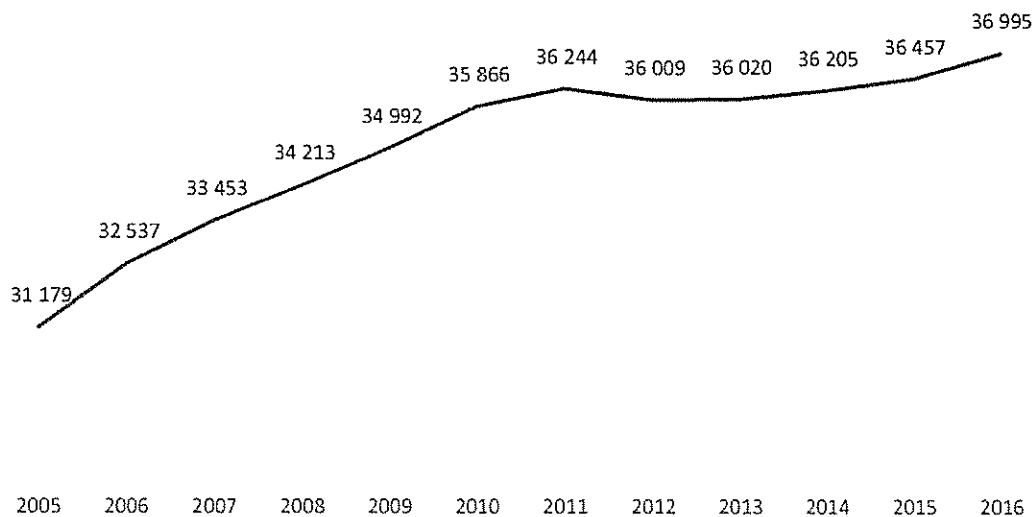
$$\text{CAGR} = (\text{valor final} \div \text{valor inicial})^{(1 \div (\text{Ano Final} - \text{Ano Inicial}))} - 1.$$

No quadro seguinte sintetizam-se as médias históricas do crescimento do número de utilizadores entre os anos 2006 e 2016.

<b>Número de utilizadores (taxa de crescimento)</b>	<b>Média</b>
Domésticos	1,57%
ISFL	3,70%
CMM e JF	-0,95%
Comércios, Indústrias e Serviços	-2,02%
Estado e outras Pessoas de Dir. Público	0,42%
Concelhos limítrofes	0,00%

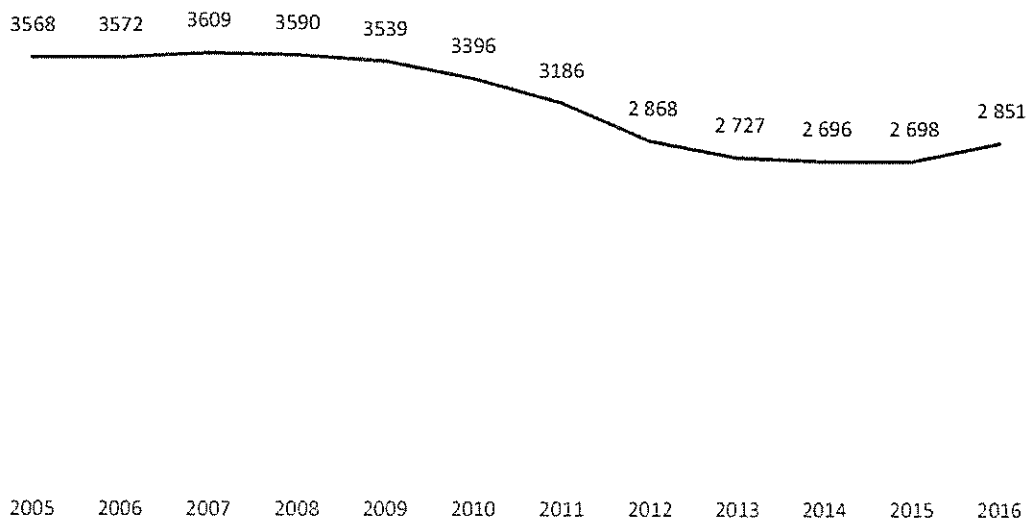
O comportamento da evolução do número de utilizadores relevantes pode ser observado com recurso aos gráficos seguintes (os valores apresentados nos dois gráficos seguintes apresentam-se em unidades):

### Número de utilizadores - Domésticos -



O número de utilizadores domésticos registou, durante a última década, um crescimento sustentado, na ordem dos 6.000 novos utilizadores, com uma média de crescimento anual na ordem dos 1,57%.

### Número de utilizadores - Comércio, Indústrias e Serviços -



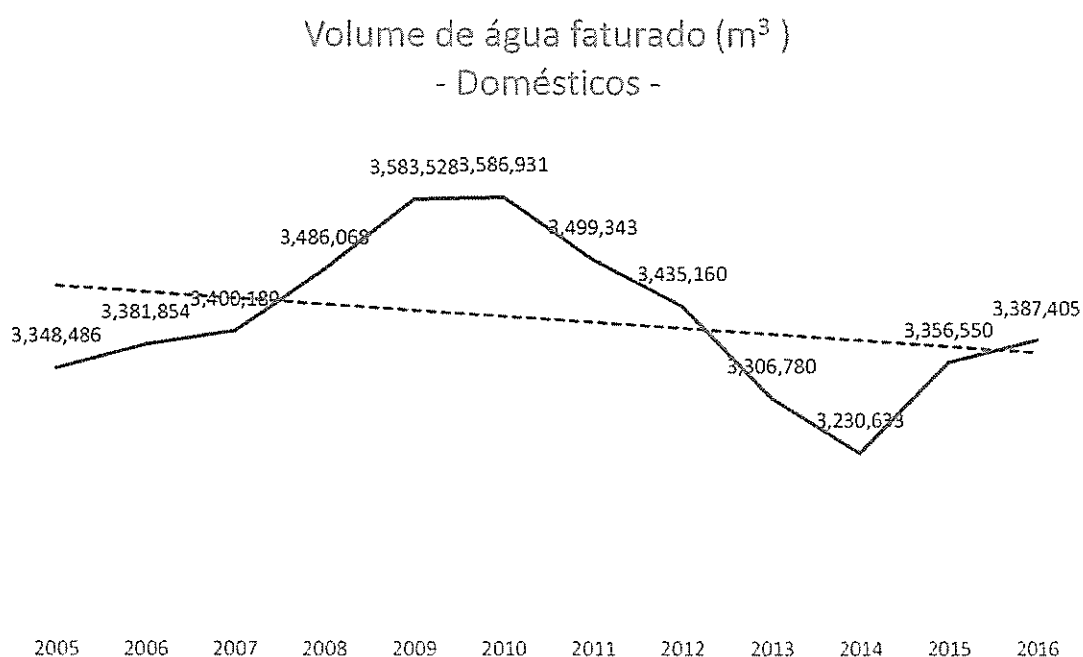
O número de utilizadores no Comércio, Indústria e Serviços registou, durante a última década, uma variação negativa, com uma média de crescimento anual de -2,02%.

Os outros utilizadores, pela sua natureza e dimensão, não são relevantes para a análise.

## Volumes

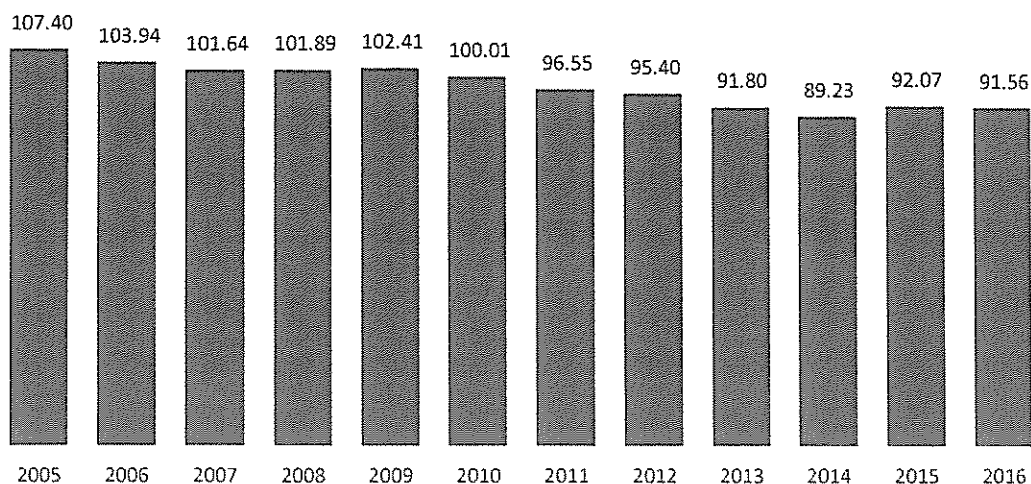
A análise dos volumes de água consumidos seguiu o mesmo raciocínio e metodologia efetuada para o número de utilizadores, construindo-se uma série longa. No quadro seguinte é possível visualizar as médias obtidas através dos valores históricos dos volumes de água por escalão.

Volume de Água por Escalão (taxa de crescimento)	Média
Domésticos	0,11%
ISFL	4,50%
CMM e JF	-1,26%
Comércios, Indústrias e Serviços	-2,11%
Estado e outras Pessoas de Dir. Público	9,23%
Concelhos limítrofes	-9,11%
<b>TOTAL</b>	<b>-0,38%</b>



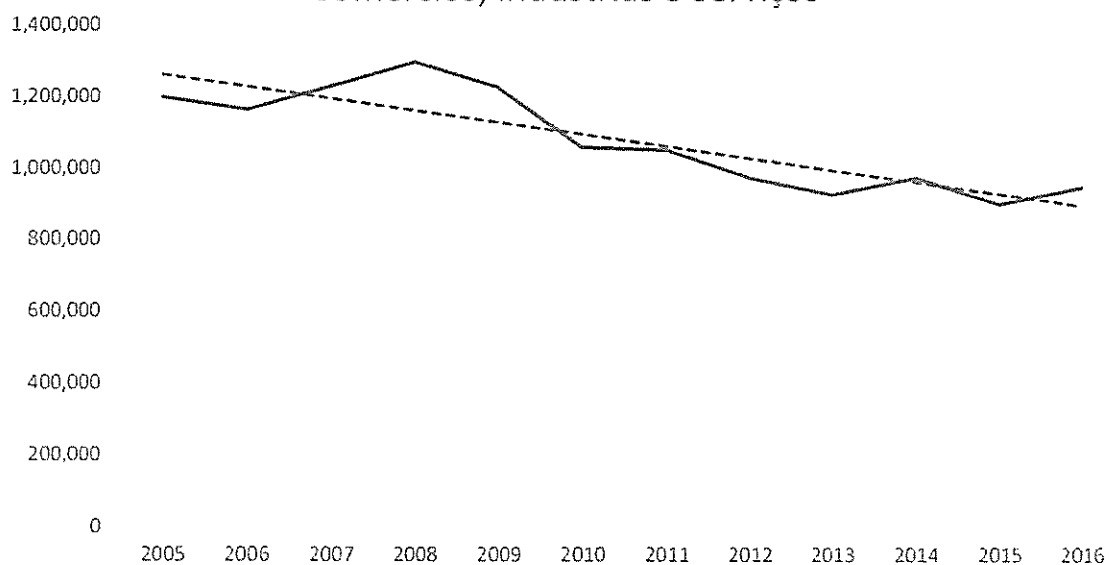
O volume de água consumido por utilizadores domésticos registou, durante a última década, uma tendência de ligeira diminuição, com uma média de crescimento anual na ordem dos 0,11% (os valores no gráfico anterior apresentam-se em unidades).

Consumo médio por utilizador doméstico (m<sup>3</sup>)



O consumo médio por utilizador doméstico tem vindo a diminuir de forma consistente e significativa, refletindo uma maior eficiência na utilização dos volumes de água.

Volume de água faturado (m<sup>3</sup>)  
- Comércio, Indústrias e Serviços -



O volume de água consumido por utilizadores não domésticos – Comércio, Indústria e Serviços – registou, durante a última década, uma tendência de diminuição, com uma média de crescimento anual na ordem dos -2,11%.

### Vendas e Serviços Prestados

Com base na informação contabilística disponibilizada pela concessionária, analisaram-se as contas 71 e 72, com o objetivo de dividir e delimitar os proveitos da empresa.

Na conta 71 encontram-se registadas as vendas resultantes de Produtos Acabados e Intermédios; Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos; Serviços de Construção relacionados com a concessão (registados como IFRIC 12) e Devoluções de Vendas.

Na Conta 72 encontram-se registados os trabalhos e serviços prestados próprios do objeto social da entidade. Integra todos os réditos que não as vendas de água, bem como a imputação do espaço da sede e devoluções relacionadas com os serviços prestados.

### Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Com base na informação contabilística disponibilizada pela concessionária, analisou-se a conta 61, com o objetivo de dividir e demarcar os custos das vendas de água. Realizaram-se, em primeiro lugar, ajustamentos na contabilização desta conta, de forma a se uniformizar a contabilização da subconta Água - que passou da conta 6114 para a 6124 em 2014 - com reflexos na subconta 612 – Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo.

### Fornecimentos e Serviços Externos

A conta Fornecimentos e Serviços Externos regista os gastos operacionais que não satisfaçam a condição de ativo. Em particular, nesta conta, registam-se os Subcontratos, Serviços Especializados, Materiais, Energia e Flúidos, Deslocações, Estadas e Transportes e Serviços Diversos.

## Gastos com o Pessoal

A conta Gastos com Pessoal representa todas as despesas com as remunerações dos órgãos sociais e do pessoal, os benefícios pós-emprego, as indemnizações, os encargos sobre remunerações, os seguros de acidente no trabalho e doenças profissionais, os gastos com ação social e, outros gastos.

Com referência aos dados históricos desta conta, para cada uma das subcontas, foi calculada uma taxa de crescimento e a respetiva média durante os anos de 2012 e 2016. O cálculo realizado resultou da diferença entre o valor do ano correspondente e o valor do ano anterior e a divisão desse resultado pelo valor do ano anterior.

## Perdas por Imparidade

A conta Perdas por imparidade regista as perdas de dívidas a receber de clientes. Posteriormente, foi calculada a taxa de crescimento histórica através da divisão entre a diferença do valor do ano corrente e o valor do ano anterior e o valor do ano anterior. A média histórica foi calculada de forma composta, representando a média geométrica das taxas de crescimento anuais, de acordo com a seguinte fórmula:  
$$CAGR = (\text{valor final} \div \text{valor inicial})^{(1 \div (\text{Ano Final} - \text{Ano Inicial}))} - 1.$$

## Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos

A conta 68 - Outros Gastos e Perdas regista todos os gastos e perdas que, durante os exercícios, não se enquadrem noutras contas da classe 6. Entre estes gastos incluem-se os gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos; gastos e perdas em investimentos financeiros; em inventários; dívidas incobráveis e; outros.

A conta 78 – Outros Rendimentos e Ganhos, regista todos os rendimentos e ganhos que, durante o exercício, não se enquadrem nas outras contas da classe 7, como é o caso dos Rendimentos Suplementares; Descontos de Pronto Pagamento obtidos; Recuperação de Dívidas a Receber; Ganhos em Inventários; Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos; Rendimentos e Ganhos em Ativos financeiros; Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros e; Outros.

Dada a natureza extraordinária que a conta 78 exhibe, bem como a sua irrelevância para uma análise com natureza projetiva num contexto de constituição de um SMAS, a análise recaiu apenas na conta 68 – Outros Gastos e Perdas.

Com referência à conta 68, e com o objetivo de se conhecer e compreender a sua evolução ao longo dos anos, nas componentes da subconta Impostos (Impostos Diretos, Impostos Indiretos, Taxas) foram calculadas as taxas de crescimento para os anos de 2013 até 2016, através da diferença entre o valor do ano correspondente e o valor do ano anterior, dividindo-se pelo valor do ano anterior.

Para as restantes subcontas e respetivas componentes, foram analisadas as médias históricas, para os anos de 2012 e 2016.

### Estado e Outros Entes Públicos

A conta 24 regista todas as relações que a empresa tem com o Estado, Autarquias Locais e outros entes públicos. Foram analisadas as seguintes subcontas: Impostos sobre o Rendimento, Retenção de Impostos sobre Rendimentos, Imposto sobre o Valor acrescentado (IVA), Outros Impostos, Contribuições para a Segurança Social, Tributos das Autarquias Locais e Outras Tributações. Tendo em consideração a natureza destas contas, observaram-se os valores históricos registados de forma a se compreender a estrutura desta conta.

### Ativos

O mapa de ativos apresenta todos os ativos, tangíveis e intangíveis, que a empresa detém durante o exercício, bem como o seu valor contabilístico, valor residual, taxa de depreciação/amortização, período, exercício, valor acumulado e, por fim, quantia escriturada.

Os Ativos Fixos Tangíveis representam os bens e equipamentos que uma empresa detém, necessários para o normal funcionamento da sua atividade operacional, e que não se destinam a ser vendidos ou transformados. Por contrapartida, os Ativos Intangíveis são ativos incorpóreos, sendo representados por bens e direitos.

## IFRIC 12

A IFRIC 12 apresenta o detalhe da subconta 447, que diz respeito ao valor do ativo intangível – Bens Reversíveis – IFRIC 12 para os anos entre 2012 e 2016, bem como as respectivas Depreciações acumuladas (subconta 4487) e os respectivos Gastos de Depreciação e de Amortização do exercício (subconta 6437).

Após a análise detalhada destes valores foi calculado o investimento por ano através da diferença entre o valor do ativo do ano correspondente e o valor do ativo no ano anterior (foram obtidos valores para os anos entre 2013 e 2016). Posteriormente, foi calculada a média desses valores, a qual ascendeu a 1 155 149,77 €, durante o período em análise.

## Pressupostos

Os pressupostos do modelo visam identificar e detalhar condições “expectáveis”, as quais fundamentam e fornecem a consistência necessária aos resultados do modelo nas suas principais componentes. O período de análise compreende os anos de 2017 até 2031.

### Pressupostos do Modelo

O ano de 2017 foi determinado como ano de início do modelo. Embora seja expectável que o SMAS inicie a sua atividade a 1 de janeiro de 2018, o modelo apresenta projeções a partir de 2017, uma vez que apenas existem dados históricos até 2016. Com efeito, e de forma a se fornecer uma continuidade entre os dados históricos e o período de análise, as principais variáveis de análise foram projetadas para o ano de 2017, de forma a se garantir uma continuidade entre os dados históricos e o período de interesse.

### Pressupostos Operacionais

Os pressupostos Operacionais visam determinar as projeções, constituindo-se como “inputs” principais das componentes de análises. Foram definidos os seguintes pressupostos:

O primeiro pressuposto definido foi a ***Variação Número de Utilizadores*** tanto para o Abastecimento de Água como para o Saneamento. Assumiu-se que os utilizadores domésticos crescem anualmente 0,78%, metade do valor da média anual de crescimento verificada no período 2005-2016. Assumiu-se que a taxa de crescimento para os restantes utilizadores seria nula ao longo do período de análise.

A projeção do ***Número de utilizadores*** foi determinada através das variações acima referidas. No caso da atividade de saneamento, aos cálculos descritos, foram ainda adicionados o número de novos utentes resultantes do investimento preconizado em termos de expansão da rede de saneamento.

Assim, a evolução do número de utilizadores para a atividade de abastecimento de água segue a seguinte projeção:

De igual forma, a evolução do número de utilizadores para a atividade de saneamento segue a seguinte projeção:

O segundo pressuposto definido foi a **Variação do consumo por utilizador**. Assumiu-se que esta variação seria de -0,10% em termos anuais, de forma a que o **Consumo por utilizador doméstico ( $m^3$ )** variasse de forma realista, de 91,47  $m^3$  em 2017 para 90,20  $m^3$  em 2031. Assumiu-se que a taxa de crescimento para os restantes utilizadores seria igual aos dos utilizadores domésticos ao longo do período de análise. De forma a garantir consistência na análise, assumiu-se que a atividade de saneamento registaria a mesma evolução.

A diminuição das tarifas foi modelizada de forma a registar uma diminuição de 5% em 2018 relativamente a 2017, considerando-se, igualmente, a manutenção das tarifas (em valor real) a partir daí e até ao final do período de análise.

Assumiu-se, igualmente, que as taxas de perdas anuais vão diminuindo até 2027, seguindo um decréscimo variável, em linha com o plano de investimento preconizado no modelo, passando de 16,91% em 2017 para 15,30% em 2031.

Por fim, determinaram-se alguns pressupostos relacionados com a exploração, os quais decorrem das práticas comerciais do setor e que se encontram balizadas pelos dados inferidos nas demonstrações financeiras. Em particular, assumiram-se os seguintes pressupostos (em dias):

Prazo Médio de existências	16,00
Prazo Médio de Recebimento	28,00
Prazo Médio de pagamento	30,00
Prazo Médio de Pagamento (Forn. Imob.)	90,00

## Pressupostos Económicos

Dentro dos pressupostos económicos, destacam-se pela sua relevância nos resultados do modelo financeiro, a projeção da taxa Euribor e da inflação. As projeções da taxa Euribor

convergem para 1% a partir de 2021, esperando-se uma evolução positiva (dos atuais valores negativos) para um valor de referência desta taxa (em torno dos 3%) consistente com taxas de inflação próximas do objetivo do Banco Central Europeu.

A projeção da taxa de inflação foi determinada de acordo com as projeções económicas do Banco de Portugal (atualizadas a 29 de março de 2017) e assumindo-se o objetivo de inflação do BCE (2%) a partir de 2020.

Por fim, assumiu-se uma taxa de aumento real das remunerações de 0,5% para todos os anos do modelo.

## Projeções de Preços e Atividade

### Tarifário

A projeção do “Tarifário” incorpora a decisão da Câmara Municipal de Mafra, de diminuir todas as tarifas em 5% no início de 2018.

As projeções das tarifas são realizadas através de um índice de atualização tarifária. Após a diminuição de 5% (que se constitui como o valor de referência), o índice de atualização mantém-se igual a 1 para todos os anos da projeção, assumindo-se a manutenção, em termos reais, do tarifário para o período em análise.

O tarifário dos fornecedores foi calculado de acordo com a legislação em vigor, a qual determina os valores reais até 2020. A partir deste ano assumiu-se a manutenção dos valores reais.

### Projeção das principais variáveis da operação

A projeção das principais variáveis da operação são as seguintes: Número de Utilizadores, Volume de Água Faturado por Escalão, Número de Contadores e Compras de Água.

A projeção do Número de Utilizadores, Número de Contadores e Volume de Água Faturado por Escalão foi efetuada com base no valor do respetivo valor do ano anterior, crescendo à taxa de crescimento determinada pelos pressupostos do modelo.

O Consumo por Utilizador foi calculado, em cada ano, através da divisão entre o volume de água de por escalão e tipo de utilizador pelo número de utilizadores correspondentes.

### Taxa de crescimento da atividade

A taxa de crescimento da atividade foi calculada com base nos valores totais do volume de água por escalão, nomeadamente, esta taxa corresponde à divisão entre a diferença do valor do ano correspondente e do ano anterior e o valor do ano anterior.

## Compra de Água

As projeções dos volumes de água a adquirir baseiam-se no volume faturado de água, ponderadas pela respetiva taxa de perda anual. Foi assumido que os volumes de água a adquirir às AdLVT são constantes ao longo do período de projeção em 1 500 000 m<sup>3</sup>, sendo o remanescente adquirido à EPAL.

## Projeções Financeiras

A Parte II do Modelo concerne as projeções financeiras das principais contas que constituem a análise da empresa em questão. Nomeadamente, foram projetadas, individualmente, as seguintes contas: Vendas, Compras, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Fornecimento e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Imparidades, Outros Gastos e Perdas, Outros Rendimentos e Ganhos e, por fim, Outras Contas a Pagar.

### Vendas

A página “Vendas” apresenta as projeções financeiras das receitas do abastecimento de água, do saneamento e ainda de outras atividades. Os valores totais das receitas são apresentados por componente, nomeadamente:

- **Água – Volume:** componente diretamente relacionada com as receitas da tarifa variável do abastecimento de água;
- **Água – Fixo:** componente diretamente relacionada com as receitas da tarifa fixa do abastecimento de água;
- **Saneamento – Volume:** componente diretamente relacionada com as receitas da tarifa variável do saneamento;
- **Saneamento – Fixo:** componente diretamente relacionada com as receitas tarifa fixa do saneamento;
- **Outras Receitas AA e AR:** componente diretamente relacionada com as receitas das outras atividades;

### Receitas Tarifa Variável

As projeções das receitas das tarifas variáveis foram calculadas anualmente com base na multiplicação entre o valor estimado do volume de água do respetivo escalão num dado ano (que decorre dos cálculos efetuados em “Operação (Projeção)”) e o valor estimado da tarifa variável do respetivo escalão no mesmo ano (que decorre dos cálculos efetuados em “Tarifário”).

## Receitas Tarifa Fixa

As projeções das receitas das tarifas fixas foram calculadas anualmente com base na multiplicação entre o valor estimado do número de contadores do respetivo escalão num dado ano (que decorre dos cálculos efetuados em “Operação (Projeção)”) e o valor estimado da tarifa fixa do respetivo escalão no mesmo ano (que decorre dos cálculos efetuados em “Tarifário”).

### *Saneamento*

As receitas das tarifas fixas foram realizadas com base na multiplicação entre o valor estimado do número de utilizadores do respetivo subgrupo num dado ano (que decorre dos cálculos efetuados em “Operação (Projeção)”) e o valor estimado da tarifa fixa do respetivo subgrupo no mesmo ano (que decorre dos cálculos efetuados em “Tarifário”).

## Receitas Outras Atividades

As receitas de outras atividades incluem os rendimentos obtidos por atividades que não são nem de abastecimento de água nem saneamento. Designadamente, as receitas de outras atividades estão correlacionadas com:

- Ramais de água
- Outros serviços exploração água
- Outras tarifas saneamento
- Ramais saneamento
- Outros serviços exploração saneamento

O cálculo das projeções de cada uma das atividades para o ano de 2017 baseia-se na média dos valores de cada uma das atividades entre 2014 e 2016 (que decorre dos cálculos efetuados em “Operação”). Os valores para os Ramais de Água e de Saneamento foram colocados a zero, já que atualmente estes serviços deixaram de ser cobrados aos utilizadores.

W.

Para os restantes anos as projeções foram calculadas igualando-se o valor do ano anterior mantendo o seu valor real, já que o modelo se encontra desenvolvido em preços constantes.

### Compras de Água

As Compras de água dependem diretamente do volume de água (em metros cúbicos) adquirido por fornecedor (que decorre dos cálculos efetuados em “Operação (Projeção)”) e do custo dos volumes de água adquiridos (que decorre dos cálculos efetuados em “Tarifário”) (em euros por metros cúbicos).

### Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas representa a contrapartida das saídas das existências de mercadorias e/ou matérias primas, subsidiárias e de consumo por venda ou integração no processo produtivo. As principais componentes incluem os custos com a água vendida, Hipoclorito, Materiais de Armazém e Consumíveis de Laboratório.

### Custo de Água Vendida

As projeções do custo de água vendida dependem diretamente das projeções do volume de água adquiridos aos fornecedores e da tarifa total do fornecedor correspondente. O custo resulta da multiplicação entre estas duas componentes.

### Hipoclorito

As projeções do custo de hipoclorito correspondem ao valor do custo de hipoclorito do ano anterior atualizado à taxa de crescimento de atividade projetada (que decorre do cálculo efetuado em “Operação (Projeção)”).

### Materiais de Armazém

As projeções do custo dos materiais de armazém correspondem ao valor do custo dos materiais de armazém do ano anterior atualizado à taxa de crescimento de atividade projetada (que decorre do cálculo efetuado em “Operação (Projeção)”).

## Consumíveis de Laboratório

As projeções do custo dos consumíveis de laboratório correspondem ao valor do custo dos consumíveis de laboratório do ano anterior atualizado à taxa de crescimento de atividade projetada (que decorre do cálculo efetuado em “Operação (Projeção)”).

## Fornecimentos e Serviços externos

Os Fornecimentos e Serviços externos representam todos os gastos operacionais da empresa num determinado período, que inclui os gastos por fornecimentos e serviços prestados à entidade que não satisfaçam a definição de ativo.

A projeção desta conta tem como base a análise de seis subcontas, nomeadamente: Subcontratos; Serviços Especializados; Materiais; Energia e Flúidos; Deslocações, Estadas e Transportes; e Serviços Diversos.

### Subcontratos

Esta subconta foi analisada tendo em consideração as suas diferentes componentes, nomeadamente Construção de Ramais; Outras Obras; Outros Subcontratos. As restantes componentes (6214 – Serviços de Construção IFRIC 12 e 6215 – Subcontratos Renovação IFRIC 12) foram retiradas das projeções, já que não são aplicáveis no enquadramento em estudo.

#### *Construção de Ramais*

Para 2017 o custo da construção de ramais foi calculado tendo em consideração a média dos valores de construção de ramais entre 2012 e 2016 e a taxa de crescimento do número de utilizadores do presente ano atualizado à taxa de crescimento de atividade projetada (que decorre do cálculo efetuado em “Operação (Projeção)”).

Os restantes anos evoluem de acordo com o valor da construção de ramais do ano anterior e com a taxa de crescimento do número de utilizadores do respetivo ano.

W.

### *Outras obras*

Para 2017 o custo das outras obras foi calculado tendo em consideração a média dos valores de outras obras entre 2012 e 2016 e a taxa de crescimento do número de utilizadores do presente ano atualizado à taxa de crescimento de atividade projetada (que decorre do cálculo efetuado em "Operação (Projeção)"). Os restantes anos evoluem de acordo com o valor de outras obras do ano anterior e com a taxa de crescimento do número de utilizadores do respetivo ano.

### *Outros subcontratos*

Para 2017 o custo de outros subcontratos foi calculado tendo em consideração a média dos valores de outros subcontratos entre 2012 e 2016 e a taxa de crescimento do número de utilizadores do presente ano atualizado à taxa de crescimento de atividade projetada (que decorre do cálculo efetuado em "Operação (Projeção)"). Os restantes anos evoluem de acordo com o valor de outros subcontratos do ano anterior e com a taxa de crescimento do número de utilizadores do respetivo ano.

### Serviços Especializados

A subconta Serviços Especializados diz respeito a gastos que estejam relacionados com a aquisição de certos serviços técnicos prestados por entidades externas à empresa quando a própria não pode superar esses serviços pelos seus meios. A análise a esta subconta recai na projeção dos valores de dez componentes, nomeadamente:

- Trabalhos Especializados
- Publicidade e Propaganda
- Vigilância e Segurança
- Honorários
- Comissões
- Conservação e Reparação
- Conservação e Reparação (Captações Fonte da Telha)

- Manutenção – Plano de Segurança da água
- Análises Laboratoriais – Plano de Segurança da água
- Outros

Todas as componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior atualizados à taxa de crescimento da atividade de AA e AR. As despesas relativas à Conservação e Reparação das Captações da Fonte da Telha, bem como as relativas à Manutenção e Análises Laboratoriais relacionadas com a implementação do Plano de Segurança da Água têm início em 2019 e representam metade dos valores dos orçamentos obtidos para estas despesas.

Relativamente à Conservação e Reparação das Captações da Fonte da Telha a projeção desta componente inicia-se em 2019 e resulta da aplicação de uma taxa de 15% do valor do investimento.

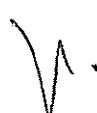
Quanto à Manutenção do Plano de Segurança da Água a projeção deste custo inicia-se em 2019, estimando-se que os custos variam entre 18 000 €, 30 000 € e 42 000 €, para os anos 2019, 2020 e 2021, respetivamente. A partir do último ano, estima-se que o valor relativo à manutenção se mantém constante nos 42 000 € até 2031.

As projeções dos custos relacionados com as Análises Laboratoriais necessárias com a implementação do Plano de Segurança da Água cifram-se em 2 000 €, 2.500 euros e 4 000 €, para os anos 2019, 2020 e 2021, respetivamente. A partir do último ano, estima-se que este valor se mantém constante (4 000 €) até 2031.

## Materiais

A subconta Materiais inclui todos os gastos com a aquisição de materiais, equipamentos ou outros bens. A análise a esta subconta recai na projeção dos valores de seis componentes, nomeadamente:

- Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido
- Livros e Documentação Técnica
- Material de Escritório

- 
- Artigos p/ Oferta
  - Limpeza, Higiene e Conforto
  - Outros

Todas estas componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior.

### Energia e Fluídos

A subconta Energia e Fluídos diz respeito a todos os gastos do período relacionados com a aquisição de energia e fluídos. A análise a esta subconta recai na projeção dos valores de três componentes, nomeadamente:

- Eletricidade
- Combustíveis
- Água

Todas estas componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior e a taxa crescimento da atividade de AA e AR.

### Deslocações, Estadas e Transportes

A subconta diz contabiliza todos os gastos relacionados com as deslocações, estadas e transportes necessários para o exercício da atividade. Esta componente evolui de acordo com o valor do ano anterior.

### Serviços Diversos

A subconta Serviços Diversos inclui todos os gastos com serviços vários prestados por outras entidades externas e que são necessárias para o normal exercício da atividade. A análise a esta subconta recai na projeção dos valores de sete componentes, nomeadamente:

- Rendas e Alugueres
- Comunicação
- Seguros

- *Royalties*
- Despesas de Representação
- Limpeza, Higiene e Conforto
- Outros Serviços

Todas as componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior.

### Gastos com o Pessoal

A conta Gastos com Pessoal representa todas as despesas que a entidade patronal tem ao longo do ano com os seus funcionários, incluindo os órgãos sociais. Nomeadamente, as despesas contabilizadas são as remunerações do pessoal, as indemnizações, encargos sobre remunerações, seguros de acidente no trabalho e doenças profissionais, gastos de ação social e outros gastos. Para efeitos de projeções não se analisaram eventuais indemnizações.

### Remunerações do Pessoal

A análise das projeções dos valores desta subconta baseia-se nas Remunerações do Pessoal do passado, assumindo-se um crescimento real das remunerações de 0,5% ao ano, bem como a inclusão do Pessoal dedicado ao Plano de Segurança da Água. Estimou-se que estes custos têm início em 2018 e ascendem a 64 000 €, mantendo-se o valor para 2019 aumentando, em 2018, para 149 000 €. Nos restantes anos o valor desta componente evolui de acordo com o valor do ano anterior e com a taxa de aumento das remunerações.

### Encargos sobre Remunerações

Esta subconta diz respeito aos encargos com a segurança social. Os valores das projeções desta conta baseiam-se na multiplicação entre o valor total das remunerações do pessoal do respetivo ano e a taxa de encargos sobre remunerações, que se assumiu de 23,75%.

V.

## Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças profissionais

A análise das projeções dos valores desta subconta baseia-se no valor do ano anterior crescendo à taxa de crescimento das remunerações do pessoal.

## Gastos Ação Social

A subconta Gastos Ação Social foi analisada por componente, nomeadamente:

- ADSE: O valor inicial, em 2018, constitui-se como um *input* do modelo, tendo-se assumido que todos os trabalhadores optam por aderir a este sistema. O valor introduzido corresponde à estimativa de custos incorridos pela Câmara Municipal de Mafra para 100 trabalhadores. A taxa de crescimento deste agregado varia de acordo com a taxa de crescimento real das remunerações do pessoal;
- Outros Abonos: a taxa de crescimento corresponde à média da taxa de crescimento dos gastos com outros abonos entre 2013 e 2016.

## Outros Gastos com o Pessoal

A subconta Outros Gastos com Pessoal foi analisada tendo em consideração a projeção dos valores de seis componentes, nomeadamente:

- Vestuário
- Formação
- Medicina no Trabalho
- Outros Seguros
- Pensões
- Outros

Todas estas componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior.

## Imparidades

A análise a esta conta recai na projeção da conta Perdas por Imparidade de dívidas a receber de clientes. Consequentemente, esta componente evolui ao longo dos anos de acordo com o valor de dívidas a receber de clientes do ano anterior e com a taxa de crescimento da atividade.

## Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos

A conta outros Rendimentos e Ganhos não foi considerada relevante para as projeções financeiras da empresa. Por seu turno, a conta Outros Gastos e Perdas foi trabalhada tendo em atenção que as subcontas Imposto, Dívidas Incobráveis, Perdas em Inventários, e Outros apresentam relevância e recorrência estimável para o futuro.

## Impostos

A subconta Impostos foi analisada tendo em consideração a projeção dos valores de três componentes, nomeadamente:

- Impostos Diretos
- Impostos Indiretos
- Taxas

Todas estas componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior crescendo à taxa de atividade relevante.

### *Impostos Indiretos*

A componente Impostos Indiretos corresponde ao valor do IVA não dedutível no respetivo ano. Nomeadamente, este valor foi contabilizado como sendo um custo e foi calculado através das respetivas taxas de IVA (que podem variar entre 0% e 23%).

## Dívidas Incobráveis

A subconta Dívidas Incobráveis recai sobre a componente dívidas incobráveis de clientes que, por sua vez, evolui de acordo com o valor do ano anterior e a taxa de crescimento da atividade.

## Perdas em Inventários

A subconta Perdas em Inventários recai sobre a análise às duas componentes:

- Quebras
- Outras Perdas

Ambas as componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior e com a taxa de crescimento da atividade.

## Outros

A análise da subconta Outros recai apenas na componente Quotizações, sendo que não se considerou relevante considerar as restantes componentes: Correções, relativas a períodos anteriores; Donativos; e outros não especificados. Adicionalmente, não é estimado nenhum crescimento ou decréscimo do valor das quotizações, pelo que, o valor da subconta Outros encontra-se igual para todos os anos: 450,00 €.

## Outras Contas a Pagar e Estado e Outros Entes Públicos

### Estado e Outros Entes Públicos

A análise a esta conta recai sobre as projeções das suas componentes, nomeadamente:

- Retenções de impostos sobre rendimentos
- Imposto sobre Valor Acrescentado
- Outros Impostos
- Contribuição para a Segurança Social

- Tributos das Autarquias Locais
- Outras Tributações

Considerou-se que não seria relevante estimar valores para algumas das componentes referidas, uma vez que representam valores não significativos ou nulos, ao longo da atividade registada entre 2012 a 2016. Essas componentes são: impostos sobre valor acrescentado (IVA), outros impostos e outras tributações.

#### *Retenções de impostos sobre rendimentos*

A análise a esta subconta tem em consideração os valores de duas componentes: Impostos sobre Rendimentos – Trabalho Independente, que evolui de acordo com o valor do ano anterior e com a taxa de crescimento das remunerações e, Impostos sobre Rendimentos – Prediais, que se mantém igual para todos os anos (com referência ao ano de 2016: 275,00 €).

#### *Contribuições para a Segurança Social*

A subconta Contribuições para a Segurança Social recai sobre a análise às cinco componentes:

- CRSS
- ADSE
- CGA
- Cofre Previdência
- ADM – Assistência para Doenças Militares

Todas as componentes evoluem de acordo com o valor do ano anterior e com a taxa de crescimento das remunerações.

## Análise de Investimento

### Bens Reversíveis

A reversão de bens constitui um preceito tradicional nas concessões de serviços públicos. A normativa vigente estabelece que, extinta a concessão, retornam à posse do concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto e estabelecido no contrato. A reversão pode ser definida como a entrega pelo concessionário à posse concedente dos bens vinculados à concessão, por ocasião do fim do contrato de modo a permitir sua continuidade.

A lista dos Ativos Intangíveis – Bens Reversíveis IFRIC12, contabilizados como bens reversíveis são os seguintes (sendo objeto de detalhe na folha de cálculo anexa):

<b>Ativos Intangíveis – Bens Reversíveis IFRIC12</b>
<b>Terrenos e Recursos Naturais</b>
<b>Equipamento Básico - Reversíveis</b>
Reversíveis - Água (Contadores)
Reversíveis - Saneamento

De forma a estimar o valor dos bens a reverter para o concedente, a 1 de janeiro de 2018, foram estimados os valores de amortizações para o ano de 2016 e 2017.

### Ativos iniciais (estrutura)

Considerando os ativos contabilizados como próprios pela empresa Be Water, estimou-se o investimento inicial para a implementação e início dos Serviços Municipalizados, através do valor escriturado dos ativos atualmente em uso pela empresa Be Water.

A estimação foi efetuada tendo em consideração a data de utilização, o valor contabilístico, o número de unidades, o valor unitário, o valor residual, a taxa de amortização/depreciação, a vida útil do ativo e a amortização/depreciação do exercício.

## Investimento contratualizado com a concessionária

A Câmara Municipal de Mafra assume a execução do valor do investimento contratado com a concessionária até ao final do contrato sendo, por isso, este valor, contabilizado como investimento de expansão ou de substituição no plano de investimento global. Estes valores atingem os montantes seguintes:

<b>Investimento contratualizado AR (em euros)</b>	
<b>2018</b>	283 498,00
<b>2019</b>	284 031,00
<b>2020</b>	285 476,00
<b>2021</b>	267 854,00
<b>2022</b>	267 169,00
<b>2023</b>	266 816,00
<b>2024</b>	265 402,00

## Novo Investimento

O mapa de novo investimento foi elaborado pelos Serviços da Câmara Municipal de Mafra representando o valor do investimento, adicional ao contratualizado pela atual concessionária e à substituição/reparação de condutas que precisam de ser substituídas e/ou intervencionadas, que os Serviços Municipalizados esperam realizar até 2031. De igual forma, foram calculados as respetivas depreciações e amortizações em cada exercício, até ao final do período em análise, de forma a serem corretamente incluídos nas demonstrações financeiras.

Os valores do investimento anual são os seguintes:

Investimento Anual AR (em euros)			
2018	1 596 500,00	2025	1 119 000,00
2019	1 057 300,00	2026	1 138 000,00
2020	1 086 000,00	2027	1 004 300,00
2021	1 126 200,00	2028	1 125 000,00
2022	888 500,00	2029	823 000,00
2023	949 000,00	2030	1 084 000,00
2024	1 091 000,00	2031	1 019 500,00

### Investimento de Substituição

O mapa de investimento de Substituição foi elaborado pelos Serviços da Câmara Municipal de Mafra representando o valor do investimento esperado para a substituição/reparação de condutas que precisam de ser substituídas e/ou intervencionadas até 2027.

Investimento Anual AA (em euros)			
2018	2 019 339,22	2025	1 051 459,01
2019	1 052 774,37	2026	964 951,68
2020	1 019 817,42	2027	1 036 799,84
2021	1 047 051,59		
2022	1 010 449,53		
2023	1 024 048,44		
2024	1 016 009,45		

## Financiamento

A secção financiamento tem como objetivo simular as prestações, juros suportados e amortizações de dívida devidas nos diferentes momentos do tempo. A simulação dos encargos e amortizações estão fundamentadas nas fichas técnicas anexas às propostas comerciais enviadas à Câmara Municipal de Mafra. Os valores nominais dos juros a pagar forma descontados pela taxa de inflação.

Assumiu-se, nesta análise, que a taxa de juro determinada nas fichas técnicas se refere a uma taxa de juro efetiva.

## Demonstrações Financeiras

Com base projeções obtidas para cada uma das principais contas construíram-se os seguintes mapas financeiros: Demonstração de Resultados, Balanço e Mapa de Fluxos de Caixa. Os resultados do Mapa de Fluxos de Caixa servem como "input" na conta Caixa e Depósitos à Ordem do Balanço, de forma a relacionar os três mapas e balancear o modelo.

No mapa de fluxos de caixa incluiu-se o valor contabilístico dos bens reversíveis no Fluxo de Caixa gerado pelas atividades de investimento. O total do mapa de fluxos de caixa foi ajustado, tendo sido diminuído o valor dos ativos a incorporar resultantes da reversão dos bens. Com efeito, para que o modelo esteja corretamente definido a incorporação de um ativo no balanço requer que o mesmo seja financiado, seja por capitais próprios, ou por capitais alheios. De forma a assegurar a consistência dos três mapas financeiros, considerou-se *ad hoc* que o ativo resultante da reversão seria financiado por uma entrada em capital, resultando num acréscimo de fluxos (por via de entrada em capital) no mesmo montante. Como tal, e para fins de análise de meios libertos, realizou-se o procedimento acima descrito. Desta forma, o total (ajustado) do mapa de fluxos de caixa demonstra que a atividade permite gerar excedentes de liquidez, cumprindo com as respetivas obrigações de pagamento, libertando, no período em análise, os montantes necessários para assegurar o pagamento da dívida e cumprir com os restantes compromissos financeiros.

h.

**AVALIAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO NOVO SISTEMA  
DE EXPLORAÇÃO DE AA E AR**

8 maio de 2017

## **PRESSUPOSTOS**

PARTE 0

# PRESSUPOSTOS GERAIS

Ano início modelo	2017
Número dias por ano	365

## PRESSUPOSTOS OPERACIONAIS

Utilizadores AA/JAR (taxa de crescimento)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Domésticos</b>	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
<b>Normais</b>															
1.º Escalão (0-5m3)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
2.º Escalão (6-15m3)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
3.º Escalão (16-25m3)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
4.º Escalão (>25m3)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
<b>Tarifário Social</b>															
1.º Escalão (0-15m3)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
2.º Escalão (16-25m3)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
3.º Escalão (>25m3)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
<b>Famílias Numerosas</b>															
1.º Escalão (variável)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
2.º Escalão (variável)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
3.º Escalão (variável)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
4.º Escalão (variável)	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%	0,78%
ISRL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CIIM e JF	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comércio, Indústrias e Serviços	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estado e outras Pessoas de Dir. Pública	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conceitos limitados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Número de utilizadores AA	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Domésticos</b>	36 829	37 285	37 576	37 870	38 167	38 466	38 767	39 070	39 376	39 684	39 995	40 308	40 623	40 941	41 261
<b>Normais</b>	36 829	37 118	37 408	37 701	37 997	38 295	38 595	38 897	39 192	39 503	39 819	40 131	40 445	40 762	41 081
1.º Escalão (0-5m3)	19 127	19 277	19 428	19 580	19 734	19 888	20 044	20 201	20 359	20 519	20 680	20 842	21 005	21 170	21 335
2.º Escalão (6-15m3)	14 059	14 169	14 280	14 392	14 505	14 618	14 733	14 848	14 965	15 082	15 200	15 319	15 439	15 560	15 682
3.º Escalão (16-25m3)	2 244	2 262	2 279	2 297	2 315	2 333	2 352	2 370	2 389	2 407	2 426	2 445	2 464	2 484	2 503
4.º Escalão (>25m3)	1 359	1 410	1 421	1 432	1 443	1 455	1 466	1 478	1 489	1 501	1 513	1 524	1 536	1 548	1 561
<b>Tarifário Social</b>	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88
1.º Escalão (0-15m3)	69	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82
2.º Escalão (16-25m3)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
3.º Escalão (>25m3)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Famílias Numerosas</b>	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92
1.º Escalão (variável)	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48
2.º Escalão (variável)	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
3.º Escalão (variável)	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
4.º Escalão (variável)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
<b>Não Domésticos</b>	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454	3 454
ISRL	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255
CIIM e JF	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299
Comércio, Indústrias e Serviços	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851
Estado e outras Pessoas de Dir. Pública	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44
Conceitos limitados	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
<b>Total</b>	40 449	40 739	41 030	41 324	41 621	41 920	42 221	42 524	42 830	43 138	43 449	43 762	44 077	44 395	44 715

[illegible]

Número de utilizadores AR	2011	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Domésticos</b>	<b>31 276</b>	<b>31 521</b>	<b>32 203</b>	<b>32 730</b>	<b>33 188</b>	<b>33 637</b>	<b>34 051</b>	<b>34 457</b>	<b>34 904</b>	<b>35 334</b>	<b>35 761</b>	<b>36 154</b>	<b>36 542</b>	<b>36 901</b>	<b>37 231</b>	<b>37 646</b>
Normais	31 113	31 357	32 043	32 564	33 021	33 469	33 882	34 297	34 733	35 162	35 588	35 990	36 397	36 725	37 104	37 468
1.º Escalão (0-5m3)	16 657	16 789	17 361	17 767	18 108	18 439	18 734	19 030	19 346	19 654	19 959	20 229	20 492	20 725	20 978	21 216
2.º Escalão (6-15m3)	11 831	11 924	12 017	12 111	12 206	12 302	12 398	12 495	12 593	12 692	12 791	12 891	12 992	13 094	13 197	13 300
3.º Escalão (16-25m3)	1 699	1 712	1 725	1 739	1 753	1 767	1 781	1 795	1 809	1 823	1 837	1 851	1 866	1 881	1 896	1 911
4.º Escalão (>25m3)	929	933	940	947	954	961	969	977	985	993	1 001	1 009	1 017	1 025	1 033	1 041
Tarifário Social	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113
1.º Escalão (0-15m3)	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
2.º Escalão (16-25m3)	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
3.º Escalão (>25m3)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Famílias Numerosas	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65
1.º Escalão (variável)	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
2.º Escalão (variável)	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19
3.º Escalão (variável)	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
4.º Escalão (variável)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<b>Não Domésticos</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>	<b>2 527</b>
ISFL	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207
CMM e JF	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188	188
Comércio, Indústrias e Serviços	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094
Estado e outras Pessoas do Dr. Público	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
Concelhos limítrofes																
<b>Total</b>	<b>33 803</b>	<b>34 048</b>	<b>34 735</b>	<b>35 257</b>	<b>35 715</b>	<b>36 164</b>	<b>36 578</b>	<b>36 984</b>	<b>37 431</b>	<b>37 851</b>	<b>38 268</b>	<b>38 681</b>	<b>39 089</b>	<b>39 428</b>	<b>39 868</b>	<b>40 173</b>

	2011	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Variação do consumo por utilizador doméstico Normais</b>		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Consumo por utilizador doméstico (m3)	79,84	79,76	79,69	79,60	79,52	79,44	79,36	79,28	79,20	79,12	79,05	78,97	78,89	78,81	78,73	78,65
Volume estimado m3 (consumidor doméstico)	2 484 160	2 501 058	2 553 218	2 592 137	2 625 886	2 659 850	2 693 968	2 719 182	2 750 996	2 782 189	2 813 081	2 841 223	2 868 911	2 894 256	2 921 200	2 946 908

		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
<b>Variação do consumo por utilizador doméstico Social</b>		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Consumo por utilizador doméstico (m3)	54,24	54,19	54,14	54,08	54,03	53,97	53,92	53,87	53,81	53,76	53,70	53,65	53,60	53,54	53,49	53,44
Volume estimado m3 (consumidor doméstico)	5 316	5 365	5 414	5 462	5 511	5 559	5 603	5 656	5 704	5 752	5 800	5 848	5 896	5 943	5 991	6 038

		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
<b>Variação do consumo por utilizador doméstico Famílias Numerosas</b>		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Consumo por utilizador doméstico (m3)	89,82	89,63	89,74	89,65	89,56	89,47	89,38	89,29	89,21	89,12	89,03	88,94	88,85	88,76	88,67	88,58
Volume estimado m3 (consumidor doméstico)	5 755	5 833	5 833	5 827	5 822	5 816	5 810	5 804	5 798	5 793	5 787	5 781	5 775	5 769	5 764	5 759

		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
<b>Variação do consumo por utilizador ISFL</b>		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Consumo por utilizador ISFL (m3)	437,43	436,99	436,55	436,11	435,68	435,24	434,81	434,37	433,94	433,50	433,07	432,64	432,20	431,77	431,34	430,91
Volume estimado m3 (consumidor não doméstico)	90 547	90 458	90 366	90 276	90 185	90 095	90 005	89 915	89 825	89 735	89 646	89 556	89 466	89 377	89 288	89 193

		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
<b>Variação do consumo por utilizador CMM e JF</b>		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Consumo por utilizador CMM e JF (m3)	606,62	606,01	605,40	604,80	604,19	603,59	602,99	602,38	601,78	601,18	600,58	599,98	599,38	598,78	598,18	597,58
Volume estimado m3 (consumidor não doméstico)	114 044	113 930	113 816	113 702	113 589	113 475	113 361	113 248	113 135	113 022	112 909	112 796	112 683	112 570	112 458	112 345

		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
<b>Variação do consumo por utilizador CIS</b>		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Consumo por utilizador CIS (m3)	184,10	183,92	183,73	183,55	183,37	183,18	183,00	182,82	182,63	182,45	182,27	182,09	181,91	181,72	181,54	181,36
Volume estimado m3 (consumidor não doméstico)	365 511	365 125	364 740	364 356	363 971	363 587	363 204	362 821	362 438	362 055	361 673	361 292	360 910	360 529	360 149	359 769

		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
<b>Variação do consumo por utilizador EeOPDP</b>		0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Consumo por utilizador EeOPDP (m3)	1 215,89	1 214,63	1 213,46	1 212,25	1 211,04	1 209,83	1 208,62	1 207,41	1 206,20	1 205,00	1 203,79	1 202,59	1 201,38	1 200,18	1 198,98	1 197,78
Volume estimado m3 (consumidor não doméstico)	46 204	46 158	46 112	46 066	46 019	45 973	45 927	45 882	45 836	45 790	45 744	45 698	45 653	45 607	45 561	45 516

Condições de exploração														2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342	3343	3344	3345	3346	3347	3348	3349	3350	3351	3352	3353	3354	3355	3356	3357	3358	3359	3360	3361	3362	3363	3364	3365	3366	3367	3368	3369	3370	3371	3372	3373	3374	3
-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	---

**PROJEÇÕES DE PREÇOS E ATIVIDADE**

**PARTE I**

h.

## TARIFARIO

**em euros**

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA

[illegible][illegible]





Fator de atualização (preços 2017)	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098
<b>Total AdLVT a preços de 2017</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>	<b>0,5816</b>
Tarifas EPAL - Alta	0,4897	0,4844	0,4891	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039	0,5039
Componente tarifária acrescida	0,0416	0,0501	0,0685	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736	0,0736
<b>Total</b>	<b>0,5313</b>	<b>0,5445</b>	<b>0,5576</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>	<b>0,5775</b>
Fator de atualização (preços 2017)	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098	1,021098
<b>Total EPAL a preços de 2017</b>	<b>0,5425</b>	<b>0,5560</b>	<b>0,5694</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>	<b>0,5897</b>

W.

# ANÁLISE DE UTILIZADORES E VOLUMES (ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANFAMENTO)

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Número de utilizadores	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Domésticos</b>	37 285	37 576	37 870	38 167	38 468	38 767	39 070	39 376	39 684	39 995	40 308	40 624	40 941	41 261	41 584
ISFL	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255
COM e JF	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299
Comércio, Indústrias e Serviços	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851	2 851
Estado e outras Pessoas do Dr. Público	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44	44
Concelhos limitrofes	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
<b>Total</b>	40 739	41 030	41 324	41 621	41 920	42 221	42 524	42 830	43 139	43 449	43 762	44 077	44 395	44 715	45 038

Taxa de crescimento de utilizadores AA	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%	0,72%
--	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Volume de água faturado (m³)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Domésticos</b>	3 410 505	3 433 761	3 457 176	3 480 750	3 504 484	3 528 379	3 552 437	3 576 659	3 601 045	3 625 597	3 650 316	3 675 203	3 700 269	3 725 486	3 750 855
Normal	3 395 239	3 418 409	3 441 748	3 465 266	3 488 965	3 512 725	3 536 707	3 560 854	3 585 165	3 609 642	3 634 287	3 659 099	3 684 081	3 709 234	3 734 558
1.º Escalão (0-10m³)															
2.º Escalão (>10m³)															
1.º Escalão (0-5m³)	1 263 291	1 275 238	1 287 454	1 299 652	1 311 943	1 324 326	1 336 775	1 349 316	1 361 942	1 374 654	1 387 453	1 400 339	1 413 311	1 426 368	1 439 509
2.º Escalão (6-15m³)	1 296 095	1 304 034	1 311 843	1 319 613	1 327 345	1 335 039	1 342 693	1 350 310	1 357 891	1 365 435	1 372 942	1 380 414	1 387 851	1 395 253	1 402 620
3.º Escalão (16-25m³)	206 872	208 286	209 707	211 133	212 580	214 042	215 521	216 984	218 445	219 906	221 388	222 890	224 412	225 955	227 518
4.º Escalão (>25m³)	129 972	129 853	130 240	131 632	132 531	133 436	134 347	135 264	136 187	137 117	138 053	138 996	139 945	140 890	141 832
Tarifário Social	6 860	6 945	7 029	7 113	7 197	7 281	7 365	7 448	7 532	7 615	7 698	7 781	7 863	7 945	8 028
1.º Escalão (0-15m³)	6 312	6 397	6 482	6 566	6 651	6 735	6 819	6 903	6 987	7 071	7 154	7 238	7 321	7 404	7 487
2.º Escalão (16-25m³)	457	457	455	455	455	455	455	454	454	453	453	452	452	451	451
4.º Escalão (>25m³)	91	91	91	91	91	91	91	91	91	91	91	90	90	90	90
Famílias Numerosas	8 415	8 497	8 579	8 661	8 742	8 823	8 904	8 985	9 066	9 146	9 227	9 307	9 387	9 467	9 547
1.º Escalão (vantável)	4 391	4 396	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399	4 399
2.º Escalão (vantável)	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378	2 378
3.º Escalão (vantável)	1 189	1 188	1 187	1 186	1 184	1 183	1 182	1 181	1 180	1 178	1 177	1 176	1 175	1 174	1 173
4.º Escalão (vantável)	457	457	455	455	455	455	455	454	454	453	453	452	452	451	451
<b>Não domésticos</b>	1 377 655	1 376 518	1 375 171	1 373 826	1 372 482	1 371 140	1 369 798	1 368 459	1 367 120	1 365 783	1 364 447	1 363 113	1 361 779	1 360 448	1 359 117
ISFL	144 638	144 455	144 310	144 165	144 022	143 878	143 734	143 593	143 442	143 293	143 143	142 994	142 844	142 695	142 548
COM e JF	209 493	209 291	209 093	208 895	208 697	208 499	208 301	208 105	207 908	207 712	207 516	207 320	207 124	206 929	206 734
Comércio, Indústrias e Serviços	942 765	941 223	939 681	938 140	936 599	935 058	933 517	931 976	930 435	928 894	927 353	925 812	924 271	922 730	921 189
Estado e outras Pessoas do Dr. Público	52 117	52 065	52 013	51 961	51 909	51 857	51 805	51 753	51 701	51 650	51 598	51 546	51 495	51 443	51 392
Concelhos limitrofes	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975	29 975
<b>Total</b>	4 788 370	4 810 279	4 832 347	4 854 576	4 876 966	4 899 519	4 922 235	4 945 117	4 968 165	4 991 380	5 014 763	5 038 316	5 062 039	5 085 934	5 110 002

Taxa de crescimento da atividade AA	0,64%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%
-------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Número de condutores	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Domésticos</b>	37 285	37 577	37 872	38 168	38 467	38 769	39 073	39 379	39 687	39 999	40 312	40 627	40 945	41 267	41 590
25 < X ≤ 30	37 267	37 559	37 853	38 150	38 449	38 750	39 054	39 360	39 668	39 979	40 292	40 609	40 929	41 247	41 570
30 < X ≤ 50	14	14	14	14	14	15	15	15	15	15	15	15	15	15	16
50 < X ≤ 100	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
100 < X ≤ 300															
<b>Não Domésticos - ISFL</b>	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255	255
X ≤ 25	222	222	222	222	222	222	222	222	222	222	222	222	222	222	222
25 < X ≤ 30	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
30 < X ≤ 50	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28
50 < X ≤ 100	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
100 < X ≤ 300															
<b>Não Domésticos</b>	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193	3 193
X ≤ 20	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679	2 679
25 < X ≤ 30	263	263	263	263	263	263	263	263	263	263	263	263	263	263	263
30 < X ≤ 50	226	226	226	226	226	226	226	226	226	226	226	226	226	226	226
50 < X ≤ 100	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31
100 < X ≤ 300	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	40 739	41 031	41 325	41 622	41 921	42 223	42 527	42 833	43 141	43 452	43 765	44 081	44 400	44 721	45 044

SANEAMENTO																
Número de Utilizadores																
Domésticos	31 521	32 208	32 743	33 188	33 637	34 081	34 467	34 904	35 334	35 761	36 184	36 642	36 991	37 281	37 646	
ISFL	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	207	
CMM e J.F.	168	168	168	168	168	168	168	168	168	168	168	168	168	168	168	
Comércio, Indústrias e Serviços	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	2 094	
Estado e outras Pessoas do Dr. Público	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	
Conceitos limítrofes																
<b>Total</b>	<b>34 948</b>	<b>34 735</b>	<b>35 257</b>	<b>35 715</b>	<b>36 164</b>	<b>36 578</b>	<b>36 994</b>	<b>37 431</b>	<b>37 851</b>	<b>38 268</b>	<b>38 681</b>	<b>39 090</b>	<b>39 428</b>	<b>39 808</b>	<b>40 173</b>	
Taxa de crescimento de utilizadores AR																
	0,72%	2,02%	1,59%	1,30%	1,26%	1,14%	1,14%	1,18%	1,15%	1,13%	1,03%	1,06%	0,92%	0,96%	0,82%	
Volume de água faturado (m3)																
Domésticos	2 512 292	2 564 465	2 603 427	2 637 219	2 670 233	2 700 398	2 730 642	2 762 458	2 793 724	2 824 667	2 852 851	2 880 583	2 908 568	2 932 954	2 958 704	
Normais	2 501 058	2 553 218	2 592 197	2 625 886	2 658 850	2 688 968	2 719 162	2 750 655	2 782 169	2 813 091	2 841 223	2 868 911	2 894 235	2 921 200	2 945 908	
1.º Escalão (0-10m3)																
2.º Escalão (>10m3)																
1.º Escalão (0-5m3)	1 333 093	1 393 342	1 434 276	1 472 929	1 484 834	1 486 782	1 500 763	1 532 222	1 555 151	1 577 824	1 597 418	1 616 569	1 633 314	1 651 599	1 668 667	
2.º Escalão (6-15m3)	951 067	957 526	954 051	970 642	977 298	993 939	990 846	997 417	1 004 253	1 011 024	1 017 960	1 024 910	1 031 923	1 039 001	1 046 063	
3.º Escalão (16-25m3)	135 550	137 450	129 427	129 409	140 374	141 345	147 314	143 280	144 245	145 207	146 167	147 205	148 233	149 272	150 303	
4.º Escalão (>25m3)	74 412	74 280	75 383	75 864	76 344	76 909	77 460	78 016	78 521	79 125	79 677	80 229	80 779	81 328	81 876	
Tarifário Social	5 355	5 414	5 462	5 511	5 559	5 608	5 656	5 704	5 752	5 800	5 848	5 899	5 943	5 991	6 039	
1.º Escalão (0-15m3)	4 931	4 991	5 030	5 079	5 128	5 176	5 225	5 274	5 322	5 370	5 419	5 467	5 515	5 563	5 611	
2.º Escalão (16-25m3)	325	325	324	324	324	324	323	323	323	322	322	322	321	321	321	
4.º Escalão (>25m3)	109	108	108	108	108	108	108	108	108	107	107	107	107	107	107	
Famílias Numerosas	5 839	5 833	5 827	5 822	5 816	5 810	5 804	5 798	5 793	5 787	5 781	5 775	5 769	5 764	5 758	
1.º Escalão (variável)	3 234	3 231	3 227	3 224	3 221	3 218	3 215	3 211	3 208	3 205	3 202	3 199	3 195	3 192	3 189	
2.º Escalão (variável)	1 707	1 705	1 703	1 703	1 700	1 699	1 697	1 695	1 693	1 692	1 690	1 688	1 686	1 685	1 683	
3.º Escalão (variável)	719	718	717	717	716	715	714	714	713	712	712	711	710	709	709	
4.º Escalão (variável)	188	179	179	179	179	179	178	178	178	178	178	178	178	177	177	
Não domésticos	635 670	635 034	634 399	633 765	633 131	632 498	631 865	631 233	630 602	629 971	629 342	628 712	628 083	627 455	626 828	
ISFL	80 450	80 358	80 276	80 185	80 095	80 005	79 915	79 825	79 735	79 645	79 556	79 466	79 377	79 288	79 198	
CMM e J.F.	113 803	113 816	113 783	113 789	113 475	113 351	113 248	113 135	113 032	112 909	112 796	112 683	112 570	112 458	112 345	
Comércio, Indústrias e Serviços	385 194	384 710	384 356	383 921	383 597	383 284	382 871	382 438	382 055	381 673	381 292	380 910	380 529	380 149	379 769	
Estado e outras Pessoas do Dr. Público	46 168	46 112	46 065	46 019	45 973	45 927	45 882	45 835	45 789	45 744	45 698	45 653	45 607	45 561	45 516	
Conceitos limítrofes																
<b>Total</b>	<b>3 147 931</b>	<b>3 199 499</b>	<b>3 237 826</b>	<b>3 270 983</b>	<b>3 301 355</b>	<b>3 332 884</b>	<b>3 362 507</b>	<b>3 393 732</b>	<b>3 424 336</b>	<b>3 454 639</b>	<b>3 482 193</b>	<b>3 509 294</b>	<b>3 534 652</b>	<b>3 560 410</b>	<b>3 585 532</b>	
Taxa de crescimento da abastecida AR																
	0,52%	1,64%	1,20%	1,02%	0,99%	0,89%	0,80%	0,93%	0,80%	0,88%	0,80%	0,78%	0,71%	0,79%	0,71%	
Taxa de crescimento da abastecida AA + AR																
	0,53%	0,93%	0,75%	0,69%	0,67%	0,64%	0,65%	0,64%	0,64%	0,60%	0,60%	0,57%	0,58%	0,57%		
COMPRA DE AGUA																
Volume adquirido (m3)																
Água - Volume adquirido	5 762 635	5 781 368	5 797 440	5 811 906	5 824 764	5 836 365	5 845 016	5 853 274	5 876 129	5 895 622	5 920 749	5 948 537	5 976 566	6 004 778	6 033 194	
Água - Volume faturado	4 288 370	4 310 273	4 332 347	4 354 576	4 376 966	4 399 519	4 422 238	4 345 117	4 368 165	4 391 350	4 414 763	4 438 316	4 462 039	4 485 904	4 510 002	
Taxa de perdas	16,91%	16,98%	16,68%	16,47%	16,27%	16,08%	15,80%	15,80%	15,45%	15,36%	15,36%	15,36%	15,36%	15,36%	15,36%	
Volume de água adquirida por fornecedor																
Adl.VT	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	
EPAL	4 262 635	4 281 368	4 297 440	4 311 906	4 324 764	4 336 365	4 345 016	4 353 274	4 376 129	4 395 622	4 420 749	4 448 537	4 476 566	4 504 778	4 533 194	
<b>Total</b>	<b>5 762 635</b>	<b>5 781 368</b>	<b>5 797 440</b>	<b>5 811 906</b>	<b>5 824 764</b>	<b>5 836 365</b>	<b>5 845 016</b>	<b>5 853 274</b>	<b>5 876 129</b>	<b>5 895 622</b>	<b>5 920 749</b>	<b>5 948 537</b>	<b>5 976 566</b>	<b>6 004 778</b>	<b>6 033 194</b>	

## PROJEÇÕES FINANCEIRAS

### PARTE II

# VENDE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

em euros

Vendas e Prest. de Serviços - PROJEÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água - Volume	5 845 345	5 865 273	5 885 297	5 905 396	5 925 933	5 946 549	5 967 262	5 988 137	6 009 123	6 030 272	6 051 725	6 073 262	6 094 955	6 116 815
Água - Frio	2 783 220	2 778 545	2 774 037	2 769 673	2 765 393	2 761 192	2 757 068	2 752 913	2 748 824	2 744 790	2 740 725	2 736 630	2 732 505	2 728 350
Saneamento - Volume	2 832 504	2 853 235	2 865 015	2 879 882	2 893 941	2 907 296	2 920 433	2 933 297	2 945 910	2 958 272	2 970 397	2 982 272	2 993 907	3 005 392
Saneamento - Fco	2 811 635	2 810 586	2 809 854	2 808 913	2 807 933	2 806 912	2 805 852	2 804 750	2 803 607	2 802 425	2 801 203	2 799 941	2 798 639	2 797 297
Outras Recetas AA e AR	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931	187 931
<b>Total</b>	<b>13 814 533</b>	<b>13 926 140</b>	<b>13 991 313</b>	<b>14 075 811</b>	<b>14 155 683</b>	<b>14 238 644</b>	<b>14 322 754</b>	<b>14 408 408</b>	<b>14 493 090</b>	<b>14 578 333</b>	<b>14 663 428</b>	<b>14 747 934</b>	<b>14 832 637</b>	<b>14 917 450</b>

Tabelas auxiliares

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Recetas tarifa variável - PROJEÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Domésticos</b>	<b>3 291 537</b>	<b>3 313 959</b>	<b>3 338 538</b>	<b>3 359 264</b>	<b>3 382 147</b>	<b>3 405 187</b>	<b>3 428 383</b>	<b>3 451 738</b>	<b>3 475 251</b>	<b>3 498 924</b>	<b>3 522 759</b>	<b>3 546 756</b>	<b>3 570 916</b>	<b>3 595 241</b>
Normal	3 277 817	3 299 390	3 321 916	3 344 596	3 367 431	3 390 422	3 413 570	3 436 875	3 460 340	3 483 965	3 507 752	3 531 700	3 555 813	3 580 089
1.º Escalão (0-10m3)														
2.º Escalão (>10m3)														
1.º Escalão (0-5m3)	1 240 304	1 244 722	1 249 298	1 253 882	1 258 525	1 263 228	1 267 987	1 272 700	1 277 368	1 282 091	1 286 768	1 291 400	1 296 087	1 300 729
2.º Escalão (6-15m3)	1 302 782	1 311 682	1 320 632	1 329 654	1 338 732	1 347 862	1 357 044	1 366 276	1 375 458	1 384 689	1 393 871	1 403 003	1 412 185	1 421 317
3.º Escalão (16-25m3)	412 461	415 277	418 132	420 965	423 841	426 724	429 649	432 581	435 535	438 503	441 489	444 486	447 483	450 480
4.º Escalão (>25m3)	321 485	321 659	321 893	322 094	322 334	322 583	322 831	323 079	323 326	323 573	323 820	324 067	324 314	324 561
Tarifário Social	5 609	5 658	5 716	5 774	5 832	5 890	5 947	6 005	6 062	6 119	6 176	6 233	6 290	6 347
1.º Escalão (0-15m3)	4 483	4 533	4 587	4 646	4 705	4 764	4 823	4 881	4 940	4 999	5 058	5 117	5 176	5 235
2.º Escalão (16-25m3)	905	904	903	902	901	900	899	898	897	896	895	894	893	892
4.º Escalão (>25m3)	225	226	226	226	225	225	225	225	224	224	224	224	224	223
Famílias Numerosas	8 820	8 911	8 992	8 893	8 854	8 875	8 867	8 858	8 849	8 840	8 831	8 822	8 814	8 805
1.º Escalão (variável)	3 054	3 051	3 053	3 055	3 052	3 040	3 046	3 043	3 040	3 037	3 034	3 031	3 028	3 025
2.º Escalão (variável)	2 322	2 320	2 367	2 365	2 363	2 360	2 359	2 355	2 353	2 351	2 348	2 345	2 344	2 341
3.º Escalão (variável)	2 352	2 350	2 348	2 345	2 343	2 341	2 338	2 335	2 334	2 331	2 329	2 327	2 324	2 322
4.º Escalão (variável)	1 131	1 130	1 129	1 128	1 127	1 125	1 124	1 123	1 122	1 121	1 120	1 119	1 118	1 116
<b>Não domésticos</b>	<b>2 533 669</b>	<b>2 531 314</b>	<b>2 549 822</b>	<b>2 546 332</b>	<b>2 543 845</b>	<b>2 541 361</b>	<b>2 538 879</b>	<b>2 536 399</b>	<b>2 533 922</b>	<b>2 531 448</b>	<b>2 528 976</b>	<b>2 526 506</b>	<b>2 524 039</b>	<b>2 521 574</b>
ISFL	113 885	113 871	113 767	113 643	113 509	113 416	113 303	113 189	113 076	112 963	112 850	112 737	112 625	112 512
OMI e JF	112 295	111 893	111 471	111 036	110 640	110 238	109 829	109 416	109 000	108 589	108 177	107 763	107 350	106 937
Comércio, Indústrias e Serviços	1 855 068	1 863 233	1 861 379	1 859 428	1 857 619	1 855 761	1 853 903	1 852 051	1 850 201	1 848 342	1 846 501	1 844 654	1 842 807	1 840 967
Estado e outras Pessoas da Dz. Pública	103 102	102 909	102 826	102 731	102 631	102 538	102 445	102 353	102 261	102 169	102 076	101 974	101 872	101 770
Conceitos Imfretos	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358	59 358
<b>Total</b>	<b>5 845 345</b>	<b>5 865 273</b>	<b>5 885 357</b>	<b>5 905 596</b>	<b>5 925 993</b>	<b>5 946 549</b>	<b>5 967 262</b>	<b>5 988 137</b>	<b>6 009 173</b>	<b>6 030 372</b>	<b>6 051 735</b>	<b>6 073 262</b>	<b>6 094 955</b>	<b>6 116 815</b>

Recetas tarifa fixa - PROJEÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Domésticos</b>	<b>2 093 476</b>	<b>2 099 891</b>	<b>2 116 253</b>	<b>2 132 834</b>	<b>2 149 545</b>	<b>2 166 385</b>	<b>2 183 362</b>	<b>2 200 469</b>	<b>2 217 710</b>	<b>2 235 085</b>	<b>2 252 599</b>	<b>2 270 249</b>	<b>2 288 035</b>	<b>2 305 863</b>
25 < X ≤ 30	2 071 713	2 087 945	2 104 305	2 120 782	2 137 409	2 154 158	2 171 031	2 188 045	2 205 189	2 222 467	2 239 880	2 257 430	2 275 118	2 292 944
30 < X ≤ 50	6 819	6 871	6 923	6 976	7 029	7 083	7 137	7 191	7 245	7 299	7 353	7 407	7 461	7 515
50 < X ≤ 100	5 144	5 184	5 225	5 266	5 307	5 349	5 391	5 433	5 476	5 518	5 562	5 605	5 648	5 693
100 < X ≤ 300														
<b>Não Domésticos - ISFL</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>	<b>29 656</b>
X ≤ 25	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245	12 245
25 < X ≤ 30	447	447	447	447	447	447	447	447	447	447	447	447	447	447
30 < X ≤ 50	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136	13 136
50 < X ≤ 100	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829	3 829
100 < X ≤ 300														
<b>Não Domésticos</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>	<b>649 089</b>
X ≤ 20	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312	443 312
25 < X ≤ 30	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752	58 752
30 < X ≤ 50	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553	105 553
50 < X ≤ 100	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557	39 557
100 < X ≤ 300	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914	1 914
<b>Total</b>	<b>2 762 229</b>	<b>2 778 545</b>	<b>2 794 937</b>	<b>2 811 579</b>	<b>2 828 290</b>	<b>2 845 132</b>	<b>2 862 106</b>	<b>2 879 210</b>	<b>2 896 454</b>	<b>2 913 830</b>	<b>2 931 343</b>	<b>2 948 992</b>	<b>2 966 780</b>	<b>2 984 707</b>

**SANEAMENTO**

Recursos tarifa variável	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Domésticos</b>	<b>2.060.613</b>	<b>2.087.821</b>	<b>2.111.877</b>	<b>2.135.469</b>	<b>2.157.592</b>	<b>2.178.591</b>	<b>2.202.390</b>	<b>2.228.027</b>	<b>2.247.471</b>	<b>2.269.247</b>	<b>2.288.818</b>	<b>2.307.970</b>	<b>2.328.150</b>	<b>2.347.505</b>						
Normal	2.052.120	2.079.304	2.103.335	2.126.923	2.148.601	2.170.776	2.193.751	2.216.353	2.238.783	2.259.534	2.280.691	2.299.200	2.318.336	2.338.686						
1º Escalão (0-10m3)																				
2º Escalão (1-10m3)																				
1º Escalão (0-6m3)	848.510	867.485	883.262	898.465	911.858	925.442	938.862	953.075	967.209	978.819	991.502	1.001.857	1.013.053	1.023.672						
2º Escalão (6-16m3)	897.443	933.558	928.235	915.973	922.198	928.464	934.820	941.237	947.630	954.084	960.598	967.171	973.804	980.423						
3º Escalão (16-25m3)	162.014	183.308	184.569	185.887	187.172	188.455	189.735	191.012	192.287	193.558	194.820	196.082	197.340	198.594						
4º Escalão (1-25m3)	124.154	124.851	125.751	126.547	127.473	128.397	129.318	130.238	131.156	132.072	132.986	133.899	134.809	135.717						
Tarifário Social	3.655	3.684	3.724	3.753	3.782	3.811	3.841	3.870	3.899	3.928	3.957	3.986	4.015	4.043						
1º Escalão (0-15m3)	3.655	3.685	3.715	3.745	3.775	3.805	3.835	3.864	3.894	3.924	3.954	3.983	4.012	4.042						
2º Escalão (16-25m3)	430	430	429	429	428	428	428	427	427	427	426	426	425	425						
4º Escalão (1-25m3)	179	179	179	179	179	179	178	178	178	178	178	178	178	177						
Famílias Humanizadas	4.823	4.823	4.818	4.814	4.809	4.804	4.799	4.794	4.789	4.785	4.780	4.775	4.770	4.765						
1º Escalão (variável)	1.587	1.587	1.586	1.586	1.584	1.584	1.583	1.582	1.581	1.580	1.579	1.578	1.577	1.576						
2º Escalão (variável)	1.588	1.587	1.585	1.583	1.582	1.580	1.579	1.577	1.576	1.574	1.573	1.571	1.570	1.569						
3º Escalão (variável)	941	940	939	938	937	936	935	934	933	932	931	930	929	928						
4º Escalão (variável)	294	297	297	297	295	295	295	295	295	295	295	294	294	294						
<b>Não domésticos</b>	<b>776.691</b>	<b>775.914</b>	<b>775.129</b>	<b>774.351</b>	<b>773.589</b>	<b>772.815</b>	<b>772.042</b>	<b>771.270</b>	<b>770.499</b>	<b>769.729</b>	<b>768.959</b>	<b>768.188</b>	<b>767.422</b>	<b>766.654</b>						
ISRL	85.478	85.373	85.318	85.287	85.207	85.162	85.097	85.042	84.987	84.932	84.877	84.822	84.767	84.712						
OMM e JF	153.718	150.857	150.412	150.266	150.116	149.956	149.816	149.655	149.516	149.357	149.217	149.068	148.919	148.770						
Comércio, Indústria e Serviços	509.492	501.973	508.464	507.955	507.448	506.940	506.433	505.927	505.421	504.915	504.410	503.905	503.400	502.895						
Estado e outras Pessoas do Dr. Público	61.002	61.001	60.540	60.679	60.818	60.252	60.697	60.635	60.425	60.515	60.454	60.394	60.331	60.273						
Conceitos Imateriais																				
<b>Total</b>	<b>2.837.304</b>	<b>2.863.735</b>	<b>2.887.015</b>	<b>2.909.832</b>	<b>2.930.981</b>	<b>2.952.206</b>	<b>2.974.433</b>	<b>2.996.297</b>	<b>3.017.970</b>	<b>3.037.975</b>	<b>3.057.777</b>	<b>3.076.160</b>	<b>3.095.542</b>	<b>3.114.159</b>						

Recursos tarifa fixa - PROJEÇÕES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Domésticos</b>	<b>1.283.240</b>	<b>1.812.142</b>	<b>1.837.469</b>	<b>1.857.369</b>	<b>1.885.281</b>	<b>1.908.313</b>	<b>1.932.808</b>	<b>1.958.316</b>	<b>1.984.550</b>	<b>2.001.716</b>	<b>2.023.168</b>	<b>2.043.073</b>	<b>2.061.141</b>	<b>2.078.323</b>						
ISRL	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461	11.461						
OMM e JF	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870	32.870						
Comércio, Indústria e Serviços	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812	347.812						
Estado e outras Pessoas do Dr. Público	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312	8.312						
<b>Total</b>	<b>2.181.695</b>	<b>2.210.596</b>	<b>2.235.954</b>	<b>2.259.613</b>	<b>2.283.735</b>	<b>2.306.787</b>	<b>2.330.662</b>	<b>2.354.770</b>	<b>2.378.411</b>	<b>2.400.170</b>	<b>2.421.653</b>	<b>2.441.529</b>	<b>2.461.558</b>	<b>2.481.777</b>						

**OUTRAS ATIVIDADES**

Outras receitas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Ramais de Água</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>	<b>97.078</b>						
Outros Serviços Exploração Água																				
taxa de inflação	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%						
<b>Outras Tarifas Saneamento</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>	<b>78.153</b>						
taxa de inflação	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%						
<b>Ramais de Saneamento</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>	<b>12.759</b>						
Outros Serviços Exploração Saneamento																				
taxa de inflação	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%						
<b>Total</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>	<b>187.991</b>						

# COMPRAS DE AGUA

em euros

Compras	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Compras	3 252 815	3 319 235	3 415 088	3 422 671	3 429 512	3 435 203	3 443 021	3 452 956	3 465 044	3 479 271	3 495 669	3 512 186	3 528 622	3 545 578
Total	3 252 815	3 319 235	3 415 088	3 422 671	3 429 512	3 435 203	3 443 021	3 452 956	3 465 044	3 479 271	3 495 669	3 512 186	3 528 622	3 545 578

Tabelas auxiliares

Volumes de água adquiridos por fornecedor (m3)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AdLVT	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000
EPAL	4 281 368	4 237 440	4 311 906	4 324 764	4 336 365	4 346 016	4 359 274	4 376 139	4 395 622	4 420 749	4 448 557	4 476 566	4 504 778	4 533 194
Total	5 781 368	5 737 440	5 811 906	5 824 764	5 836 365	5 846 016	5 859 274	5 876 139	5 895 622	5 920 749	5 948 557	5 976 566	6 004 778	6 033 194

Custo dos volumes de água adquiridos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AdLVT	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426	872 426
EPAL	2 380 289	2 446 608	2 542 662	2 550 245	2 557 086	2 562 777	2 570 595	2 580 540	2 592 618	2 606 845	2 623 243	2 639 760	2 656 396	2 673 152
Total	3 252 815	3 319 235	3 415 088	3 422 671	3 429 512	3 435 203	3 443 021	3 452 956	3 465 044	3 479 271	3 495 669	3 512 186	3 528 622	3 545 578

**CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS**

em euros

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CMVMC	2 939 257	3 000 568	3 097 517	3 101 780	3 116 144	3 130 609	3 145 185	3 159 873	3 174 674	3 189 598	3 204 617	3 219 754	3 235 001	3 250 358
Total	2 939 257	3 000 568	3 097 517	3 101 780	3 116 144	3 130 609	3 145 185	3 159 873	3 174 674	3 189 598	3 204 617	3 219 754	3 235 001	3 250 358

Taboalas auxiliares

Volumes de água (m³) / custos diversos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água adquirida	5 781 368	5 797 440	5 811 506	5 824 764	5 836 365	5 846 016	5 859 274	5 876 139	5 896 622	5 929 749	5 948 557	5 976 566	6 004 778	6 033 194
Água faturada	4 810 279	4 832 347	4 854 576	4 876 566	4 899 519	4 922 236	4 945 117	4 968 165	4 991 330	5 014 763	5 038 316	5 062 039	5 085 934	5 110 003
Custo da água vendida (euros)	2 706 444	2 766 686	2 852 559	2 865 738	2 879 011	2 892 376	2 905 845	2 919 418	2 933 095	2 946 876	2 960 766	2 974 755	2 988 646	3 003 038
Hipoclorito (euros)	2 786	2 789	2 812	2 826	2 838	2 851	2 864	2 878	2 891	2 905	2 918	2 932	2 946	2 960
Materiais de armazém (euros)	227 540	228 584	229 635	230 695	231 762	232 836	233 919	235 009	236 107	237 213	238 327	239 449	240 580	241 718
Consumíveis de laboratório (euros)	2 487	2 469	2 510	2 522	2 533	2 545	2 557	2 569	2 581	2 593	2 605	2 617	2 630	2 642

Volumes de água adquiridos por fornecedor como CMVMC	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ADLVT	1 248 047	1 250 297	1 252 922	1 255 922	1 259 222	1 262 972	1 266 972	1 268 222	1 269 722	1 270 472	1 270 472	1 270 472	1 270 472	1 270 472
EPAL	3 562 232	3 582 050	3 601 654	3 621 044	3 640 297	3 659 264	3 679 146	3 699 943	3 721 658	3 744 291	3 767 844	3 791 567	3 815 462	3 839 530
Total	4 810 279	4 832 347	4 854 576	4 876 566	4 899 519	4 922 236	4 945 117	4 968 165	4 991 330	5 014 763	5 038 316	5 062 039	5 085 934	5 110 002

Custo dos volumes de água adquiridos como CMVMC	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ADLVT	725 856	727 164	728 721	730 466	732 265	734 566	736 311	737 620	738 492	738 929	738 929	738 929	738 929	738 929
EPAL	1 980 598	2 039 491	2 123 838	2 135 272	2 146 625	2 157 810	2 168 534	2 181 798	2 194 603	2 207 649	2 221 638	2 235 827	2 249 917	2 264 110
Total	2 706 444	2 766 686	2 852 559	2 865 738	2 879 011	2 892 376	2 905 845	2 919 418	2 933 095	2 946 876	2 960 766	2 974 755	2 988 646	3 003 038

## EM CURES

### Table 2. Purities

[illegible]

[illegible]

GASTOS COM PESSOAL	
Salários e Benefícios	1.200.000
Projetos de Pessoal	1.000.000
Outros	1.000.000
<b>Total</b>	<b>3.200.000</b>

em euros

[illegible]

**Taboelas auxiliares**

## PROJEÇÃO DE VALORES

[illegible]

## DECOMPOSIÇÃO DA CONTA - PROJEÇÕES

[illegible]



Elaborado por: \_\_\_\_\_

Accepted: 5/14

Date: 16-05-2016

**OUTROS GASTOS E PERDAS, OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

em euros

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	49 229	49 600	49 941	50 277	50 597	50 919	51 252	51 581	51 910	52 223	52 535	52 833	53 141	53 444	53 744

*Tabelas auxiliares*

**Reajuste da informação histórica**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Perdas por Imparidade	49 229	49 600	49 941	50 277	50 597	50 919	51 252	51 581	51 910	52 223	52 535	52 833	53 141	53 444	53 744
Em Dívidas a Receber	49 229	49 600	49 941	50 277	50 597	50 919	51 252	51 581	51 910	52 223	52 535	52 833	53 141	53 444	53 744
Clientes	49 229	49 600	49 941	50 277	50 597	50 919	51 252	51 581	51 910	52 223	52 535	52 833	53 141	53 444	53 744

Taxa de crescimento da dívida AA + AA 0.93% 0.75% 0.63% 0.67% 0.64% 0.64% 0.65% 0.64% 0.64% 0.60% 0.60% 0.57% 0.58% 0.58% 0.57%

✓

**OUTROS GASTOS E PERDAS / OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Outros Gastos e Perdas	12 527	12 558	12 585	12 615	12 642	12 669	12 698	12 726	12 754	12 781	12 808	12 834	12 851	12 868
Outros Rendimentos e Ganhos														

*Tabelas auxiliares*

**Resumo da informação histórica (balanete)**

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>12 527</b>	<b>12 558</b>	<b>12 585</b>	<b>12 615</b>	<b>12 642</b>	<b>12 669</b>	<b>12 698</b>	<b>12 726</b>	<b>12 754</b>	<b>12 781</b>	<b>12 808</b>	<b>12 834</b>	<b>12 851</b>	<b>12 868</b>
Impostos	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448	7 448
Impostos Directos	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772
Impostos Indirectos	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676
Taxas														
Segurança social (onorários)														
Dívidas Incobráveis	935	1 004	1 011	1 018	1 024	1 031	1 037	1 044	1 051	1 057	1 063	1 069	1 076	1 082
Da Clientes	935	1 004	1 011	1 018	1 024	1 031	1 037	1 044	1 051	1 057	1 063	1 069	1 076	1 082
Perdas em Inventários	3 634	3 656	3 678	3 700	3 720	3 741	3 763	3 784	3 806	3 827	3 847	3 868	3 889	3 909
Quebras	1 531	1 536	1 545	1 552	1 560	1 567	1 574	1 581	1 589	1 596	1 604	1 611	1 619	1 627
Outras Perdas	2 102	2 118	2 133	2 147	2 161	2 175	2 189	2 203	2 217	2 230	2 244	2 256	2 270	2 282
Outros	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450
Correcções Relativas a Períodos Anteriores														
Derechos														
Qualificações	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450	450
Outros não Especificados														

**Projeção a partir do balanete**

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Impostos Directos														
Impostos Indirectos	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772	1 772
Taxas	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676	5 676
Taxa de redução relativa a preços constantes de 2018	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
<b>Dívidas Incobráveis</b>														
Da Clientes	935	1 004	1 011	1 018	1 024	1 031	1 037	1 044	1 051	1 057	1 063	1 069	1 076	1 082
Taxa de crescimento da actividade AA + AR	0.93%	0.78%	0.69%	0.67%	0.64%	0.64%	0.65%	0.64%	0.64%	0.60%	0.60%	0.57%	0.56%	0.57%
<b>Perdas em Inventários</b>														
Quebras	1 531	1 536	1 545	1 552	1 560	1 567	1 574	1 581	1 589	1 596	1 604	1 611	1 619	1 627
Taxa de crescimento da actividade AA	0.46%	0.46%	0.46%	0.46%	0.46%	0.46%	0.46%	0.47%	0.47%	0.47%	0.47%	0.47%	0.47%	0.47%
Outras Perdas	2 102	2 118	2 133	2 147	2 161	2 175	2 189	2 203	2 217	2 230	2 244	2 256	2 270	2 282
Taxa de crescimento da actividade AA + AR	0.93%	0.78%	0.69%	0.67%	0.64%	0.64%	0.65%	0.64%	0.64%	0.60%	0.60%	0.57%	0.56%	0.57%

## OUTRAS CONTAS A PAGAR

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Conta Estado e Outros Entes Públicos	51 436	51 692	51 949	52 207	52 467	52 728	52 990	53 254	53 518	53 785	54 052	54 321	54 591	54 863
Outras Contas a Pagar	961 480	590 327	589 634	601 916	534 111	552 295	534 978	535 182	518 536	503 285	277 397	202 932	267 288	251 384

### Tabelas auxiliares

[illegible]



SUMÁRIO DO MAPA DE INVESTIMENTO

em euros

Investimento por ano

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
<b>IFB (reversível)</b>	7 329 217	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 329 216,74
<b>Entrada</b>	245 416	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	10 554	302 619,21
<b>Ativo tangível</b>	2 329 217	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo intangível</b>	1 855	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	-
<b>Novo investimento</b>	1 556 500	1 057 300	1 086 000	1 126 200	899 500	949 000	1 091 000	1 119 000	1 130 000	1 004 300	1 125 000	823 000	1 094 000	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	15 107 300,00
<b>Investimento de substituição</b>	2 019 339	1 052 774	1 019 817	1 047 032	1 010 450	1 024 048	1 016 009	1 051 459	964 952	1 036 600	1 125 000	823 000	1 094 000	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	11 242 700,54
<b>Ativo tangível</b>	2 019 339	1 052 774	1 019 817	1 047 032	1 010 450	1 024 048	1 016 009	1 051 459	964 952	1 036 600	1 125 000	823 000	1 094 000	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	1 019 500	-
<b>Contratado com BV</b>	283 498	284 031	285 476	287 169	288 816	290 463	292 110	293 757	295 404	297 051	298 698	299 345	300 992	302 639	304 286	305 933	307 580	309 227	310 874	1 920 246,00
<b>Ativo tangível</b>	283 498	284 031	285 476	287 169	288 816	290 463	292 110	293 757	295 404	297 051	298 698	299 345	300 992	302 639	304 286	305 933	307 580	309 227	310 874	-
<b>Goodwill</b>	9 011 391	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9 011 391,25
<b>Total</b>	20 465 361	2 401 647	2 404 659	2 451 660	2 176 673	2 250 419	2 382 966	2 181 013	2 113 506	2 051 654	1 135 554	833 554	1 094 554	1 030 054	44 993 473,75	44 993 473,75	44 993 473,75	44 993 473,75	44 993 473,75	44 993 473,75

Tabélas auxiliares

Ancorizações por ano

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
<b>IFB (reversível)</b>	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	7 071 134,71
<b>Entrada</b>	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	10 361	145 058,87
<b>Ativo tangível</b>	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	907 825	39 994
<b>Ativo intangível</b>	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	-
<b>Novo investimento</b>	31 930	58 676	84 129	110 387	147 137	168 957	191 337	214 097	234 183	256 683	273 143	294 823	315 213	2 508 648,67	2 508 648,67	2 508 648,67	2 508 648,67	2 508 648,67	2 508 648,67	2 508 648,67
<b>Investimento de substituição</b>	40 387	61 442	81 839	102 780	122 909	143 470	163 790	184 819	204 118	224 854	244 854	264 854	284 854	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43
<b>Ativo tangível</b>	40 387	61 442	81 839	102 780	122 909	143 470	163 790	184 819	204 118	224 854	244 854	264 854	284 854	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43	2 229 902,43
<b>Contratado com BV</b>	5 670	11 351	17 060	22 417	27 761	33 097	38 405	43 713	49 021	54 329	59 637	64 945	70 253	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62
<b>Ativo tangível</b>	5 670	11 351	17 060	22 417	27 761	33 097	38 405	43 713	49 021	54 329	59 637	64 945	70 253	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62	424 594,62
<b>Goodwill</b>	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	901 139	21 390 930,55
<b>Total</b>	1 897 312	1 950 795	2 002 354	2 054 909	2 107 464	2 160 019	2 212 574	2 265 129	2 317 684	2 370 239	2 422 794	2 475 349	2 527 904	21 390 930,55	21 390 930,55	21 390 930,55	21 390 930,55	21 390 930,55	21 390 930,55	21 390 930,55

W

W.

FINANCIAMENTO

PARTE IV

## CENÁRIO 1: FINANCIAMENTO

Cenário 1

EMPRÉSTIMO BPI	
Montante	15 000 000,00
Prazo	15 anos
Carência	2 anos
Número de prestações	156 prestações
Montante das prestações mensais	96 154
Taxa de juro	Euribor 6M
Spread	1,40%
Comissões	50 000,00
Reembolso	Mensal e postecipado
Cálculo de Juros (carência)	Ao dia
Cálculo de Juros (carência)	Saldo mensal

	2018	2019
Endividamento	15 000 000,00	-

EMPRÉSTIMO SANTANDER	
Montante	7 000 000,00
Prazo	15 anos
Carência	2 anos
Número de prestações	156 prestações
Montante das prestações mensais	44 872
Taxa de juro	Euribor 6M
Spread	1,49%
Comissões	
Reembolso	Mensal e postecipado
Cálculo de Juros (carência)	Ao dia
Cálculo de Juros (carência)	Saldo mensal

	2018	2019
Endividamento	2 000 000,00	5 000 000,00

# CENÁRIO 1: MAPA DE DÍVIDA

EMPRÉSTIMO BPI	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Montante em dívida	15 000 000	15 000 000	13 846 154	12 692 308	11 538 462	10 384 615	9 230 769	8 076 923	6 923 077	5 769 231	4 615 385	3 461 538	2 307 692	1 153 846	0
Amortização			1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846
Comissões															
Spread															
Euribor 6M															
TAN															
Taxa de juro de referência															
Juros	210 000	285 000	311 130	319 615	352 740	374 327	384 375	382 885	332 115	281 346	230 577	179 808	129 038	78 269	27 500
Cash-flow	260 000	285 000	1 464 976	1 473 462	1 506 587	1 528 173	1 538 221	1 536 731	1 485 962	1 435 192	1 384 423	1 333 654	1 282 885	1 232 115	1 181 346

EMPRÉSTIMO SANTANDER	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Montante em dívida	2 000 000	7 000 000	6 461 538	5 923 077	5 384 615	4 846 154	4 307 692	3 769 231	3 230 769	2 692 308	2 153 846	1 615 385	1 076 923	538 462	0
Amortização			538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462	538 462
Comissões															
Spread															
Euribor 6M															
TAN															
Taxa de juro de referência															
Juros	29 800	139 300	151 272	154 747	169 721	179 310	183 514	182 334	158 157	133 980	109 804	85 627	61 450	37 273	13 096
Cash-flow	29 800	139 300	689 733	693 209	708 182	717 771	721 976	720 796	696 619	672 442	648 265	624 088	599 911	575 734	551 557

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Cash-flow - total	289 800	424 300	2 154 709	2 166 670	2 214 769	2 245 945	2 260 197	2 257 527	2 182 580	2 107 634	2 032 688	1 957 742	1 882 796	1 807 850	1 732 904
Montante em dívida	17 000 000	22 000 000	20 307 692	18 615 385	16 923 077	15 230 769	13 538 462	11 846 154	10 153 846	8 461 538	6 769 231	5 076 923	3 384 615	1 692 308	0
Juros - total	239 800	424 300	462 402	474 363	522 461	553 637	567 889	565 219	490 273	415 327	340 380	265 434	190 488	115 542	40 596
Inflação estimada	1,50%	1,50%	1,50%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Deflador	1,0150	1,0302	1,0457	1,0666	1,0879	1,1097	1,1319	1,1545	1,1776	1,2012	1,2252	1,2497	1,2747	1,3002	1,3262

Juros (preços de 2017)	236 256	411 852	442 203	444 746	480 237	498 915	501 724	489 573	416 331	345 772	277 821	212 401	149 440	88 867	30 611
------------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	--------	--------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INDICADORES

PARTE V

4

CENÁRIO 1: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Vendas e serviços prestados	13 814 555	13 906 140	13 991 313	14 075 811	14 156 989	14 238 644	14 322 754	14 406 408	14 490 000	14 570 339	14 650 498	14 727 934	14 807 837	14 886 450	14 886 450
Subsídios à exploração															
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos															
Variação nos inventários da produção															
Trabalhos para a própria entidade															
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 939 257	3 000 568	3 097 517	3 101 780	3 116 144	3 130 609	3 145 185	3 159 873	3 174 674	3 189 583	3 204 617	3 219 754	3 235 001	3 250 358	3 250 358
Fornecimentos e serviços externos	3 684 716	3 737 694	3 779 137	3 820 987	3 847 420	3 873 954	3 901 779	3 929 140	3 956 288	3 981 287	4 005 955	4 028 796	4 052 929	4 076 112	4 076 112
Gastos com o pessoal	2 048 171	2 057 617	2 177 551	2 188 061	2 198 625	2 209 242	2 219 912	2 230 637	2 241 416	2 252 250	2 263 139	2 274 093	2 285 032	2 296 138	2 296 138
Imparidade de inventários (perdas/reversões)															
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	49 229	49 600	49 941	50 277	50 597	50 919	51 252	51 581	51 910	52 223	52 535	52 833	53 141	53 444	53 444
Provisões (aumentos/reduções)															
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)															
Outras imparidades (perdas/reversões) / Imparidades (perdas/reversões) (*)															
Aumentos/reduções de justo valor															
Outros rendimentos e ganhos															
Outros gastos e perdas	12 527	12 558	12 586	12 615	12 642	12 669	12 698	12 726	12 754	12 781	12 808	12 834	12 861	12 888	12 888
<b>Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>5 080 654</b>	<b>5 048 103</b>	<b>4 884 581</b>	<b>4 902 091</b>	<b>4 931 561</b>	<b>4 951 252</b>	<b>4 991 929</b>	<b>5 022 451</b>	<b>5 052 958</b>	<b>5 082 209</b>	<b>5 111 444</b>	<b>5 139 634</b>	<b>5 168 821</b>	<b>5 197 510</b>	<b>5 197 510</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 897 312	1 950 795	2 002 354	2 054 909	2 098 232	2 143 029	2 190 477	2 236 136	2 281 119	2 325 848	2 370 640	2 415 697	2 460 549	2 505 627	2 505 627
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)															
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>3 183 341</b>	<b>3 097 309</b>	<b>2 882 228</b>	<b>2 847 182</b>	<b>2 833 330</b>	<b>2 808 223</b>	<b>2 801 452</b>	<b>3 460 316</b>	<b>3 584 840</b>	<b>3 575 361</b>	<b>4 483 797</b>	<b>4 502 937</b>	<b>4 545 272</b>	<b>4 568 684</b>	<b>4 568 684</b>
Juros e rendimentos similares obtidos															
Juros e gastos similares suportados	286 256	411 852	442 203	444 746	480 237	498 915	501 724	489 573	416 331	345 772	277 821	212 401	149 440	88 867	30 611
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 897 085</b>	<b>2 685 457</b>	<b>2 440 025</b>	<b>2 402 436</b>	<b>2 353 093</b>	<b>2 319 308</b>	<b>2 299 727</b>	<b>2 970 742</b>	<b>3 168 509</b>	<b>3 229 589</b>	<b>4 205 976</b>	<b>4 290 535</b>	<b>4 395 832</b>	<b>4 479 817</b>	<b>4 538 072</b>
Imposto sobre o rendimento do período															
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 897 085</b>	<b>2 685 457</b>	<b>2 440 025</b>	<b>2 402 436</b>	<b>2 353 093</b>	<b>2 319 308</b>	<b>2 299 727</b>	<b>2 970 742</b>	<b>3 168 509</b>	<b>3 229 589</b>	<b>4 205 976</b>	<b>4 290 535</b>	<b>4 395 832</b>	<b>4 479 817</b>	<b>4 538 072</b>

CENÁRIO 1: BALANÇO

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
<b>ATIVO</b>															
<b>Ativo não corrente</b>	10 583 049	19 041 914	19 441 408	19 638 158	19 916 599	20 023 939	20 216 477	20 385 254	21 450 741	22 025 547	22 533 454	22 730 311	23 201 316	23 602 543	23 602 543
Ativos fixos tangíveis	11 474 135	11 629 119	13 129 772	14 427 661	15 407 242	16 415 770	17 539 198	19 029 814	20 575 943	22 021 886	22 529 792	22 726 649	23 197 654	23 598 891	23 598 891
Goodwill	4 110 252	1 209 313	6 437 974	5 436 835	4 505 696	3 604 557	2 533 417	1 652 276	601 139	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662
<b>Ativo Corrente</b>	2 892 160	9 162 660	10 121 740	10 451 722	10 989 259	11 529 960	11 960 766	12 073 857	13 391 514	14 372 220	16 155 745	18 485 154	20 786 650	23 160 582	25 006 336
Inventários	254 410	254 134	254 769	255 382	255 641	256 264	256 845	257 584	258 482	259 540	260 759	261 986	263 223	264 469	264 469
Ativos Biológicos															
Clientes	1 059 747	1 066 732	1 073 809	1 079 788	1 086 016	1 092 280	1 098 732	1 105 145	1 111 562	1 117 925	1 124 874	1 129 814	1 135 944	1 141 974	1 141 974
Adiantamentos a fornecedores															
Estado e outros entes públicos															
Acionistas/dócos															
Outras contas a receber															
Diferimentos															
Outros ativos financeiros															
Outros ativos correntes															
Caixa e depósitos bancários	1 578 934	8 441 762	8 744 665	9 116 602	9 627 349	10 161 412	10 635 169	11 211 123	12 021 470	12 934 564	14 771 112	17 094 353	19 597 483	21 754 139	24 599 903
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>21 480 209</b>	<b>28 654 582</b>	<b>29 563 148</b>	<b>30 289 880</b>	<b>30 885 855</b>	<b>31 533 948</b>	<b>32 177 243</b>	<b>33 409 211</b>	<b>34 872 255</b>	<b>36 397 775</b>	<b>38 689 199</b>	<b>41 216 464</b>	<b>43 987 966</b>	<b>46 763 125</b>	<b>49 608 889</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>															
Capital Realizado															
Ações (preços) próprias															
Outros instrumentos de capital próprio															
Prêmios de emissão															
Reservas legais															
Outras reservas															
Resultados Transfados		2 897 035	5 582 547	8 622 567	10 425 093	12 778 096	15 097 404	17 397 131	20 367 673	23 536 352	26 765 971	30 971 946	35 262 482	39 658 314	44 138 130
Ajustamentos em ativos financeiros															
Excedentes de reavaliação															
Outras variações no capital próprio															
Resultado Líquido do período	2 897 035	2 485 457	2 443 025	2 402 436	2 353 093	2 319 538	2 279 725	2 273 542	3 168 509	3 229 586	4 205 976	4 290 535	4 395 832	4 479 813	4 538 012
Dividendos antecipados															
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>2 897 085</b>	<b>5 582 542</b>	<b>8 022 567</b>	<b>10 425 003</b>	<b>12 778 096</b>	<b>15 097 404</b>	<b>17 397 131</b>	<b>20 367 673</b>	<b>23 536 382</b>	<b>26 765 971</b>	<b>30 971 946</b>	<b>35 262 482</b>	<b>39 658 314</b>	<b>44 138 130</b>	<b>48 676 203</b>
<b>PASSIVO</b>															
<b>Passivo não corrente</b>	17 050 000	22 000 000	20 397 692	18 615 385	16 923 077	15 230 769	13 538 462	11 846 154	10 153 846	8 461 538	6 769 231	5 076 923	3 384 615	1 692 308	0
Provisões															
Financiamentos obtidos	17 050 000	22 000 000	20 397 692	18 615 385	16 923 077	15 230 769	13 538 462	11 846 154	10 153 846	8 461 538	6 769 231	5 076 923	3 384 615	1 692 308	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego															
Passivos por impostos diferidos															
Outras contas a pagar															
<b>Passivo corrente</b>	1 583 124	1 222 040	1 222 040	1 249 491	1 184 682	1 205 776	1 241 650	1 195 184	1 102 027	1 170 266	948 021	877 059	945 037	932 687	932 687
Fornecedores	573 208	589 022	591 306	595 369	598 104	600 753	603 682	605 748	609 972	613 192	616 572	619 907	621 158	626 440	626 440
Adiantamentos de clientes															
Estado e outros entes públicos	51 476	51 492	51 940	52 207	52 467	52 720	52 990	53 254	53 518	53 785	54 052	54 321	54 591	54 863	54 863
Acionistas/dócos															
Financiamentos obtidos															
Outras contas a pagar	96 140	580 327	589 634	601 916	534 111	552 295	584 978	635 182	518 596	503 285	277 397	202 932	267 298	251 384	251 384
Diferimentos															
Passivos financeiros detidos para negociação															
Outros passivos financeiros															
Passivos não correntes detidos para venda															
<b>Outros passivos correntes</b>															
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>18 583 124</b>	<b>23 222 040</b>	<b>21 540 581</b>	<b>19 864 877</b>	<b>18 107 759</b>	<b>16 436 545</b>	<b>14 780 112</b>	<b>13 041 337</b>	<b>11 335 873</b>	<b>9 631 805</b>	<b>7 717 252</b>	<b>5 953 982</b>	<b>4 329 652</b>	<b>2 624 994</b>	<b>932 687</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>21 480 209</b>	<b>28 654 582</b>	<b>29 563 148</b>	<b>30 289 880</b>	<b>30 885 855</b>	<b>31 533 948</b>	<b>32 177 243</b>	<b>33 409 211</b>	<b>34 872 255</b>	<b>36 397 775</b>	<b>38 689 199</b>	<b>41 216 464</b>	<b>43 987 966</b>	<b>46 763 125</b>	<b>49 608 889</b>

**CENÁRIO 1: MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Resultado Líquido	2 897 085	2 685 457	2 440 025	2 402 436	2 353 093	2 319 308	2 299 727	2 970 742	3 168 509	3 229 589	4 205 976	4 290 515	4 395 832	4 479 817	4 538 072
Depreciações e Amortizações	1 897 312	1 950 795	2 007 354	2 054 609	2 098 232	2 143 029	2 190 477	1 562 136	1 468 119	1 504 848	627 618	636 697	623 549	628 827	628 827
Diminuição da Conta Clientes	1 059 747	7 026	6 534	6 482	6 227	6 264	6 452	6 417	6 412	6 163	6 149	5 940	6 130	6 031	0
Diminuição de Inventários	253 430	705	634	564	509	423	581	739	898	1 050	-1 215	-1 228	-1 237	-1 246	0
Aumento de Contas a Pagar	961 480	371 153	693	12 282	67 805	18 184	32 683	49 796	16 646	15 251	225 888	74 466	64 356	15 904	0
Aumento da Conta Fornecedores	570 200	9 814	11 285	4 063	2 735	2 649	2 930	3 066	3 224	3 224	3 375	3 235	3 351	3 283	0
Aumento da Conta Estado	51 436	256	257	258	260	261	262	264	265	266	268	269	270	272	0
<b>Fluxo de Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5 064 345</b>	<b>4 267 437</b>	<b>4 446 059</b>	<b>4 466 903</b>	<b>4 379 778</b>	<b>4 476 743</b>	<b>4 519 046</b>	<b>4 479 255</b>	<b>4 616 160</b>	<b>4 717 455</b>	<b>4 604 010</b>	<b>4 849 102</b>	<b>5 079 992</b>	<b>5 089 017</b>	<b>5 166 899</b>
Venda de Imobilizado															
Aquisição de Imobilizado	20 485 361	2 404 659	2 401 847	2 451 660	2 176 673	2 250 419	2 382 966	2 181 013	2 113 506	2 051 654	1 135 554	833 554	1 094 554	1 030 054	628 827
<b>Fluxo de Caixa gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>-20 485 361</b>	<b>-2 404 659</b>	<b>-2 401 847</b>	<b>-2 451 660</b>	<b>-2 176 673</b>	<b>-2 250 419</b>	<b>-2 382 966</b>	<b>-2 181 013</b>	<b>-2 113 506</b>	<b>-2 051 654</b>	<b>-1 135 554</b>	<b>-833 554</b>	<b>-1 094 554</b>	<b>-1 030 054</b>	<b>-628 827</b>
Amortização de Dívida															
Emissão / Aumento de Dívida	17 000 000	5 000 000	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308	1 692 308
Distribuição de Dividendos															
Emissão de Ações / Entradas em Capital															
Recuperação de Ações / Reduções do Capital Social															
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>17 000 000</b>	<b>5 000 000</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>	<b>-1 692 308</b>
<b>Fluxo de Caixa Total</b>	<b>1 578 984</b>	<b>6 862 778</b>	<b>351 904</b>	<b>322 936</b>	<b>510 798</b>	<b>534 017</b>	<b>443 773</b>	<b>605 934</b>	<b>810 347</b>	<b>973 494</b>	<b>1 776 149</b>	<b>2 323 241</b>	<b>2 293 130</b>	<b>2 366 656</b>	<b>2 845 765</b>
<b>Total</b>	<b>24 599 903</b>														

CENÁRIO 1: INDICADORES

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Rácio Capital Circulante (A corrente / P corrente)	1,83	7,99	8,21	8,36	9,26	9,55	9,63	10,52	11,33	12,28	17,04	21,03	22,00	24,83	27,88
Quick Ratio [(Caixa+CAR)/P Corr]	1,67	7,78	8,00	8,16	9,04	9,33	9,43	10,30	11,11	12,05	16,77	20,78	21,72	24,55	27,60
Rendibilidade do Ativo (RL/A)	13%	9%	6%	6%	8%	7%	7%	9%	9%	9%	11%	10%	10%	10%	9%
Rendibilidade das Vendas (RL/V)	21%	19%	17%	17%	17%	16%	16%	21%	22%	22%	29%	29%	30%	30%	30%
Rendibilidade Operacional das Vendas (RO/V)	23%	22%	21%	20%	20%	20%	20%	24%	25%	25%	31%	31%	31%	31%	31%

	Valor	Período
Taxa Interna de Rentabilidade	12,33%	2018 - 2031
Payback do projeto (expurgado custos de financiamento)	7	anos
Payback do projeto (com custos de financiamento)	8	anos
Retorno do Investimento (RoI)	41,59%	2018-2031
Retorno do Investimento (RoI)	2,89%	anual

Tabelas auxiliares

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Fluxo de caixa operacional	5 064 345	4 267 417	4 444 059	4 455 503	4 379 778	4 476 213	4 519 016	4 429 255	4 616 160	4 717 455	4 631 010	4 819 102	5 079 992	5 069 017	65 055 305
Juros e gastos similares suportados	286 255	411 852	442 203	444 746	480 237	498 915	501 724	489 523	416 331	345 772	277 821	212 401	149 110	88 867	
Fluxo de caixa operacional (expurgado custos do financiamento)	5 350 601	4 679 269	4 886 262	4 911 649	4 860 015	4 975 658	5 020 770	4 968 828	5 032 491	5 063 228	4 881 831	5 061 504	5 229 432	5 177 884	
Investimento	29 435 343	2 401 659	2 401 837	2 451 650	2 176 673	2 250 419	2 382 566	2 181 613	2 113 506	2 051 654	1 135 551	833 554	1 094 551	1 030 054	44 992 474
Base cálculo 1	- 15 134 760	2 274 630	2 466 414	2 459 990	2 693 342	2 725 240	2 637 804	2 787 815	2 918 985	3 011 574	3 746 277	4 227 950	4 134 878	4 147 830	
Base cálculo 2	- 15 421 016	1 862 778	2 044 212	2 015 244	2 203 105	2 226 325	2 136 080	2 298 242	2 502 654	2 665 801	3 468 456	4 015 548	3 985 438	4 058 963	

# RESGATE

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Valor do resgate	21 734 017													
Goodwill	14 404 800													
Amortização Goodwill	1 440 480	1 440 480	1 440 480	1 440 480	1 440 480	1 440 480	1 440 480	1 440 460	1 440 480	1 440 480				

Tabelas auxiliares

Compensação - Cenário 1	16 340 €08
Compensação - Cenário 2:	21 734 017

Taxa de amortização Goodwill 10%

## Cenário 1

Resgate com nulidade

Compensações a pagar à Concessionária, com Nulidade da 2ª e 3ª Aditamento

em €	Valores	Observações
Compensação por Reequilíbrio Financeiro	786 357	
Cessão de Usos de Água	736 357	Até Dez 2014 a preços de 2014
Compensação por Resgate	6 329 857	
Estimado pelo ERSAR	6 010 222	Até Dez 2016, a preços de 2016 (parte dos valores estimados pela CVM/PAF)
Ativos Fictos Tangíveis	319 716	Valores em Dez 2015
Compensação por Deterioração de Usos de 2ª e 3ª Aditamento	9 024 388	
Estimado pelo ERSAR	28 126 468	até 11/12/2015 a preços de 2015
Estimado a Aluna Celso em 2015 e 2016 devido ao impacto sobre rendimentos	3 898 207	Estimado pela CVM
Total de Compensações a Pagar à Concessionária	16 340 608	

## Cenário 2

Resgate sem nulidade

Compensação por Resgate, preços de 2016	Sem Nulidade
	ERSAR
Lucros Cessantes até 30 Dez. 2016	4 993 460
- Valor Contabilístico dos Contadores a Dez. 2016	728.603
- Valor Contabilístico do Edifício Sede a Dez. 2016	1.831.207
Indemnização relativa ao Sistema Adutor, a Dez. 2016	2.501.247
- Valor Contabilístico líquido dos Investimentos de saneamento realizados pela Concessionária (a 31 de Dez. de 2015)	7 228 779
- Rendas pagas em 2007 pro rata em 30 Dez. 2016	4 450 719
<b>TOTAL de compensação</b>	<b>21.734.017</b>

## SUMÁRIO DO MAPA DE INVESTIMENTO

bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/2019.05.14.254181>; this version posted May 14, 2019. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.

© 2014 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 275: 223–232

2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000
2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															

Taboas auxiliares

Amortizaciones por euro

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962	1961	1960	1959	1958	1957	1956	1955	1954	1953	1952	1951	1950	1949	1948	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938	1937	1936	1935	1934	1933	1932	1931	1930	1929	1928	1927	1926	1925	1924	1923	1922	1921	1920	1919	1918	1917	1916	1915	1914	1913	1912	1911	1910	1909	1908	1907	1906	1905	1904	1903	1902	1901	1900	1899	1898	1897	1896	1895	1894	1893	1892	1891	1890	1889	1888	1887	1886	1885	1884	1883	1882	1881	1880	1879	1878	1877	1876	1875	1874	1873	1872	1871	1870	1869	1868	1867	1866	1865	1864	1863	1862	1861	1860	1859	1858	1857	1856	1855	1854	1853	1852	1851	1850	1849	1848	1847	1846	1845	1844	1843	1842	1841	1840	1839	1838	1837	1836	1835	1834	1833	1832	1831	1830	1829	1828	1827	1826	1825	1824	1823	1822	1821	1820	1819	1818	1817	1816	1815	1814	1813	1812	1811	1810	1809	1808	1807	1806	1805	1804	1803	1802	1801	1800	1799	1798	1797	1796	1795	1794	1793	1792	1791	1790	1789	1788	1787	1786	1785	1784	1783	1782	1781	1780	1779	1778	1777	1776	1775	1774	1773	1772	1771	1770	1769	1768	1767	1766	1765	1764	1763	1762	1761	1760	1759	1758	1757	1756	1755	1754	1753	1752	1751	1750	1749	1748	1747	1746	1745	1744	1743	1742	1741	1740	1739	1738	1737	1736	1735	1734	1733	1732	1731	1730	1729	1728	1727	1726	1725	1724	1723	1722	1721	1720	1719	1718	1717	1716	1715	1714	1713	1712	1711	1710	1709	1708	1707	1706	1705	1704	1703	1702	1701	1700	1699	1698	1697	1696	1695	1694	1693	1692	1691	1690	1689	1688	1687	1686	1685	1684	1683	1682	1681	1680	1679	1678	1677	1676	1675	1674	1673	1672	1671	1670	1669	1668	1667	1666	1665	1664	1663	1662	1661	1660	1659	1658	1657	1656	1655	1654	1653	1652	1651	1650	1649	1648	1647	1646	1645	1644	1643	1642	1641	1640	1639	1638	1637	1636	1635	1634	1633	1632	1631	1630	1629	1628	1627	1626	1625	1624	1623	1622	1621	1620	1619	1618	1617	1616	1615	1614	1613	1612	1611	1610	1609	1608	1607	1606	1605	1604	1603	1602	1601	1600	1599	1598	1597	1596	1595	1594	1593	1592	1591	1590	1589	1588	1587	1586	1585	1584	1583	1582	1581	1580	1579	1578	1577	1576	1575	1574	1573	1572	1571	1570	1569	1568	1567	1566	1565	1564	1563	1562	1561	1560	1559	1558	1557	1556	1555	1554	1553	1552	1551	1550	1549	1548	1547	1546	1545	1544	1543	1542	1541	1540	1539	1538	1537	1536	1535	1534	1533	1532	1531	1530	1529	1528	1527	1526	1525	1524	1523	1522	1521	1520	1519	1518	1517	1516	1515	1514	1513	1512	1511	1510	1509	1508	1507	1506	1505	1504	1503	1502	1501	1500	1499	1498	1497	1496	1495	1494	1493	1492	1491	1490	1489	1488	1487	1486	1485	1484	1483	1482	1481	1480	1479	1478	1477	1476	1475	1474	1473	1472	1471	1470	1469	1468	1467	1466	1465	1464	1463	1462	1461	1460	1459	1458	1457	1456	1455	1454	1453	1452	1451	1450	1449	1448	1447	1446	1445	1444	1443	1442	1441	1440	1439	1438	1437	1436	1435	1434	1433	1432	1431	1430	1429	1428	1427	1426	1425	1424	1423	1422	1421	1420	1419	1418	1417	1416	1415	1414	1413	1412	1411	1410	1409	1408	1407	1406	1405	1404	1403	1402	1401	1400	1399	1398	1397	1396	1395	1394	1393	1392	1391	1390	1389	1388	1387	1386	1385	1384	1383	1382	1381	1380	1379	1378	1377	1376	1375	1374	1373	1372	1371	1370	1369	1368	1367	1366	1365	1364	1363	1362	1361	1360	1359	1358	1357	1356	1355	1354	1353	1352	1351	1350	1349	1348	1347	1346	1345	1344	1343	1342	1341	1340	1339	1338	1337	1336	1335	1334	1333	1332	1331	1330	1329	1328	1327	1326	1325	1324	1323	1322	1321	1320	1319	1318	1317	1316	1315	1314	1313	1312	1311	1310	1309	1308	1307	1306	1305	1304	1303	1302	1301	1300	1299	1298	1297	1296	1295	1294	1293	1292	1291	1290	1289	1288	1287	1286	1285	1284	1283	1282	1281	1280	1279	1278	1277	1276	1275	1274	1273	1272	1271	1270	1269	1268	1267	1266	1265	1264	1263	1262	1261	1260	1259	1258	1257	1256	1255	1254	1253	1252	1251	1250	1249	1248	1247	1246	1245	1244	1243	1242	1241	1240	1239	1238	1237	1236	1235	1234	1233	1232	1231	1230	1229	1228	1227	1226	1225	1224	1223	1222	1221	1220	1219	1218	1217	1216	1215	1214	1213	1212	1211	1210	1209	1208	1207	1206	1205	1204	1203	1202	1201	1200	1199	1198	1197	1196	1195	1194	1193	1192	1191	1190	1189	1188	1187	1186	1185	1184	1183	1182	1181	1180	1179	1178	1177	1176	1175	1174	1173	1172	1171	1170	1169	1168	1167	1166	1165	1164	1163	1162	1161	1160	1159	1158	1157	1156	1155	1154	1153	1152	1151	1150	1149	1148	1147	1146	1145	1144	1143	1142	1141	1140	1139	1138	1137	1136	1135	1134	1133	1132	1131	1130	1129	1128	1127	1126	1125	1124	1123	1122	1121	1120	1119	1118	1117	1116	1115	1114	1113	1112	1111	1110	1109	1108	1107	1106	1105	1104	1103	1102	1101	1100	1099	1098	1097	1096	1095	1094	1093	1092	1091	1090	1089	1088	1087	1086	1085	1084	1083	1082	1081	1080	1079	1078	1077	1076	1075	1074	1073	1072	1071	1070	1069	1068	1067	1066	1065	1064	1063	1062	1061	1060	1059	1058	1057	1056	1055	1054	1053	1052	1051	1050	1049	1048	1047	1046	1045	1044	1043	1042	1041	1040	1039	1038	1037	1036	1035	1034	1033	1032	1031	1030	1029	1028	1027	1026	1025	1024	1023	1022	1021	1020	1019	1018	1017	1016	1015	1014	1013	1012	1011	1010	1009	1008	1007	1006	1005	1004	1003	1002	1001	1000	999	998	997	996	995	994	993	992	991	990	989	988	987	986	985	984	983	982	981	980	979	978	977	976	975	974	973	972	971	970	969	968	967	966	965	964	963	962	961	960	959	958	957	956	955	954	953	952	951	950	949	948	947	946	945	944	943	942	941	940	939	938	937	936	935	934	933	932	931	930	929	928	927	926	925	924	923	922	921	920	919	918	917	916	915	914	913	912	911	910	909	908	907	906	905	904	903	902	901	900	899	898	897	896	895	894	893	892	891	890	889	888	887	886	885	884	883	882	881	880	879	878	877	876	875	874	873	872	871	870	869	868	867	866	865	864	863	862	861	860	859	858	857	856	855	854	853	852	851	850	849	848	847	846	845	844	843	842	841	840	839	838	837	836	835	834	833	832	831	830	829	828	827	826	825	824	823	822	821	820	819	818	817	816	815	814	813	812	811	810	809	808	807	806	805	804	803	802	801	800	799	798	797	796	795	794	793	792	791	790	789	788	787	786	785	784	783	782	781	780	779	778	777	776	775	774	773	772	771	770	769	768	767	766	765	764	763	762	761	760	759	758	757	756	755	754	753	752	751	750	749	748	747	746	745	744	743	742	741	740	739	738	737	736	735	734	733	732	731	730	729	728	727	726	725	724	723	722	721	720	719	718	717	716	715	714	713	712	711	710	709	708	707	706	705	704	703	702	701	700	699	698	697	696	695	694	693	692	691	690	689	688	687	686	685	684	683	682	681	680	679	678	677	676	675	674	673	672	671	670	669	668	667	666	665	664	663	662	661	660	659	658	657	656	655	654	653	652	651	650	649	648	647	646	645	644	643	642	641	640	639	638	637	636	635	634	633	632	631	630	629	628	627	626	625	624	623	622	621	620	619	618	617	616	615	614	613	612	611	610	609	608	607	606	605	604	603	602	601	600	599
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

3

## FINANCIAMENTO

PARTE IV

4.

## CENÁRIO 2: FINANCIAMENTO

Cenário 2

EMPRÉSTIMO BPI	
Montante	15 000 000,00
Prazo	15 anos
Carência	2 anos
Número de prestações	156 prestações
Montante das prestações mensais	96 154
Taxa de juro	Euribor 6M
Spread	1,40%
Comissões	50 000,00
Reembolso	Mensal e postecipado
Cálculo de Juros (carência)	Ao dia
Cálculo de Juros (carência)	Saldo mensal

	2018	2019
Endividamento	15 000 000,00	-

EMPRÉSTIMO SANTANDER	
Montante	12 000 000,00
Prazo	15 anos
Carência	2 anos
Número de prestações	156 prestações
Montante das prestações mensais	76 923
Taxa de juro	Euribor 6M
Spread	1,49%
Comissões	
Reembolso	Mensal e postecipado
Cálculo de Juros (carência)	Ao dia
Cálculo de Juros (carência)	Saldo mensal

	2018	2019
Endividamento	12 000 000,00	

4.

# CENÁRIO 2: MAPA DE DÍVIDA

EMPRÉSTIMO BPI	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Montante em dívida	15 000 000	15 000 000	13 846 154	12 692 308	11 538 462	10 384 615	9 230 769	8 076 923	6 923 077	5 769 231	4 615 385	3 461 538	2 307 692	1 153 846	0
Amortização			1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846	1 153 846
Comissões	50 000,00														
Spread															
Euribor 6M															
TAN															
Taxa de juro de referência															
Juros	210 000	285 000	311 130	319 615	352 740	374 327	384 375	382 885	332 115	281 346	230 577	179 808	129 038	78 269	27 500
Cash-flow	260 000	285 000	1 464 976	1 473 462	1 506 587	1 528 173	1 538 221	1 536 731	1 485 962	1 435 192	1 384 423	1 333 654	1 282 885	1 232 115	1 181 346

EMPRÉSTIMO SANTANDER	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Montante em dívida	12 000 000	12 000 000	11 076 923	10 153 846	9 230 769	8 307 692	7 384 615	6 461 538	5 538 462	4 615 385	3 692 308	2 769 231	1 846 154	923 077	0
Amortização			923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077	923 077
Comissões															
Spread															
Euribor 6M															
TAN															
Taxa de juro de referência															
Juros	178 800	238 800	259 323	265 281	290 950	307 388	314 596	312 573	271 127	229 681	188 235	146 788	105 342	63 896	22 450
Cash-flow	178 800	238 800	1 182 400	1 188 358	1 214 027	1 230 465	1 237 673	1 235 650	1 194 204	1 152 758	1 111 312	1 069 865	1 028 419	986 973	945 527

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Cash-flow - total	438 800	523 800	2 647 376	2 661 819	2 720 613	2 758 638	2 775 894	2 772 391	2 680 165	2 587 950	2 495 735	2 403 519	2 311 304	2 219 088	2 126 873
Montante em dívida	27 000 000	27 000 000	24 923 077	22 846 154	20 769 231	18 692 308	16 615 385	14 538 462	12 461 538	10 384 615	8 307 692	6 230 769	4 153 846	2 076 923	0
Juros - total	388 800	523 800	570 453	584 896	643 690	681 715	698 971	695 458	603 242	511 027	418 812	326 596	234 381	142 165	49 950
Inflação estimada	1,50%	1,50%	1,50%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Deflador	1,0150	1,0302	1,0457	1,0666	1,0879	1,1097	1,1319	1,1545	1,1776	1,2012	1,2252	1,2497	1,2747	1,3002	1,3262

Juros (preços de 2017)	383 054	508 433	545 534	548 379	591 669	614 334	617 533	602 382	512 263	425 446	341 837	261 343	183 875	109 344	37 665
------------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	--------

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INDICADORES

PARTE V

4.

**CENÁRIO 2- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Vendas e serviços prestados	13 814 555	13 906 140	13 991 313	14 075 811	14 156 989	14 238 644	14 322 754	14 406 408	14 490 000	14 570 339	14 650 498	14 727 934	14 807 837	14 886 450	14 886 450
Subsídios à exploração															
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos															
Variação nos inventários da produção															
Trabalhos para a própria entidade															
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 939 257	3 000 569	3 037 517	3 101 760	3 116 144	3 150 609	3 145 165	3 159 873	3 174 674	3 189 588	3 204 617	3 219 754	3 235 001	3 250 358	3 250 358
Fornecimentos e serviços externos	3 684 716	3 737 694	3 779 137	3 820 987	3 847 420	3 873 954	3 901 779	3 929 140	3 956 288	3 981 287	4 005 955	4 028 796	4 052 929	4 076 112	4 076 112
Gastos com o pessoal	2 048 171	2 057 617	2 177 551	2 188 061	2 198 625	2 209 242	2 219 912	2 230 637	2 241 416	2 252 250	2 263 139	2 274 083	2 285 082	2 296 138	2 296 138
Impandade de inventários (perdas/reversões)															
Impandade de dívidas a receber (perdas/reversões)	49 229	49 600	49 941	50 277	50 597	50 919	51 252	51 581	51 910	52 223	52 535	52 833	53 141	53 444	53 444
Provisões (aumentos/reduções)															
Impandade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)															
Outras imparidades (perdas/reversões) / Imparidades (perdas/reversões) (*)															
Aumentos/reduções de justo valor															
Outros rendimentos e ganhos															
Outros gastos e perdas	12 527	12 558	12 586	12 615	12 642	12 669	12 698	12 726	12 754	12 781	12 808	12 834	12 861	12 889	12 888
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>5 090 654</b>	<b>5 048 103</b>	<b>4 884 581</b>	<b>4 902 091</b>	<b>4 931 561</b>	<b>4 961 252</b>	<b>4 991 929</b>	<b>5 022 451</b>	<b>5 052 958</b>	<b>5 082 209</b>	<b>5 111 444</b>	<b>5 139 634</b>	<b>5 168 821</b>	<b>5 197 510</b>	<b>5 197 510</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 436 653	2 490 135	2 541 695	2 594 250	2 637 572	2 682 370	2 729 818	2 781 477	2 807 460	2 846 189	627 648	636 697	623 549	628 827	628 827
Impandade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)															
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>2 644 000</b>	<b>2 557 968</b>	<b>2 342 887</b>	<b>2 307 841</b>	<b>2 293 989</b>	<b>2 278 882</b>	<b>2 262 111</b>	<b>2 240 975</b>	<b>3 045 499</b>	<b>3 036 020</b>	<b>4 483 797</b>	<b>4 502 937</b>	<b>4 545 272</b>	<b>4 568 684</b>	<b>4 568 684</b>
Juros e rendimentos similares obtidos															
Juros e gastos similares suportados	433 054	508 433	545 534	548 379	591 669	614 334	617 543	602 382	512 263	425 446	341 837	261 343	183 875	109 364	37 665
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 210 946</b>	<b>2 049 535</b>	<b>1 797 353</b>	<b>1 759 463</b>	<b>1 702 320</b>	<b>1 664 548</b>	<b>1 644 577</b>	<b>2 318 593</b>	<b>2 533 236</b>	<b>2 610 574</b>	<b>4 141 960</b>	<b>4 241 594</b>	<b>4 361 398</b>	<b>4 459 340</b>	<b>4 531 019</b>
Imposto sobre o rendimento do período															
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 210 946</b>	<b>2 049 535</b>	<b>1 797 353</b>	<b>1 759 463</b>	<b>1 702 320</b>	<b>1 664 548</b>	<b>1 644 577</b>	<b>2 318 593</b>	<b>2 533 236</b>	<b>2 610 574</b>	<b>4 141 960</b>	<b>4 241 594</b>	<b>4 361 398</b>	<b>4 459 340</b>	<b>4 531 019</b>

CENÁRIO 2: BALANÇO

em euros

	2011	2011	2010	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015	2016	2016	2017
ATIVO															
Ativo não corrente	23 442 113	23 356 641	23 216 794	23 074 203	22 613 304	22 181 352	21 834 500	21 914 036	22 020 082	22 025 547	22 513 454	22 730 311	23 201 316	23 602 543	23 602 543
Ativos fixos tangíveis	10 474 135	11 229 139	13 129 772	14 427 661	15 407 242	16 415 770	17 597 398	19 029 414	20 575 949	22 021 886	22 529 792	22 726 649	23 197 654	23 598 881	23 598 881
Goodwill	12 964 320	11 523 640	10 080 360	8 642 600	7 202 600	5 761 920	4 321 440	2 880 960	1 440 480	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662	3 662
Ativo Corrente	7 351 951	9 125 880	8 997 006	8 038 760	8 850 226	8 900 876	8 051 277	8 906 944	9 304 054	9 820 480	11 155 365	13 052 216	14 933 663	16 902 502	19 356 598
Inventários	253 430	254 134	254 769	255 352	255 641	256 264	256 845	257 584	258 482	259 540	260 759	261 986	263 223	264 469	264 469
Ativos Biológicos															
Clientes	1 059 747	1 066 772	1 073 339	1 079 788	1 086 010	1 092 280	1 098 732	1 105 145	1 111 562	1 117 925	1 123 874	1 129 814	1 135 944	1 141 973	1 141 974
Adiantamentos a fornecedores															
Estado e outros entes públicos															
Acionistas/sócios															
Outras contas a receber															
Diferimentos															
Outros ativos financeiros															
Outros ativos correntes															
Caixa e depósitos bancários	4 018 772	7 834 974	7 668 911	7 503 619	7 518 370	7 552 353	7 485 200	7 604 211	7 934 011	8 443 215	9 770 732	11 660 416	13 534 496	15 496 059	17 950 155
TOTAL DO ATIVO	30 794 070	32 482 522	32 213 800	31 912 943	31 473 530	31 082 248	30 685 777	30 880 980	31 324 136	31 846 027	33 668 818	35 782 527	38 134 979	40 505 046	42 959 141
CAPITAL PRÓPRIO															
Capital Realizado															
Ações (quotas) próprias															
Outros instrumentos de capital próprio															
Prêmios de emissão															
Reservas legais															
Outras reservas															
Resultados Transitados		2 210 946	4 260 481	6 057 834	7 817 297	9 519 617	11 184 165	12 828 742	15 147 335	17 680 571	20 291 145	24 433 105	28 674 698	33 036 096	37 495 436
Ajustamentos em ativos financeiros															
Excedentes de revalorização															
Outras variações no capital próprio															
Resultado Líquido do período	2 210 946	2 049 535	1 797 353	1 759 461	1 702 326	1 664 548	1 644 577	2 318 593	2 533 236	2 610 574	4 141 960	4 241 594	4 361 398	4 459 540	4 531 019
Dividendos antecipados															
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	2 210 946	4 260 481	6 057 834	7 817 297	9 519 617	11 184 165	12 828 742	15 147 335	17 680 571	20 291 145	24 433 105	28 674 698	33 036 096	37 495 436	42 026 455
PASSIVO															
Passivo não corrente	27 000 000	27 000 000	24 923 077	22 846 154	20 769 231	18 692 308	16 615 365	14 538 462	12 461 538	10 384 615	8 307 692	6 230 769	4 153 846	2 076 923	0
Provisões															
Financiamentos obtidos	27 000 000	27 000 000	24 923 077	22 846 154	20 769 231	18 692 308	16 615 365	14 538 462	12 461 538	10 384 615	8 307 692	6 230 769	4 153 846	2 076 923	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego															
Passivos por impostos diferidos															
Outras contas a pagar															
Passivo corrente	1 583 124	1 222 040	1 232 889	1 249 493	1 184 682	1 205 776	1 241 650	1 195 184	1 182 027	1 170 266	948 021	877 059	945 037	932 607	932 607
Fornecedores	573 200	560 022	591 396	595 269	593 104	600 753	603 682	626 748	609 972	613 197	616 572	619 807	623 158	626 440	626 440
Adiantamentos de clientes															
Estado e outros entes públicos	51 476	51 692	51 940	52 207	52 467	52 729	52 990	53 254	53 518	53 781	54 052	54 321	54 591	54 863	54 863
Acionistas/sócios															
Financiamentos obtidos															
Outras contas a pagar	958 450	599 327	589 624	601 916	534 111	552 295	584 978	535 182	518 536	503 285	277 397	202 912	267 238	251 364	251 364
Diferimentos															
Passivos financeiros devidos para negociação															
Outros passivos financeiros															
Passivos não correntes devidos para venda															
Outros passivos correntes															
TOTAL DO PASSIVO	28 583 124	28 222 040	26 155 966	24 095 647	21 953 913	19 899 083	17 857 035	15 733 645	13 643 565	11 554 882	9 255 714	7 107 829	5 098 883	3 009 610	932 607
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	30 794 070	32 482 522	32 213 800	31 912 943	31 473 530	31 082 248	30 685 777	30 880 980	31 324 136	31 846 027	33 668 818	35 782 527	38 134 979	40 505 046	42 959 141

**CENÁRIO 2: MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Resultado Líquido	2 210 946	2 049 535	1 797 353	1 759 463	1 702 320	1 664 548	1 644 577	2 318 593	2 533 236	2 610 574	4 141 960	4 241 594	4 361 398	4 459 340	4 531 019
Depreciações e Amortizações	2 436 653	2 490 135	2 541 695	2 594 255	2 637 572	2 682 370	2 729 818	2 101 477	2 007 460	2 046 189	627 640	616 697	623 549	628 827	628 827
Diminuição da Conta Clientes	1 059 747	7 025	6 534	6 482	6 227	6 264	6 452	6 417	6 412	6 163	6 149	5 940	6 130	6 031	0
Diminuição de Inventários	253 430	705	634	564	509	423	581	739	898	1 058	1 219	1 228	1 237	1 246	0
Aumento da Conta a Pagar	961 480	371 153	693	12 282	67 605	18 184	32 693	49 796	16 646	15 251	225 888	74 466	64 356	-15 904	0
Aumento da Conta Fornecedores	570 208	9 614	11 285	4 653	2 735	2 649	2 930	3 066	3 224	3 224	3 375	3 235	3 351	3 283	0
Aumento da Conta Estado	51 436	256	257	258	266	261	262	264	265	266	268	269	270	272	0
<b>Fluxo de Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>4 917 547</b>	<b>4 170 857</b>	<b>4 342 728</b>	<b>4 363 271</b>	<b>4 268 346</b>	<b>4 361 324</b>	<b>4 403 237</b>	<b>4 366 447</b>	<b>4 520 229</b>	<b>4 637 782</b>	<b>4 539 994</b>	<b>4 800 160</b>	<b>5 045 557</b>	<b>5 068 540</b>	<b>5 159 845</b>
Venda de Imobilizado															
Aquisição de Imobilizado	25 878 770	2 404 659	2 401 847	2 451 660	2 176 673	2 250 419	2 382 966	2 181 013	2 113 506	2 051 654	1 135 554	833 554	1 094 554	1 030 054	628 827
<b>Fluxo de Caixa gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>-25 878 770</b>	<b>-2 404 659</b>	<b>-2 401 847</b>	<b>-2 451 660</b>	<b>-2 176 673</b>	<b>-2 250 419</b>	<b>-2 382 966</b>	<b>-2 181 013</b>	<b>-2 113 506</b>	<b>-2 051 654</b>	<b>-1 135 554</b>	<b>-833 554</b>	<b>-1 094 554</b>	<b>-1 030 054</b>	<b>-628 827</b>
Amortização de Dívida															
Emissão / Aumento de Dívida	27 000 000	0	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923	2 076 923
Distribuição de Dividendos															
Emissão de Ações / Entradas em Capital															
Recompra de Ações / Reduções do Capital Social															
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>27 000 000</b>	<b>0</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>	<b>-2 076 923</b>
<b>Fluxo de Caixa Total</b>	<b>6 038 776</b>	<b>1 766 197</b>	<b>-136 042</b>	<b>-165 312</b>	<b>14 751</b>	<b>33 983</b>	<b>-56 652</b>	<b>108 510</b>	<b>329 600</b>	<b>509 205</b>	<b>1 327 517</b>	<b>1 887 603</b>	<b>1 874 080</b>	<b>1 961 563</b>	<b>2 454 096</b>
<b>Total</b>	<b>17 950 155</b>														

# CENÁRIO 2: INDICADORES

em euros

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Rácio Capital Circulante (A corrente / P corrente)	4,64	7,47	7,10	7,07	7,48	7,38	7,13	7,50	7,87	8,39	11,77	14,88	15,80	18,12	20,75
Quick Ratio [(Caixa + CR)/P Corr]	4,43	7,26	7,09	6,67	7,26	7,17	6,92	7,29	7,65	8,17	11,49	14,58	15,52	17,84	20,47
Rendibilidade do Ativo (RL/A)	7%	6%	6%	6%	5%	5%	5%	8%	6%	8%	12%	12%	11%	11%	11%
Rendibilidade das Vendas (RL/V)	16%	15%	13%	12%	12%	12%	11%	16%	17%	18%	28%	29%	29%	30%	30%
Rendibilidade Operacional das Vendas (RO/V)	19%	18%	17%	16%	16%	16%	16%	20%	21%	21%	31%	31%	31%	31%	31%

	Valor	Período
Taxa Interna de Rendibilidade	6,71%	2018 - 2031
Payback do projeto (expurgado custos de financiamento)	9	anos
Payback do projeto (com custos de financiamento)	11	anos
Retorno do Investimento (ROI)	28,63%	2018-2031
Retorno do Investimento (ROI)	1,83%	anual

Tabelas auxiliares

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Fluxo de caixa operacional	4 912 547	4 170 857	4 342 728	4 363 271	4 268 346	4 361 324	4 403 237	4 366 447	4 520 229	4 632 782	4 539 974	4 800 160	5 035 557	5 069 540	63 806 019
Juros e gastos similares suportados	433 054	508 433	545 534	548 379	591 669	614 334	617 533	602 332	512 251	425 416	341 837	261 313	183 875	107 314	
Fluxo de caixa operacional (expurgado custos de financiamento)	5 350 601	4 679 290	4 888 262	4 911 649	4 860 015	4 975 658	5 020 770	4 968 828	5 032 491	5 063 228	4 881 831	5 061 504	5 229 432	5 177 684	
Investimento	25 678 710	2 404 659	2 401 847	2 451 770	2 176 673	2 250 419	2 382 966	2 181 013	2 113 506	2 051 654	1 135 554	833 554	1 094 551	1 070 054	50 386 683
Base cálculo 1	- 20 528 170	2 274 630	2 486 414	2 459 990	2 683 342	2 725 240	2 637 604	2 787 815	2 918 985	3 011 574	3 746 277	4 227 950	4 134 878	4 147 830	
Base cálculo 2	- 20 961 224	1 766 197	1 940 681	1 911 611	2 091 674	2 110 906	2 020 271	2 165 433	2 406 723	2 586 128	3 404 440	3 966 606	3 951 603	4 038 486	

**Anexo I**  
**Município de Mafra**

**Apuramento da Capacidade de Endividamento**  
**(artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)**

Apuramento do limite da "Dívida Total"		01/01/2017	04/05/2017
<b>Total receita cobrada nos 3 últimos anos</b>		<b>152 339 284,65</b>	<b>152 339 284,65</b>
Receita corrente cobrada em 2014	46 978 691,51		46 978 691,51
Receita corrente cobrada em 2015	51 844 083,91		51 844 083,91
Receita corrente cobrada em 2016	53 516 509,23		53 516 509,23
Média da receita	50 779 761,55		50 779 761,55
<b>1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>76 169 642,33</b>		<b>76 169 642,33</b>
<b>Apuramento da Dívida Total</b>			
<b>Dívida total operações orçamentais do Município</b>		<b>14 293 649,33</b>	<b>13 382 589,62</b>
<b>Médio e Longo Prazo</b>		<b>11 019 147,63</b>	<b>10 720 973,96</b>
2312-Empréstimos obtidos de médio e longo prazo	3 663 976,97		3 365 803,30
261-Fornecedores de imobilizado	6 098 784,49		6 098 784,49
268-Outros Credores	983 419,20		983 419,20
221-Fornecedores	272 966,97		272 966,97
<b>Curto Prazo</b>		<b>3 274 501,70</b>	<b>2 661 615,66</b>
221-Fornecedores c/c	1 864 146,63		656 282,49
228-Fornecedores - Faturas em receção e conferência	170 325,18		47 550,31
252-Credores pela execução do orçamento	0,00		4 912,11
261-Fornecedores de Imobilizado c/c	896 805,84		1 389 304,05
24-Estado e outros entes públicos	14 915,17		20 404,95
262+263+267+268-Outros credores	328 308,88		543 161,75
217+2617-Garantias e Cauções	0,00		0,00
<b>Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total</b>	<b>19 165,33</b>		<b>18 334,84 (*)</b>
AMTRES	48,04		731,07
Área Metropolitana de Lisboa	145,60		61,20
Associação Nacional de Municípios Portugueses	462,01		469,15
Tapada de Mafra	13 636,51		12 090,24
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Mafra	4 873,17		4 983,18
<b>Dívida Total excluindo operações extraorçamentais</b>	<b>14 312 814,66</b>		<b>13 400 924,46</b>
<b>Capacidade de endividamento</b>			
Limite da dívida total da Autarquia calculado	76 169 642,33		76 169 642,33
Montante da dívida total (excluindo operações extraorçamentais)	14 312 814,66		13 400 924,46
Margem Absoluta	61 856 827,67		62 768 717,87
Margem utilizável (20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º )	12 371 365,53		12 553 743,57

\*Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total-Dados à data de 31/3/2017



TIAGO SOUZA D'ALTE ADVOGADOS

Doc. 4

X

Para: Câmara Municipal de Mafra  
Data: 05.05.2017  
Assunto: Serviços municipalizados  
Gestão directa dos serviços de abastecimento de água e saneamento

*Solicita-nos a Câmara Municipal de Mafra (doravante «CMM» ou «Consulente») a indicação sobre se estão reunidas as condições para constituir, no seio do Município, serviços municipalizados tendo por atribuição realizar a exploração e a gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Mafra.*

#### **1. Situação actual: titularidade municipal e gestão concessionada**

O Município de Mafra é o titular do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição dos Efluentes do Concelho de Mafra, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto.

Enquanto titular, celebrou, em 15 de Dezembro de 1994, com a empresa Compagnie Générale des Eaux (Portugal) – Consultadoria e Engenharia, S.A. («CGE» ou «Concessionária»), um contrato de concessão da exploração e gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição dos Efluentes do Concelho de Mafra («Contrato de Concessão» ou «Contrato»). A escolha da Concessionária ocorreu num contexto plenamente concorrencial e aberto ao mercado, tendo resultado da adjudicação – aprovada pela Câmara Municipal de Mafra em 21 de Outubro de 1994 – da proposta que a CGE apresentou no procedimento de concurso público que o Município adoptou para o efeito, em virtude de ter sido considerada como a proposta economicamente mais vantajosa à luz do critério de adjudicação fixado nas peças do procedimento de concurso.



TIAGO SOUZA D'ALTE ADVOGADOS

Os sistemas passaram, pois, a partir dessa data a serem geridos no modelo entretanto designado de gestão concessionada, conforme estatuem os artigos 31.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto.

Em 23 de Dezembro de 2005 foi celebrado um Primeiro Aditamento a tal Contrato, suspendendo a vigência e execução de cláusulas respeitantes ao Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição dos Efluentes do Concelho de Mafra. Em 14 de Janeiro de 2009, foi celebrado um Segundo Aditamento ao contrato, determinando que a exploração do Sistema de Efluentes fica novamente confiada à concessionária. Em Janeiro de 2012, foi necessário celebrar um Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo em vista a alteração do plano de investimentos e a antecipação da responsabilidade da Concessionária pelos custos do saneamento em alta. E em 19 de Janeiro de 2016 foi celebrado um Quarto Aditamento ao Contrato de Concessão, que teve por objecto alterar o tarifário da água e saneamento m vigor, de forma a adequá-lo às recomendações n.º 1/2009 e n.º 2/2010 da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e de Resíduos.

## **2. Situação seguinte: titularidade municipal e gestão directa**

Segundo as informações fornecidas pelo Consulente, o Município de Mafra pretende declarar a nulidade dos Segundo e Terceiro Aditamentos ao Contrato de Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento, e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes do concelho de Mafra. Como consequência, apenas se considera válido e eficaz o Contrato de Concessão nos termos que lhe foram conferidos pelo Primeiro Aditamento – por outras palavras, na redacção em que foi removida a função de gestão do sistema de saneamento do âmbito da Concessão, fazendo-a regressar à órbita do Município. Se assim é, ao fazê-lo a declaração de nulidade terá por efeito fazer regressar com carácter imediato ao Município, na qualidade de entidade titular do sistema de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes do concelho de Mafra, a responsabilidade pela sua gestão (cfr. artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto). Ao declarar que o sistema não está atribuído em modelo de gestão concessionada, o mesmo regressa ao modelo de gestão legalmente definido *por defeito*, que



TIAGO SOUZA D'ALTE ADVOGADOS

é o de gestão directa: aquele em que a mesma pessoa jurídica concentra as funções de entidade titular e de entidade gestora.

Ou seja, a partir dessa data, passa também o Município de Mafra a ser consequentemente a entidade gestora do sistema (cfr. artigo 7.º, n.º 1 alínea a), do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto).

Isso significa que recai sobre si a obrigação de realizar todas as tarefas respeitantes à operação do mesmo, nomeadamente a gestão das respectivas rede e infraestruturas, dos equipamentos, dos recursos humanos a ele afectos e das relações com os utilizadores e fornecedores.

Essas tarefas serão, por definição, assumidas automaticamente pelos serviços municipais de Mafra, a quem ficarão atribuídas as funções de gestão, exploração, manutenção e conservação do sistema público de recolha e rejeição de águas residuais domésticas na área do concelho de Mafra (cfr. artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto).

No que concerne ao sistema público de distribuição de água para o consumo público na área do concelho de Mafra, o mesmo continuará a ser gerido em modelo concessório – ou seja, pela Concessionária, ao abrigo do referido Contrato de Concessão. É que a acima referida declaração de nulidade não abrange o Contrato de Concessão conforme a redacção resultante (e em vigor) da celebração do Primeiro Aditamento, pelo que a vertente de abastecimento de água se mantém em vigor e vinculando as partes nos termos aí contratualizados.

Como também informou o Consulente, é sua intenção determinar o resgate da concessão, relativamente à parte remanescente em vigor do Contrato de Concessão, respeitante precisamente à exploração e gestão do sistema de captação, tratamento, e distribuição de água.

Em resultado do exercício dessa prerrogativa e nos termos previstos no Contrato de Concessão, o sistema reverterá para o Município no prazo máximo de um ano a contar da notificação da decisão à Concessionária, pelo que se estima que a responsabilidade pela gestão desse sistema regressará ao Município de Mafra, como entidade titular, a partir dessa data.



TIAGO SOUZA D'ALTE ADVOGADOS

Ora, ao (re)integrar a esfera do Município de Mafra, a gestão dos referidos serviços passará também a processar-se automaticamente segundo o modelo de gestão directa, conforme estabelecido nos artigos 7.º, n.º 1 alínea a), e 14.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto.

### **3. Gestão directa: serviços municipalizados**

Perante a nova realidade abraçada pelo Município, é necessário ponderar, dentro do modelo de gestão directa e de acordo com as opções fornecidas pelo quadro legal vigente, se os sistemas serão geridos por serviços municipais ou municipalizados (cfr. artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto).

Da análise realizada, entende-se estarem reunidos os pressupostos jurídicos que permitirão ao Município de Mafra criar os serviços municipalizados para a gestão do abastecimento e saneamento do concelho. Eles encontram-se vertidos na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais), no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro (regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais), e no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto (regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos).

Desde logo, esses serviços municipalizados irão precisamente garantir a gestão e exploração de serviços de interesse geral, conforme exigido nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto:

- i) Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico e outros mediante venda directa; e
- ii) Drenagem e tratamento de águas residuais.

Em segundo lugar, exige o artigo 8.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que a criação dos serviços municipalizados seja precedida da realização de um estudo sobre os seus aspectos económico, técnico e financeiro. Ora, esse estudo foi realizado por uma consultora externa ao Município de Mafra, indicando que ambos os serviços – de captação, tratamento, e distribuição de água, bem como de recolha,



TIAGO SOUZA D'ALTE ADVOGADOS

tratamento e rejeição dos efluentes – serão eficientemente geridos, tanto de uma perspectiva operacional como de uma perspectiva financeira, através da gestão directa dos sistemas assegurada por serviços municipalizados, exclusivamente encarregados de assegurar a exploração dos mesmos.

Mais ainda, esse estudo realizado evidencia estarem reunidos os pressupostos indicados no artigos 10.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, no sentido de os serviços se prestarem em modelo empresarial, ainda que integrados na pessoa colectiva Município (*«3 — Só podem ser criados serviços municipalizados quando esteja em causa a prossecução de atribuições municipais que fundamentem a respectiva gestão sob forma empresarial»*).

De facto, a gestão racional dos sistemas requer a municipalização dos serviços, como resposta organizativa à natureza especialmente complexa e de índole comercial da sua exploração, em que existe toda uma universalidade de bens, pessoal e situações jurídicas estão actualmente afectas à gestão dos mesmos. A gestão e a operação das infraestruturas, equipamentos e pessoal afectos aos sistemas, bem como dos investimentos a realizar numa lógica de longo prazo, torna necessária a existência de uma estrutura organizativa exclusiva, própria e dotada de autonomia dentro do Município, à qual a mesma seja confiada.

É aliás o próprio quadro legal que exige a segregação organizativa da gestão e operação dos sistemas, com um elevado grau de autonomia em relação ao Município. Atente-se no disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, nos termos do qual *«sem prejuízo das regras orçamentais e de contabilidade aplicáveis aos serviços da administração local autárquica, os serviços municipais de águas e resíduos prestados em modelo de gestão directa devem ser objecto de apuramento económico-financeiro específico, através de contabilidade analítica»*. Ou seja, ainda que integrem as funções do Município, os sistemas devem para efeitos regulatórios ser dotados de contabilidade própria e analítica. E esse modelo é precisamente o propiciado pelos serviços municipalizados, dado que permite por natureza uma organização funcional, orçamental e contabilística autónoma – nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, *«os serviços municipalizados têm orçamento próprio, o qual, para todos os efeitos legais e proce-*

*dimentais, será anexado ao orçamento municipal, inscrevendo-se neste os totais das suas receitas e despesas».*

Importa por fim ter presente que o Município de Mafra deve organizar os seus serviços segundo os princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, conforme dispõe o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Ora, a opção que melhor se compagina com esses princípios parece ser a dos serviços municipalizados, por duas razões. A primeira é a de que o Município reassumirá essas funções de entidade gestora mediante a transferência dos sistemas – compostos por universalidade de facto e de direito – provindos da concessionária; e a concessionária organizou esses sistemas em torno de uma unidade de negócio de tipo empresarial nos últimos 20 anos. Os sistemas estão pois neste momento formatados do ponto de vista organizativo para funcionarem numa única unidade de negócio; pelo que reformular a organização e funcionamento dos serviços, só porque os sistemas regressam à responsabilidade do Município, seria porventura oneroso – e não isento de riscos para a própria qualidade da prestação do serviço público.

Sublinha-se que a adopção de um modelo organizativo empresarial para a prestação destes serviços não é prerrogativa nem traço exclusivo do modelo concessório – pelo contrário, esse modelo organizativo e funcional é a regra também no modelo de gestão delegada e é também um modelo possível (e até o privilegiado nos termos da lei) no modelo de gestão directa. Por isso, não se encontra fundamento válido para justificar que, só porque se regressa ao modelo de gestão directa, se prescindia dos elementos de organização empresarializada já existentes e disponíveis.

A segunda, é que essa escolha será a mais apta a evitar a dispersão dessas responsabilidades pelos vários serviços municipais, da qual poderá resultar não só prejuízos para a qualidade da prestação do serviço público, bem como para as outras tarefas já hoje a cargo desses mesmos serviços e que seriam assim privadas de disponibilidade de atendimento e atenção.



TIAGO SOUZA D'ALTE ADVOGADOS

#### **4. Conclusão: serviços municipalizados**

Em suma, de acordo com a informação disponível a criação de serviços municipalizados para a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento no concelho de Mafra prefigura-se como uma solução em harmonia com os requisitos legais constantes da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto; e apta a acautelar o cumprimento dos princípios do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Assinala-se que em caso de os órgãos municipais deliberarem a criação desses serviços municipalizados, a mesma deve ser comunicada à Direcção-Geral das Autarquias Locais, no prazo de 15 dias (cfr. n.º 4 do artigo 8.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto).

Por fim, recorda-se também que a deliberação que determine a criação dos serviços municipalizados deverá também aprovar o respectivo regulamento de organização, com a definição da respectiva estrutura interna, conforme estipula do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.



## MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

15  
pl

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

#### DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO

REUNIÃO DE 2017/05/11

**ASSUNTO:** Contratação de empréstimo tendo em vista o pagamento de indemnização e compensação devidas à concessionária pelo resgate da concessão e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão.-

**INFORMAÇÕES/PARECERES:** Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/6965, elaborada na Divisão de Gestão Financeira e Património, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, ambos datados de 8 de maio corrente.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as propostas de contratação de empréstimos ao Banco Português de Investimento, S.A. para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à Concessionária da Reversão da Concessão, no montante de € 15.000.000,00 (quinze milhões de euros), bem como ao Banco Santander Totta, S.A. para o financiamento dos custos do resgate da Concessão, no montante de € 7.116.224,00 (sete milhões cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), dado terem sido as instituições de crédito que apresentaram as propostas economicamente mais vantajosas. -----

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade / Maioria.-----

**Votos a favor:** 20 VEREADORES DO P.P.S.D., DO P.S. e DO B.E. MESQUITE.-----

**Votos contra:** -----

**Abstenções:** 20 VEREADORES DO C.A.U. -----

**Declarações de voto:** -----

ASSINATURAS:



15

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo. Informo que o  
assunto refere-se necessariamente  
à reunião do Orgão  
Executivo.

2017, 05, 08

O Vereador,

concordo com a proposta  
de resolução.

8, 5, 2017

A Diretora de Departamento,

**DESPACHO**

8, 5, 17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/6965****ASSUNTO:** Contratação de dois empréstimos de médio e longo prazo

Considerando que:

O Município de Mafra no âmbito do processo do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Mafra identificou a necessidade de contrair dois empréstimos bancários de médio e longo prazo, pelo prazo de 15 anos destinando-se ao financiamento:

- dos custos do resgate da Concessão, no montante de €7.116.224,00 (sete milhões cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros);
- do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à Concessionária da Reversão da Concessão, no montante de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros).



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**  
**Divisão de Gestão Financeira e Património**

De acordo com o n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.

De acordo com os n.º (s) 1 e 3 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal. Apresentando um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos.

O pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de concessão, encontra-se observado no disposto no artigo 68.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, (LOE).

De acordo com o disposto na alínea d) do ponto 3.3.1 do POCAL, *"as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato"*, pelo que em sede de orçamento inicial não foi incluído o valor a contratar.

Considerando que, de acordo com o n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a capacidade de endividamento do Município de Mafra, em 4 de maio de 2017, encontra-se demonstrada uma vez que o valor correspondente a 20% da margem disponível no início do presente exercício económico é de €12.371.365,53, conforme se pode constatar no Anexo I do Modelo do Tribunal de Contas "Apuramento da Capacidade de endividamento":



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**  
**Divisão de Gestão Financeira e Património**

**Anexo I**  
**Município de Mafra**

**Apuramento da Capacidade de Endividamento**  
**(artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)**

	01/01/2017	04/05/2017
<b>Apuramento do limite da "Dívida Total"</b>		
<b>Total receita cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>152 339 284,65</b>	<b>152 339 284,65</b>
Receita corrente cobrada em 2014	46 978 691,51	46 978 691,51
Receita corrente cobrada em 2015	51 844 083,91	51 844 083,91
Receita corrente cobrada em 2016	53 516 509,23	53 516 509,23
Média da receita	50 779 761,55	50 779 761,55
<b>1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>76 169 642,33</b>	<b>76 169 642,33</b>
<b>Apuramento da Dívida Total</b>		
<b>Dívida total operações orçamentais do Município</b>	<b>14 293 649,33</b>	<b>13 382 589,62</b>
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>11 019 147,63</b>	<b>10 720 973,96</b>
2312-Empréstimos obtidos de médio e longo prazo	3 663 976,97	3 365 803,30
261-Fornecedores de imobilizado	6 098 784,49	6 098 784,49
268-Outros Credores	983 419,20	983 419,20
221-Fornecedores	272 966,97	272 966,97
<b>Curto Prazo</b>	<b>3 274 501,70</b>	<b>2 661 615,66</b>
221-Fornecedores c/c	1 864 146,63	656 282,49
228-Fornecedores - Faturas em receção e conferência	170 325,18	47 550,31
252-Credores pela execução do orçamento	0,00	4 912,11
261-Fornecedores de imobilizado c/c	896 805,84	1 389 304,05
24-Estado e outros entes públicos	14 915,17	20 404,95
262+263+267+268-Outros credores	328 308,88	543 161,75
217+2617-Garantias e Cauções	0,00	0,00
<b>Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total</b>	<b>19 165,33</b>	<b>18 334,84 (*)</b>
AMTRES	48,04	731,07
Área Metropolitana de Lisboa	145,60	61,20
Associação Nacional de Municípios Portugueses	462,01	469,15
Tapada de Mafra	13 636,51	12 090,24
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Mafra	4 873,17	4 983,18
<b>Dívida Total excluindo operações extraorçamentais</b>	<b>14 312 814,66</b>	<b>13 400 924,46</b>
<b>Capacidade de endividamento</b>		
Limite da dívida total da Autarquia calculado	76 169 642,33	76 169 642,33
Montante da dívida total (excluindo operações extraorçamentais)	14 312 814,66	13 400 924,46
Margem Absoluta	61 856 827,67	62 768 717,87
Margem utilizável (20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º )	<b>12 371 365,53</b>	<b>12 553 743,57</b>

\*Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total-Dados à data de 31/3/2017



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

#### **Divisão de Gestão Financeira e Património**

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei 73/2013, de 3 setembro, foram consultadas as seguintes entidades bancárias:

- Banco BIC Português, S.A.;
- Banco Português do Investimento, S.A.;
- Banco Santander Totta, S.A.;
- Bankinter, S.A.;
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- Haitong Bank, S.A..

Das entidades consultadas, três apresentaram propostas:

- Banco BIC Português, S.A.;
- Banco Português do Investimento, S.A.;
- Banco Santander Totta, S.A..

Analisadas as propostas rececionadas e tendo em conta todos os elementos apresentados, conforme quadro em anexo à presente informação, constata-se que:

- a proposta do Banco Português do Investimento, S.A. é a proposta economicamente mais vantajosa, apresentando um Spread de 1,40% indexada à "Euribor" a 6 meses, para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à Concessionária da Reversão da Concessão, no montante de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros).

Face ao exposto, propõe-se a contratação do empréstimo em referência ao Banco Português do Investimento, S.A., nas seguintes condições:

- "Euribor" a 6 meses, acrescida de um Spread de 1,40%, sem qualquer arredondamento. Caso a Euribor assuma valor negativo será considerado para efeitos de cálculo de juros que a mesma terá valor zero;
- Comissão de montagem e organização no valor de 50.000€ a cobrar na data do primeiro desembolso do empréstimo;
- Os juros serão calculados dia a dia sobre o capital em dívida e pagos mensal/trimestral ou semestral e postecipadamente;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

#### **Divisão de Gestão Financeira e Património**

- O capital em dívida será pago em prestações mensais sucessivas e postecipadas, constantes de capital e juros, ou constantes de capital e juro ao saldo, conforme opção do Município;
- Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, desde que no final de um período de contagem de juros e com aviso prévio de 30 dias;
- Período de Utilização e Carência de Capital: até 2 anos após o Visto Prévio do Tribunal de Contas.

- a segunda proposta mais vantajosa é do Banco Santander Totta, S.A., apresentando um Spread de 1,49% indexada à "Euribor" a 6 meses, para o financiamento dos custos do resgate da Concessão, no montante de €7.116.224,00 (sete milhões cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros);

Face ao exposto, propõe-se a contratação do empréstimo em referência ao Banco Santander Totta, S.A., nas seguintes condições:

- "Euribor" a 6 meses, acrescida de um Spread de 1,49%, a qual será revista na mesma periodicidade da do prazo a que se reporta o indexante;
- Pagamento de juros mensal e postecipado;
- Período de Utilização e Carência de Capital: até 2 anos após o Visto Prévio do Tribunal de Contas;
- Reembolso: 156 prestações mensais, constantes de capital e sucessivas, vencendo-se a primeira no final do período de carência;
- Possibilidade do reembolso antecipado sem qualquer penalização;
- Isento de comissões.

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, propõe-se que seja submetido ao Órgão Executivo no sentido de remeter a aprovar a proposta da contratação de dois empréstimos de médio e longo prazo à Assembleia Municipal, para que esta delibere de acordo com a alínea f) do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a contratação dos referidos empréstimos.

**Anexo:** Análise das Propostas

À Consideração Superior,

A Chefe de Divisão

(Dulce Lourenço)



### MAPA RESUMO - Propostas Entidades Bancárias

Empréstimo de Médio Longo Prazo até ao montante de 30.000.000,00€

Entidades Bancárias Consultadas	Montante Empréstimo	Condições Apresentadas		Previsão da Taxa
Banco Santander Totta, S.A.	15.000.000,00€	Euribor 6 M + Spread 1,49%	Livre de quaisquer outras despesas	1,49%
Banco Português do Investimento, S.A.	15.000.000,00€	Euribor 6 M + Spread 1,40%	Comissões de montagem e organização: 50.000,00€ a cobrar na data do primeiro desembolso do empréstimo	1,40%
Banco BIC Português, S.A.	10.000.000,00€	Euribor 6 M + Spread 2,625%	Comissão de abertura de 1%	2,625%

Nota: Euribor 6M (-0,250%) à data de 04.05.2017

**De:** Hugo Luis  
**Enviado:** 15 de novembro de 2016 15:48  
**Bcc:** Neto.Santos@cgd.pt; carla.sequeira.teixeira@cgd.pt;  
amilcar.lourenco@santander.pt; pedro.fialho@santander.pt; jose.lopes@santander.pt;  
Bernardo.espiritosanto@bancobpi.pt; mario.joao.gama@bancobpi.pt;  
susana.dinis.fonseca@bancobpi.pt  
**Assunto:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;
- Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- Prazo: 15 anos
- Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;
- Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- Indexante: Euribor a 6 meses;
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



**De:** Hugo Luis  
**Enviado:** 15 de novembro de 2016 19:18  
**Bcc:** danielle.grinten@haitongib.com  
**Assunto:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

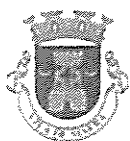
Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;
- Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- Prazo: 15 anos
- Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;
- Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- Indexante: Euribor a 6 meses;
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



**De:** Hugo Luis  
**Enviado:** 17 de novembro de 2016 11:26  
**Bcc:** amandio.cristovao@bankinter.com  
**Assunto:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;
- Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- Prazo: 15 anos
- Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;
- Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- Indexante: Euribor a 6 meses;
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis

Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



**De:** Hugo Luis  
**Enviado:** 16 de novembro de 2016 14:21  
**Para:** bernardo.santo@bancobic.pt  
**Assunto:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra  
**Anexos:** image001.jpg; image002.gif

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- ? Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;
- ? Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- ? Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- ? Prazo: 15 anos
- ? Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- ? Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;
- ? Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- ? Indexante: Euribor a 6 meses;
- ? Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- ? Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- ? Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- ? Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



htt  
p:/  
w  
w.

Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



**De:** Carla Sequeira Teixeira (DBI) <carla.sequeira.teixeira@cgd.pt>  
**Enviado:** 2 de dezembro de 2016 10:50  
**Para:** Hugo Luis  
**Cc:** Joao Neto Santos (DBI)  
**Assunto:** RE: Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

**Importância:** Alta

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Bom dia, Dr. Hugo Luis,

Em resposta ao V/email, relativa a uma consulta para um empréstimo de longo prazo no montante de €30.000.000,00, informa-se V. Exª. de que a Caixa opta por não apresentar proposta.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Sequeira Teixeira | Gestora de Cliente

T +351 21 761 92 23 M +351 93 171 66 34 | [carla.sequeira.teixeira@cgd.pt](mailto:carla.sequeira.teixeira@cgd.pt)



DIREÇÃO DE BANCA INSTITUCIONAL  
[www.cgd.pt](http://www.cgd.pt)

Antes de imprimir esta mensagem, pense no meio ambiente.

Este e-mail, assim como os ficheiros eventualmente anexos, é reservado aos seus destinatários, e pode conter informação confidencial ou estar sujeito a restrições legais. Se não é o seu destinatário ou se recebeu esta mensagem por motivo de erro, solicitamos que não faça qualquer uso ou divulgação do seu conteúdo e proceda à eliminação permanente desta mensagem e respetivos anexos.

Caixa Geral de Depósitos, S.A. | Sede Social: Av. João XXI, 63, 1000-300 LISBOA | Capital Social 5 900 000 000 € | C.R. comercial Lisboa Matrícula 2900 | Contribuinte IVA PT 500 960 046

**From:** Hugo Luis [<mailto:HugoLuis@cm-mafra.pt>]

**Sent:** 15 de novembro de 2016 15:48

**Subject:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;

- Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- Prazo: 15 anos
- Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;
- Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- Indexante: Euribor a 6 meses;
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



## Hugo Luís

---

**De:** mariojoao.gama@bancobpi.pt  
**Enviado:** 23 de março de 2017 12:15  
**Para:** Hugo Luis  
**Cc:** susana.dinis.fonseca@bancobpi.pt  
**Assunto:** Proposta empréstimo BPI

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Caro Dr. Hugo Luís,

Na sequência da nossa troca de impressões de há pouco, e como combinado, temos o prazer de confirmar que a proposta do BPI relativa às condições para empréstimo a conceder ao Município de Maфра para resgate da concessão das águas e investimentos conexos, se mantém válida por mais 60 dias após a data constante da oferta inicial do Banco (de 120 dias, ou seja até 01 de Abril de 2017) nos termos da carta de 02 Dezembro.

Este prazo poderá ser naturalmente revisto, caso o andamento do dossier assim o recomende e não ocorra qualquer alteração significativa e materialmente adversa nas condições de mercado.

Com os melhores cumprimentos e a estima do  
Mário Gama



### AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

Esta mensagem e quaisquer ficheiros anexos a ela contêm informação confidencial e destinam-se a uso exclusivo a quem nela conste como destinatário. Caso não seja o destinatário desta mensagem, fica informado que recebeu esta mensagem por engano, e que qualquer utilização, distribuição, reencaminhamento ou outra forma de revelação a outrem, impressão, ou cópia desta mensagem é expressamente proibida, agradecendo que a elimine do seu sistema e informe o remetente ou o Banco BPI, S.A.

O Banco BPI, S.A. utiliza software anti-vírus. Não obstante ter tomado todas as precauções, o Banco BPI, S.A. não garante que esta mensagem e os seus anexos não contenham vírus. É, assim, da responsabilidade do destinatário assegurar que esta mensagem e seus anexos são submetidos a detector de vírus antes da sua utilização. Alerta-se ainda para o facto de as mensagens transmitidas por este meio poderem ser interceptadas, corrompidas, destruídas ou não chegarem ao destino ou chegarem com atraso.

**De:** mario.joao.gama@bancobpi.pt  
**Enviado:** 2 de dezembro de 2016 12:16  
**Para:** Hugo Luis  
**Cc:** Filipe.Macedo.Cartaxo@bancobpi.pt; isabel.maria.fernandes@bancobpi.pt; susana.dinis.fonseca@bancobpi.pt  
**Assunto:** RE: Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra  
**Anexos:** Mafra 02 Dez 2016 cotaca\_20161202115256.pdf  
**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Caro Dr. Hugo Luís,

Na sequência da V.ª consulta infra e dos contactos mantidos relativamente ao dossier em assunto, é com o maior prazer que confirmamos a aprovação pelo Banco BPI da participação na operação em vista, nos termos da carta e da ficha técnica apresentados em anexo ao presente e-mail e cujos originais Vos serão enviados de seguida.

Permanecemos naturalmente ao Vº inteiro dispor para quaisquer questões que entendam colocar-nos.

Com os melhores cumprimentos e estima,

Mário Gama

**From:** Hugo Luis [<mailto:HugoLuis@cm-mafra.pt>]

**Sent:** 15 de novembro de 2016 15:48

**Subject:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;
- Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- Prazo: 15 anos
- Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;

- Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- Indexante: Euribor a 6 meses;
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



Estes prémios são da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram.

#### AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

Esta mensagem e quaisquer ficheiros anexos a ela contém informação confidencial e destinam-se a uso exclusivo a quem nela conste como destinatário. Caso não seja o destinatário desta mensagem, fica informado que recebeu esta mensagem por engano, e que qualquer utilização, distribuição, reencaminhamento ou outra forma de revelação a outrem, impressão, ou cópia desta mensagem é expressamente proibida, agradecendo que a elimine do seu sistema e informe o remetente ou o Banco BPI,S.A.  
O Banco BPI, S.A. utiliza software anti-vírus. Não obstante ter tomado todas as precauções, o Banco BPI, S.A. não garante que esta mensagem e os seus anexos não contenham vírus. É, assim, da responsabilidade do destinatário assegurar que esta mensagem e seus anexos são submetidos a detector de vírus antes da sua utilização. Alerta-se ainda para o facto de as mensagens transmitidas por este meio poderem ser interceptadas, corrompidas, destruídas ou não chegarem ao destino ou chegarem com atraso.



Exmo. Senhor  
Dr. Helder Sousa Silva  
Digno Presidente da  
Câmara Municipal de Mafra  
Praça do Município  
2644 - 001 Mafra

Cc Senhor Dr. Hugo Moreira Luis  
Digno Vereador da Câmara Municipal  
de Mafra

Nº Refº CIS 170/16

Lisboa, 02 de Dezembro de 2016

**ASSUNTO:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e destinado complementarmente à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmo. Senhor,

Na sequência dos contactos mantidos e em resposta ao Vº e-mail de 15 de Novembro de 2016, sobre o assunto em epígrafe, o Banco BPI S.A. tem o gosto de comunicar que aprovou a operação solicitada por V.ªs Ex.ªs, nas condições apresentadas na ficha técnica em anexo.

Na expectativa de que as presentes condições, correspondendo aos interesses do **Município de Mafra**, possam promover a dinamização do relacionamento comercial existente, ficamos a aguardar notícias da Vossa parte, permanecendo ao Vº inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que sejam considerados necessários.

Com os nossos Melhores Cumprimentos

Filipe Carrasco

Maria Gabriela



Anexo à nossa carta ref.ª CIS 170/16

FICHA TÉCNICA DE EMPRÉSTIMO A Longo Prazo

1. Mutuário	Município de Mafra
2. Mutuante	Banco BPI, SA
3. Montante	Até EUR 15.000.000,00
4. Finalidade / natureza da operação	<p>a) Para a finalidade prevista no artigo 48º da Lei nº7A/2016 - Orçamento de Estado para 2016, pelo valor do resgate, incluindo a indemnização ao concessionário.</p> <p>b) complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.</p>
5. Prazo Global	Até 15 anos (incluindo o período indicado em 6. infra).
6. Período de Utilização / carência	Até 2 anos após a data do Visto do Tribunal de Contas ao contrato.
7. Taxa de Juro	<p>Euribor (base 360 dias) a 6 meses, acrescida de um spread 1,40%, sem qualquer arredondamento.</p> <p>Caso a Euribor assuma valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo de juros, que a mesma terá valor zero.</p>
8. Comissões	<p>- Comissão de montagem e organização EUR 50.000, a cobrar na data do primeiro desembolso do empréstimo.</p> <p>- Outras: isenção, excepto as que sejam legalmente aplicáveis</p>
9. Reembolso e Pagamento de Juros	<p>Durante o período de utilização / carência, os juros serão calculados dia a dia, sobre o capital em dívida e pagos mensal trimestral ou semestral e postecipadamente.</p> <p>O capital em dívida será pago em prestações mensais sucessivas e postecipadas, constantes de capital e juros, ou constantes de capital e juro ao saldo, conforme opção do Município (o BPI admite ainda a periodicidade trimestral ou semestral para as prestações, caso o Município entenda conveniente).</p>
10. Reembolso Antecipado	Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, desde que no final de um período de cobertura de juros e com aviso prévio de 30 dias.
11. Garantias	De acordo com a legislação em vigor
12. Taulação	Contrato de abertura de crédito



### 13. Outras condições

Acordo do Município a que o presente empréstimo, na parcela correspondente a 50% do investimento previsto, seja incluído no âmbito de um dos financiamentos do Banco Europeu de Investimento ao Banco BPI;

Deliberação autenticada da Assembleia Municipal aprovando a contratação do empréstimo e autorizando os respectivos termos contratuais, de acordo com a Lei em vigor.

Visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo;

Ofício da Câmara solicitando o(s) desembolso(s) para a(s) finalidade(s) prevista(s) contratualmente(s).

Demais condições de acordo com a legislação vigente aplicável;

Prazos supra referidos contados a partir da data do Visto do Tribunal de Contas.

### 14. Validade da Proposta:

As condições apresentadas são válidas nas actuais circunstâncias de mercado, sendo susceptíveis de modificação caso nos mesmos venham a ocorrer alterações materialmente relevantes.

Sem prejuízo, a presente proposta é válida pelo prazo de 120 dias a contar da data da sua entrega na Câmara.

Caso este prazo não seja cumprido, o Banco reserva-se o direito de alterar o condicionalismo da operação, no todo ou em parte, em função das condições de mercado que vigorem na altura.

## Hugo Luis

---

**De:** mario.joao.gama@bancobpi.pt  
**Enviado:** 10 de maio de 2017 17:01  
**Para:** Hugo Luis  
**Cc:** susana.dinis.fonseca@bancobpi.pt; vanda.marina.miranda@bancobpi.pt; Ana Viana; Dulce Lourenço  
**Assunto:** RE: Proposta empréstimo BPI

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Caro Dr. Hugo Luís,

Temos o prazer de confirmar que a proposta do BPI se mantém válida por mais 90 dias.

Com os melhores cumprimentos e estima,  
Mário Gama

**From:** Hugo Luis [mailto:HugoLuis@cm-mafra.pt]  
**Sent:** 10 de maio de 2017 16:38  
**To:** Mário João Gama (BI) <mario.joao.gama@bancobpi.pt>  
**Cc:** Susana Dinis Fonseca (Banca Institucional Lisboa-0665) <susana.dinis.fonseca@bancobpi.pt>; Vanda Marina Miranda (Banca Institucional Lisboa-0665) <vanda.marina.miranda@bancobpi.pt>; Ana Viana <anaviana@cm-mafra.pt>; Dulce Lourenço <dulcelourenco@cm-mafra.pt>  
**Subject:** RE: Proposta empréstimo BPI

Caro Dir. Mário Gama,

Solicito informação da renovação das condições para empréstimo a conceder ao Município de Mafra para resgate da concessão das águas e investimentos conexos – a anterior renovação expirou em 01/Abril/2017.

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



**De:** [mario.joao.gama@bancobpi.pt](mailto:mario.joao.gama@bancobpi.pt) [mailto:mario.joao.gama@bancobpi.pt]  
**Enviada:** 23 de março de 2017 12:15  
**Para:** Hugo Luis <[HugoLuis@cm-mafra.pt](mailto:HugoLuis@cm-mafra.pt)>  
**Cc:** [susana.dinis.fonseca@bancobpi.pt](mailto:susana.dinis.fonseca@bancobpi.pt)  
**Assunto:** Proposta empréstimo BPI

Caro Dr. Hugo Luís,



MUNICÍPIO DE MAFRA  
EXMO. SR. VEREADOR  
DR. HUGO LUIS  
PRAÇA DO MUNICÍPIO

2640-001 MAFRA

S/REFERÊNCIA  
CONSULTA E-MAIL 15NOV16

N/ REFERÊNCIA

DATA  
2016/11/25

ASSUNTO: Empréstimo a Médio/Longo Prazo para o financiamento destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e de saneamento do concelho, até ao montante de €15.000.000,00

Exmo. Senhor Dr. Hugo Luis,

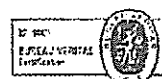
Acusamos receção da Vossa carta em assunto que nos mereceu a nossa melhor atenção.

Em resposta à Vossa consulta, informamos que o BANCO SANTANDER TOTTA, S.A., aprovou a seguinte proposta de financiamento ao MUNICÍPIO DE MAFRA, nas seguintes condições:

1. MUTUÁRIO : MUNICÍPIO DE MAFRA;
2. FINALIDADE : Resgate da concessão da rede de água e de saneamento do concelho;
3. MODALIDADE : Mútuo MLP;
4. MONTANTE : Até ao limite máximo de €15.000.000,00 Euros (Quinze milhões de euros);
5. PRAZO DO EMPRÉSTIMO : Até 15 anos;
6. TAXA DE JURO : Sobre o capital em dívida a cada momento serão contados juros a uma taxa variável correspondente à média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a 6 meses do mês anterior ao período de contagem de juros, arredondada à milésima. acrescida de um *spread* de 1,49 pontos percentuais, a qual será revista na mesma periodicidade da do prazo a que se reporta o indexante.  
  
Em nenhuma circunstância pode o valor dos juros remuneratórios ser inferior ao valor do *spread* indicado no parágrafo anterior.
7. COBRANÇA DE JUROS : Mensal e Postecipada;
8. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS: Não aplicável;



www.santandertotta.pt



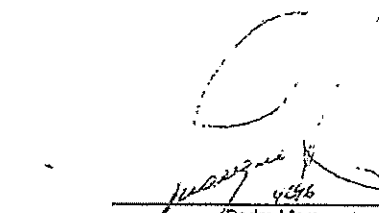


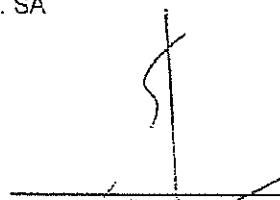
9. PERÍODO DE UTILIZAÇÃO E CARÊNCIA DE CAPITAL : Até 2 anos, após o Visto Prévio do Tribunal de Contas;
10. UTILIZAÇÃO DE FUNDOS : Em função das necessidades do Município, após formalização da operação subjacente;
11. REEMBOLSO : 156 prestações mensais, constantes de capital e sucessivas, vencendo-se a primeira no final do período de carência;
12. REEMBOLSO ANTECIPADO: Permitido, sem qualquer penalização;
13. COMISSÕES E CUSTOS : Isento de comissões;
14. GARANTIAS : As que decorrem da própria Lei;
15. CONDIÇÕES GERAIS : A presente proposta está sujeita à condição da *contratação* da operação de crédito em termos mutuamente aceites pelo Mutuário e Mutuante, designadamente pela celebração de um Contrato de Mútuo, em uso no banco o qual incorpora cláusulas *standard* neste tipo de operações, e de que a entidade pode dispor desde já se o solicitar.
16. PRAZO DE VALIDADE : A presente proposta é válida até ao 60º dia após a data acima indicada, pelo que caducará se até essa data o MUNICÍPIO DE MAFRA não comunicar a respetiva aceitação.
17. CONDIÇÃO DE REVISÃO : Se a operação não for efetiva e definitivamente contratada no prazo de 120 dias a contar da presente data, o Banco fica automaticamente investido no direito de rever as condições descritas em 6. *Taxa de Juro*, refletindo eventuais alterações que ocorrerem nos custos de financiamento no mercado de capitais até essa data.

Ficamos na expectativa que as condições apresentadas sejam do Vosso agrado e permitam o incremento do relacionamento comercial entre as Instituições que representamos.

Sem outro assunto de momento, e colocando-nos desde já à disposição para qualquer esclarecimento adicional, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração, apresentando os melhores cumprimentos.

Atentamente,  
Banco Santander Totta. SA

  
(Pedro Marques)

  
(Luis Esteves)



**De:** Amandio Cristovao <amandio.cristovao@bankinter.com>  
**Enviado:** 9 de dezembro de 2016 16:54  
**Para:** Hugo Luis  
**Bcc:**  
**Assunto:** Re: Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Boa tarde Senhor Dr. Hugo Luís.

Na sequência dos contactos mantidos, decidiu o Bankinter, por motivos de posicionamento estratégico e de política comercial, não ser este o momento ideal para o início de relacionamento creditício com o Município de Mafra.

Mantemo-nos, contudo, ao inteiro dispor e agradecemos a amabilidade da consulta.

Cordialmente,

Amândio Cristóvão  
Diretor  
Banca Corporativa e Institucional  
Bankinter Portugal  
Tel + 351 211 141 273 (ext: 73373) Tlm + 351 916 185 043  
Email: [amandio.cristovao@bankinter.com](mailto:amandio.cristovao@bankinter.com)  
Palácio Sottomayor  
Av. Fontes Pereira de Melo 16, 1050- 121 Lisboa  
[www.bankinter.pt](http://www.bankinter.pt)

---

**De:** Amandio Cristovao  
**Enviado:** 18 de novembro de 2016 11:50  
**Para:** Hugo Luis  
**Assunto:** Re: Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Bom dia Senhor Dr. Hugo Luis.

Muito obrigado pelo seu e-mail e pela oportunidade concedida ao Bankinter.

Voltaremos, muito em breve, ao seu contacto.

Cordialmente,

Amândio Cristóvão  
Diretor  
Banca Corporativa e Institucional  
Bankinter Portugal  
Tel + 351 211 141 273 (ext: 73373) Tlm + 351 916 185 043

Email: [amandio.cristovao@bankinter.com](mailto:amandio.cristovao@bankinter.com)

Palácio Sottomayor

Av. Fontes Pereira de Melo 16, 1050- 121 Lisboa

[www.bankinter.pt](http://www.bankinter.pt)

---

**De:** Hugo Luis <[HugoLuis@cm-mafra.pt](mailto:HugoLuis@cm-mafra.pt)>

**Enviado:** 17 de novembro de 2016 11:26

**Assunto:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;
- Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- Prazo: 15 anos
- Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;
- Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- Indexante: Euribor a 6 meses;
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [huqoluis@cm-mafra.pt](mailto:huqoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



bankinter.

Antes de imprimir este mensaje, asegúrese de que es necesario hacerlo.

Síguenos en:   

**AVISO LEGAL:** Esta mensagem é destinada exclusivamente para a pessoa a quem é dirigida, sendo a mesma confidencial. Se a recebeu por engano, por favor comunique por este meio ou através do nº de telefone (707 50 50 50) eliminando-a posteriormente. Qualquer utilização desta mensagem ou dos respetivos anexos está proibida por lei.

**LEGAL NOTICE:** This message is intended to be read exclusively by the addressee and is confidential. Should you receive it by error, please contact the sender by email or by telephone (707 50 50 50) and delete it. Any use of this message or its attachments without due authorisation is prohibited by law.

## Hugo Luís

---

**De:** Jose Antonio Pais Lopes <jose.lopes@santander.pt>  
**Enviado:** 4 de maio de 2017 18:49  
**Para:** Hugo Luís  
**Cc:** Luís Miguel Pinheiro Esteves; Sandra Maria Lopes Augusto  
**Assunto:** CM Mafra - Draft/Minuta do Contrato Abertura de Crédito (Mútuo MLP €15 Mio, a 15 anos)  
**Anexos:** BT-DRAFT\_ABERTURA\_CREDITO\_MUNICIPIO\_MAFRA.docx

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Caro Dr. Hugo Moreira Luís,

Em resposta ao vosso pedido, junto envio *draft* do contrato de abertura de crédito para vossa análise e respetiva aprovação, em sede própria.

Conforme lhe referi na nossa conversa telefónica, dado o tempo decorrido desde a comunicação da adjudicação do financiamento em apreço ao BST, teremos que vivificar a operação em Riscos, processo que já está em curso e que deverá estar concluído na próxima segunda-feira ou, no limite, na quinta-feira, dia 11, não sendo, contudo, expectáveis quaisquer dificuldades neste processo.

Com os meus melhores cumprimentos,

José Lopes



Santander Totta

DIR.COORD. CLIENTES INSTITUCIONAIS  
Dir. Dinamização de Clientes Institucionais  
Rua da Mesquita, 6 - Centro Totta, Torre A 7º B  
1070-238 Lisboa  
Tel. +351 21 370 50 20 TM +351 93 888 63 04  
Fax +351 21 370 58 37  
E-mail: [jose.lopes@santander.pt](mailto:jose.lopes@santander.pt)



---

### AVISO LEGAL

Esta mensagem é confidencial e dirigida apenas ao destinatário. Se a recebeu por erro solicitamos que o comunique ao remetente e a elimine assim como qualquer documento anexo. Não há renúncia a confidencialidade nem a nenhum privilégio devido a erro de transmissão. Qualquer opinião expressa nesta mensagem pertence unicamente ao autor remetente e não representa necessariamente a opinião do Santander Totta, a não ser que expressamente se diga que o remetente está autorizado para o efectuar.

### DISCLAIMER

This message is confidential and intended exclusively for the addressee. If you received this message by mistake, please inform the sender and delete the message and attachments. No confidentiality nor any privilege regarding the information is waived or lost by any electronic transmission. Any views or opinions contained in this message are solely those of the author and do not necessarily represent those of Santander Totta, unless specifically stated and the sender is authorized to do so.

**De:** 5327 MAFRA <mafra@santander.pt>  
**Enviado:** 25 de novembro de 2016 13:18  
**Para:** Hugo Luis  
**Cc:** Pedro Fialho; Luis Eduardo F. Ribeiro Almeida; Jose Antonio Pais Lopes  
**Assunto:** Empréstimo M/L Prazo  
**Anexos:** Condições Aprovadas BST Mútuo.pdf

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Exmo. Sr. Vereador da Câmara Municipal de Mafra, Dr. Hugo Luís,

Na sequência da consulta apresentada pelo Município de Mafra, enviamos em anexo as condições aprovadas pelo Banco Santander Totta, para o empréstimo de longo prazo.

O original será entregue posteriormente por mão própria.

Com os nossos melhores Cumprimentos,

Luis Esteves  
Diretor Balcão

Balcão Mafra

Tel: 261816550 Fax: 261816551

Morada: Terreiro D. João V, 52/54

2640-492 Mafra

e.mail: [luis.esteves@santander.pt](mailto:luis.esteves@santander.pt)

Banco Santander Totta



Estes prémios são da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram

#### AVISO LEGAL

Esta mensagem é confidencial e dirigida apenas ao destinatário. Se a recebeu por erro solicitamos que o comuniquemos ao remetente e a elimine assim como qualquer documento anexo. Não há renúncia à confidencialidade nem a nenhum privilégio decorrente da erro de transmissão. Qualquer opinião expressa nesta mensagem pertence unicamente ao autor remetente, e não representa necessariamente a opinião do Santander Totta, a não ser que expressamente se diga que o remetente está autorizado para o efectuar.

#### DISCLAIMER

This message is confidential and intended exclusively for the addressee. If you received this message by mistake please inform the sender and delete the message and attachments. No confidentiality nor any privilege regarding the information is waived at least by any mistransmission. Any views or opinions contained in this message are solely those of the author, and do not necessarily represent those of Santander Totta, unless specifically stated and the sender is authorized to do so.

## Hugo Luis

---

**De:** Jose Antonio Pais Lopes <jose.lopes@santander.pt>  
**Enviado:** 10 de maio de 2017 15:52  
**Para:** Hugo Luis  
**Cc:** Luis Eduardo F. Ribeiro Almeida; Luís Miguel Pinheiro Esteves; Sandra Maria Lopes Augusto; Ana Viana; Dulce Lourenço  
**Assunto:** RE: CM Mafra - Revalidação da Proposta Comercial (Mútuo MLP €7.116.224, a 15 anos)  
**Anexos:** Empréstimo M/L Prazo  
  
**Importância:** Alta  
  
**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Caro Dr. Hugo Moreira Luís,

Venho por esta via informar que as condições propostas pelo Banco Santander Totta ao Município de Mafra, em 25 de Novembro de 2016 (e-mail em anexo), para um empréstimo a mlp de €15.000.000, a 15 anos, se encontram renovadas, a partir desta data, por um período adicional de 90 dias, agora para um montante de €7.116.224 (sete milhões cento e dezasseis mil duzentos e vinte e quatro euros), conforme solicitado.

Com os meus melhores cumprimentos,

José Lopes



Santander Totta

**DIR.COORD. CLIENTES INSTITUCIONAIS**

**Dir. Dinamização de Clientes Institucionais**

Rua da Mesquita, 6 - Centro Totta, Torre A 7º B

1070-238 Lisboa

Tel. +351 21 370 50 20 TM +351 93 888 63 04

Fax +351 21 370 50 57

E-mail: [jose.lopes@santander.pt](mailto:jose.lopes@santander.pt)

**From:** Hugo Luis [mailto:HugoLuis@cm-mafra.pt]

**Sent:** segunda-feira, 8 de Maio de 2017 15:45

**To:** Jose Antonio Pais Lopes

**Cc:** Luís Miguel Pinheiro Esteves; Sandra Maria Lopes Augusto; Ana Viana; Dulce Lourenço

**Subject:** RE: CM Mafra - Draft/Minuta do Contrato Abertura de Crédito (Mútuo MLP €15 Mio, a 15 anos)

Caro Dr José Pais Lopes,

Precisamos que, ainda hoje, revalidem a proposta comercial para acompanhar a proposta a enviar à Rn de Câmara.

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis

Vereador

Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra

Telef.: 261 810 100

e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)

Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



**De:** Francisco Graca <francisco.graca@bancobic.pt>  
**Enviado:** 6 de dezembro de 2016 13:34  
**Para:** Hugo Luis  
**Cc:** BBIC - DCAS - Agência de Mafra  
**Assunto:** C M Mafra - Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Muito boa tarde Sr. Dr. Hugo Luis,

Em sequência à Vossa solicitação somos a informar que foi aprovado o seguinte Empréstimo Bancário:

**Montante:** 10.000.000€  
**Prazo:** 10 anos  
**Carência de capital:** 6 meses  
**Comissão de abertura:** 1%  
**Spread:** 2,625%

Ficamos a aguardar a Vossa resposta.

Obrigado.

Melhores cumprimentos.

**Francisco Graça**  
Gerente  
Agência de Mafra



**BancoBIC**

Tel.: +351 261 816 982 (Ext.: 420 810)  
Tlm.: +351 912 897 848 (Ext.: 9 420 810)  
Fax: +351 261 816 981 (Ext.: 420 891)  
Rua do Pinheiro, nº 1. Loja 1  
2640-521 Mafra, Portugal  
[francisco.graca@bancobic.pt](mailto:francisco.graca@bancobic.pt)  
[www.bancobic.pt](http://www.bancobic.pt)

**FELIZ NATAL E PRÓSpero ANO NOVO**  
MERRY CHRISTMAS AND A HAPPY NEW YEAR



**De:** Hugo Luis <HugoLuis@cm-mafra.pt>  
**Data:** 16 de novembro de 2016, 14:21:22 WET  
**Para:** "bernardo.santo@bancobic.pt" <bernardo.santo@bancobic.pt>  
**Assunto:** Empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 – e complementarmente destinado à cobertura do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho de Mafra

Exmos. Senhores,

O executivo municipal de Mafra pondera a possibilidade de, após decisão que venha a ser tomada pelos órgãos municipais competentes, vir a contrair um empréstimo bancário ao abrigo do artigo 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março – Orçamento de Estado para 2016 e complementarmente destinado à cobertura

do programa de investimentos na rede de água e saneamento do concelho.

Vimos assim solicitar a V.ªs Ex.ªs, a apresentação por essa entidade bancária de uma proposta para um empréstimo a longo prazo, observando os seguintes requisitos:

- ? Montante do empréstimo: até EUR 30 000 000€;
- ? Propostas parcelares: são admitidas propostas de valor parcelar ao montante total pretendido para o empréstimo pelo valor mínimo de EUR 10.000.000€;
- ? Finalidade: nos termos previstos no art.º 48º da Lei nº 07-A/2016 de 30 de Março e complementarmente destinado a investimentos na requalificação da rede de água e saneamento do concelho de Mafra
- ? Prazo: 15 anos
- ? Período de utilização / diferimento principal: 2 anos
- ? Reembolso do capital e pagamento dos juros: prestações mensais, postecipadas e sucessivas de capital e juros;
- ? Reembolso antecipado: livre, sem penalizações;
- ? Indexante: Euribor a 6 meses;
- ? Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: a definir pelo proponente
- ? Garantias exigidas: de acordo com a legislação em vigor
- ? Formalização: contrato de mútuo, contemplando as habituais disposições em empréstimos municipais a longo prazo
- ? Prazo limite para entrega das propostas: dia 02/12/2016

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Moreira Luis  
Vereador

Câmara Municipal de Mafra



htt  
p:/  
w  
w.  
w.

Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 100  
e-mail: [hugoluis@cm-mafra.pt](mailto:hugoluis@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



AVISO: A mensagem e eventuais anexos são suscetíveis de conter informação sujeita a sigilo profissional, ao regime legal de proteção de dados pessoais, de direitos de autor ou outro, pelo que a sua divulgação depende de autorização do remetente. As opiniões emitidas não vinculam necessariamente o Banco BIC Português S.A.. No caso de esta mensagem ser recebida com erro ou por destinatários indevidos, solicita-se a sua destruição e subsequente aviso ao remetente da mensagem. É expressamente proibido o uso, a distribuição, a impressão, a cópia ou qualquer outra forma de difusão não autorizada desta mensagem e respetivos anexos. A mensagem pode ter sido interceptada, alterada ou chegar ao seu destinatário num momento posterior ao pretendido e com vírus. O Banco BIC Português S.A. declina qualquer responsabilidade resultante de erros ou falhas que decorram das circunstâncias descritas.

WARNING: The message or attachments, if any, may be subject to professional confidentiality, personal data protection, copyright or other legal disclosure restrictions, and, therefore, access by anyone else is subject to the senders authorization. Any views expressed do not necessarily reflect those of Banco BIC Português S.A. If you are not the intended addressee or have received this e-mail in error, please delete it and notify the sender of the message. It is explicitly prohibited the use, distribution, printing, copying or any other form of unauthorized dissemination of this message and respective attachments. The message may have been intercepted, changed, or subject to delay and with virus. Banco BIC Português S.A. does not accept any responsibility or liability for any errors or omissions arising from the circumstances described.



Considere-se a presente documentação  
para efeitos de ponto 2 da próxima  
Assembleia Municipal extraordinária

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**  
**Divisão de Gestão Financeira e Património**

José Bizau  
15/5/2017

**PARECER**

...../...../.....

O Vereador,

Atenta a informação prestada, concordo.  
A consideração Superior.  
15.5.2017

Chefe de Divisão AGAJ na substituição da DDAGF conforme  
despacho n.º 3/2014-PCM, de 9 de janeiro de 2014

Bernardete Calhaz

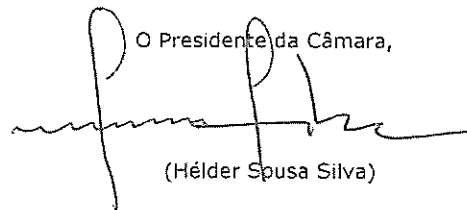
**DESPACHO:**

Concordo. Determino o envio à Assembleia Municipal para que  
este Órgão delibere sobre a autorização da realização de despesas  
de investimento superior a 10% da despesa de investimento  
prevista no orçamento de exercício, de assunção de encargos  
plurianuais e da revisão dos documentos previsionais.

À Reunião de Câmara para, nos termos do disposto no n.º 3 do  
artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua  
redação atual, ratificação.

15.5.2017

O Presidente da Câmara,

  
(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/7247**

**ASSUNTO:** RESGATE E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS SEGUNDOS E TERCEIRO  
ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO  
SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA

Tendo presente as deliberações tomadas em reunião de Câmara realizada no  
passado dia 11 de maio que propôs que a Assembleia Municipal deliberasse a  
declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de  
concessão da exploração e gestão do sistema municipal de água e saneamento do  
concelho de Mafra, resgatasse a concessão do sistema de água, pagasse uma  
indenização pela declaração de nulidade no valor de €9.224.384 (nove milhões,  
duzentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e quatro euros) e uma



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

compensação pelo resgate da concessão no valor de €7.116.224 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), totalizando o valor da indemnização e compensação €16.340.608 (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil seiscientos e oito euros) e contraísse dois empréstimos de médio e longo prazo junto do Banco BPI SA e Banco Santander Totta SA, no valor, respetivamente, de €15.000.000 (quinze milhões de euros) para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à concessionária da reversão da concessão e de €7.116.224 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), para pagamento da compensação devida pelo resgate da concessão, há que dar cumprimento às regras impostas pela assunção da despesa que se prevê com a tomada das referidas decisões.

Assim sendo, determina o n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que os investimentos financiados através de empréstimo de médio e longo prazo que ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidas, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal.

Quer isto significar, ressaltando melhor entendimento, que os investimentos propostos por força do resgate e nulidade da concessão, por significarem um aumento de 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (o orçamento de exercício previa despesas de investimento no montante de €20.067.385 (vinte milhões, sessenta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco euros) e serem financiados através da contração de empréstimos de médio e longo prazo, devem ser previamente autorizados pela Assembleia Municipal.

Por outro lado, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a aprovação prévia da Assembleia Municipal.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

Ora, as decisões a que se fez referência dão origem à assunção de compromissos plurianuais, o que significa, salvo melhor opinião, que tais compromissos devem ser submetidos à aprovação prévia da Assembleia Municipal.

Por último há a referir que de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal autorizar a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais – 5.ª Modificação Orçamental, que se anexam, e que se consubstancia em:

- Orçamento da Receita - “inscrições/reforços” e “diminuições/anulações” no valor de €5,00;
- Orçamento da Despesa - “inscrições/reforços” e “diminuições/anulações” no valor de €150.605,00;
- Plano Plurianual de Investimentos - “inscrições/reforços” no valor de €15,00 e “diminuições/anulações” no valor de €15,00;
- Plano de Atividades Municipais - “inscrições/reforços” no valor de €150.590,00.

À Consideração Superior.

15 de maio de 2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património

(Dulce Lourenço)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 5 REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
09	VENDEAS DE BENS DE INVESTIMENTO					
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO					
090410	Famílias					
09041001	Equipamento de Transporte	5,00		2,50	2,50	
09041002	Maquinaria e Equipamento	5,00		2,50	2,50	
12	PASSIVOS FINANCEIROS					
1206	Empréstimos a Médio e Longo Prazos					
120602	Sociedades Financeiras		5,00		5,00	
TOTAL ...		10,00	5,00	5,00	10,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES ....						
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...		10,00	5,00	5,00	10,00	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS ....						

<p>ÓRGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em ____ de ____ de ____</p> <p>_____</p>
--

<p>ÓRGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em ____ de ____ de ____</p> <p>_____</p>
---

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE NAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 5		NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017		DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE	OBS
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DEMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO				
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				
0102		CÂMARA MUNICIPAL				
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
	0801	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS				
	080102	PRIVADAS		5,00		5,00
	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
	080501	CONTINENTE				
	08050103	Serviços Autónomos da Administração Local		5,00		5,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL				
	1102	DIVERSAS				
	110202	Indemnizações	580.315,00		15,00	580.300,00
	110203	Compensações		5,00		5,00
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS				
	0301	Juros da Dívida Pública				
	030103	Sociedades Financeiras-Bancos e Outras Instituições Financeiras				
	03010302	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	9.390,00	98.000,00		107.390,00
	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS				
	030601	Outros Encargos Financeiros	227.410,00	52.590,00		280.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS				
	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS				
	100603	Sociedades Financeiras-Banc. e Out. Instituições	756.150,00			756.150,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS				
0202		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO				
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060203	Outras				
	06020302	IVA Pago	210.905,00		150.590,00	60.315,00
TOTAL ...			1.784.170,00	150.605,00	150.605,00	1.784.170,00
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....				150.590,00	150.590,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				15,00	15,00	

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 1			
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 5 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017 REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 3 REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 3 DATA DE APROVAÇÃO																					
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÃO RESORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)								DOTAÇÃO SEQUINTE							
					ANO EM CURSO			ANOS SEQUITES	ANO EM CURSO		ANOS SEQUITES				ANO EM CURSO			ANOS SEQUITES					
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEQUITES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEQUITES		
4.		Outras funções			1.518.265,00	1.518.265,00		6.787.680,00	150.595,00	16340608,00	6093551,00	1087085,00	1856130,00	21489990,00	18009468,00	1.668.860,00	16340608,00	7.443.136,00	2327455,00	2989925,00	24553920,00		
4.1.		Operações da dívida autárquica			937.950,00	937.950,00		6.787.680,00	150.590,00		317.935,00	1087085,00	1856130,00	21489990,00	1.088.540,00	1.088.540,00		1.667.520,00	2327455,00	2989925,00	24553920,00		
4.1.	01	Empréstimos Bancários			765.540,00	765.540,00		2.927.140,00	98.000,00		316.035,00	1085200,00	1854360,00	21479690,00	863.540,00	863.540,00		1.080.285,00	1752230,00	2424815,00	22405095,00		
4.1.	0101	Amortizações da dívida - empréstimos n/l prazo	CM	0103 100603	756.150,00	756.150,00		2.907.880,00				771.480,00	1559535,00	19785265,00	756.150,00	756.150,00		757.100,00	1433540,00	2126625,00	20706875,00		
4.1.	0103	Juros de empréstimos n/l prazo	CM	0103 03010302	9.390,00	9.390,00		19.260,00	68.000,00		316.035,00	313.740,00	294.825,00	1.694.425,00	107.390,00	107.390,00		323.185,00	318.690,00	298.190,00	1.698.220,00		
4.1.	03	Outros Juros de Médio e Longo Prazo	CM	0103 030601	172.410,00	172.410,00		3.860.540,00	52.590,00		1.900,00	1.885,00	1.770,00	10.300,00	225.000,00	225.000,00		587.235,00	575.225,00	565.110,00	2.148.825,00		
4.3.		Diversas não especificadas			580.315,00	580.315,00		5,00	16340608,00	5775616,00				16920928,00	580.320,00	16340608,00		5.775.616,00					
4.3.	01	Diversas não especificadas			580.315,00	580.315,00		5,00	16340608,00	5775616,00				16920928,00	580.320,00	16340608,00		5.775.616,00					
4.3.	0101	Indemnizações	CM	0102 110202	580.315,00	580.315,00		-10,00						580.305,00	580.305,00								
4.3.	0102	Compensação pelo Resgate da Concessão		0102 110203				5,00	7.116.224,00					7.116.229,00	5,00	7.116.224,00							
4.3.	0103	Transf. Cap. SMAS Mafra		0102 68080103				5,00		5775616,00				5,00	5,00			5.775.616,00					
4.3.	0104	Transf. Cap. Be Water		0102 680102				5,00	9.224.384,00					9.224.389,00	5,00	9.224.384,00							
TOTAL ...					1.518.265,00	1.518.265,00		6.787.680,00	150.595,00	16340608,00	6093551,00	1087085,00	1856130,00	21489990,00	18009468,00	1.668.860,00	16340608,00	7.443.136,00	2327455,00	2989925,00	24553920,00		

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS											Página : 1
MUNICIPIO DE HAFRA		Modificação Número: 5 REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES		NUMERO 3		DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO					
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INICIO	FIM			ANO EM CURSO		ANOS SEQUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
								TOTAL	DEFINIDO				
4.		Outras funções											
4.1.		Operações da dívida autárquica											
4.1. 01	2014	Empréstimos Bancários	0103 03010302	2014/01/01	2032/12/31		57.845,76	9.390,00	9.390,00	19.260,00	98.000,00		107.390,00
4.1. 0103	2014 52	Juros de empréstimos m/l prazo	0103 030601	2014/01/01	2032/12/31		382.800,39	172.410,00	172.410,00	3.860.540,00	52.390,00		225.000,00
4.1. 03	2014 66	Outros Juros de Médio e Longo Prazo											
TOTAL ...							57.845,76	181.800,00	181.800,00	3.879.800,00	150.590,00		332.390,00

O ÓRGÃO EXECUTIVO

En \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O ÓRGÃO DELIBERATIVO

En \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS													Página : 1
MUNICÍPIO DE MAFRA			MODIFICAÇÃO NÚMERO : 5 REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS			NÚMERO 3		DO ANO CONTABILÍSTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO						
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO					
TRANSPORTE																
4.		Outras funções														
4.1.		Operações da dívida autárquica														
4.1.	01	Empréstimos Bancários														
4.1.	0101	Amortizações da dívida - empréstimos n/1 prazo	0103	100603	2014/01/01	2032/12/31		2.249.405,88	756.150,00	756.150,00		2.907.880,00			756.150,00	
4.3.		Diversas não especificadas														
4.3.	01	Diversas não especificadas														
4.3.	0101	Indemnizações	0102	110202	2017/02/14	2017/12/31			580.315,00	580.315,00				15,00	580.300,00	
4.3.	0102	Compensação pelo Resgate da concessão	0102	110203	2017/05/18	2018/12/31							5,00		5,00	
4.3.	0103	Transf. Cap. SMAS Mafra	0102	08050103	2017/05/18	2018/12/31							5,00		5,00	
4.3.	0104	Transf. Cap. Be Water	0102	080102	2017/05/18	2018/12/31							5,00		5,00	
TOTAL ...								2.249.405,88	1.336.465,00	1.336.465,00		2.907.880,00	15,00	15,00	1.336.465,00	

O ÓRGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## SIMULAÇÃO DE MÚTUO

Prestações constantes de Capital e juros

Dados da Simulação	
Montante Solicitado	7 116 224,00 €
Prazo	180 Meses
Período de Carência de Capital	23 Meses
Modalidade	Taxa Variável
Periodicidade de Prestação	Mensal
Valor Residual	0,00 €
Resumo Resultado Simulação	
Prestação (P. Carência)	8 835,98 €
Prestação Mensal (após carência)	49 915,75 €
Serviço da Dívida 1ª Prestação	8 835,98 €
Taxa Anual Nominal	1,490%
Valor de Indexante	0,00%
Spread	1,49%
TAE	1,500%
Total Comissões	0,00 €
Comissão de Dossier	0,00 €
Comissão de documentos contratuais	0,00 €
Comissão de Avaliação	0,00 €
Comissão de Formalização	0,00 €
Comissão de Gestão	0,00 €
Imposto Selo s/ Comissões	0,00 €
IVA s/ Comissões	0,00 €
ISUC	0,00 €

A presente simulação reflecte o serviço da dívida, nas condições actuais em vigor, podendo nomeadamente ser alterados por via da alteração do valor do indexante considerado.

Nº Prestação/ Meses	Capital Dívida	Prestações	Juros	Imposto Selo	Amort. Capital	Comissão Gestão	I.S. s/ Com. Gestão	Total do Serviço da Dívida
1	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
2	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
3	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
4	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
5	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
6	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
7	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
8	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
9	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
10	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
11	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
12	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
13	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
14	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
15	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
16	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
17	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
18	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
19	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
20	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
21	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
22	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
23	7 116 224,0 €	8 836,0 €	8 836,0 €	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0,00 €	8 835,98 €
24	7 116 224,0 €	49 915,8 €	8 836,0 €	0,0 €	41 079,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
25	7 075 144,2 €	49 915,8 €	8 785,0 €	0,0 €	41 130,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
26	7 034 013,4 €	49 915,8 €	8 733,9 €	0,0 €	41 181,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
27	6 992 881,6 €	49 915,8 €	8 682,8 €	0,0 €	41 233,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
28	6 951 550,8 €	49 915,8 €	8 631,8 €	0,0 €	41 284,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
29	6 910 314,4 €	49 915,8 €	8 580,8 €	0,0 €	41 335,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
30	6 868 979,0 €	49 915,8 €	8 529,0 €	0,0 €	41 386,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
31	6 827 592,2 €	49 915,8 €	8 477,8 €	0,0 €	41 438,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
32	6 786 154,0 €	49 915,8 €	8 426,1 €	0,0 €	41 489,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
33	6 744 664,4 €	49 915,8 €	8 374,6 €	0,0 €	41 541,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €

34	6 703 123,3 €	49 915,8 €	8 322,0 €	0,0 €	41 592,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
35	6 661 536,6 €	49 915,8 €	8 271,4 €	0,0 €	41 644,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
36	6 619 886,2 €	49 915,8 €	8 219,7 €	0,0 €	41 696,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
37	6 578 190,2 €	49 915,8 €	8 167,9 €	0,0 €	41 747,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
38	6 536 442,3 €	49 915,8 €	8 116,1 €	0,0 €	41 799,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
39	6 494 642,7 €	49 915,8 €	8 064,2 €	0,0 €	41 851,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
40	6 452 751,1 €	49 915,8 €	8 012,2 €	0,0 €	41 903,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
41	6 410 567,6 €	49 915,8 €	7 960,2 €	0,0 €	41 955,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
42	6 368 932,0 €	49 915,8 €	7 908,1 €	0,0 €	42 007,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
43	6 326 924,3 €	49 915,8 €	7 855,9 €	0,0 €	42 059,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
44	6 284 864,5 €	49 915,8 €	7 803,7 €	0,0 €	42 112,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
45	6 242 752,5 €	49 915,8 €	7 751,4 €	0,0 €	42 164,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
46	6 200 588,1 €	49 915,8 €	7 699,1 €	0,0 €	42 216,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
47	6 158 371,4 €	49 915,8 €	7 646,6 €	0,0 €	42 269,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
48	6 116 102,3 €	49 915,8 €	7 594,2 €	0,0 €	42 321,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
49	6 073 780,7 €	49 915,8 €	7 541,6 €	0,0 €	42 374,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
50	6 031 406,6 €	49 915,8 €	7 489,0 €	0,0 €	42 426,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
51	5 988 979,9 €	49 915,8 €	7 436,3 €	0,0 €	42 479,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
52	5 946 500,4 €	49 915,8 €	7 383,6 €	0,0 €	42 532,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
53	5 903 968,2 €	49 915,8 €	7 330,8 €	0,0 €	42 585,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
54	5 861 383,2 €	49 915,8 €	7 277,9 €	0,0 €	42 637,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
55	5 818 745,4 €	49 915,8 €	7 224,9 €	0,0 €	42 690,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
56	5 776 054,6 €	49 915,8 €	7 171,9 €	0,0 €	42 743,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
57	5 733 310,7 €	49 915,8 €	7 118,9 €	0,0 €	42 796,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
58	5 690 513,9 €	49 915,8 €	7 065,7 €	0,0 €	42 850,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
59	5 647 663,8 €	49 915,8 €	7 012,5 €	0,0 €	42 903,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
60	5 604 760,6 €	49 915,8 €	6 959,2 €	0,0 €	42 956,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
61	5 561 804,1 €	49 915,8 €	6 905,9 €	0,0 €	43 009,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
62	5 518 794,2 €	49 915,8 €	6 852,5 €	0,0 €	43 063,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
63	5 475 731,0 €	49 915,8 €	6 799,0 €	0,0 €	43 116,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
64	5 432 614,3 €	49 915,8 €	6 745,5 €	0,0 €	43 170,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
65	5 389 444,0 €	49 915,8 €	6 691,9 €	0,0 €	43 223,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
66	5 346 220,1 €	49 915,8 €	6 638,2 €	0,0 €	43 277,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
67	5 302 942,6 €	49 915,8 €	6 584,5 €	0,0 €	43 331,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
68	5 259 611,3 €	49 915,8 €	6 530,7 €	0,0 €	43 385,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
69	5 216 226,3 €	49 915,8 €	6 476,8 €	0,0 €	43 438,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
70	5 172 787,3 €	49 915,8 €	6 422,9 €	0,0 €	43 492,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
71	5 129 294,5 €	49 915,8 €	6 368,9 €	0,0 €	43 546,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
72	5 085 747,6 €	49 915,8 €	6 314,8 €	0,0 €	43 600,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
73	5 042 146,6 €	49 915,8 €	6 260,7 €	0,0 €	43 655,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
74	4 998 491,5 €	49 915,8 €	6 206,5 €	0,0 €	43 709,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
75	4 954 782,3 €	49 915,8 €	6 152,2 €	0,0 €	43 763,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
76	4 911 018,7 €	49 915,8 €	6 097,8 €	0,0 €	43 817,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
77	4 867 200,8 €	49 915,8 €	6 043,4 €	0,0 €	43 872,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
78	4 823 328,5 €	49 915,8 €	5 989,0 €	0,0 €	43 926,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
79	4 779 401,7 €	49 915,8 €	5 934,4 €	0,0 €	43 981,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
80	4 735 420,4 €	49 915,8 €	5 879,8 €	0,0 €	44 035,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
81	4 691 384,4 €	49 915,8 €	5 825,1 €	0,0 €	44 090,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
82	4 647 293,8 €	49 915,8 €	5 770,4 €	0,0 €	44 145,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
83	4 603 148,4 €	49 915,8 €	5 715,6 €	0,0 €	44 200,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
84	4 558 948,3 €	49 915,8 €	5 660,7 €	0,0 €	44 255,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
85	4 514 693,2 €	49 915,8 €	5 605,7 €	0,0 €	44 310,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
86	4 470 382,2 €	49 915,8 €	5 550,7 €	0,0 €	44 365,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
87	4 426 015,2 €	49 915,8 €	5 495,6 €	0,0 €	44 420,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
88	4 381 598,1 €	49 915,8 €	5 440,5 €	0,0 €	44 475,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
89	4 337 132,6 €	49 915,8 €	5 385,3 €	0,0 €	44 530,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
90	4 292 619,6 €	49 915,8 €	5 330,0 €	0,0 €	44 585,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
91	4 248 059,5 €	49 915,8 €	5 274,6 €	0,0 €	44 641,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
92	4 203 453,4 €	49 915,8 €	5 219,2 €	0,0 €	44 696,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
93	4 158 801,8 €	49 915,8 €	5 163,7 €	0,0 €	44 752,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
94	4 114 106,7 €	49 915,8 €	5 108,1 €	0,0 €	44 807,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
95	4 069 369,1 €	49 915,8 €	5 052,5 €	0,0 €	44 863,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
96	4 024 589,0 €	49 915,8 €	4 996,8 €	0,0 €	44 919,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
97	3 979 766,0 €	49 915,8 €	4 941,0 €	0,0 €	44 974,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
98	3 934 899,0 €	49 915,8 €	4 885,2 €	0,0 €	45 030,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
99	3 889 987,8 €	49 915,8 €	4 829,2 €	0,0 €	45 086,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
100	3 844 931,0 €	49 915,8 €	4 773,3 €	0,0 €	45 142,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
101	3 799 828,5 €	49 915,8 €	4 717,2 €	0,0 €	45 198,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €

102	3 753 893,9 €	49 915,8 €	4 661,1 €	0,0 €	45 254,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
103	3 708 639,2 €	49 915,8 €	4 604,9 €	0,0 €	45 310,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
104	3 663 328,4 €	49 915,8 €	4 548,6 €	0,0 €	45 367,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
105	3 617 961,3 €	49 915,8 €	4 492,3 €	0,0 €	45 423,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
106	3 572 557,8 €	49 915,8 €	4 435,9 €	0,0 €	45 479,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
107	3 527 056,0 €	49 915,8 €	4 379,4 €	0,0 €	45 536,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
108	3 481 521,6 €	49 915,8 €	4 322,9 €	0,0 €	45 592,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
109	3 435 928,8 €	49 915,8 €	4 266,3 €	0,0 €	45 649,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
110	3 390 279,3 €	49 915,8 €	4 209,8 €	0,0 €	45 706,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
111	3 344 573,1 €	49 915,8 €	4 152,3 €	0,0 €	45 762,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
112	3 298 810,2 €	49 915,8 €	4 096,0 €	0,0 €	45 819,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
113	3 252 990,5 €	49 915,8 €	4 039,1 €	0,0 €	45 876,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
114	3 207 113,9 €	49 915,8 €	3 982,2 €	0,0 €	45 933,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
115	3 161 180,3 €	49 915,8 €	3 925,1 €	0,0 €	45 990,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
116	3 115 189,7 €	49 915,8 €	3 868,0 €	0,0 €	46 047,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
117	3 069 142,0 €	49 915,8 €	3 810,9 €	0,0 €	46 104,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
118	3 023 037,1 €	49 915,8 €	3 753,6 €	0,0 €	46 162,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
119	2 976 874,9 €	49 915,8 €	3 696,3 €	0,0 €	46 219,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
120	2 930 655,4 €	49 915,8 €	3 638,9 €	0,0 €	46 276,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
121	2 884 378,6 €	49 915,8 €	3 581,4 €	0,0 €	46 334,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
122	2 838 044,3 €	49 915,8 €	3 523,9 €	0,0 €	46 391,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
123	2 791 652,4 €	49 915,8 €	3 466,3 €	0,0 €	46 449,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
124	2 745 203,0 €	49 915,8 €	3 408,6 €	0,0 €	46 507,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
125	2 698 695,8 €	49 915,8 €	3 350,9 €	0,0 €	46 564,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
126	2 652 131,0 €	49 915,8 €	3 293,1 €	0,0 €	46 622,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
127	2 605 508,3 €	49 915,8 €	3 235,2 €	0,0 €	46 680,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
128	2 558 827,7 €	49 915,8 €	3 177,2 €	0,0 €	46 738,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
129	2 512 089,2 €	49 915,8 €	3 119,2 €	0,0 €	46 796,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
130	2 465 292,6 €	49 915,8 €	3 061,1 €	0,0 €	46 854,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
131	2 418 437,9 €	49 915,8 €	3 002,9 €	0,0 €	46 912,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
132	2 371 525,0 €	49 915,8 €	2 944,6 €	0,0 €	46 971,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
133	2 324 553,9 €	49 915,8 €	2 886,3 €	0,0 €	47 029,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
134	2 277 524,5 €	49 915,8 €	2 827,9 €	0,0 €	47 087,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
135	2 230 436,7 €	49 915,8 €	2 769,5 €	0,0 €	47 146,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
136	2 183 290,4 €	49 915,8 €	2 710,9 €	0,0 €	47 204,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
137	2 136 085,5 €	49 915,8 €	2 652,3 €	0,0 €	47 263,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
138	2 088 822,1 €	49 915,8 €	2 593,6 €	0,0 €	47 322,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
139	2 041 500,0 €	49 915,8 €	2 534,9 €	0,0 €	47 380,9 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
140	1 994 119,1 €	49 915,8 €	2 476,0 €	0,0 €	47 439,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
141	1 946 679,4 €	49 915,8 €	2 417,1 €	0,0 €	47 498,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
142	1 899 180,7 €	49 915,8 €	2 358,1 €	0,0 €	47 557,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
143	1 851 623,1 €	49 915,8 €	2 299,1 €	0,0 €	47 616,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
144	1 804 006,5 €	49 915,8 €	2 240,0 €	0,0 €	47 675,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
145	1 756 330,7 €	49 915,8 €	2 180,8 €	0,0 €	47 735,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
146	1 708 595,7 €	49 915,8 €	2 121,5 €	0,0 €	47 794,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
147	1 660 801,5 €	49 915,8 €	2 062,2 €	0,0 €	47 853,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
148	1 612 947,9 €	49 915,8 €	2 002,7 €	0,0 €	47 913,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
149	1 565 034,9 €	49 915,8 €	1 943,3 €	0,0 €	47 972,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
150	1 517 062,4 €	49 915,8 €	1 883,7 €	0,0 €	48 032,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
151	1 469 030,3 €	49 915,8 €	1 824,0 €	0,0 €	48 091,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
152	1 420 936,6 €	49 915,8 €	1 764,3 €	0,0 €	48 151,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
153	1 372 787,2 €	49 915,8 €	1 704,5 €	0,0 €	48 211,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
154	1 324 576,0 €	49 915,8 €	1 644,7 €	0,0 €	48 271,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
155	1 276 304,8 €	49 915,8 €	1 584,7 €	0,0 €	48 331,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
156	1 227 973,5 €	49 915,8 €	1 524,7 €	0,0 €	48 391,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
157	1 179 582,5 €	49 915,8 €	1 464,6 €	0,0 €	48 451,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
158	1 131 131,6 €	49 915,8 €	1 404,5 €	0,0 €	48 511,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
159	1 082 620,5 €	49 915,8 €	1 344,3 €	0,0 €	48 571,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
160	1 034 049,0 €	49 915,8 €	1 283,9 €	0,0 €	48 631,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
161	985 417,2 €	49 915,8 €	1 223,6 €	0,0 €	48 692,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
162	936 725,0 €	49 915,8 €	1 163,1 €	0,0 €	48 752,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
163	887 972,4 €	49 915,8 €	1 102,6 €	0,0 €	48 813,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
164	839 159,2 €	49 915,8 €	1 042,0 €	0,0 €	48 873,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
165	790 285,4 €	49 915,8 €	981,3 €	0,0 €	48 934,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
166	741 350,9 €	49 915,8 €	920,5 €	0,0 €	48 995,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
167	692 355,0 €	49 915,8 €	859,7 €	0,0 €	49 056,1 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
168	643 298,6 €	49 915,8 €	798,9 €	0,0 €	49 117,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
169	594 182,0 €	49 915,8 €	737,8 €	0,0 €	49 178,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
170	545 004,6 €	49 915,8 €	676,7 €	0,0 €	49 239,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
171	495 765,6 €	49 915,8 €	615,6 €	0,0 €	49 300,2 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
172	446 465,4 €	49 915,8 €	554,4 €	0,0 €	49 361,4 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
173	397 104,0 €	49 915,8 €	493,1 €	0,0 €	49 422,7 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
174	347 681,3 €	49 915,8 €	431,7 €	0,0 €	49 484,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
175	298 197,3 €	49 915,8 €	370,3 €	0,0 €	49 545,5 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
176	248 651,5 €	49 915,8 €	308,7 €	0,0 €	49 607,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
177	199 044,8 €	49 915,8 €	247,1 €	0,0 €	49 668,6 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
178	149 376,2 €	49 915,8 €	185,5 €	0,0 €	49 730,3 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
179	99 645,9 €	49 915,8 €	123,7 €	0,0 €	49 792,0 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €
180	49 853,5 €	49 915,8 €	61,8 €	0,0 €	49 853,8 €	0,0 €	0,00 €	49 915,75 €



## CM MAFRA

### PROJEÇÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS - BBPI

#### Prestações Constantes de Capital e Juro

indexante:	Euribor 6 meses
Spread:	1,4000%
Euribor 6 m:	0,000%
<b>Taxa Final - Euribor 6M + 1,4%:</b>	<b>1,400%</b>
Montante (€):	15.000.000,00
Prazo:	15 anos com dois de carência
Comissão de montagem e organização (€):	50.000,00

**Pressupostos:**

- i) no cálculo dos Juros assumiu-se que o montante total é utilizado de imediato.
- ii) prestações mensais, constantes de capital e juros
- iii) Indexante: Euribor 6 meses (360), com "floor" zero
- iv) Comissão de montagem e organização a cobrar na data do primeiro desembolso do empréstimo

Mensalidades	Capital em Dívida	Capital Amortizado	Juros	Prestação Cap + Jur.
1	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
2	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
3	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
4	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
5	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
6	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
7	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
8	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
9	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
10	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
11	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
12	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
13	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
14	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
15	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
16	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
17	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
18	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
19	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
20	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
21	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
22	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
23	15.000.000,00	0,00	17.500,00	17.500,00
24	15.000.000,00	87.113,94	17.500,00	104.613,94
25	14.912.886,06	87.215,57	17.398,37	104.613,94
26	14.825.670,49	87.317,32	17.296,62	104.613,94
27	14.738.353,17	87.419,19	17.194,75	104.613,94
28	14.650.933,98	87.521,18	17.092,76	104.613,94
29	14.563.412,80	87.623,29	16.990,65	104.613,94
30	14.475.789,51	87.725,52	16.888,42	104.613,94
31	14.388.064,00	87.827,86	16.786,07	104.613,94
32	14.300.236,14	87.930,33	16.683,61	104.613,94
33	14.212.305,81	88.032,91	16.581,02	104.613,94
34	14.124.272,90	88.135,62	16.478,32	104.613,94

Mensalidades	Capital em Dívida	Capital Amortizado	Juros	Prestação Cap + Jur.
35	14.036.137,28	88.238,44	16.375,49	104.613,94
36	13.947.898,84	88.341,39	16.272,55	104.613,94
37	13.859.557,45	88.444,45	16.169,48	104.613,94
38	13.771.113,00	88.547,64	16.066,30	104.613,94
39	13.682.565,36	88.650,94	15.962,99	104.613,94
40	13.593.914,42	88.754,37	15.859,57	104.613,94
41	13.505.160,05	88.857,92	15.756,02	104.613,94
42	13.416.302,13	88.961,58	15.652,35	104.613,94
43	13.327.340,55	89.065,37	15.548,56	104.613,94
44	13.238.275,17	89.169,28	15.444,65	104.613,94
45	13.149.105,89	89.273,31	15.340,62	104.613,94
46	13.059.832,58	89.377,46	15.236,47	104.613,94
47	12.970.455,11	89.481,74	15.132,20	104.613,94
48	12.880.973,38	89.586,13	15.027,80	104.613,94
49	12.791.387,24	89.690,65	14.923,29	104.613,94
50	12.701.696,59	89.795,29	14.818,65	104.613,94
51	12.611.901,30	89.900,05	14.713,88	104.613,94
52	12.522.001,25	90.004,93	14.609,00	104.613,94
53	12.431.996,31	90.109,94	14.504,00	104.613,94
54	12.341.886,37	90.215,07	14.398,87	104.613,94
55	12.251.671,30	90.320,32	14.293,62	104.613,94
56	12.161.350,98	90.425,69	14.188,24	104.613,94
57	12.070.925,29	90.531,19	14.082,75	104.613,94
58	11.980.394,10	90.636,81	13.977,13	104.613,94
59	11.889.757,29	90.742,55	13.871,38	104.613,94
60	11.799.014,74	90.848,42	13.765,52	104.613,94
61	11.708.166,32	90.954,41	13.659,53	104.613,94
62	11.617.211,91	91.060,52	13.553,41	104.613,94
63	11.526.151,39	91.166,76	13.447,18	104.613,94
64	11.434.984,63	91.273,12	13.340,82	104.613,94
65	11.343.711,51	91.379,61	13.234,33	104.613,94
66	11.252.331,90	91.486,22	13.127,72	104.613,94
67	11.160.845,68	91.592,95	13.020,99	104.613,94
68	11.069.252,74	91.699,81	12.914,13	104.613,94
69	10.977.552,93	91.806,79	12.807,15	104.613,94
70	10.885.746,14	91.913,90	12.700,04	104.613,94
71	10.793.832,24	92.021,13	12.592,80	104.613,94
72	10.701.811,10	92.128,49	12.485,45	104.613,94
73	10.609.682,61	92.235,97	12.377,96	104.613,94
74	10.517.446,64	92.343,58	12.270,35	104.613,94
75	10.425.103,06	92.451,32	12.162,62	104.613,94
76	10.332.651,74	92.559,18	12.054,76	104.613,94
77	10.240.092,57	92.667,16	11.946,77	104.613,94
78	10.147.425,41	92.775,27	11.838,66	104.613,94
79	10.054.650,13	92.883,51	11.730,43	104.613,94
80	9.961.766,62	92.991,88	11.622,06	104.613,94
81	9.868.774,75	93.100,37	11.513,57	104.613,94
82	9.775.674,38	93.208,98	11.404,95	104.613,94
83	9.682.465,40	93.317,73	11.296,21	104.613,94
84	9.589.147,67	93.426,60	11.187,34	104.613,94
85	9.495.721,07	93.535,60	11.078,34	104.613,94
86	9.402.185,48	93.644,72	10.969,22	104.613,94
87	9.308.540,76	93.753,97	10.859,96	104.613,94

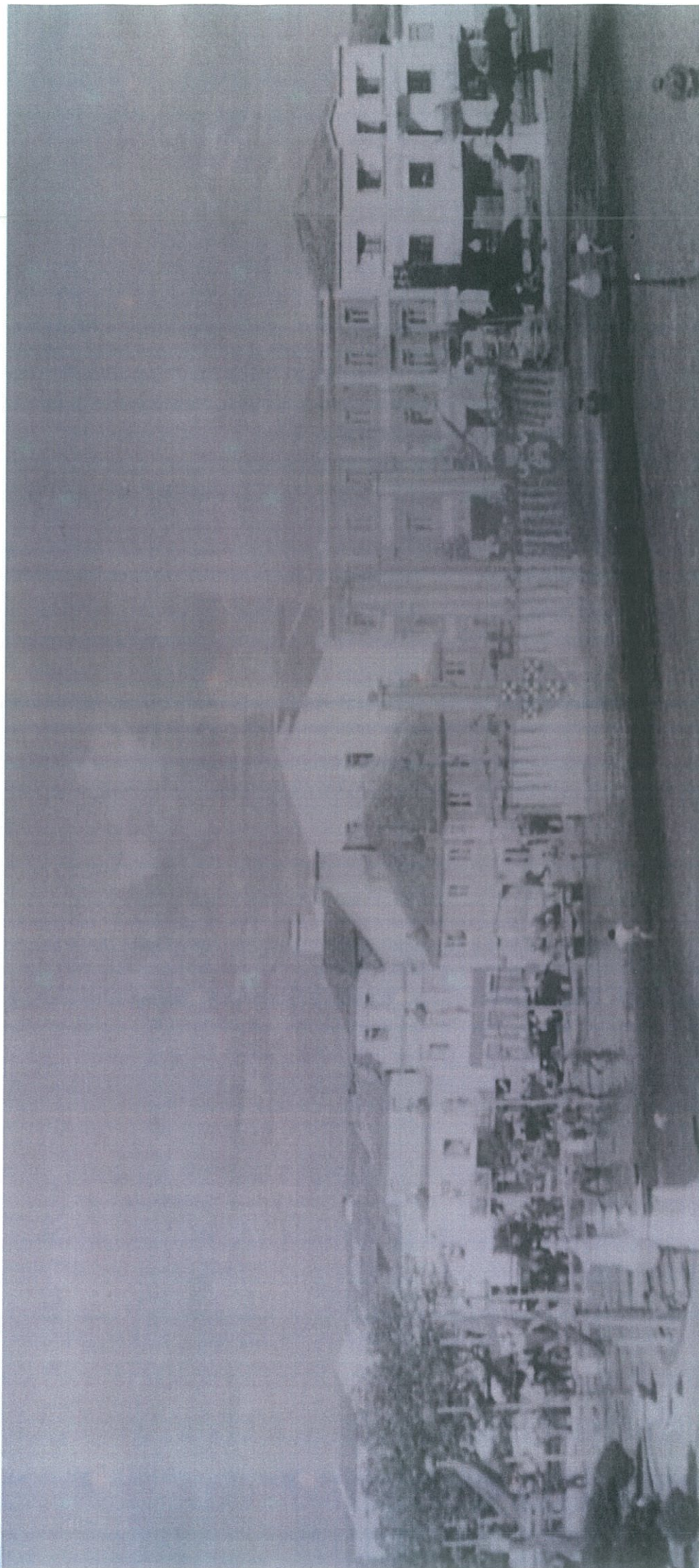
Mensalidades	Capital em Dívida	Capital Amortizado	Juros	Prestação Cap + Jur.
88	9.214.786,79	93.863,35	10.750,58	104.613,94
89	9.120.923,43	93.972,86	10.641,08	104.613,94
90	9.026.950,58	94.082,49	10.531,44	104.613,94
91	8.932.868,08	94.192,26	10.421,68	104.613,94
92	8.838.675,83	94.302,15	10.311,79	104.613,94
93	8.744.373,68	94.412,17	10.201,77	104.613,94
94	8.649.961,51	94.522,31	10.091,62	104.613,94
95	8.555.439,20	94.632,59	9.981,35	104.613,94
96	8.460.806,61	94.743,00	9.870,94	104.613,94
97	8.366.063,61	94.853,53	9.760,41	104.613,94
98	8.271.210,08	94.964,19	9.649,75	104.613,94
99	8.176.245,89	95.074,98	9.538,95	104.613,94
100	8.081.170,91	95.185,90	9.428,03	104.613,94
101	7.985.985,00	95.296,95	9.316,98	104.613,94
102	7.890.688,05	95.408,13	9.205,80	104.613,94
103	7.795.279,92	95.519,44	9.094,49	104.613,94
104	7.699.760,47	95.630,88	8.983,05	104.613,94
105	7.604.129,59	95.742,45	8.871,48	104.613,94
106	7.508.387,14	95.854,15	8.759,78	104.613,94
107	7.412.532,99	95.965,98	8.647,96	104.613,94
108	7.316.567,01	96.077,94	8.535,99	104.613,94
109	7.220.489,06	96.190,03	8.423,90	104.613,94
110	7.124.299,03	96.302,25	8.311,68	104.613,94
111	7.027.996,78	96.414,61	8.199,33	104.613,94
112	6.931.582,17	96.527,09	8.086,85	104.613,94
113	6.835.055,08	96.639,71	7.974,23	104.613,94
114	6.738.415,38	96.752,45	7.861,48	104.613,94
115	6.641.662,92	96.865,33	7.748,61	104.613,94
116	6.544.797,59	96.978,34	7.635,60	104.613,94
117	6.447.819,26	97.091,48	7.522,46	104.613,94
118	6.350.727,78	97.204,75	7.409,18	104.613,94
119	6.253.523,02	97.318,16	7.295,78	104.613,94
120	6.156.204,86	97.431,70	7.182,24	104.613,94
121	6.058.773,16	97.545,37	7.068,57	104.613,94
122	5.961.227,80	97.659,17	6.954,77	104.613,94
123	5.863.568,63	97.773,11	6.840,83	104.613,94
124	5.765.795,52	97.887,17	6.726,76	104.613,94
125	5.667.908,35	98.001,38	6.612,56	104.613,94
126	5.569.906,97	98.115,71	6.498,22	104.613,94
127	5.471.791,26	98.230,18	6.383,76	104.613,94
128	5.373.561,08	98.344,78	6.269,15	104.613,94
129	5.275.216,30	98.459,52	6.154,42	104.613,94
130	5.176.756,78	98.574,39	6.039,55	104.613,94
131	5.078.182,39	98.689,39	5.924,55	104.613,94
132	4.979.493,00	98.804,53	5.809,41	104.613,94
133	4.880.688,47	98.919,80	5.694,14	104.613,94
134	4.781.768,67	99.035,21	5.578,73	104.613,94
135	4.682.733,47	99.150,75	5.463,19	104.613,94
136	4.583.582,72	99.266,42	5.347,51	104.613,94
137	4.484.316,30	99.382,23	5.231,70	104.613,94
138	4.384.934,06	99.498,18	5.115,76	104.613,94
139	4.285.435,88	99.614,26	4.999,68	104.613,94
140	4.185.821,62	99.730,48	4.883,46	104.613,94

Mensalidades	Capital em Dívida	Capital Amortizado	Juros	Prestação Cap + Jur.
141	4.086.091,14	99.846,83	4.767,11	104.613,94
142	3.986.244,31	99.963,32	4.650,62	104.613,94
143	3.886.281,00	100.079,94	4.533,99	104.613,94
144	3.786.201,05	100.196,70	4.417,23	104.613,94
145	3.686.004,35	100.313,60	4.300,34	104.613,94
146	3.585.690,76	100.430,63	4.183,31	104.613,94
147	3.485.260,12	100.547,80	4.066,14	104.613,94
148	3.384.712,33	100.665,11	3.948,83	104.613,94
149	3.284.047,22	100.782,55	3.831,39	104.613,94
150	3.183.264,67	100.900,13	3.713,81	104.613,94
151	3.082.364,54	101.017,84	3.596,09	104.613,94
152	2.981.346,70	101.135,70	3.478,24	104.613,94
153	2.880.211,00	101.253,69	3.360,25	104.613,94
154	2.778.957,31	101.371,82	3.242,12	104.613,94
155	2.677.585,49	101.490,09	3.123,85	104.613,94
156	2.576.095,41	101.608,49	3.005,44	104.613,94
157	2.474.486,91	101.727,03	2.886,90	104.613,94
158	2.372.759,88	101.845,72	2.768,22	104.613,94
159	2.270.914,16	101.964,54	2.649,40	104.613,94
160	2.168.949,63	102.083,50	2.530,44	104.613,94
161	2.066.866,13	102.202,59	2.411,34	104.613,94
162	1.964.663,54	102.321,83	2.292,11	104.613,94
163	1.862.341,71	102.441,20	2.172,73	104.613,94
164	1.759.900,51	102.560,72	2.053,22	104.613,94
165	1.657.339,79	102.680,37	1.933,56	104.613,94
166	1.554.659,41	102.800,17	1.813,77	104.613,94
167	1.451.859,25	102.920,10	1.693,84	104.613,94
168	1.348.939,15	103.040,17	1.573,76	104.613,94
169	1.245.898,97	103.160,39	1.453,55	104.613,94
170	1.142.738,58	103.280,74	1.333,20	104.613,94
171	1.039.457,84	103.401,24	1.212,70	104.613,94
172	936.056,61	103.521,87	1.092,07	104.613,94
173	832.534,74	103.642,65	971,29	104.613,94
174	728.892,09	103.763,56	850,37	104.613,94
175	625.128,53	103.884,62	729,32	104.613,94
176	521.243,91	104.005,82	608,12	104.613,94
177	417.238,09	104.127,16	486,78	104.613,94
178	313.110,93	104.248,64	365,30	104.613,94
179	208.862,29	104.370,26	243,67	104.613,94
180	104.492,03	104.492,03	121,91	104.613,94
<b>TOTAL DE ENCARGOS s/comissão (€)</b>		<b>15.000.000,00</b>	<b>1.826.888,00</b>	<b>16.826.888,00</b>
<b>COMISSÃO</b>				<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL DE ENCARGOS (€)</b>		<b>15.000.000,00</b>	<b>1.826.888,00</b>	<b>16.876.888,00</b>

Nota: A presente simulação baseia-se nos pressupostos indicados, devendo ser considerada a título indicativo.



# ÁGUAS DE MAFRA





## BREVE HISTORIAL

- **Constituição dos Serviços Municipalizados de Mafra em 1941;**
- **Inauguração do abastecimento domiciliário de água em Mafra e na Ericeira em 22 de outubro de 1943, a partir das captações do Brejo e Fonte Boa dos Nabos;**
- **Em 1945 iniciam-se as captações da Fonte da Telha;**



## BREVE HISTORIAL

- Na década de 60 parte do abastecimento provém do Paúl – Torres Vedras e de Lousa (com origem na EPAL);
- No período estival eram frequentes os cortes resultantes da falta de água;
- No início da década de 80, após a construção da conduta Malveira – Mafra, foram regularizados os problemas de falta de água;



## BREVE HISTORIAL

- Apesar de regularizado o abastecimento, nunca se alcançaram níveis de qualidade da água distribuída, em especial na zona litoral;
- Apenas na década de 80 foram construídos os primeiros sistemas coletivos de tratamento de efluentes, ligados a redes unitárias e separativas construídas nas décadas anteriores.



# BREVE HISTORIAL

## Concessão do abastecimento de água e saneamento (dez./1994)

### Objetivos:

- Garantia de caudais suficientes no Concelho;
- Execução de infraestruturas de qualidade;
- Maior e mais rápida cobertura de AA e AR;
- Gestão otimizada;
- Telegestão;
- Informatização da cartografia;
- Controlo de rendimento das redes - minimização de perdas;
- Serviço de qualidade;
- *Know-how* para projetos.



# BREVE HISTORIAL

## Aditamentos ao contrato

- 1.º (dez. 2005) - Ajuste dos consumos e retirada do objeto da concessão da componente de saneamento;
- 2.º (jan. 2009) - Reintrodução do saneamento, investimento na rede de saneamento pela concessionária;
- 3.º (jan. 2012) - Recalendarização dos investimentos em saneamento;
- 4.º (jan. 2016) - Tarifas sociais, famílias numerosas e 4 escalões.

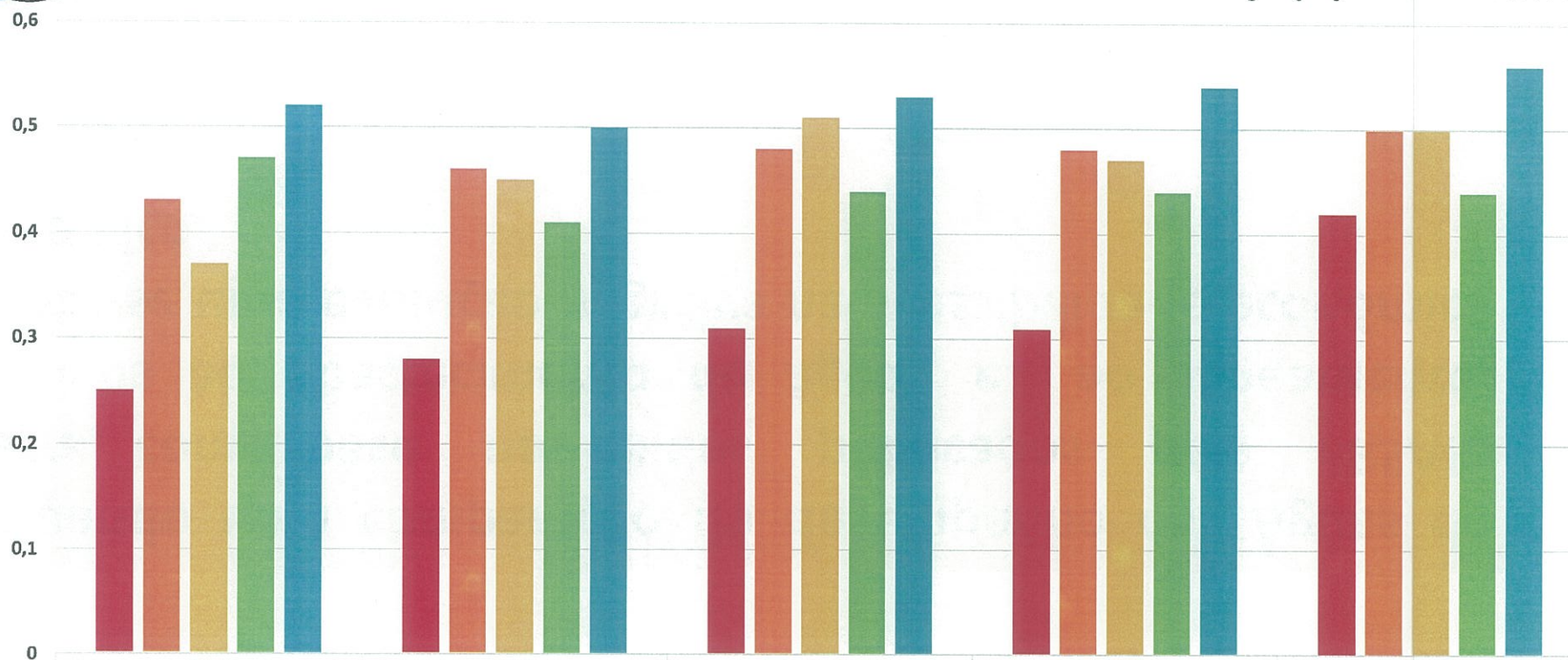


## DESEMPENHO

Efetuada uma comparação do desempenho das Águas de Mafra, com base nos dados publicados pela ERSAR, relativos ao abastecimento de água e ao saneamento, regista-se uma evolução negativa na acessibilidade económica do serviço.



## ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Acessibilidade económica do serviço (%) - fonte ERSAR



- Águas de Cascais
- Águas de Mafra
- SM de Loures
- SMAS de Sintra
- SMAS de Torres Vedras

2011

2012

2013

2014

2015

0,25

0,28

0,31

0,31

0,42

0,43

0,46

0,48

0,48

0,5

0,37

0,45

0,51

0,47

0,5

0,47

0,41

0,44

0,44

0,44

0,52

0,5

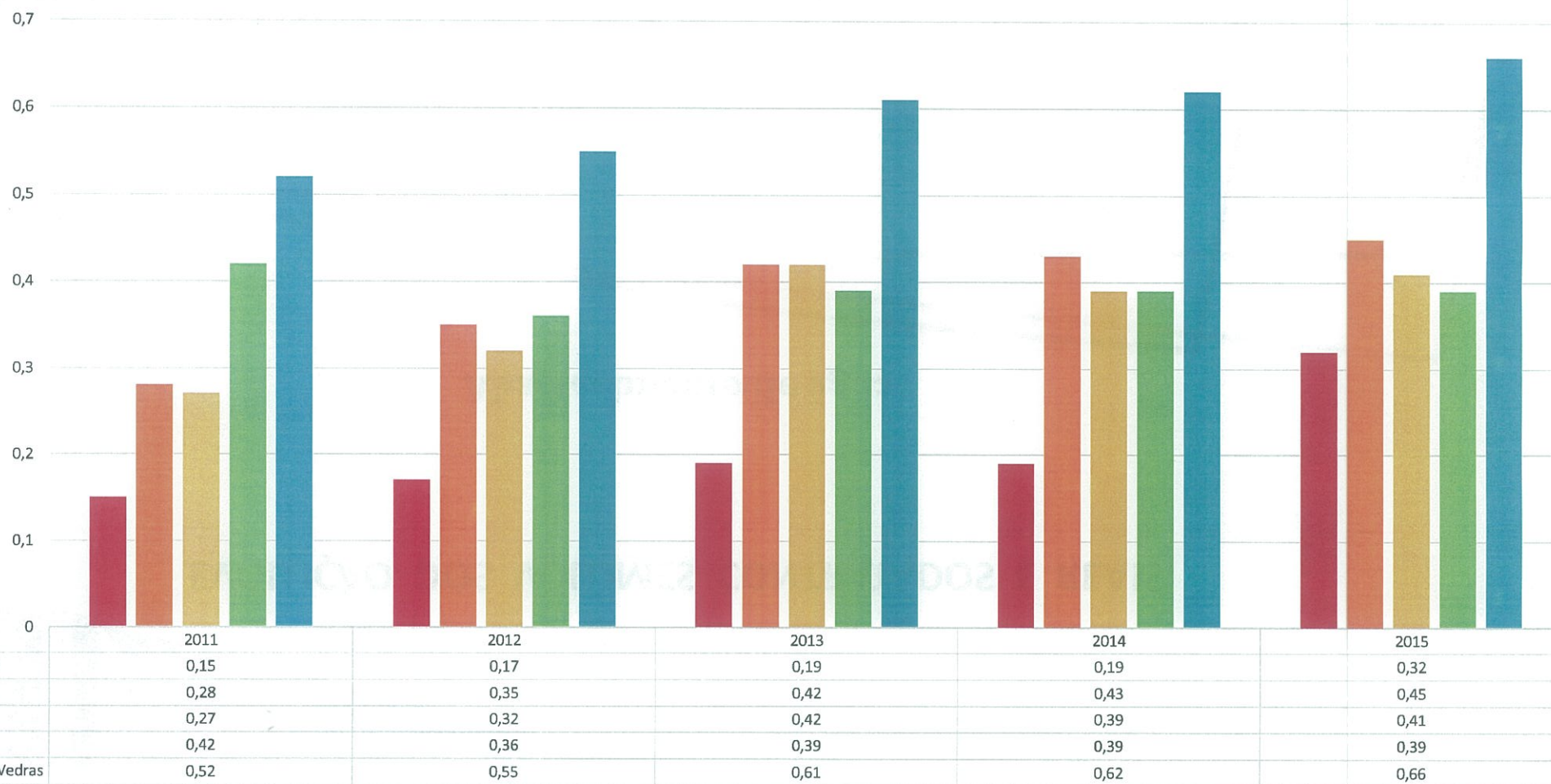
0,53

0,54

0,56



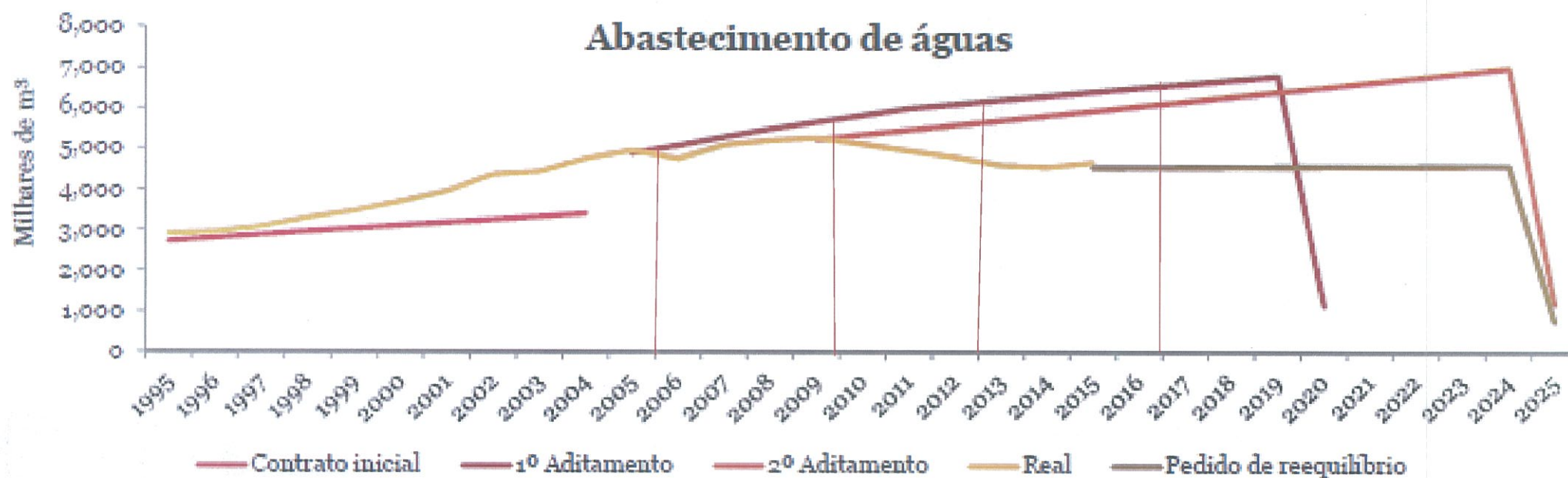
## SANEAMENTO - Acessibilidade económica do serviço (%) - fonte ERSAR





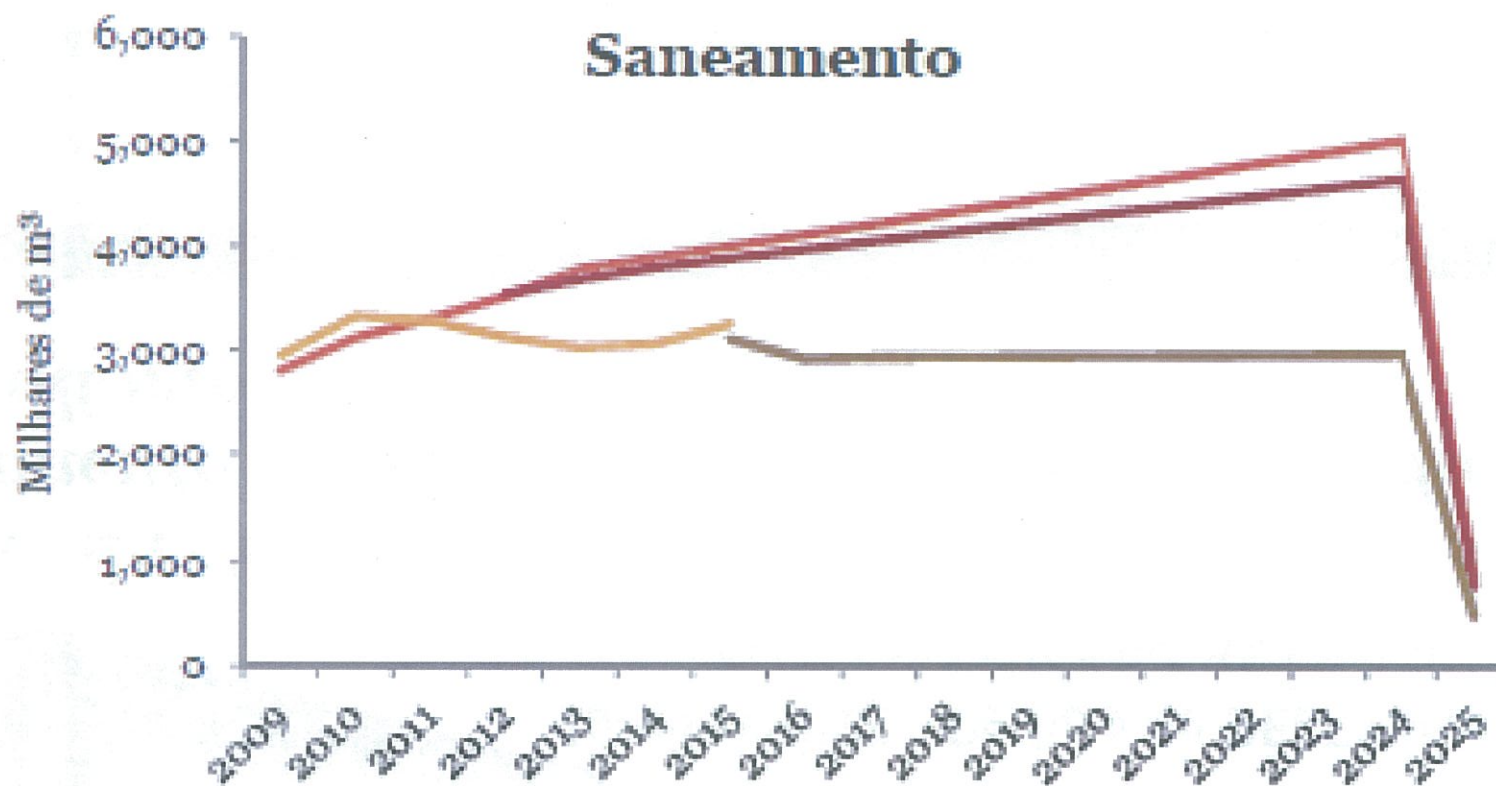
## EVOLUÇÃO DOS VOLUMES CONTRATADOS E REAIS

### Abastecimento de águas





## EVOLUÇÃO DOS VOLUMES CONTRATADOS E REAIS





**Janeiro 2015 - Pedido de REEF formulado pela concessionária (CMM não aceita esta visão)**

## ***Desvio da Concessão - Cenário com volumes do 1º aditamento e tarifa de 2014 – Conforme o pedido do reequilíbrio***

	2014	2016	2020	2025
Desvio na curva de volumes AA	-13.702.110	-19.532.101	-29.138.322	-44.709.177
Desvio na curva de volumes AR	-1.515.887	-2.952.086	-2.952.086	-12.920.066
Redução de custos com compra de água	2.660.685	4.866.097	8.911.542	15.469.545
Efeito diferença de volume	-12.557.312	-17.618.090	-23.178.866	-42.159.698
Efeito das alterações legislativas	-1.349.058	-1.841.352	-2.623.205	-4.001.453
Efeito total acumulado	-13.906.370	-19.459.442	-25.802.071	-46.161.151

***Para cobratar o déficit acumulado à data seria necessário um aumento da tarifa média de cerca de 30% (25% de aumento em AA e 35% de aumento em AR), em 2016.***



## Janeiro 2015 - Pedido de REEF (Reequilíbrio económico-financeiro)

Volumes do 1.º aditamento com tarifa de 2016 – Acima de 15%, tal como parecer da ERSAR e previsto no contrato

	2014	2016	2020	2025
Desvio na curva de volumes AA	-2.682.237	-4.958.588	-9.583.268	-17.216.473
Desvio na curva de volumes AR	-267.504	-766.550	-2.614.608	-6.901.717
Redução de custos com compra de água	1.969.712	4.175.124	8.211.350	14.778.572
<b>Efeito diferença de volume</b>	<b>-980.029</b>	<b>-1.550.014</b>	<b>-3.986.525</b>	<b>-9.339.617</b>
Efeito das alterações legislativas	-1.349.058	-1.841.352	-2.623.205	-4.001.453
<b>Efeito total acumulado</b>	<b>-2.329.087</b>	<b>-3.391.365</b>	<b>-6.609.731</b>	<b>-13.341.070</b>

*Para colmatar o défice acumulado à data, apenas para o diferencial superior a 15%, seria necessário um aumento da tarifa média de cerca de 9% (3% de aumento em AA e 15% de aumento em AR), em 2016.*



## **CMM CONSIDERA QUE:**

- 1. Não é sustentável aumentar tarifas, tal como preconiza a concessionária (em termos de acessibilidade económica ao serviço pelos consumidores, pondo em causa o direito fundamental de acesso à água potável);**
- 2. Têm sido implementadas ações para reduzir o consumo de água;**
- 3. O Concelho de Mafra estabilizou o consumo e o número de habitantes;**
- 4. Logo, o desfasamento entre o consumido e o contratado será cada vez maior;**
- 5. Se nada se fizer, todos os anos será necessário fazer aumentos, para acompanhar os consumos previstos.**



# **A PROSECUÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO LEVA AO RESGATE DA CONCESSÃO**



# TERMOS DO RESGATE DO CONTRATO

- A Entidade Concedente poderá, por justificado interesse público e decorrido um quinto do prazo da Concessão, resgatar a mesma, mediante aviso prévio à Concessionária com, pelo menos, um ano de antecedência;
- Em caso de resgate, todas as instalações e equipamentos que façam parte, nessa data, do conjunto em operação e manutenção pela Concessionária, reverterão para a Entidade Concedente, em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo embora em consideração os anos de serviço;



# TERMOS DO RESGATE DO CONTRATO

- Assim, a Concessionária tem o direito a uma indemnização no valor de 5% do valor correspondente à venda de água durante o ano anterior àquele que em que se verificar o resgate, multiplicado pelo número de anos que decorrerão entre a data do resgate e a data de finalização do período contratual;
- Em caso de resgate, se a Entidade Concedente assim o entender, reverterão ainda para a Entidade Concedente os bens de propriedade da Concessionária diretamente afetos à prestação dos serviços concessionados, em estado de funcionamento e conservação que permita a continuidade de serviço, sem quebra de qualidade.



# TERMOS DO RESGATE DO CONTRATO

- A reversão destes bens far-se-á a título oneroso, sendo o valor dos bens dela objeto determinado por acordo entre as partes estabelecido com base no valor líquido contabilístico.



# DECISÃO: RESGATAR A CONCESSÃO PARA O PERÍMETRO DA CÂMARA

## Etapas percorridas:

### 1. Análise jurídica do contrato:

- a) Resgate das águas
- b) Nulidade do 2.º e 3.º aditamentos (saneamento)

### 2. Análise financeira do resgate e nulidade:

Custo da operação = 16M€ (7M€ resgate + 9M€ nulidade)

### 1. Proposta da Câmara (dez. 2016): resgate e nulidade - consultar a ERSAR



# DECISÃO: RESGATAR A CONCESSÃO PARA O PERÍMETRO DA CÂMARA

## Etapas percorridas:

4. Resposta da ERSAR (fev. 2017) - Sim, desde que o valor a pagar pelo resgate seja inferior aos *cash flows* libertados
5. Realização de audiência prévia da concessionária, após parecer da ERSAR (mar.17)
  - a) Resgate com nulidade:  $7\text{M€} + 9\text{M€} = 16\text{M€}$
6. Pronúncia da concessionária:
  - a) Não concorda com resgate;
  - b) Não concorda com nulidade;
  - c) Demanda 50M€ de indemnização (sem os justificar).



# PROPOSTAS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## Ponto 1

- Propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **declaração**, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 162.º do CPA com a alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º do CPA, pelas razões de facto e de direito que constam do parecer intitulado “DA (IN)VALIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA”, da **nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao identificado contrato**;
- Propor à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **acionamento do resgate** por se encontrarem observados os requisitos previstos na clausula 2.8 do contrato de concessão validamente celebrado, dado que o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos, se se operar o resgate do contrato de concessão, e já decorreu um quinto do prazo da concessão;



# PROPOSTAS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## Ponto 1

- Propor à Assembleia Municipal que delibere, sem prejuízo do valor definitivo que vier a ser apurado após a quantificação dos valores contabilísticos em falta e da data concreta da produção de efeitos das decisões a tomar, **pagar uma indemnização pela declaração de nulidade** que atinge o valor de **€9.224.384** (nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil e trezentos e oitenta e quatro euros) e **uma compensação pelo resgate** da concessão no valor de **€7.116.224** (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), **totalizando, o valor da indemnização e compensação €16.340.608** (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil e seiscentos e oito euros), sob a condição de serem visados previamente pelo TC os contratos de financiamento;
- Propor à Assembleia que, nos termos do disposto nos Decretos Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibere adotar o modelo de gestão direta dos serviços de águas e saneamento, através da subsequente **criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra**;



# PROPOSTAS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## Ponto 2

- Propor à Assembleia Municipal que delibere, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar as propostas de contração de empréstimo** ao BPI SA, para o financiamento do programa de investimentos e custos da reversão da concessão no montante de € 15.000.000 e de empréstimo ao Banco Santander Totta SA no montante de €7.116.224 para financiamento do pagamento da compensação devida pelo resgate;
- Propor à Assembleia Municipal que delibere, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **autorizar a realização de despesas de investimento superiores a 10% da despesas de investimento previstas no orçamento de exercício;**
- Propor à Assembleia Municipal que delibere, nos termos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, **autorizar a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da despesa assumida com o resgate e declaração de nulidade;**
- Propor à Assembleia Municipal que delibere, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **autorizar a revisão aos documentos previsionais** decorrentes da despesa assumida com o resgate e declaração de nulidade.



## CONCLUSÃO

- 1) Resgate com nulidade - 16M€;
- 2) A atividade liberta, até 2025, verbas para pagar o resgate e a nulidade (36 M€);
- 3) Recurso a financiamento – 22 M€ (16 M€ + 6 M€ investimento inicial);
- 4) Constituição de modelo de exploração tipo SMAS Mafra;
- 5) Garantia de integração de todos os funcionários;
- 6) Redução da tarifa em 5%;
- 7) Aumento do investimento em 18M€ (renovação da rede de água e ampliação da rede de saneamento).

**Proposta**

Rejeitado com 33 votos contra,  
sendo 23 votos do PSD, 8 votos do PS, 1 voto  
do COS; 1 voto por abstenção e com 3 votos  
a favor sendo os 3 votos da CDU. Total de  
votantes presentes 36 membros.

Considerando que:

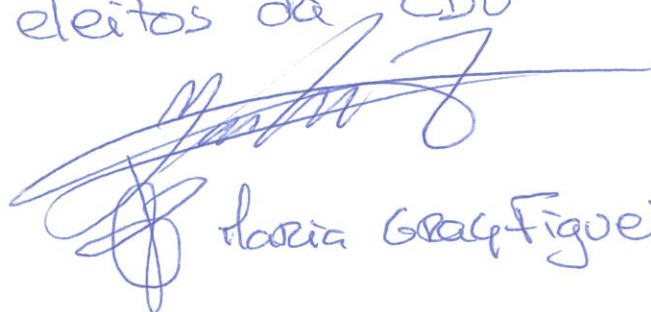
- 1 - A exigência de "reposição do reequilíbrio financeiro" feita pela BeWater só é possível pelo clausulado do contrato de concessão do serviço público de água e saneamento, clausulado de exclusiva responsabilidade do PSD;
- 2 - Que desde o início da concessão a entrega de um serviço público da relevância da Água e Saneamento a particulares só é possível com sérios prejuízos para os contribuintes e/ou utilizadores do serviço;
- 3 - A vulnerabilidade do interesse público é tanto maior quanto maior o prazo da concessão;
- 4 - Que a mera concessão de gestão (sem investimento) poderiam eventualmente ser melhor defendidos com prazos curtos;
- 5 - Que a concessão com obrigatoriedade de investimento tem como único objectivo esconder financiamento necessário à actividade municipal adulterando por essa via as contas da autarquia;
- 6 - Que a exigência de rendas pela execução de um serviço público configura um imposto encapotado sobre os municípios, incluindo numa taxa um valor que nada tem a ver com o custo da prestação do serviço;
- 7 - Que só agora o PSD reconhece e apenas porque a situação de cumprimento do contrato estabelecido tornaria ainda mais escandaloso a custo da água e saneamento para os municípios, impossível de "tapar" com a demagogia da "excelência" do serviço;
- 8 - Que a CDU desde o início alertou para o atentado ao interesse público que representou a concessão a particulares da gestão da água e saneamento;
- 9 - Que cabe ao PSD explicar aos municípios de Mafra porque é que tendo sido esbulhados pelo exagerado preço da água e saneamento, durante mais de 22 anos, ainda vão ter de pagar muitos milhões de € pelo resgate da concessão;
- 10 - Que a votação conjunta de reversão para a autarquia e consequente criação dos Serviços de Água e Saneamento com os valores e respectiva justificação, de indemnização a pagar à concessionária, abre caminho a um acordo com a BeWater, acordo de manutenção do saque dos municípios, bastando para tal que a BeWater retire o pedido de "reposição do equilíbrio económico e financeiro", ou até que reduza o seu montante;
- 11 - Que a mistura da necessidade de desprivatização do serviço de água e saneamento, para defesa do interesse público, com o processo e eventuais indemnizações, a pagar tem como único objectivo associar pela arreata os restantes partidos ao branqueamento da sua responsabilidade;



A CDU Propõe que a votação seja feita em dois pontos:

- 1- Remunicipalização pela criação dos Serviços Municipais de Água e Saneamento de Mafra;
- 2- Aprovação de como reverter o serviço de água e saneamento.

os eleitos da CDU



Maria Graça Figueiredo

Mafra, 18/5/2017

1. The first part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various offices of the city of New York.

2. The second part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various offices of the city of New York.



## DECLARAÇÃO POLITICA

### FACE AOS PONTOS 1 e 2 da O.T. da AM

A 15 de Dezembro de 1994 Mafra foi o Concelho pioneiro na privatização da exploração e gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água a privados, no caso, à então Compagnie Générale des Eaux, S.A. O Concelho de Mafra, passou assim, a tomar a dianteira na minoria dos 11% dos Concelhos de Portugal que têm o setor a ser gerido por operadores privados.

Esta foi uma privatização que teve a iniciativa e a marca identitária do PSD. O mesmo PSD que tem sido, sempre, responsável pelos sucessivos aditamentos contratuais.

Hoje, 23 anos depois, somos todos chamados aqui para avaliar e exprimir o nosso voto, enquanto eleitos em exercício, face ao proposto termo natural do Contrato de Concessão, que ainda está fixado para 2020 (referimo-nos ao Contrato de Concessão original), com a agora denominada concessionária BeWater.

Na documentação que nos foi distribuída é reconhecido que o Município, cito *"poderá, por justificado interesse público e decorrido um quinto do prazo da concessão, resgatar a mesma, mediante aviso prévio à concessionária com, pelo menos, um ano de antecedência"* fim de citação. Com base neste escrito contratual temos que, à presente data, já decorreram mais de 4/5 do prazo da concessão, que se sabe ser de 25 anos.

Para o Partido Socialista que sempre foi defensor da captação, tratamento e distribuição da água sobe a égide pública o resgate da concessão, agora em análise e previsto no caderno de encargos do respetivo contrato, é a condição sine-qua-non para a implementação de um novo modelo, que irá trazer menos encargos financeiro para o Município e um menor custo da água para quem escolheu Mafra para aqui viver.

Feita a análise da actual e futura situação da prestação dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água e de recolha de águas residuais, apresentados na substancial documentação que nos foi entregue, somos da opinião de estarem justificadas as razões de interesse público que não apenas permitem mas que, verdadeiramente obrigam, o Município de Mafra a resgatar da concessão. Esta é, aliás, uma tendência que se tem verificado, nos últimos 15 anos, por todos os países onde experimentaram a privatização da concessão da água e onde, pelo menos, 180 cidades já recuperaram o controlo dos serviços públicos de água e saneamento ora privatizados (*relatório da PSIRU-Unidade Internacional de Pesquisa de Serviços Públicos*).



Ainda segundo o estudo referido, as razões que levam à remunicipalização são semelhantes por todo o mundo: *"desempenho medíocre das empresas privadas, sub-investimento, disputas sobre custos operacionais e aumento de preços, aumento brutal de tarifas, dificuldade em fiscalizar os operadores privados, falta de transparência financeira, despedimentos e deficiente qualidade de serviço"* fim de citação do relatório. Refira-se ainda que a maioria das remunicipalizações ocorreu por rescisão dos contratos privados, antes de o prazo expirar.

Em qualquer dos casos essa gestão deverá ser, na nossa opinião, diretamente acompanhada pelos legítimos representantes da população, os eleitos nas autarquias. Só assim, face ao sistema jurídico e administrativo actual, as populações poderão ver melhor defendidos os seus interesses. Uma remunicipalização deve contribuir para o fortalecimento da responsabilização e da transparência. Mais ainda, a remunicipalização é uma oportunidade para reinventar os serviços públicos de água e torná-los mais eficientes e escrutináveis pela comunidade local assim como com a parceria indispensável de todos os trabalhadores dos futuros SAMS de Mafra que, hoje aqui saudamos com particular agrado pela presença e cujo futuro é assumido como consagrado, conforme as conclusões aqui apresentadas com a aquiescência do voto do PS.

Em nome do PS-Mafra, terminamos cientes do compromisso do Presidente da CMM de que este processo não vai ser revertido à boleia de novas oportunidades. O PSD tem de estabelecer aqui e hoje um compromisso perante esta AM de que a água – como bem público – é para ficar sobre a alçada da administração pública de forma duradoura e a favor das pessoas.

Para o PS o que está em causa – e sempre estará – é a defesa da causa pública e dos serviços a prestar aos seus cidadãos. A causa pública e a defesa dos bens essenciais à vida é a bitola que nos irá reger nesta matéria. Estes são os pressupostos que levam o PS a votar a favor dos documentos vertidos nos pontos 1 e 2 da presente Ordem de Trabalhos.

Assembleia Municipal de Mafra, 18 de Maio de 2017.

Em nome da Bancada do Partido Socialista,

José Manuel Graça



Mafra, 18 de Maio de 2017

### **Declaração de Voto**

Apresenta-nos este executivo Camarário o resgate “Concessão da exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento”.

Por entendermos que nunca devia ter mudado.

E, no pressuposto que a proposta apresentada não vai acarretar no futuro, custos adicionais quer para os Municípes e Contribuintes.

O CDS PP, vai votar favoravelmente.

### **Empréstimo:**

A Contratação de empréstimos não tem sido habito do CDS votar a favor, entendemos que se não o fizéssemos não justificava votar favoravelmente o ponto anterior.

Iremos votar a favor.

Pelo Grupo Municipal do CDS PP

Ana Bela Costa



## **Intervenção ponto 1**

Porque está O PSD interessado no apoio unânime à sua proposta?

“É muito importante para dar força à posição da Câmara que todas as forças políticas se mostrem unidas” diz o Presidente da Câmara.

Subentende-se que será para dar força às posições da Câmara:

- 1 – Nas negociações com a Be Water;
- 2 – Em processo litigioso caso não haja acordo com a Be Water.

Analisando o ponto 1

A Be Water é uma empresa que não está no “mercado”, os clientes do seu serviço são vítimas do monopólio oferecido pelo PSD e infelizmente para eles não têm qualquer alternativa, quer a imagem do fornecedor seja positiva ou negativa.

A Be Water assumirá a postura de decisor “racional”, postura tão querida dos apoiantes do capitalismo consumista, jogando com o cenário de maximização do seu benefício, Acordo versus Litigio, não cabendo aqui qualquer efeito de imagem.

Analisando o ponto dois:

Os tribunais dirimem litígios com base nos factos que lhes são apresentados e nas leis que os legitimam, ou não, sendo apenas relevante que uma atitude assumida por uma autarquia o seja no uso das suas competências.

Ou seja, para a resolução do imbróglia em que o PSD meteu os municípios de Mafra é apenas necessário e suficiente o PSD de Mafra.

Que força é esta que o PSD pretende?

Para a CDU é claro que o que o PSD pretende é fazer de conta que o prejuízo para os municípios de Mafra é algo que acontece pelo pedido de “reequilíbrio económico e financeiro” por parte da Be Water e não o resultado de um contrato pernicioso. Pernicioso por ser politicamente inaceitável, agravado por cláusulas contratuais, de preços e garantias totais, dadas à concessionária, e para o “provar” está o acordo unânime das forças representadas nos órgãos de direcção da autarquia, em particular desta Assembleia no apoio à reversão.

A CDU, o PCP, o PEV são uma força da oposição competindo-lhe o julgamento político dos actos da maioria votando de acordo com esse julgamento.

Politicamente a CDU é contra a privatização de serviços públicos não por uma qualquer “birra”, mas porque os utentes são melhor servidos por serviços públicos geridos por gestão pública, assim como os direitos dos respectivos trabalhadores.

A entrega a privados de serviços públicos, serviços sem alternativa para os utentes, tem por objectivo transferir para os privados rendimentos dos particulares sendo que a formação do

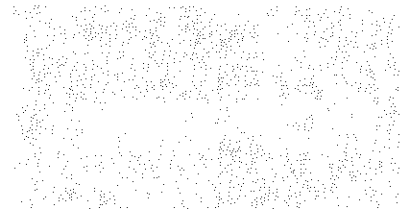
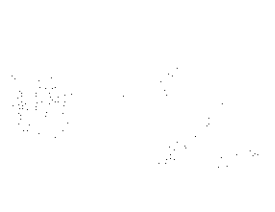
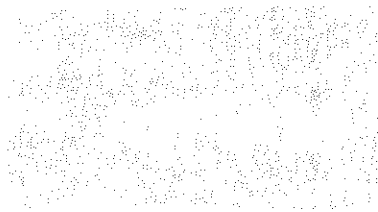


Figure 1. (a) and (b)

The first part of the study was a pilot study to determine the feasibility of the study. The pilot study was conducted in a small number of schools and the results were used to inform the main study. The pilot study found that the intervention was feasible and that the schools were willing to participate in the study.

The main study was a randomized controlled trial. The schools were randomly assigned to either the intervention group or the control group. The intervention group received the intervention for a period of 12 weeks. The control group received no intervention. The results of the study were compared between the two groups.

The results of the study showed that the intervention was effective in improving the outcomes of the study. The intervention group showed significantly better results than the control group. The results were consistent across all schools and all participants.

The study was limited by a number of factors. The sample size was small and the study was conducted in a limited number of schools. The results of the study may not be generalizable to other schools or other populations.

Despite the limitations, the study provides valuable information about the effectiveness of the intervention. The results suggest that the intervention is a promising approach to improving the outcomes of the study.

The study was funded by the Department of Education. The results of the study will be used to inform policy and practice in the future.

The authors would like to thank the schools and the participants who made this study possible.

The study was conducted in a number of schools. The schools were selected based on their willingness to participate in the study. The schools were located in a number of different areas. The results of the study were compared between the two groups. The intervention group showed significantly better results than the control group. The results were consistent across all schools and all participants.

The study was limited by a number of factors. The sample size was small and the study was conducted in a limited number of schools. The results of the study may not be generalizable to other schools or other populations.

Despite the limitations, the study provides valuable information about the effectiveness of the intervention. The results suggest that the intervention is a promising approach to improving the outcomes of the study.

The study was funded by the Department of Education. The results of the study will be used to inform policy and practice in the future.

preço, tratando-se de um monopólio, é feita pelo custo de “produção” e sendo a gestão privada, a mesma é paga a preço de ouro.

A privatização serve a acumulação de capital por transferência de rendimentos dos particulares e pequenos e médios empresários para os grupos monopolistas ou financeiros, mais ou menos “abutres”.

A privatização serve para desacreditar a gestão colectiva e democrática em favor da gestão autocrática exploradora privada.

A remuneração do capital, na gestão privada sem riscos é ilegítima, mesmo à luz das teorias base da ideologia dos partidos do capitalismo que como sabemos se baseia na “remuneração” do risco.

Defender a privatização de serviços públicos e concretizá-la, é pôr as necessidades da maioria da população na mão dos chantagistas e especuladores, é estar do lado do dinheiro contra as pessoas.

A CDU não defende o interesse de TODOS. A CDU não é o partido da UNANIMIDADE, esse foi extinto pela revolução de Abril.

A CDU é o partido que defende os interesses dos explorados contra os exploradores.

A CDU nada tem a ver com a privatização da água e saneamento do concelho de Mafra ou de qualquer outro concelho, somos contra aqui ou em qualquer lugar.

A CDU recusa-se a participar no branqueamento dos muitos milhões de Euros que os municípios entregaram aos concessionários a mando do PSD.

A CDU não vai “justificar” o porquê de os municípios irem pagar uma factura de valor indeterminado, mínima de 16 milhões de Euros e máxima de 50 milhões, para reaverem a gestão pública da sua água.

O PSD não precisou da CDU para entregar a água aos privados, o PSD não precisa da CDU para resgatar o seu erro.

O PSD não precisa da CDU para explicar o porquê do resgate aos municípios.

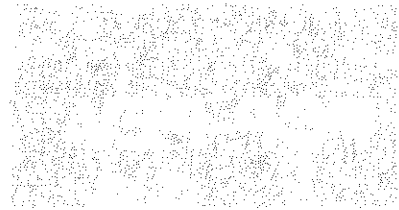
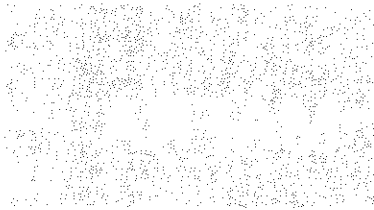
Os municípios precisam da CDU para lhes explicar porque não devem pôr à frente da coisa pública quem se afirma incapaz de a gerir.

*Em reunião preparatória desta Assembleia e reunião de Câmara que a precedeu, o CDS e o PS afirmaram que votariam favoravelmente a proposta do PSD na Câmara.*

A posição do CDS não é surpreendente, sempre disponível para os acordos e joguinhos com o PSD, mesmo tendo em atenção a marginalidade com que tem sido tratado pelo “parceiro” em Mafra.

Já a posição do PS pareceu-nos, no mínimo, estranha para um partido que se diz da oposição.

Numa análise rápida e estando o PS consciente da inutilidade “técnica” do seu voto, é estranho que o PS não queira fazer uma apreciação política ao processo de privatização que conduziu à inevitabilidade da reversão.



Inevitabilidade se se quiser parar o agravamento da factura sobre os municípios que o cumprimento do contrato indicia.

Admitiu a CDU tratar-se da síndrome do “emplastro”, numa primeira análise.

Antes o fosse. Infelizmente uma análise ao processo legislativo dos últimos 35 anos, só de 1983 a 1997, foram feitas 4 revisões constitucionais e alterações à Lei de delimitação dos sectores que permitiram tornar legal a privatização da água, sempre com a aprovação do CDS, PSD e PS e a oposição de PCP e PEV.

Em 2005, a Lei da água, que esteve em gestação de 2002 a 2005, foi aprovada com os votos contra do PCP, PEV e também do BE.

O projecto de Lei de bases da água do PCP foi chumbado pela troica do costume, CDS, PSD e PS com os votos favoráveis do PCP, PEV e BE.

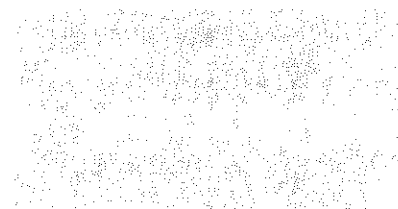
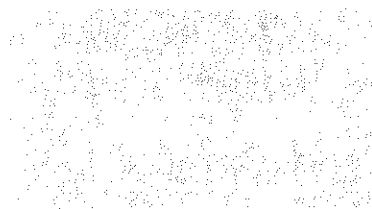
Não vale apenas comentar a acção dos governos, neste período, do PSD/CDS e PS, desde Cavaco Silva a Sócrates, sempre concordantes e complementares.

O acordo PS com o PCP e PEV, embora um travão às malfeitorias de Portas/Passos Coelho neste sector, não se propagou às concelhias... também não estava no acordo, mas se fosse sincero...

O voto da CDU, se tivesse sido aceite a nossa proposta seria:

- 1- Favorável à criação dos Serviços Municipais de Água e Saneamento de Maфра;
- 2- Abstenção de como reverter o serviço de águas e saneamento.

Mantendo o PSD a votação em “pacote” a CDU abstém-se, prometendo desde já, esclarecer junto dos municípios o seu sentido de voto.



## ***DECLARAÇÃO DE VOTO***

Perante a proposta que é apresentada a esta Assembleia Municipal, este é o tempo de fazer um ponderado exercício retrospectivo e prospetivo, suportado no superior interesse público.

Fazendo uma retrospectiva, recuamos no tempo até aos anos 90 do século XX, que muitos desconhecem e outros certamente já esqueceram. A realidade do Concelho de Mafra era caracterizada pela insuficiente rede de abastecimento de água e de saneamento, pelas constantes quebras no fornecimento, pela elevada percentagem de perdas na rede ou pela irregularidade dos caudais, situação que se agudizava na época balnear.

Antes de tomar a decisão de abertura do concurso à concessão, a Câmara Municipal estudou experiências europeias do género. E, não obstante a oportunidade da economia de escala produzida pelas novas tecnologias, concluiu que o sucesso do modelo de gestão concessionada dependeria, sempre, da manutenção do espírito de serviço público e da valorização do conhecimento acumulado pelos profissionais dos Serviços Municipalizados, que transitaram para a concessão.

Neste processo, não podemos deixar de evocar a memória do Eng.º João Borges que, outrora responsável pelos SMAS, assumiu as funções de administrador-delegado da concessionária. Por várias vezes se dirigiu a esta Assembleia Municipal, tendo contribuído, com a competência técnica e a imparcialidade que lhe eram reconhecidas, para avalizar a solução encontrada de modo a realizar os necessários investimentos: na modernização da rede, na telegestão, na informatização de cartografia e no controlo do rendimento das redes, nomeadamente através de um sistema de deteção de fugas.

Volvidos 23 anos, e depois de uma devida análise prospetiva, o mesmo PSD – que apoiou inequivocamente a decisão de concessão – agora apoia inequivocamente a decisão de resgate da concessão do serviço público de abastecimento de água e de reversão do serviço público de saneamento de águas residuais, pelas seguintes razões:

- Porque o aumento das tarifas, com que foi confrontado pela concessionária, não é sustentável, na medida em que acarretaria nefastas consequências sociais e económicas ao impor insuportáveis custos aos orçamentos das famílias e dos agentes económicos locais, cuja atividade é – sublinhe-se – fonte de emprego;
- Porque, com a alteração do modelo de exploração, é possível não só assegurar a qualidade do serviço prestado, como também realizar importantes investimentos na renovação da rede de água e na ampliação da rede de saneamento e até baixar as tarifas;
- Porque o resgate da concessão para o perímetro da Câmara Municipal, com a condição de integração de todos os trabalhadores, permite usufruir do capital humano que é, indiscutivelmente, o fator determinante para a excelência do serviço público.

**Face ao exposto, o PSD declara que vota favoravelmente o ponto 1 e o consequente ponto 2 da ordem de trabalhos, atendendo a que a decisão de resgate da concessão das águas e saneamento só é possível se foram garantidas as condições financeiras para o pagamento da indemnização e compensação devidas à concessionária.**

**Assembleia Municipal de Mafra, 18 de maio de 2017**

**O Grupo Municipal do PPD/PSD**



**( Domingos dos Santos )**